



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ODIMAR DO CARMO MELO

O LUGAR E A COMUNIDADE NA ILHA DE COTIJUBA-PA

BELÉM

2010

ODIMAR DO CARMO MELO

O LUGAR E A COMUNIDADE NA ILHA DE COTIJUBA-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

BELÉM

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Melo, Odimar do Carmo

O lugar e a comunidade na Ilha de Cotijuba - PA / Odimar do Carmo Melo; orientador, Gilberto de Miranda Rocha. - 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

1. Comunidade - Desenvolvimento - Cotijuba, Ilha de (PA). 2. Cotijuba, Ilha de (PA) - Aspectos sociais. 3. Cotijuba, Ilha de (PA) - Aspectos econômicos. 4. Cotijuba, Ilha de (PA) - História. I. Título.

CDD - 22. ed. 307.14098115

ODIMAR DO CARMO MELO

O LUGAR E A COMUNIDADE NA ILHA DE COTIJUBA-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

DATA DA DEFESA: ____/____/2010.

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha (Orientador – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes (Avaliador interno- PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (Avaliador externo- NEAF/UFPA)

Aos meus pais, Gideon Alves de Melo e Irene Oliveira do Carmo que mesmo com muitas dificuldades me concederam condições de estudar.

A minha esposa Helane pela compreensão e incentivos nos momentos mais difíceis desta produção.

Ao Arthur e a Isis para que entendam que vencer na vida depende de muita determinação e superação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ser realizado sem a contribuição de pessoas importantes que estão ao meu redor, tanto na academia, quanto no convívio familiar e no recorte espacial. Na academia agradeço ao professor Gilberto de Miranda Rocha por ajudar na construção da pesquisa desde seu início até o final quando discutimos sobre a importância do debate sobre a realidade da Belém insular e sobre o estudo do lugar para os geógrafos contemporâneos. Tal fato deu origem ao título da pesquisa e posteriormente deu consistência para o texto final. Ainda na academia agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Geografia por suas aulas e orientações teóricas sobre nossas pesquisas, especialmente aos professores Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo e ao Dr. João dos Santos Nahum (Diretor e vice do PPGEO), pessoas que sempre acreditaram em meu potencial, e por isso me cobravam muito. Aos amigos de turma no mestrado, com os quais criei um forte vínculo de amizade e respeito, pois os mesmos trilharam comigo por caminhos acadêmicos angustiantes e ao mesmo tempo alegres, como por exemplo, nossas apresentações de trabalhos no ENG de 2008 na USP. Neste momento ganhamos experiência e mais ânimo para pesquisar. Agradeço de forma muito especial as orientações e o companheirismo do professor Dr. Gutemberg Guerra, NEAF/UFPA, o qual ao longo da pesquisa me acompanhou no recorte espacial e deu dicas sobre o objeto de estudo da mesma. Por conta do interesse que temos em comum sobre a Ilha de Cotijuba e por sua ajuda incondicional (acadêmica e humana) concedida mesmo com uma agenda cheia de compromissos, nos tornamos amigos e isso pra mim já é um resultado positivo desta empreitada acadêmica e acima de tudo uma grande honra. No que diz respeito ao convívio familiar quero agradecer especialmente a minha esposa (professora Helene Melo), mulher que me incentivou, ajudou e compreendeu nos momentos mais difíceis desta produção, a qual me privou de dedicar mais atenção e tempo a ela e a nossos filhos (Arthur e Isis), crianças que precisam e merecem tal cuidado. Esses dois, simplesmente por existirem, foram estímulo significativo a realização da pesquisa. Agradeço a todos os entrevistados e colaboradores da Ilha de Cotijuba pela ajuda considerável a este trabalho, em especial ao Sr Raimundo 8, Sr Arthur, Sr Dinai, a Adriana e a todos do MMIB, a tia Ilda, ao tio Messias, ao Augusto, ao Guilherme da APIC, ao Flávio mototaxista, aos colaboradores da CTBel e da SAAEB em Belém e a todos que estavam ligados diretamente e indiretamente a esse projeto de um geógrafo apaixonado pela ilha de Cotijuba.

O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si (CARLOS, 1996, p. 29)

RESUMO

Este trabalho *analisa* como as atividades socioeconômicas cotidianas se desenvolvem no âmbito do espaço vivido e do uso dado ao território pelos ilhéus, objetivando *identificar* as interrelações sociais desenvolvidas no interior da ilha de Cotijuba e *entender* como elas influenciam na construção e na reconstrução do lugar. Para que tal análise se realize de forma satisfatória realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o conceito de lugar e comunidade, debate feito por geógrafos e sociólogos. Neste trabalho pretende-se usar o conceito de lugar proposto por Carlos (1996), a qual entende que o lugar pode ser definido simplesmente como um subespaço em que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões, ou seja, o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. No decorrer das análises sobre Cotijuba, discute-se o processo histórico de ocupação da Ilha, desde o momento em que a mesma foi ocupada para nela ser construído um espaço para o beneficiamento de arroz (área da Fazendinha na comunidade do Poção), até sua inserção no contexto do movimento cabano, quando esta serviu de base militar para o exército colonial até a inauguração, o funcionamento e a decadência da Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC). Discute-se também as relações e os fluxos estabelecidos existentes entre a ilha e o continente, antes e depois de 1994 quando ocorreu a implantação da linha fluvial pela Prefeitura Municipal de Belém. Este fato influenciou significativamente o processo de ocupação e povoamento da ilha, processo que está intimamente relacionando com a história de Cotijuba, e acima de tudo, com a reconfiguração territorial do lugar, ou seja, com a construção do lugar na ilha de Cotijuba pelos ilhéus. Durante a pesquisa foi feito um esforço no sentido de descrever e analisar a infraestrutura existente na ilha. Infraestrutura produzida por atores locais, públicos e privados, atores que influenciam na dinâmica de vida dos ilhéus, ou seja, influenciam nos costumes e hábitos cotidianos dos indivíduos, nas interrelações entre os mesmos dentro do grupo comunitário e destes com a natureza. Já na sua fase final esta pesquisa tem a intenção de analisar a forma de organização das comunidades que atuam na ilha, levando em consideração o uso dado ao território por tais atores e também seus desdobramentos nos recursos naturais. Considerando o exposto até aqui, o objetivo principal deste trabalho consiste em fazer um estudo que leve em consideração uma análise sobre a comunidade e a construção do lugar na ilha de Cotijuba (PA), buscando entender como as atividades, as representações e as interrelações cotidianas desta comunidade podem ser entendidas como condições para a construção do lugar.

Palavras-chave: Ilha de Cotijuba. Lugar. Comunidade. Cotidiano. Interrelações. Ilhéus.

ABSTRACT

This work search to analyze as the daily socioeconomic activities they grow in the extent of the lived space and of the use given to the territory by the islanders, aiming at to identify the social interrelations developed inside the Island of Cotijuba and to understand like them influences in the construction and in the reconstruction of the place. So that such analysis takes place in a satisfactory way took place a bibliographical research on the place concept and community, debate done by geographers and sociologists. In this work it intends to use the place concept proposed by Carlos (1996), which understands that the place can simply be defined as a sub space that grows the life in all their dimensions, in other words, the place is to the base of the reproduction of the life and it can be analyzed by the triad inhabitant-identity-place. In elapsing of the analyses on Cotijuba, the historical process of occupation of the Island is discussed, since the moment in that the same was busy for in her a space to be built for the improvement of rice (area of the Farm in the community of the Potion), until his/her insert in the context of the movement cabano, when this served as military base for I exercise him/it colonial until the inauguration, the operation and the decadence of CRC (Reformatory Cologne of Cotijuba). They are also Discussed the relationships and the existent flows between the Island and the continent, before and after 1994 when it happened the implantation of the fluvial line for the municipal city hall of Belém. Fact that influenced the occupation process and settlement of the Island, process that it is intimately relating with the history of Cotijuba, significantly and above all, with the territory reconfiguration of the place, in other words, with the construction of the place in the Island of Cotijuba for the islanders. During the research it was made an effort in the sense of to describe and to analyze the existent infrastructure in the Island. Infrastructure produced by local actors, publics and private, actors that influence in the dynamics of the islanders' life, in other words, they influence in the habits and the individuals' daily habits, in the interrelations among the same ones inside of the community group and of these with the nature. Already in his/her final phase this research has the intention of analyzing the form of the communities' organization that you/they act at the Island, taking into account the use given to the territory by such actors and also their unfoldings in the natural resources. Considering the exposed here, he/she understands each other that main objective of this work consists in doing a study that takes into account an analysis about the community and the construction of the place in the Island of Cotijuba, looking for to understand as the activities, representations and this community's daily interrelations can be understood as condition for the construction of the place.

Keywords: Island of Cotijuba; Place, Community, Daily, Interrelations, Islanders.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: Porto da Faveira em 1989 : Acervo da Secon	74
FOTOGRAFIA 2: Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard, construído em 2000 pelo Governo Municipal	74
FOTOGRAFIAS 3 e 4: Produção de farinha e residência de Sr Manoel Soares na comunidade do Poção na ilha de Cotijuba	76
FOTOGRAFIA 5: Moradia típica de Cotijuba, os filhos ainda moram e trabalham nos mesmos lugares que seus pais	77
FOTOGRAFIA 6: Interação social entre ilhéus na feira livre que fica em frente ao antigo trapiche da Faveira.....	77
FOTOGRAFIA 7: Prédio do Educandário Nogueira de Faria pronto para inauguração na década de 1930, com destaque para boa infraestrutura e pouca ocupação humana.	82
FOTOGRAFIA 8: Visão frontal da CRC: Educandário Nogueira de Faria, (Gutemberg Guerra, 1991).	84
FOTOGRAFIA 9: Visão do interior da CRC: Educandário Nogueira de Faria.....	84
FOTOGRAFIAS 10 e 11: Ruínas da residência do governador Zacarias de Assumpção, localizada próximo a um barranco na Praia do Vai-Quem-Quer em frente à baía do Marajó	88
FOTOGRAFIA 12: Vista frontal do Educandário Nogueira de Faria, quando funcionava como presídio estadual.	92
FOTOGRAFIA 13: Instrumento de tortura usado para disciplinar os detentos dentro do presídio.....	92
FOTOGRAFIA 14: Luiz Soares, preso morto por espancamento no interior do presídio.....	92
FOTOGRAFIA 15: Irrigação por regador manual em canteiro suspenso de cheiro verde na propriedade do Sr José Augusto, no centro da ilha.....	107
FOTOGRAFIA 16: Canteiros suspenso com pequenas mudas de cheiro verde, destaque para cobertura de plástico usada para evitar erosão pluvial nos canteiros.....	107
FOTOGRAFIA 17: Pescaria artesanal em curral para o sustento da família na comunidade do Poção, curral pertencente ao Sr Manoel Souza, o “delegado”	110
FOTOGRAFIA 18: Sr Nilton bico preparando a linha com espinhel para pesca do Filhote.....	112
FOTOGRAFIA 19: Rede malhadeira exposta em quintal de pescador na Praia da Flexeira.....	112
FOTOGRAFIA 20: Espinhel pronto com anzóis grandes para a pesca do filhote e outros peixes grandes.....	112
FOTOGRAFIA 21: Transporte de tração animal carregado com areia para construção na Av. Magalhães Barata.....	117
FOTOGRAFIA 22: Fruta coletada em Cotijuba e comercializada na feira em frente ao trapiche de Icoaraci... ..	117
FOTOGRAFIA 23: Moradia típica em Cotijuba, localizada na Av. Magalhães barata próximo a comunidade “Quatro Bocas”.....	123
FOTOGRAFIA 24: Casa de veraneio, segunda residência de morador externo localizada em frente à Praia Funda.....	123
FOTOGRAFIA 25: Vista frontal da usina de geração de energia termo-diesel em Cotijuba.....	136
FOTOGRAFIA 26: Agência e depósito de equipamentos da Rede Celpa localizada na Faveira.....	136
FOTOGRAFIA 27: Residência de dona Benedita do Carmo (dona Bené) destaque para geladeira no interior de sua cozinha.....	137
FOTOGRAFIA 28: Residência de dona Benedita do Carmo destaque para máquina de lavar na área de quintal da casa.....	137

FOTOGRAFIA 29: Sistema de abastecimento de água do Poção em 2004 com sua infraestrutura em células de silício.....	142
FOTOGRAFIA 30: Jirau da residência de dona Benedita do Carmo, com destaque para proximidade entre o espaço sanitário e a fossa com o jirau.....	142
FOTOGRAFIA 31: Unidade municipal de saúde de Cotijuba, localizada próximo ao porto da Faveira.....	144
FOTOGRAFIA 32: Ambulância do SAMU de prontidão para o atendimento emergencial dos moradores ou visitantes de Cotijuba, popularmente chamada de Ambulancha.....	144
FOTOGRAFIA 33: Unidade educacional da Faveira, vinculada a fundação Eidorfe Moreira (Escola Bosque).....	146
FOTOGRAFIA 34: Escola estadual Marta da Conceição, principal unidade educacional de Cotijuba.....	146
FOTOGRAFIA 35: Mercadinho e Panificadora Ponto Certo, ambientes climatizados na Av. Magalhães Barata localizados na área da Faveira.....	151
FOTOGRAFIA 36: Pequeno comércio do Sr Guilherme Bahia (o seu jacaré), localizado na Av. Magalhães Barata, esquina da Rua da Praia Funda no centro da ilha.....	151
FOTOGRAFIA 37: Barcos da PMB Lady Liria e Antônia Queen na realização do transporte fluvial em Cotijuba.....	162
FOTOGRAFIA 38: Passageiros no Terminal Antônio Tavernard, no ato da chegada dos barqueiros da COOPERBIC à Cotijuba.....	162
FOTOGRAFIA 39: Serviço de transporte realizado pelos bondinhos destaque para lotação na Praia do Vai-Quem-Quer.....	169
FOTOGRAFIA 40: Transporte realizado pelos Mototaxistas próximo ao terminal hidroviário de Cotijuba.....	169
FOTOGRAFIA 41: Projeto de produção de Biojóias do MMIB, em parceria com o instituto Peabiru e com a empresa Mapinguari designers.....	180
FOTOGRAFIA 42: Agricultores comemorando a coleta de Priprioca projeto realizado em parceria com a empresa Natura.....	180

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Evolução da população.....	19
GRÁFICO 2: Área terrestre do município de Belém.....	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Ilhas do município de Belém.....	69
QUADRO 2: Barcos cooperados da COOPERBIC e suas capacidades de passageiros.....	161

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização da ilha de no estado do Pará.....	18
MAPA 2: Belém insular com destaque para Cotijuba.....	61
MAPA 3: Extensão territorial da ilha de Cotijuba.....	72
MAPA 4: Carta imagem dos pontos histórico da ilha de Cotijuba.....	93
MAPA 5: Uso do território na ilha de Cotijuba.....	125

LISTA DE SIGLAS

ABIC: Associação dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba
ABRA: Associação Brasileira de Arte Educadores
AMICIA: Associação dos Moradores da Ilha de Cotijuba e Ilhas Adjacentes
APIC: Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba
APL: Arranjo Produtivo Local
BANAV: Banach Navegação
BASA: Banco da Amazônia
BELEMTUR: Coordenadoria Municipal de Turismo
CAAUP: Centro de Apoio a Agricultura Urbana e Peri - urbana
CDTH: Chefe de Departamento do Transporte Aquaviário
CID: Centro de Inclusão Digital
CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CTBEL: Companhia de Transporte do Município de Belém
CODEM: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COOPERBIC: Cooperativa dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CRC: Colônia Reformatória de Cotijuba
DAICO: Distrito industrial de Icoaraci
DAMOS: Distrito Administrativo de Mosqueiro
DAOUT: Distrito Administrativo de Outeiro
DST: Doença Sexualmente Transmissível
FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FASE: Federação de Órgãos Para a Assistência Social e Educacional
FETAGRI: Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FNO: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FNS: Fundação Nacional da Saúde
FSM: Fórum Social Mundial
FUNAI: Fundação Nacional do Índio
GEDAE: Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas
GMAPIC: Grupo de Mulheres da Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba
GMB: Grupo de Mulheres Brasileiras
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEA: Associação Internacional de Drama, Teatro e Educação
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRS: Instituto de Recuperação Social
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MMIB: Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém.
MNMP: Movimento Nacional dos Motociclistas Profissionais
OCEPA: Organização das Cooperativas do Estado do Pará
ONGs: Organizações Não Governamentais
PAE: Projetos de Assentamento Agroextrativista
PAF: Projetos de Assentamento Florestal
PARATUR: Empresa de Turismo do Estado do Pará
PAS: Programa Amazônia Sustentável
PDS: Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PDU: Plano Diretor Urbano
PFS: Programa Família Saudável
PNE: Portador de Necessidade Especial
PNOT: Política Nacional de Ordenamento Territorial
PNDR: Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PMB: Prefeitura Municipal de Belém
POEMA: Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
PPGEO: Programa de Pós-graduação em Geografia
PR-RO: Partido da República/Rondônia
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMB: Região Metropolitana de Belém
SAAEB: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECON: Secretaria Municipal de Economia
SEGEP: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão
SEURB: Secretaria Municipal de Urbanismo
UFPA: Universidade Federal do Pará
UFRA: Universidade Federal Rural da Amazônia
UNAMA: Universidade da Amazônia
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIPOP: Instituto Universidade Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: LUGAR E COMUNIDADE: UM DEBATE CONCEITUAL	31
1.1 CONCEITO DE LUGAR EM GEOGRAFIA	31
1.2 CONCEITO DE COMUNIDADE	51
1.2.1 Comunidade segundo autores clássicos	51
1.2.2 Comunidade segundo autores contemporâneos	56
CAPÍTULO 2: BELÉM E SUAS ILHAS: OCUPAÇÃO HISTÓRICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO	60
2.1 UNIÃO IBÉRICA E EXPANSÃO TERRITORIAL EUROPEIA	62
2.1.2 Belém: ocupação territorial e primazia urbana	62
2.2 BELÉM NO CONTEXTO DA REDE URBANA AMAZÔNICA	64
2.3 BELÉM E SUAS ILHAS	66
2.4 RECORTE ESPACIAL: A ILHA DE COTIJUBA	71
2.5 FORMAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE COTIJUBA: UM ESFORÇO DE PERIODIZAÇÃO	78
2.5.1 De brigada militar no período da cabanagem à colônia reformatória de Cotijuba (CRC)	78
2.5.2 Do funcionamento e decadência da CRC à ocupação pós 1970	84
CAPÍTULO 3: GÊNERO DE VIDA E USO DO TERRITÓRIO	94
3.1 USO DO TERRITÓRIO EM COTIJUBA	94
3.2 GÊNERO DE VIDA	95
3.3 AGRICULTURA FAMILIAR.....	96
3.4 PESCA ARTESANAL.....	108
3.5 AGROEXTRATIVISMO	112
3.6 ATIVIDADE TURÍSTICA	117

CAPÍTULO 4: ATORES SOCIAIS, AÇÕES COLETIVAS E INFRAESTRUTURA NA ILHA	126
4.1 AÇÕES COLETIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM COTIJUBA	126
4.2 PODER PÚBLICO E PRIVADO: INFRAESTRUTURA E RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL.....	133
4.3 O SISTEMA DE TRANSPORTE REALIZADO EM COTIJUBA.....	153
4.4 MOVIMENTOS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO LOCAL E MUDANÇAS NO GÊNERO DE VIDA DOS ILHÉUS: UMA ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES DO MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM (MMIB)	170
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	185
ANEXOS	190

INTRODUÇÃO

A área insular de Belém é formada por 42 ilhas totalizando uma área territorial de 33.203, 67 km², ou seja, 65,64% de todo o território do município, e está distribuída da seguinte maneira físico-espacial. As ilhas do norte: área formada por 15 ilhas; as do centro leste: área formada por 3 ilhas; as do extremo oeste: área que apresenta 17 ilhas (Cotijuba está localizada nesta porção da Belém insular) e as do sul: área constituída por 8 ilhas.

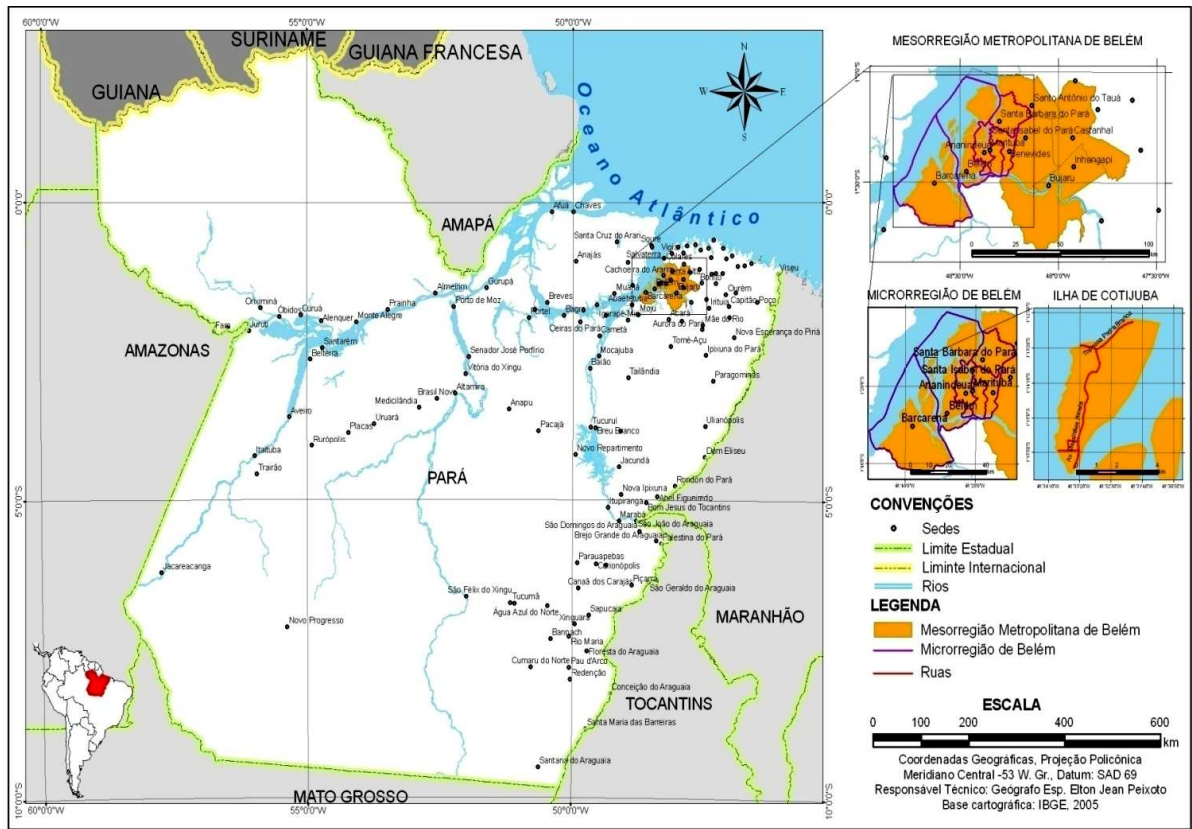
Segundo informações da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (BELÉM, 1997), a população que ocupa esta porção do município de Belém é de aproximadamente 38.590 habitantes, com um recente aumento em Mosqueiro, Caratateua-Outeiro, Cotijuba e Combu, as ilhas mais importantes da Belém insular devido a suas estreitas relações com a sede municipal.

Cotijuba está localizada geograficamente, entre o arquipélago do Marajó e as ilhas de Jutuba e Paquetá, à margem direita do estuário do rio Pará, entre as baías do Marajó e do Guajará, apresentando uma forma alongada em direção ao nordeste sudeste (BELÉM, 1997). Ela apresenta uma extensão territorial aproximada a 1.600 hectares e está localizada a 22 km da sede municipal. Até 1948 (através da Lei Estadual de nº 158), estava vinculada administrativamente ao Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS). Cotijuba está localizada nas coordenadas 1°14'51.44"S e 48°32'47.14"O. Observa-se na figura 1 a localização da ilha de Cotijuba no Pará.

A ilha está vinculada ao Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), através da lei Municipal de nº 7.682 de 1995, porém, sempre estabeleceu significativos fluxos e relações com o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO). Sua localização em relação à Região Metropolitana de Belém e ao estado do Pará pode ser observada no Mapa 1. No que diz respeito à população os dados não são coerentes. O censo demográfico de 1991 do IBGE aponta para um contingente populacional de 637 habitantes. A Fundação Nacional da Saúde (FNS) divulga 1.658 e informações da Associação dos Moradores da Ilha de Cotijuba e Ilhas Adjacentes (AMICIA) apontam para 4.000 habitantes aproximadamente.

Em um trabalho realizado em 2001 pelo turismólogo Eduardo Gomes intitulado “Ilha de Cotijuba e experiência de ecoturismo comunitário no estuário amazônico”, os dados de população são de 3.000 habitantes (informações obtidas do cadastro anual do Programa Família Saudável¹- dados de 2000).

¹ Programa do Governo Municipal que atua junto às comunidades das ilhas de Cotijuba, Urubuoca, Jutuba e Paquetá no controle de doenças endêmicas.

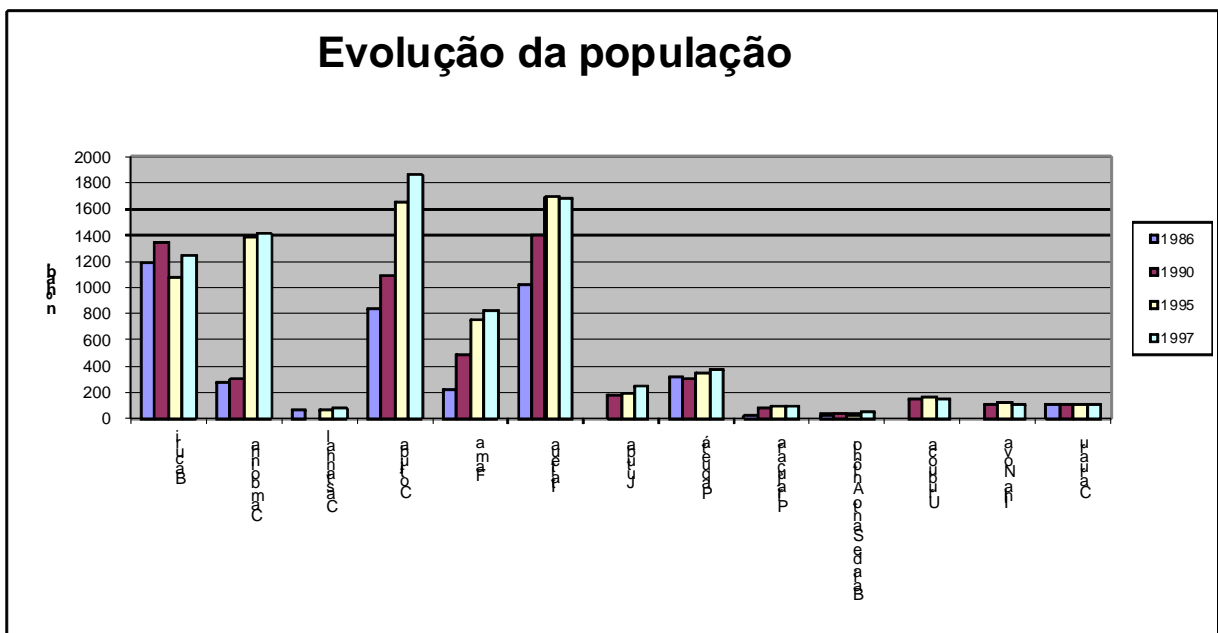


Mapa 1: Localização da ilha de Cotijuba no estado do Pará.

O trabalho realizado um ano depois pela socióloga Lana Claudia Macedo da Silva aponta para um contingente populacional de 2.133 pessoas (informações também obtidas do Programa Família Saudável- dados de 2001). O que se pode inferir neste momento é que os dados são diferentes e que precisam de uma confirmação mais atualizada.

Não foram feitas novas contagens, mas a administração local estima que hoje a ilha apresente uma população de aproximadamente 5.000 pessoas e esse contingente aumenta em momentos específicos como feriados prolongados, fins de semana e férias. Já a CTBel, com base em estudo sobre os pontos de luz instalados na ilha pela Rede Celpa afirma que a estimativa populacional alcança quase 8.000 moradores. Um dos desafios desta pesquisa é mostrar os dados mais recentes do número de habitantes em Cotijuba e se possível o número de visitantes também.

GRÁFICO 1



Fonte: (SECON, 1998).

Segundo o Gráfico 1, desde 1998 a ilha de Cotijuba já apresentava um percentual populacional superior ao de outras ilhas citadas no mesmo (perdendo somente para Mosqueiro e Outeiro, não citadas no gráfico) e isso está diretamente relacionado ao fato de Cotijuba realizar importantes relações econômicas e administrativas com o continente. No que diz respeito à administração pode-se ressaltar a importância do Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT), o

qual é responsável do ponto de vista administrativo por Cotijuba, logo, vincula administrativamente a ilha a Belém.

Pode-se ainda ressaltar o fato de que no Distrito de Icoaraci existe um trapiche onde se recebe parte significativa dos produtos agrícolas e do extrativismo das ilhas e especificamente de Cotijuba; tal realidade reforça ainda mais o vínculo econômico existente entre a ilha e o continente.

Cabe ainda informar que alguns habitantes de Cotijuba trabalham em Icoaraci ou Belém, seja, como comerciantes, funcionários públicos ou da iniciativa privada e ainda como vendedores ambulantes, como é o caso de dona Ilda Oliveira do Carmo, que realiza no Distrito de Icoaraci a venda de polpas de frutas coletadas nos quintais de parentes ou amigos residentes na ilha. Tarefa que lhe garante o sustento há muito tempo.

Cotijuba é a terceira maior ilha em dimensão territorial do arquipélago belenense (ficando atrás de Mosqueiro com 21.254,67 ha e Caratateua-Outeiro 3.165,12 ha). E nos últimos anos ela vem sofrendo transformações significativas no que tange ao povoamento, atividades econômicas como a agricultura de subsistência, e instalação de novas atividades comerciais e de lazer desde 1994 (GUERRA e CARVALHO, 2003, p.199). Tais transformações, ao longo dos anos, tem imprimido mudanças relevantes na estrutura e na dinâmica espacial da ilha.

Mudanças como o novo *trapiche* da Ilha (lugar de depósito de mercadorias, de embarque e desembarque de passageiros, corredor de acesso às embarcações que prestam o serviço de transporte de cargas e pessoas), ou seja, o *Terminal Hidroviário* Poeta Antônio Tavernard², construído em 2000 pelo poder público municipal.

Os terminais hidroviários de passageiros e cargas na Amazônia são na verdade elementos de apoio ao sistema de transporte, pois proporciona a integração entre os indivíduos e o veículo de transporte (no caso as embarcações).

Outras mudanças na paisagem são resultado da instalação da usina termoeletrica, o aumento do desmatamento para plantio e moradia, do povoamento e do comércio local, assim

² Antônio Tavernard nasceu no dia 10 de outubro de 1908, no mês do Círio de Nazaré e por isso será batizado com o nome de Antônio de Nazareth Frazão Tavernard, filho de Othílio Tavernard e Marieta Frazão Tavernard, na outrora Vila Pinheiro (abreviação de Vila de São João do Pinheiro), atual Icoaraci, distrito de Belém, em um chalé, em estilo português, que ainda pode ser visitado, na Rua Siqueira Mendes, número 585. A alegria em sua poesia supera a dor de ter sofrido, em toda a sua juventude, do mal de Hansen, doença que o vitimou aos 28 anos de idade. Sua poesia contorna toda essa tragédia para transparecer luminosa e alegre, como a dos grandes poetas que fizeram da juventude o seu entusiasmo.

como outras mudanças ocorridas diretamente nos hábitos e costumes da comunidade que ao longo dos anos vem deixando de estar ligado à lógica do campo (tempo lento, tempo da natureza) para se apresentar cada vez mais ligadas a lógica do urbano (tempo rápido).

A ilha de Cotijuba, parte da metrópole belenense, é o recorte espacial do presente trabalho. Nela podem-se perceber relações sociais que acontecem diariamente nas ruas, feiras, nos trapiches, nas praias e em outros espaços, relações de caráter econômico, ambiental, cultural e espacial que se desenvolvem no âmbito do cotidiano das pessoas.

Há na ilha de Cotijuba, atividades produtivas, comerciais e culturais, que envolvem os seus moradores, e influenciam na construção do lugar (CARLOS, 1996). A *pesca*, a *agricultura*, o *extrativismo*, o *turismo*, as *manifestações religiosas*, o *comércio* e a prestação de *serviços* de transporte fluvial e terrestre são algumas das principais atividades realizadas pelas pessoas que residem ou visitam a ilha.

Na porção leste e oeste de Cotijuba, existem algumas famílias que fazem parte do conjunto de comunidades que atuam no local. Uma das principais atividades desenvolvidas por elas é a pesca, de caráter predominantemente artesanal, com técnicas tradicionais que buscam somente satisfazer as necessidades básicas das famílias dos pescadores.

Além do peixe, a pesca do camarão (*Macrobrachium jelskii*) é outra opção dessas famílias, realizada de forma artesanal por meio de redes e *matapis*.³ Pratica-se esta modalidade de pesca nos furos e igarapés próximos às residências dos pescadores, e sua produção serve fundamentalmente para o consumo das pessoas da família, com a venda do excedente para vizinhos ou intermediários.

Outra atividade ainda presente em Cotijuba é a agricultura familiar ou de subsistência, a qual também é desenvolvida para complementar o sustento das famílias que trabalham a terra, plantando roças policultoras produtoras de hortaliças, cultivando espécies como couve-flor (*Brassica oleracea*, var. *Botrytiscauliflora*), macaxeira (*Manioc sculenta*), feijão-verde (*Vigna sinensis*), cebolinha (*Allium fistulosum*), cheiro verde (*Coriandrum sativum*), alface (*Lactuca sativa*) e outros produtos que fazem parte, junto com o que é pescado e com o açaí (*Euterpe oleracea*) e a bacaba (*Oenocarpus circumtextus*), do seu consumo diário.

³ O *matapi* é confeccionado com talas de Jupati (*Hymenaea courbaril L.*) e Burity (*Mauritia flexuosa*) é uma armadilha tradicional usada pelos ribeirinhos na pesca do camarão, a qual apresenta uma cesta cilíndrica, com variações de diâmetro 15 e 25 cm e de 40 a 60 cm de comprimento. Uma pequena entrada circular nas extremidades permite a entrada do camarão e outra entrada quadrangular, lateral, permanece fechada por uma pequena porta que só pode ser aberta quando da retirada da armadilha da água para retirada dos camarões em seu interior.

Mesmo a agricultura não sendo mais uma atividade muito freqüente na ilha verificou-se o envolvimento dos membros da família na organização das atividades que envolvem a mesma, por meio da divisão familiar do trabalho. Divisão que se realiza no plantio, no trato, na colheita ou ainda no escoamento e no comércio dos produtos da roça na feira do lugar (localizada em frente ao posto de saúde no antigo Porto da Faveira), ou nas feiras de Icoaraci e Belém.

As roças da comunidade estão espalhadas em partes variadas da Ilha, porém é na área central do território que elas se fazem mais presentes, visto que as áreas mais ao Sul e ao Norte (próximo a Praia do Vai-Quem-Quer) as famílias estão mais ligadas às atividades econômicas relacionadas com a dinâmica do porto e das praias do Farol, do Amor, do Cemitério, da Saudade e do Vai-Quem-Quer, ou seja, ligadas a dinâmica da atividade balneária local. Na porção Norte além das praias envolverem muito mais o cotidiano da comunidade o solo é arenoso (areia de construção) o que não possibilita o desenvolvimento satisfatório das culturas agrícolas plantadas.

É importante ressaltar que esta prática produtiva está a cada ano sendo abandonada pelos agricultores devido a falta de incentivos ou mesmo pela preferência que os mesmos dão a outras atividades como o comércio ou a prestação de serviços de transportes. Essa mudança de opção produtiva causou um freio na produção agrícola que em décadas anteriores foi a principal atividade econômica de Cotijuba.

O extrativismo é uma atividade realizada por muitos moradores e não proporciona uma renda como a da agricultura, da pesca ou do comércio, visto que a mesma só pode ser realizada no período de safra das frutas, como o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o taperebá (*Spondias lutea*), o muruci (*Byrsonima sp*), a jaca (*Artocarpus integra*) e a pupunha (*Guilielma speciosa*). As frutas, na maioria das vezes, viram polpas e são comercializadas pelos próprios moradores da ilha em Icoaraci ou Belém.

Segundo Guerra (2007), em Cotijuba, os açazais, em sua maioria, estão localizados nas proximidades das habitações ou em lugares onde estas existiam, indicando uma proximidade entre o homem e esta cultura considerada nativa e de exploração associada ao extrativismo.

Além da atividade extrativa de coleta de frutas, existem outros recursos extraídos da natureza da Ilha, como areia e árvores, os quais servem para a comunidade como matérias primas na construção de suas habitações.

Para Guerra (2007, p.22):

Em Cotijuba, pode-se considerar como atividades extrativas, a exploração de areia para a construção civil, a derrubada de árvores para a fabricação de estacas ou para a construção civil e a coleta de alguns produtos florestais existentes na Ilha. O mais significativo, porém, tem sido a eliminação de árvores para instalação de moradias, na parte sul e na costa oeste da Ilha, embora esta prática esteja sendo compensada pela diminuição da pressão sobre outras áreas anteriormente utilizadas com maior dinamismo ou pela substituição das plantas nativas por outras culturas consagradas como domésticas.

O entendimento de Guerra (2001) relata que uma das atividades realizadas pela comunidade em busca de moradia, ou construção de casas de veraneio ou de comércio é o extrativismo vegetal, o qual tem contribuído significativamente para uma nova configuração territorial em Cotijuba. O surgimento de novas habitações e o intenso desmatamento são reflexos desta realidade.

Entre as atividades culturais desenvolvidas pelas famílias da ilha, estão as manifestações religiosas desenvolvidas por diferentes denominações cristãs como a igreja Católica, a Assembléia de Deus, Adventistas do Sétimo Dia, Salão do Reino das Testemunhas de Jeová e Quadrangular. A igreja Católica realiza anualmente algumas festividades religiosas, dentre elas destaca-se a festividade de Nossa Senhora da Conceição, comemorada desde 1994, no período de 01 a 08 de dezembro. A igreja desta Santa está localizada na comunidade da Flexeira, na costa oeste da ilha.

Além dessa festividade, Cotijuba celebra desde 1952 a festividade de São Francisco de Assis, padroeiro dos católicos do lugar. Sua igreja está localizada na área da Faveira (antigo trapiche da ilha) e a festa acontece no período de 01 a 04 de outubro.

As outras denominações religiosas costumam realizar seus cultos ao longo da semana, onde praticam seus rituais sacros, orações, projetos de ajuda humanitária e espiritual, mas sem a veneração aos santos. Esses eventos envolvem grande parte dos moradores de Cotijuba, os quais se reúnem em torno de suas convicções religiosas e com isso interagem, se relacionam e se aproximam, tornando a produção do lugar concreta a partir de seus interesses comuns.

No comércio são desenvolvidas atividades cotidianas que estão imprimindo à paisagem do lugar novas formas urbanas. Ressalta-se que antes da inauguração da linha fluvial da PMB e da usina termo-diesel da Rede Celpa, o comércio era basicamente uma atividade secundária, baseada na existência de pequenos estabelecimentos familiares que vendiam mercadorias vindas de Icoaraci ou Belém para abastecer as poucas famílias que residiam na ilha. Hoje, tornou-se uma atividade mais complexa com a presença de casas comerciais de médio porte, depósitos de bebidas e de gás, mercadinhos, estâncias e lojas de materiais de construção.

A prestação de serviços está presente em várias áreas com destaque para a de saúde, onde a ilha dispõe de uma unidade básica de saúde e projetos da FNS e da PMB, de educação básica, onde escolas do poder público estadual e municipal prestam serviços à comunidade. Neste contexto destaca-se a Escola Estadual Marta da Conceição, escola de ensino fundamental e médio de maior porte em Cotijuba.

Ainda pode-se ressaltar a presença de serviços de coleta de lixo, geração de energia e de transporte fluvial e terrestre oferecidos por variados atores sociais. No momento final desta pesquisa serão abordados com mais detalhes alguns desses serviços, especialmente o de geração de energia e de transporte fluvial e terrestre.

Para complementar o que já foi exposto até aqui, é bom lembrar que o cotidiano da comunidade é marcado pela presença de organizações comunitárias locais, organizações públicas e privadas que atuam no território e que tais organizações produzem uma complexa dinâmica espacial que influencia nas experiências comunitárias e conseqüentemente na dinâmica do cotidiano, o que vem colaborando historicamente para a construção do lugar na ilha de Cotijuba.

Vários trabalhos já foram realizados em várias linhas de pesquisa no recorte espacial aqui estudado (PEREIRA, FARIAS & SANTOS, 2000; SILVA, 2003; GUERRA, 2007). No entanto, não se levou em consideração nos mesmos as *interrelações da comunidade e a ações do poder público e privado* no território como fatores importantes na construção do lugar e do espaço geográfico da ilha. A presente pesquisa se propõe a desenvolver esta investigação, buscando fazer uma periodização, a qual vai considerar a análise da estrutura e da dinâmica espacial da ilha de Cotijuba desde o início de sua ocupação, passando pela década de 1990, especificamente 1994, quando a Prefeitura Municipal de Belém instalou a linha fluvial que liga o distrito de Icoaraci à ilha e culminar com a atualidade, marcada por novos equipamentos e serviços urbanos, novos usos do território e nova configuração territorial.

Nesse esforço busca-se mostrar como a ilha se encontra do ponto de vista social, econômico e ambiental, antes e depois da implantação da linha fluvial da Prefeitura, ou seja, pretende-se mostrar Cotijuba antes de 1994 e depois de 1994.

Dentro do referido contexto, o problema a ser investigado se configura nos seguintes questionamentos: Quais as transformações ocorridas na estrutura e na dinâmica do espaço de Cotijuba por ocasião das relações e fluxos estabelecidos entre a população desta ilha e o continente? Quais os usos dados ao território pela população residente e visitante da ilha e como a comunidade da mesma está organizada social e politicamente? Como as atividades e interrelações

cotidianas da comunidade de Cotijuba podem ser entendidas como condição para a construção do lugar? Quais as mudanças mais significativas percebidas no lugar resultantes das interrelações entre os ilhéus, os movimentos comunitários e as instituições públicas e privadas que atuam no território?

A partir da problemática citada acima, cabe a formulação das seguintes hipóteses: O município de Belém e suas ilhas se apresentam separados não só pela distância física, mas política e social, pois segundo os planejadores da cidade a parte insular tem sido ao longo do tempo relegada a segundo plano. Realidade reforçada principalmente por um contexto urbano-industrial, que ainda perdura na maioria das concepções que se impõe, ou seja, talvez as gestões municipais atribuam menor importância às ilhas de Belém do que a parte continental, principalmente no que diz respeito a serviços básicos como saúde, educação, saneamento, transporte de qualidade, abastecimento de água e comunicação.

A paisagem da ilha de Cotijuba apresenta significativas transformações em vários aspectos, seja no uso do solo, nos hábitos cotidianos, na infraestrutura e na relação dos indivíduos com a natureza. Acredita-se que tais transformações estejam intimamente ligadas às relações que a população da ilha estabelece com o distrito de Icoaraci e com Belém.

No dia-a-dia das famílias da comunidade da ilha várias atividades econômicas e de subsistência são realizadas, dentre elas o trabalho na agricultura, o comércio formal e informal, o extrativismo e a pesca artesanal, os serviços públicos e privados etc. Essas atividades somadas com religiosidade, identidade e outras manifestações culturais comunitárias seriam responsáveis pela produção do lugar em Cotijuba.

As linhas fluviais que fazem o tráfego de pessoas e mercadorias ajudam na intensificação dos fluxos realizados entre a ilha e Belém. Tais fluxos também podem estar ligados à construção do lugar, pois são compostos por visitantes e pessoas que trabalham na ilha. Essa dinâmica é realizada diariamente dando corpo ao espaço local, visto que novos equipamentos vão surgindo ao longo do tempo com a finalidade de suprir as necessidades básicas da população residente e visitante. As demandas da população são supridas por uma parca infraestrutura local, a qual vem se estruturando desde o início da ocupação da ilha pelos primeiros habitantes, os quais por meio do uso do território e dos recursos naturais da Ilha transformaram a paisagem.

As relações estabelecidas entre Cotijuba e Belém podem ter contribuído significativamente para a construção do lugar pela população que habita ou visita a ilha. Atividades como o turismo, o transporte de pessoas e mercadorias feito pelos barcos da Cooperativa dos Barqueiros da ilha de

Cotijuba (COOPERBIC) e da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), bem como os serviços e as relações institucionais e o abastecimento interno sugerem que as relações existentes entre ilha e metrópole são complexas. Presume-se que isso tem trazido como resultado mudanças no modo de vida da comunidade, mudanças nos hábitos, costumes, padrão de consumo e qualidade de vida.

A capital do estado do Pará apresenta uma parte continental e uma insular. A parte insular é formada por 42 ilhas de dimensões territoriais e realidades socioeconômicas bem diferentes umas das outras e isso fez com que as mesmas se tornassem objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento científico. Dentro dessas áreas do conhecimento, destaca-se os trabalhos realizados por historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e geógrafos, esses últimos responsáveis pelas análises socioespaciais e ambientais dos territórios dos ilhéus.

Isso significa que a ilha de Cotijuba também desperta e despertou interesse, e continua sendo, ao longo dos anos, objeto de estudo de vários pesquisadores (PEREIRA, FARIAS & SANTOS, 2000; SILVA, 2003, GUERRA, 2007), mas apesar disso, ainda não foi possível dar conta de explorar de forma detalhada os fenômenos que se desenvolvem no conjunto da população visitante e residente da ilha.

Um dos trabalhos mais recentes foi o do professor Gutemberg Guerra, intitulado *Efeitos da Ocupação urbana no extrativismo vegetal da Ilha de Cotijuba*⁴, que trata das diversas transformações provocadas pela intensificação das atividades de lazer, proporcionadas, sobretudo pela regularização do transporte que dá acesso e permite a locomoção interna na ilha.

Levando em consideração o exposto, entende-se que é de grande *relevância científica e social* se desenvolver um estudo que aborde as *interrelações cotidianas da comunidade e a construção do lugar em Cotijuba*. As relações e as experiências cotidianas no espaço vivido são importantes para compreensão do dia-a-dia das famílias, suas atividades econômicas ou de sobrevivência, expressões culturais e sua relação com o meio natural. Isso são elementos importantes para o planejamento e execução de políticas de desenvolvimento territorial, as quais, dependendo de sua abrangência, podem melhorar a vida das pessoas do território planejado.

Neste contexto, torna-se importante fazer *uma análise na dinâmica e na estrutura espacial da ilha em períodos diferentes* (antes de 1994 e depois de 1994), tentando relacionar tal realidade com a *dinâmica cotidiana da comunidade ilhoa*, e desta dinâmica com a *construção do lugar*

⁴ Trabalho que foi publicado pela editora da Universidade da Amazônia (UNAMA) em 2007. Gutemberg Guerra é professor e pesquisador do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, e vem há tempos produzindo artigos, livros e outras publicações referentes ao recorte espacial apresentado na pesquisa.

pelos mesmos, considerando suas interrelações diárias, as quais dão um forte teor de identidade destas pessoas com o lugar em estudo.

Nesta pesquisa analisa-se como as atividades socioeconômicas cotidianas se desenvolvem no âmbito do espaço vivido e do uso dado ao território pelos ilhéus, visando identificar as interrelações sociais desenvolvidas no interior de Cotijuba, com a finalidade de entender como elas influenciam na construção e na reconstrução do lugar.

Nas pesquisas de revisão bibliográfica foram investigados os trabalhos já publicados e disponíveis a respeito da compreensão teórico-conceitual da categoria lugar e comunidade. Ressalte-se que a Geografia apresenta diferentes análises sobre a categoria *lugar* (SANTOS, 2004; CARLOS, 1996; DAMIANI, 2005; MOTA, 2008, TUAN, 1980, 1995 entre outros). Tal fator tem contribuído não para o encerramento e sim para o enriquecimento da categoria como ferramenta fundamental para o entendimento dos fenômenos que se desenvolvem no espaço geográfico, sejam esses fenômenos de caráter social, econômico, cultural ou ambiental. A proposta aqui descrita se apropria de tal ferramenta para se concretizar, entendendo o lugar como categoria de análise do espaço.

Outro conceito de grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa é o conceito de *comunidade*, o qual por sua vez não é significativamente estudado por geógrafos e sim por vários outros cientistas, como os antropólogos, historiadores e sociólogos (TÖNNIES, 1973; MACIVER, 1973; PERUZZO, 2002; FERNANDES, 1973; WEBER, 1973). A Sociologia é uma das ciências que mais contribuem para o bom entendimento sobre o conceito de comunidade.

Os dois conceitos são fundamentais para que se tenha um melhor entendimento da construção e reconstrução do lugar pelos indivíduos da comunidade e pelos visitantes da ilha. Também servirão de ponte para qual se alcance os objetivos propostos na pesquisa, visto que a mesma tem como uma de suas hipóteses o fato de que a comunidade em Cotijuba constrói e reconstrói o seu lugar cotidianamente por meio de diferentes experiências vividas e por complexas atividades e interrelações intra-comunitárias.

A presente pesquisa está relacionada à corrente da Geografia Humanística, pois abarca as formulações sobre a construção do lugar pela comunidade da ilha de Cotijuba por meio das relações estabelecidas na vida cotidiana, por identidades sociais, por interrelações entre membros de uma mesma família ou de famílias diferentes, envolvendo assim, o vivido, o concebido e percebido do grupo comunitário. Realizou-se a pesquisa em quatro momentos, sendo que o primeiro momento do trabalho foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica, a qual deu

base e condições para análise de variadas contribuições sobre o estudo do lugar em Geografia, bem como do conceito de comunidade em Geografia e em Sociologia.

A pesquisa bibliográfica foi realizada ao longo de todo o trabalho e órgãos públicos e privados foram alvos da mesma, que lançou mão de documentos oficiais e livros publicados pelos autores considerados referência ou autoridades nas temáticas que se pretendeu abordar.

O segundo momento iniciou com a empiria propriamente dita, pois foi realizada por meio de trabalho de campo, e para isso fizeram necessárias várias visitas à ilha de Cotijuba, onde foi possível entrar em contato com a realidade estudada com o propósito de analisá-la.

As informações coletadas durante as visitas foram registradas para posterior análise. Na oportunidade das visitas foram realizadas entrevistas com pessoas idosas (antigos moradores), líderes comunitários, trabalhadores e visitantes da ilha. Após as pesquisas e as visitas à ilha se fez a tabulação dos dados para realização de uma análise detalhada a fim de se entender como a comunidade do lugar se relacionava entre si e com a natureza e como era a configuração do espaço local no passado e como ele é agora.

O terceiro momento foi o de cruzamento das informações e posterior embate de ideias, confirmação ou não das hipóteses e discussões com o professor orientador sobre as preliminares conclusões tiradas para possíveis correções, confrontações ou concordâncias.

Depois de continuar com as mais variadas leituras de autoridades na temática proposta na pesquisa partiu-se para o quarto momento, que foi a finalização do texto da dissertação.

O conjunto da documentação oficial é muito variada, ou seja, composta de documentos impressos e manuscritos, como relatórios e material específico dos órgãos oficiais que atuam no recorte espacial, bem como das associações e cooperativas locais. Também foram consultadas as produções acadêmicas das instituições de pesquisa que tem trabalhos produzidos na linha da pesquisa proposta, tais como a UFPA e na UNAMA e todos os seus núcleos produtores de material referentes ao trabalho, as bibliotecas públicas e a dos órgãos do governo como SEGEP, CODEM, dentre outros.

O primeiro capítulo é denominado *lugar e comunidade: um debate conceitual*. Neste capítulo se buscou fazer um levantamento teórico sobre a contribuição dos geógrafos sobre o estudo do lugar, ou seja, foi realizado um estado da arte como objetivo de esclarecer o pensamento geográfico sobre o estudo do lugar para posteriormente se analisar se a categoria pode ser percebida na realidade do recorte espacial escolhido. Este capítulo foi fundamentado nas obras de Santos (2004), Carlos (1996), Damiani (2005), Mota (2008) e outros.

Outra proposta neste capítulo foi a de levantar o debate sobre o conceito de comunidade e para isso acontecer foi feita uma abordagem sobre a contribuição da Geografia e da Sociologia para o entendimento deste conceito complexo. A base referencial da Sociologia para este momento do trabalho foi a dos seguintes autores Tönnies, (1973), Maciver (1973), Peruzzo (2002), Fernandes (1973) e Weber (1973).

No segundo capítulo denominado de *Belém e suas ilhas: ocupação histórica e ocupação do espaço na ilha de Cotijuba* são explorados aspectos como a localização geográfica de Belém, sua fundação e expansão territorial, seu contexto na rede urbana amazônica e a ligação que esta capital apresenta com sua porção insular. Além disso, se fez um breve histórico de Belém, levando em consideração seus fluxos e relações com sua porção insular especificamente com a ilha de Cotijuba.

Buscou-se fazer um levantamento histórico e uma análise sobre a formação geográfica da ilha de Cotijuba, por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas com moradores mais antigos. Para construção de uma periodização deste processo, buscaram-se informações referentes à Colônia Reformatória de Cotijuba e seu papel na organização territorial da ilha. O trabalho de Amaral (1992), fotografias e jornais da época foram fundamentais neste momento.

O terceiro capítulo foi intitulado *Gênero de vida e uso do território*. O objetivo deste capítulo foi analisar as mudanças no gênero de vida dos indivíduos da comunidade, por ocasião de forte ligação entre ilha e metrópole, bem como a organização do trabalho no interior da ilha na agricultura, na pesca, no extrativismo e na atividade turística.

Finalizando o trabalho foi produzido o quarto capítulo *Atores sociais, ações coletivas e infraestrutura na Ilha*. Aqui se pretendeu analisar as relações estabelecidas entre a população de Cotijuba e Belém, a partir de atividades de trabalho e de estudo garantidas pelo transporte fluvial. Foram abordados os movimentos sociais, o desenvolvimento territorial, os serviços, o comércio e relações institucionais (PMB), o abastecimento etc. Neste momento buscou-se descrever a infraestrutura existente (vias, abastecimento de água, energia elétrica, trapiches, postos de saúde, escolas, telefonia etc.)

Após a produção dos quatro capítulos da dissertação, os quais envolvem teoria e experiências vividas sobre os fenômenos que acontecem no lugar Cotijuba, finalizou-se o trabalho com algumas considerações finais, as quais buscam acima de tudo, o não encerramento do debate sobre a construção do lugar a partir das interrelações entre ilhéus e os recursos naturais da ilha e sim instigar novos estudos sobre este recorte insular.

Neste contexto, constatou-se na pesquisa que as transformações que ocorrem na estrutura e na dinâmica do espaço de Cotijuba são fruto das relações e dos fluxos estabelecidos entre a população desta ilha e o continente; os usos dados ao território pela população residente e visitante da ilha estão ligados aos seus gêneros de vida, a relação que estabelecem com o meio ambiente e as atividades socioeconômicas desenvolvidas na ilha; as atividades, vivências, experiências individuais e coletivas do grupo e as interrelações cotidianas da comunidade são entendidas como condição fundamental para a construção do lugar na ilha de Cotijuba.

As mudanças mais significativas percebidas no lugar resultantes das interrelações entre ilhéus, movimentos comunitários e as instituições públicas e privadas que atuam no território estão retratadas na atual infraestrutura encontrada em Cotijuba. São novos objetos como o terminal hidroviário, a rede de energia, a água encanada, a telefonia móvel e fixa, os estabelecimentos comerciais, os restaurantes, os bares e as lanchonetes, ligados à lógica do turismo de massa.

Os fluxos de mercadorias e pessoas dentro da ilha se intensificam com a regulamentação da linha fluvial oficial da PMB, a qual subsidia uma embarcação de grande porte com capacidade para 400 passageiros, fato que contribui significativamente para a apropriação do lugar e transformação nos hábitos, costumes e valores da população de Cotijuba.

CAPÍTULO 1: LUGAR E COMUNIDADE: UM DEBATE CONCEITUAL

Neste capítulo se faz um levantamento teórico sobre a contribuição de alguns geógrafos sobre o estudo do lugar, ou seja, faz-se um estado da arte neste momento do trabalho com objetivo de esclarecer o pensamento geográfico sobre o estudo do lugar para posteriormente se analisar se a categoria pode ser percebida na realidade do recorte espacial em estudo. Este capítulo é de grande relevância para a sustentação teórica do texto dissertativo, visto que o mesmo foi desenvolvido após minuciosa investigação na literatura disponível.

Contribuições de geógrafos como Milton Santos, Yi-fu Tuan e Ana Alessandri Fani Carlos serão de grande proveito. No entanto, contribuições de outros profissionais serão levadas em consideração e servirão para elaboração do texto neste primeiro capítulo do trabalho.

Também será feita uma análise sobre o conceito de comunidade, pois o mesmo será de grande utilidade para se entender como a comunidade da ilha de Cotijuba produz o seu lugar por meio de suas experiências vividas no cotidiano.

É importante ressaltar que o estudo de tal conceito foi construído dentro de uma perspectiva sociológica primeiramente e que posteriormente outras contribuições científicas serão consideradas.

Autores clássicos como Ferdinand Tönnies, Louis Wirth, Max Weber e autores mais contemporâneos como Cecília Peruzzo servirão de bases bibliográficas importantes para a análise do conceito de comunidade.

1.1 CONCEITO DE LUGAR EM GEOGRAFIA.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade (CARLOS, 1996, p. 31).

Discorrer sobre o lugar em Geografia não é tarefa fácil para os geógrafos e sim um grande desafio teórico, visto que a categoria não apresenta um conceito definido, o que abre espaço para variadas análises e entendimentos por parte dos estudiosos da temática.

Para se escrever sobre o lugar é preciso lançar mão de todas as contribuições até agora apresentadas pela Geografia com o objetivo de melhor explicar tal categoria e contribuir para uma

análise particular do espaço geográfico, espaço este formado por inúmeros objetos e relações entre grupos sociais.

Santos (2004) afirma que o espaço geográfico é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações, um conjunto indissociável. Cada subespaço inclui uma fração desses sistemas maiores, cuja totalidade é o mundo. É de fundamental importância considerar a ligação que existe entre os lugares e o mundo, ou seja, entre a totalidade e o particular.

Cada subespaço se define conjuntamente por uma tecnoesfera e uma psicoesfera, funcionando de modo unitário. A tecnoesfera é o mundo dos objetos e a psicoesfera é da ação. Os objetos, naturais ou artificiais, são híbridos já que não tem existência real, valorativa, sem as ações. Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros (SANTOS, 2004, p. 159).

Nas ciências ditas humanas, principalmente na Geografia definir o lugar é um grande desafio, visto que a contemporaneidade do mundo aponta para um momento em que o mesmo se encontra muito complexo devido à atuação do processo de globalização e seus fluxos. Neste sentido, percebeu-se a necessidade de uma redefinição do que vem a ser o lugar em sua totalidade e acima de tudo em suas singularidades.

O debate sobre a noção de lugar se configura como sendo de grande importância para a ciência geográfica, pois segundo Santos (2004) o mesmo propõe duas vertentes de percepção. O lugar visto de fora e o lugar visto de dentro, isso levando em consideração o grau de densidade técnica do mesmo, pois para este autor pode-se definir o lugar a partir de diferentes bases, a *densidade técnica*, a *densidade informacional*, *densidade normativa* e a ***densidade comunicacional***, esta última de extrema importância para que os grupos sociais se reproduzam comunitariamente e produzam suas experiências e vivências no cotidiano.

O debate sobre a noção de lugar não pode ser construído sem levar em consideração as mudanças percebidas no mundo da produção, do consumo, da comunicação e da circulação. Essas mudanças são resultantes do atual processo de aceleração do conhecimento científico e técnico, ou seja, o desenvolvimento da técnica é o grande colaborador para as transformações no mundo globalizado.

Logo, para se levantar tal discussão e se debruçar sobre a noção de lugar é preciso considerar as transformações que ocorrem no mundo moderno, visto que o mesmo tem uma forte relação com os lugares.

Cada vez mais os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (os lugares), não se realizariam, e o número é muito grande. As regiões se tornaram lugares funcionais do *todo espacial*, espaços de conveniências, (SANTOS, 2004).

O que Santos quer elucidar é que a relação que há entre mundo e lugar é muito forte e condiciona o dinamismo e a complexidade socioespaciais de ambos, pois não se pode dissociar a unidade da diversidade, visto que o lugar define-se como funcionalização do mundo e é por meio dele que o mundo é percebido empiricamente.

Milton Santos entende que:

A cada momento, é como se a totalidade se estivesse cindindo, para reconstruir-se no momento seguinte, onde uma nova cisão renova o movimento. Não distinguiríamos sobre unidade e diversidade, se não soubéssemos que a unidade é o próprio do Planeta e da História, e a diversidade é o próprio dos lugares. Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma História em movimento. O lugar, aliás, definiu-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente (SANTOS, 2004, p. 158).

A ideia de lugar como um ponto de localização dos fenômenos geográficos no espaço perde força, ou seja, a noção de lugar como situação apenas determinada pelas coordenadas geográficas, transformou-se na atualidade e ganhou novas dimensões, novos enfoques, o lugar ganhou novos e diversos *conteúdos*.

Assim, as transformações de um mundo mergulhado na lógica da internacionalização de padrões de produção, consumo e hábitos, vão levar a significativas transformações no pensamento geográfico sobre a concepção da noção de lugar. É neste contexto então que se justifica a grande empreitada que é a análise sobre tal categoria. Isso não quer dizer que as análises sobre o lugar estejam encerradas e sim estão no auge do discurso geográfico da atualidade.

É de fundamental importância esse debate para uma compreensão mais lúcida dos fenômenos socioespaciais e os geógrafos devem buscar a construção de uma teoria geográfica sobre o lugar, teoria que leve em conta os conteúdos objetivos e subjetivos que se encontram no bojo desta categoria. Pensar o lugar então é, acima de tudo, pensar o mundo (geral) e o particular das comunidades que o constroem por meio de suas vivências e experiências no cotidiano. “O lugar pede passagem na Geografia” (MOTA, 2006, p. 121).

O lugar não é definido apenas pela escala, ou seja, pela simples localização em um mapa e sim como parte que integra um *todo espacial* diretamente ligado à divisão espacial do trabalho; ele é cheio de significados e complexamente produzido ao longo da história da humanidade.

Partindo de uma perspectiva humanista em Geografia podemos pode-se entender melhor os meandros teóricos referentes à análise do lugar. A corrente humanista da Geografia, com objetivo de entender melhor a humanidade, busca refletir sobre os fenômenos geográficos que se desenvolvem historicamente no contexto da relação entre o homem e a natureza, ou seja, procura estudar as relações das pessoas com a natureza, seus comportamentos, sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1980, p. 143).

Para os seguidores da corrente humanística, o *lugar* é principalmente um produto da experiência humana, ou seja, significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Ou ainda, o lugar é um centro de significados construído pela experiência vivida pelo indivíduo (TUAN, 1995). Trata-se na realidade de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. A sensação de segurança e proteção inerente aos lugares justifica seu caráter emotivo. Ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (TUAN, 1995). Nas palavras de Buttimer (1985, p. 228), “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

Para Tuan (1980), a Geografia Humanística é a corrente de pensamento que dá suporte para se entender o humanismo de forma mais abrangente, ou seja, entender o homem e suas relações com outros homens e com a natureza. É neste contexto humanístico então, que se engendra o debate da construção do lugar, pois este fragmento é resultado das ações (psicoesfera) que a humanidade realiza nos objetos do espaço (tecnoesfera), independente do teor técnico do mesmo.

Em resumo a Geografia Humanística tem como finalidade desenvolver estudos referentes aos conhecimentos geográficos, resultantes da interação histórica entre os homens e os recursos da natureza. Nota-se que a produção deste conhecimento se dá em espaços mais particulares dos indivíduos, os lugares, estes por sua vez se configurando como reflexo do mundo, da totalidade.

Como mencionado anteriormente, a Geografia Humanística reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor o entendimento do homem e de sua condição; ela se junta com outras ciências sociais na esperança de prover uma visão mais precisa do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, de seu comportamento geográfico, seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar.

Esta disciplina tem como objetivo primário entender as ideias articuladas do homem, visto que este trás como singularidade a capacidade de pensar e refletir no e sobre o espaço. Neste contexto, cabe a este ramo do conhecimento o estudo do conhecimento geográfico, o qual está diretamente ligado às ideias de espaço, território, lugar, recurso etc. No entanto, a categoria que se procura entender, das apresentadas pelo conhecimento geográfico, é o lugar.

O lugar segundo Tuan (1980) pode ser entendido em sua essência biológica, quando se observa um animal em seu habitat natural, quando este busca satisfazer suas necessidades de animal para em alguns pontos do espaço, o qual se denominará de lugar de satisfazer necessidades de comer, beber água, descansar ou acasalar. Quando este animal para, ele constitui, ali no ponto de parada, um lugar.

Este raciocínio pode ser aplicado para os homens, visto que o sentimento de lugar será o mesmo, pois também param para satisfazer suas necessidades ou exigências biológicas e cada pausa no percurso da história humana, estabelecem uma localização como significativa, transformando-se em lugar, lugar do nascimento, crescimento, interrelações, morte etc.

O homem valoriza tal fragmento do espaço, pois agrega a ele forte afetividade e não importa as extensões territoriais do fragmento, muito menos se é um objeto ou uma unidade política que determina como lugar para ele. O que importa é que com este pedaço do espaço tem-se vivências e experiências.

Os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos através da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar. Uma grande região, tal qual a do estado-nação, está além da experiência direta da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política (TUAN, 1980, p. 149).

Neste sentido, como um fragmento do espaço se torna um lugar humanizado, cabe aos geógrafos o estudo do mesmo, por meio de elementos como a experiência vivida, a ligação emocional com o lugar e os símbolos que o cercam.

Tuan (1995) entende que o lugar “é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos”. Este autor afirma ainda que há uma íntima relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para isso se faria necessário um longo tempo de contato com o lugar, onde então acontecesse um profundo envolvimento, fortes relações de afetividade.

Neste contexto, seria possível a um indivíduo apaixonar-se à primeira vista por um lugar tal qual por uma pessoa (TUAN, 1980). No entanto, uma pessoa pode ter vivido durante toda a sua vida em determinado local e a sua relação com ele ser completamente irreal, sem relações de afetividade ou sentimento de pertencimento, ou seja, sem nenhum enraizamento mais subjetivo entre indivíduos e lugar.

Porém, essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses pré-determinados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade.

Os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas.

Na percepção de Tuan (1995), os lugares independentemente de sua extensão territorial, são todos centros de significado para os indivíduos e grupos, ou seja, a lareira, a loja de doces na esquina, a cidade, e até mesmo o Estado-Nação apresentam determinados significados para os indivíduos ou para os grupos, significados que tornam esses lugares especiais, onde se tem a sensação de segurança ou de lar.

A cidade e a nação mesmo sendo pouco conhecidas integralmente pelos indivíduos são símbolos da fraternidade homem-lugar os quais constituiriam-se na realidade, em um único ser.

A conclusão de Tuan (1995) perpassa pelo entendimento de que é tarefa para o geógrafo humanista entender e explicar como um mero espaço se torna um lugar intensamente humano. Para tal entendimento, o geógrafo humanista apela a interesses distintamente humanísticos, como a natureza da experiência individual ou do grupo no lugar, a qualidade da ligação emocional dos mesmos com os objetos físicos, as funções dos conceitos e dos símbolos na criação da identidade do lugar.

Outra importante contribuição é a de Anne Buttmer (1995), a qual em seu artigo sobre o dinamismo do mundo vivido faz uma análise fenomenológica sobre o vivido com o objetivo de mostrar que é por meio da *intersubjetividade* que se constrói o diálogo entre as pessoas e o meio ambiente e conseqüentemente se constrói a experiência.

Para ela a identificação do lugar pela humanidade se dá por meio de fundamentos como *cognição*, *afetividade*, e *simbologia* do lugar. Ela ressalta que as mudanças de padrões tecnológicos e econômicos mudam o gênero de vida das pessoas, porém não anulam o sentido de lugar, pois o mesmo é condição de se perceber o mundo contemporâneo.

É importante a contribuição da fenomenologia para o entendimento do lugar, visto que o mesmo pode ser produzido pelos grupos comunitários ao longo do cotidiano, ou seja, no vivido diariamente pelos grupos.

A fenomenologia é considerada como um modo filosófico de reflexão a respeito da *experiência*, ela busca explicar a experiência vivida por meio da análise do significado e significância dos fenômenos geográficos encontrados no lugar.

A corrente existencial da fenomenologia busca adentrar no mundo vivido dos grupos sociais a fim de entender como as experiências humanas são construídas e como estas podem influenciar na construção do lugar e conseqüentemente do espaço geográfico.

Essa corrente também entende que a experiência vivida envolve mais do que a compreensão cognitiva dos indivíduos, envolve também vasta variedade de bases pré-conscientes, orgânicas e sensoriais que precedem o conhecimento intelectual.

Buttimer (1995) entende que:

Os fenomenologistas têm-se focalizado quase que exclusivamente nos indivíduos e a experiência social e a interação têm sido construídas basicamente mais no contexto das relações interpessoais do que nas intergrupais. Descrevendo a experiência humana do “mundo”, do espaço, do tempo, também há tendências para enfatizar os sujeitos humanos como indicadores primários e determinantes da experiência. *Grifos da autora* (BUTTIMER, 1995, p. 117).

A análise fenomenológica convida sempre a explorar as condições e forças unificadoras na experiência humana do mundo, levando em consideração que tais condições e forças podem residir nas facetas rotineiramente dadas pela vida diária (*lebenswelt*)⁵.

Entende-se então, que é no horizonte do cotidiano individual ou coletivo que os grupos interagem e dão significados e significâncias aos objetos e suas ações, ou seja, materializam sua experiência vivida no espaço e por meio de suas singularidades comunitárias constroem fragmentos de espaço representacionais de suas vivências e experiências: O lugar.

Discorrendo sobre o *sentido de lugar*, Buttimer (1995) ressalta a importância de se considerar que os avanços tecnológicos e as mudanças econômicas têm influenciado muito em significativas mudanças no gênero e padrão de vida das pessoas e isso vem contribuindo para uma interação mais ampla entre os mesmos por meio das redes de interações intra-comunitárias.

⁵ Lebenswelt pode ser definido como o “horizonte abrangente de nossas vidas individual e coletiva”, ou seja, o indivíduo baseado na consciência do mundo vivido e na experiência pessoal deveria apreender os horizontes de mundo vivido de outras pessoas ou mesmo da sociedade com o objetivo de interagir dentro do grupo e se tornar sujeito no processo de construção do lugar (BUTTIMER, 1995).

Apesar desta situação de inúmeros avanços tecnológicos e econômicos, o sentido de lugar ainda permanece nas sociedades ditas tecnologicamente avançadas, visto que as mesmas apresentam uma *identificação territorial*.

A identidade territorial⁶ é construída pelos indivíduos ao longo da história de sua sociedade ou comunidade, sendo que o conteúdo e significado desta identidade são determinados pelos motivos e atores que a constroem.

Buttimer (1995, p. 178) esclarece que:

Este lugar natural é colocado dentro de um ambiente espacialmente estruturado, uma série de lugares que se funde para formar regiões significativas, cada qual com sua estrutura apropriada e orientada para outras regiões. Cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação.

Na realidade, o espaço vivido são todos os lugares *experienciados* diretamente pelos indivíduos dos grupos sociais. O lar é onde a vida começa e termina, ele é o principal referencial de existência da humanidade na medida em que este lar é a forma concreta do abrigo e da proteção.

Além disso, podem existir ainda os lugares privilegiados, qualitativamente diferentes dos outros, tais como o lugar de nascimento do homem ou as cenas do seu primeiro amor, ou alguns lugares de uma importante cidade fora de seu país que o indivíduo visitou quando jovem.

O lugar possibilita que se perceba que o mundo vivido diário é orquestrado por forças inovadoras e estabilizantes, as quais são geradoras de certa estabilidade entre tensões e mudanças imprimidas nos lugares e no espaço. Tais tensões e mudanças podem acontecer dentro do ritmo de diferentes escalas, expressas pelo relacionamento do corpo para com o mundo onde se vive, podem acima de tudo, ser entendidas como protótipo do relacionamento entre espaços e lugares.

A experiência vivida pelos indivíduos nos lugares e espaços no mundo seria descrita como *direcionadora* de variados ritmos espaciais e temporais, seja o da dimensão fisiológica e cultural da vida, os dos diferentes estilos de trabalho e os de nossos meios ambientes físicos e funcionais.

Ritmos orquestrados e realizados de acordo com o grau de densidade técnica dos espaços e do comportamento dos grupos sociais que atuam no mesmo, ou seja, as experiências individuais

⁶ Uma das mais importantes características da identidade territorial é que ela se vincula também a uma dimensão histórica, o que pode ser entendido como imaginário social. Assim, o espaço que é a base para a construção da identidade passa a ser concebido como o lugar dos eventos, onde se encontra o acúmulo de experiências vividas pela coletividade.

ou coletivas dos grupos estão se materializando nos lugares por meio de vivências que acontecem diariamente nos lugares, vivências que são produto de relações diárias de subjetividade e *intersubjetividade* dos sujeitos no tempo e no espaço.

A fenomenologia lança o desafio aos indivíduos no sentido destes se tornarem mais sujeitos que objetos, por meio do exame de suas próprias experiências e das experiências de outras pessoas. Assim, seriam capazes de unir as dimensões pessoais e coletivas da experiência humana por intermédio da intersubjetividade.

Para Anne Buttimer (1995, p. 180):

A noção de intersubjetividade, tomada tanto no sentido de herança como no de interação social, poderia ajudar a unir as dimensões pessoais e coletivas da experiência humana. Poderia também lançar luz sobre as tensões entre o passado social e o presente e sobre as implicações dos estilos de vida característicos de qualquer *status quo*. Focalizações nos ritmos têmporo-espaciais podem adicionar um importante foco para investigar as circunstâncias da vida diária, muitas das quais ficam além da descrição potencial das pessoas humanas.

Para ela, já se nasce num universo intersubjetivo que engaja o sujeito ao mundo, de modo a construirmos nossas relações sempre de forma pragmática, seja pela linguagem, seja pelos estilos de comportamento ou por quaisquer outras manifestações sociais.

A intersubjetividade perpassa pelo que é comum entre os indivíduos, pela tomada do outro como outro eu, no que diz respeito aos desejos, às ações e às intencionalidades dos indivíduos. É uma busca incessante ao entendimento e intercâmbio das experiências em comum e em contato, objetivando que garantem o fazer social. Logo, é algo inquestionável na análise da realidade feita por Buttimer (1995), e a grande contribuição desta autora na valorização e no entendimento da intersubjetividade se refere aos elementos priorizados no dia-a-dia, como constituintes do processo de produção do lugar.

Entende-se então, que é por intermédio das relações intersubjetivas dos indivíduos vividas no cotidiano dos mais variados lugares do mundo que se pode materializar a experiência do mundo vivido, a qual é o resultado da interação entre sujeitos e sujeitos e sujeitos e meio ambiente. Essa interação por sua vez se realiza em inúmeros fragmentos do espaço mundial. Nos lugares.

Para Manuel Castells (2002), no processo de sua construção a identidade herda elementos da História, da Geografia, da Biologia, das instituições produtivas e reprodutivas, assim como da

memória coletiva e das fantasias pessoais. Também faz uso dos aparatos do poder e de revelações de cunho religioso.

Segundo Castells (2002, p. 23)

Todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço.

Castells (2002) entende que a ideia de identidade se constrói como um conjunto de atributos culturais *interrelacionados*, ou seja, um indivíduo ou um conjunto de indivíduos pode se perceber envolto por identidades consideradas múltiplas, sendo esta multiplicidade, fonte de tensão nas ações coletivas realizadas cotidianamente.

Neste contexto, entende-se que as interrelações diárias realizadas pelos indivíduos de um grupo comunitário produzem novas ações. Ações determinantes no uso do território e consequentemente na produção de uma identidade territorial percebida nos indivíduos.

Haesbaert (1997) destaca que alguns autores não levam em consideração a ideia concreta de identidade, o que leva a caracterizá-la unicamente como o campo das representações, sendo então eminentemente simbólica. Neste contexto, o autor ressalta que é importante se considerar a base material, e territorial, o que servirá de referencial para a construção de variadas identidades. De acordo Haesbaert (1999, p. 177), o poder da identidade social é dotado de forte subjetividade e é impulsionado por um poder simbólico.

Assim a identidade social pode ser entendida como identidade territorial, tendo como base para isso seu referencial simbólico central, ou seja, as identidades se situam sempre frente a um espaço simbólico, sendo dessa forma social e historicamente construída.

Uma das mais importantes características da identidade territorial, é que ela se vincula também a uma dimensão histórica, o que pode ser entendido como imaginário social. Assim, o espaço, que é a base para a construção da identidade, passa a ser concebido como o lugar dos eventos, onde se encontra o acúmulo de experiências vividas pela coletividade.

Recentemente pesquisas sobre o comportamento e a territorialidade das pessoas com o meio ambiente próximo tem possibilitado importantes esclarecimentos sobre fundamentos orgânicos, cognitivos e simbólicos da identificação do lugar, ou seja, o lugar é produzido e reproduzido por meio desses fundamentos, os quais são percebidos na experiência vivida de cada

indivíduo e isso acontece pelo fato de que cada pessoa é vista como tendo um lugar natural, um lugar pessoal de referência.

Milton Santos produziu importante contribuição para a análise do lugar pela Geografia. Este autor retrata em várias de suas obras a teorização do lugar e com isso contribui para o avanço das análises sobre o tema e consequentemente para o entendimento do espaço geográfico e seus variados fenômenos.

Em uma de suas obras, intitulada “Da totalidade ao lugar”, o autor se debruça sobre o estudo do lugar, levando em consideração sua constituição e sua redefinição perante o mundo atual, tentando, acima de tudo, chamar a atenção do leitor de que existe uma forte relação entre os lugares e o mundo, ou seja, entre os fragmentos de espaço e o todo (mundo).

Os lugares são a cada dia que passa condições e suporte das relações globais, relações que se realizam constantemente e em número cada vez maior. No mundo globalizado de hoje muitas transformações vem ocorrendo no conteúdo dos lugares e essas transformações ou mudanças estão diretamente ligadas ao aumento do intercâmbio entre as regiões mundiais, ao movimento dos fluxos da globalização e também à divisão internacional do trabalho.

Esta última é considerada a energia do movimento totalizante que presenciamos no mundo. Essa totalização acontece de forma muito acelerada e é produto da evolução da ciência, da técnica e da informação.

Este autor esclarece que assim como muda o mundo mudam os lugares, pois a cada momento acontecem novas cisões entre a unidade e a diversidade, entre o todo e o particular, ou seja, “a cada momento, é como se a totalidade se estivesse cindindo, para reconstruir-se no momento seguinte, onde uma nova cisão renova o movimento. Não distinguimos entre unidade e diversidade, se não soubéssemos que a unidade é o próprio do planeta e da história, e a diversidade é o próprio dos Lugares” (SANTOS, 2004, p. 157).

Em subespaços como os lugares e as regiões o acontecer solidário entre os indivíduos da comunidade podem ajudar na identificação e definição de tais subespaços, trata-se aqui do que o autor chama de *solidariedade orgânica* e *solidariedade organizacional*.

A lógica solidária aqui analisada pode se apresentar em espaços onde predominam a solidariedade entre indivíduos por meio das relações cotidianas baseadas e condicionadas pela presença da contigüidade. Considerada como o fundamento da solidariedade orgânica entre espaços e indivíduos, não sendo considerada de forma mais abrangente na lógica da solidariedade organizacional, pois esta pode acontecer independentemente da contigüidade, ou seja, na

solidariedade organizacional o acontecer é hierarquizado, resultado das ordens da informação provenientes de um lugar, porém realizando-se em outros lugares do mundo via trabalho.

No acontecer hierarquizado o acontecer é pontual e as ações dos indivíduos se realizam de corpos ausentes. O exposto acima é o que Santos (2004) chama de horizontalidades e verticalidades. No entanto, neste trabalho não será aprofundada esta análise, todavia é importante ressaltar que o entendimento de solidariedade orgânica e organizacional é condição para se entender os lugares, pois estes estão cada vez mais articulados com pontos mundiais (totalidade), porém carregados de relações intersubjetivas entre os indivíduos do grupo que atuam no âmbito do singular, do particular, dos lugares. O lugar e o mundo são indissociáveis, são pares dialéticos que se completam e se explicam.

O mundo é repleto de vários lugares e os lugares são o mundo em sua essência. Sem os fragmentos do mundo que são os lugares não existe o mundo que é a totalidade dos fenômenos. “O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, 2004, p. 158). O acontecer solidário (orgânico ou organizacional) tem um palco de apresentação e este palco é o lugar.

A constituição do espaço geográfico se dá por meio da construção de objetos técnicos e das relações sociais. Ele é um conjunto indissociável de objetos e ações. Os lugares se configuram então, como sendo as frações do sistema espacial, cuja totalidade é o próprio mundo. Os lugares podem ser definidos como sendo os subespaços que são marcados pela presença das técnicas (tecnoesfera) e das ações (psicoesfera), elementos que funcionam de modo unitário e que ajudam aos lugares a existirem e a se diferenciarem uns dos outros.

Como diria Santos (2004) esses fragmentos de espaço podem ser definidos então, por sua densidade técnica, por sua densidade informacional e densidade comunicacional. Essas três qualidades dos lugares se relacionam entre si distinguindo-o e caracterizando-o. Tais qualidades dos fragmentos se interpenetram, porém não se confundem.

A *densidade técnica* é percebida nos lugares por conta dos graus de artifícios percebidos na paisagem, ou seja, pela quantidade de objetos técnicos que encontram no lugar. Esta qualidade dos lugares trás como resultado direto a *densidade informacional*, pois os objetos encontrados nos subespaços são ricos e carregados de informações que ligam os lugares entre si e com a totalidade. “A densidade informacional nos informa sobre os graus de exterioridade do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares e a efetivação dessa propensão, privilegiando setores e atores” (SANTOS, 2004, p. 160).

Outra densidade é percebida nos lugares: trata-se da *densidade comunicacional*, resultados das vivências e experiências dos indivíduos por meio de relações de intersubjetividade, as quais dão aos fragmentos espaciais a oportunidade do acontecimento dos eventos solidários, homólogos ou complementares. Assim, o lugar passa a ser criador da solidariedade e da interdependência obrigatória geradas pelas situações diretamente vividas entre as pessoas.

As relações comunicacionais (relações horizontais) existentes no interior das comunidades que atuam no lugar e são geradas no próprio lugar, se diferenciam das relações informacionais (relações verticais), pois as informacionais podem ser indiferentes ao meio social, enquanto as comunicacionais são resultado deste meio social, relações geradas no lugar, e apenas no lugar.

O entendimento do autor sobre essas relações perpassam pela análise de que:

As relações informacionais são verticais; as relações comunicacionais são horizontais. As relações informacionais podem ser “indiferentes” em relação ao meio social ambiente. As relações comunicacionais são uma resultante do meio social ambiente. As primeiras são mais dependentes da tecnoesfera e da psicoesfera. Isso não quer dizer que tecnoesfera e psicoesfera não interajam; estamos, apenas, exercendo um exagero do discurso analítico. De todo modo, e nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino da necessidade, enquanto as relações comunicacionais podem apontar o reino da liberdade. (SANTOS, 2004, p. 161). *Grifos do autor.*

Os lugares no contexto acima citado podem ser os subespaços onde estão presentes as relações mais próximas entre os indivíduos do mesmo grupo social ou comunitário, onde a humanização destes indivíduos se percebe na prática cotidiana, marcada por intensas relações de amizade, companheirismo, cooperativismo, afetividade, cumplicidade e de interesses comuns. A riqueza comunicacional é neste contexto, condição fundamental para a existência e reprodução dos lugares e de suas relações com o mundo. “Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (SANTOS, 2004, p. 161).

Para este autor o lugar permite ao mundo uma realização, a produção de uma história que ao acontecer muda, transforma e determina as ações dos indivíduos dos grupos sociais, visto que é no lugar que estes grupos atuam, é onde estão juntos, sentindo e vivendo experiências variadas em seus cotidianos, experiências que os une cada vez mais no lugar, mesmo estando o mundo cada vez mais individualizado, egoísta e mergulhado em um processo de globalização que aprofunda significativamente as contradições entre o local e o mundial, o que reafirma a tendência do sistema capitalista em gerar as desigualdades espaciais.

O papel do lugar na história é possibilitar o acontecer de eventos que sejam diferentes dos eventos dos atores hegemônicos (firmas ou instituições) no espaço, eventos que surjam no dia-a-dia das pessoas e que tenham significado para elas, eventos autônomos e originais dos indivíduos

dentro de uma lógica de contigüidade e pertencimento, pois o pertencimento identifica o indivíduo ao grupo ou a comunidade e mostra-se como objeto da relação entre os indivíduos e seus grupos sociais.

“O lugar é a oportunidade do evento, e apontá-lo como tal é a grande tarefa dos geógrafos” (SANTOS, 2004, p. 163).

O mundo, nas condições atuais, visto como um todo é nosso estranho. O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado, torna-se a nossa âncora (SANTOS, 2004, p. 163).

É no âmbito do lugar que os fenômenos geográficos se materializam e imprimem novas funções e conteúdos ao espaço geográfico local ou global. É neste subespaço que existimos como sujeitos atuantes, por meio da inter-subjetividade de nossas ações realizadas cotidianamente, ações produzidas no presente e que determinam e condicionam o nosso futuro como agentes sociais no/do espaço.

A geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, também deu sua contribuição para a análise do lugar na ciência geográfica. Em sua famosa obra “O lugar no/do mundo” de 1996, a autora discorre sobre variados temas que abrangem o debate teórico sobre o lugar. No entanto, neste trabalho se lançará mão de apenas dois desses temas discutidos por Carlos (1996). *A definição do lugar e o lugar na era das redes.*

Temas abordados neste momento do trabalho com a finalidade de avançar no valioso debate sobre o estudo do lugar em Geografia.

Carlos (1996) entende que o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado por meio de três elementos essenciais: o indivíduo, a identidade e o próprio lugar de reprodução dos indivíduos. Todos os dias de suas vidas os membros da comunidade usam o espaço para materializar suas relações entre si e com a natureza, ou seja, o espaço pode ser pensado, sentido ou apropriado através do uso pelo corpo dos indivíduos da comunidade.

O lugar se configura então, como o espaço imediato do uso, porção apropriável do espaço onde os grupos sociais através de seus corpos interagem e constroem fortes identidades de afeto, cooperação e pertencimento.

A tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso). A nossa existência tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, é o nó vital, imediato, visto pela sociedade como fonte e suporte de toda a cultura (CARLOS, 1996, p. 21).

A apropriação do espaço pelo corpo pode ser entendida através de experiências vividas diariamente pelas pessoas. O fato de manterem uma relação de vizinhança, de praticarem constantemente atos corriqueiros como ir às compras, conversar nas feiras e nas frentes de suas casas, encontrar pessoas conhecidas em uma praça ou uma festa, brincar, ir a igreja etc. são atos cotidianos que retratam uma prática vivida, a qual reforça os laços de identidade dos habitantes entre si e destes com o seu lugar. “O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. É o que pode ser apropriado pelo corpo” (CARLOS, 1996, p. 23).

Segundo a autora busca-se entender o lugar começando pela análise das práticas banais e familiares, o que leva a pensar a vida cotidiana segundo sua lógica, sua dinâmica e suas particularidades.

Parafraseando José de Souza Martins, esta autora descreve a história dos lugares como história da particularidade, mesmo sendo determinada também por agentes externos aos lugares.

É no local que a história é vivida e é onde as singularidades das relações dos indivíduos tem sentido, ou seja, é preciso considerar que a história tem uma dimensão social que surge e evolui no dia-a-dia das pessoas, no modo como estas vivem, no relacionamento um como outro, entre estes e o seu lugar. Isso se dá mediante a apropriação das pessoas ao lugar por meio dos usos que as mesmas dão a ele através de seus corpos.

Assim a análise do lugar e a produção espacial se realizam no plano do cotidiano e isso aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de determinados lugares em momentos específicos. “Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. O lugar é o mundo do vivido, é onde é produzida a existência social dos indivíduos” (CARLOS, 1996, p. 26).

Analisando o lugar na perspectiva das redes globais e locais, Carlos (1996) esclarece que o desenvolvimento das técnicas vem implicando aos sistemas produtivos significativas transformações e propõe que existe uma necessidade de se repensar a natureza do espaço neste momento onde a relação tempo e espaço vem sofrendo intensas mudanças, causadas pelo avanço dos meios de comunicação e de transporte, os quais ligam os espaços em redes e imprimem às fronteiras uma nova lógica de existência: “o desenvolvimento das comunicações tornou o espaço contínuo, o que permite abolir o tempo” (CARLOS, 1996, p. 28).

O que a autora quer dizer com abolir o tempo, é que o lugar está cada vez mais interligado com o mundial por conta exatamente desses avanços nos meios de comunicação, os quais diminuem as distâncias tornando os fluxos de informações contínuos e ininterruptos.

Neste contexto, o lugar se redefine pelo aprofundamento de suas relações numa rede de lugares mundiais, os quais estão interligados pelos meios de transporte ou de comunicação, intensificando cada vez mais os fluxos da globalização e conseqüentemente as relações dos lugares mais particulares com os lugares mais amplos, com o mundo.

A globalização, neste contexto, é responsável por relativizar o sentido de localização, visto que ela altera a situação dos lugares, os quais estão agora mais interligados pelas redes, o que exige repensar a história e a identidade dos mesmos por um prisma mais global, mundial, pois hoje o lugar não se define exclusivamente pela identidade histórica da vivência no local, mas sim pelas novas relações estabelecidas entre este local de vivência mais particular dos homens com um espaço mais amplo.

O lugar se produz a partir de uma articulação entre o mundial e as especificidades do local. Essa interação se dá por sua vez graças aos avanços técnicos que interligam fragmentos do espaço e suas singularidades ao espaço mais amplo e totalizante.

O lugar é uma construção social que se realiza no vivido, é um produto de relações humanas que se constrói na vivência e experiência do cotidiano. É o lugar da vida das pessoas, é onde o sujeito se sente pertencente ao espaço por meio da apropriação deste por seu corpo, é o subespaço onde se abre a perspectiva para se pensar ações mais singulares e particulares de cada indivíduo, pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação dos espaços.

Para Carlos (1996, p. 29):

O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si.

Entende-se então que os homens constroem seu lugar por meio de relações sociais vividas no dia-a-dia, garantindo assim a constituição de uma rede complexa de significados e sentidos que são historicamente elaborados e que dão aos sujeitos agentes no lugar as identidades que lhes são inerentes, singulares.

Os sujeitos se sentem pertencentes ao fragmento e com ele estabelecem uma forte relação de identidade, afetividade e pertencimento, sentimentos que dão sentido às ações dos indivíduos e conseqüentemente à produção da vida em sociedade. Neste contexto o lugar revela a especificidade da produção do espaço em escala mundial, pois tem um conteúdo social que só pode ser entendido dentro do contexto do mundial, ou seja, o sujeito tem uma interdependência entre as singularidades sociais e o todo. Assim “o lugar é sempre um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes” (CARLOS, 1996, p. 31).

O lugar deixou, há tempos, de se apresentar apenas como um ponto de localização no espaço total, ou seja, deixou de ser meramente analisado pela perspectiva das escalas para se tornar um subespaço mais abrangente e complexo, visto que é produto de complexas interrelações entre indivíduos de um mesmo grupo social ou de grupos diferentes.

Deixou de ser analisado de forma simplificada e passou a ser objeto de análises mais complexas, pois o mesmo ganhou conteúdos novos e significados mais concretos diretamente ligados à divisão territorial, social e técnica do trabalho, a qual está vinculada ao espaço geográfico global.

As escalas estão sofrendo fortes mudanças, visto que os avanços técnicos vêm suplantando a lógica espaço-temporal por meio do surgimento de novas tecnologias de comunicação a exemplo dos satélites artificiais, os quais parecem unir todos os pontos do planeta em uma só rede de informações, pois produzem uma visão instantânea dos acontecimentos.

Semelhante aos satélites, os meios de transporte mais rápidos e outros equipamentos modernos nos dão a sensação de diminuição do espaço e do tempo percorrido, pois se presencia simultaneamente vários acontecimentos que perpassam tanto pelos mais remotos lugares particulares quanto pelos lugares mundiais.

É importante ressaltar que todos eles estão interligados pelos meios de comunicação e transporte e isso vem tecendo nos lugares uma rede de relações e informações que se reafirmam e se completam por meio do processo de globalização em curso.

Carlos (1996, p. 34) entende que:

O lugar na era das redes traz a ideia de que os novos processos de produção e de troca se dão hoje de outra forma no espaço num momento em que as vias de transportes e de comunicações mudam radicalmente sua configuração que não passa somente pelas rotas terrestres tradicionais marítimas, rodoviárias e ferroviárias- mas cada vez mais aéreas, via satélite e através da ainda em instalação *superhighway* que cria a aparência de que se perde a base territorial.

Baseado no raciocínio da autora sobre os lugares e as redes, pode-se inferir que com base nas novas tecnologias de comunicação e de transporte as localizações industriais obedecem a uma nova lógica produtiva pautada nos tecnopolos, nas metrópoles policêntricas e no advento de novas atividades urbanas.

Os elementos citados acima, por sua vez, apontam para uma mudança no sentido de lugar, levando em consideração o processo de globalização e as contradições entre o local e o global confirmando o capitalismo como um processo excludente que reafirma e aprofunda as desigualdades espaciais e conseqüentemente as sociais, visto que o espaço é um produto histórico-social.

Para encerrar esta sessão do trabalho, analisa-se a reflexão a seguir da autora que mais se relaciona com a proposta desta pesquisa, ou seja, que mais contribui para que se materialize a produção do lugar no cotidiano das comunidades por meio de suas relações e interrelações vividas.

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 1996, p. 20).

No recorte espacial analisado pelo presente trabalho, pode-se identificar variadas relações corriqueiras dos membros da comunidade, relações que se materializam no dia-a-dia desses membros no momento do encontro destes nas feiras, nas praias, nas ruas, nas igrejas e nos trapiches da ilha de Cotijuba.

Quando isso acontecer, tais indivíduos por meio de seus corpos se apropriam do espaço e o constroem através dos usos que são dados a cada porção da ilha por esses membros da comunidade.

No segundo capítulo deste trabalho se dará ênfase a tal situação, por meio da pesquisa de campo a qual será realizada para levantamento e análise de dados diretamente relacionados a essa apropriação diária dos fragmentos de espaço da ilha pelos corpos das pessoas que nela residem, trabalham ou buscam lazer.

Para terminar (e não encerrar o debate sobre o lugar) esta etapa do trabalho que discorre sobre o debate teórico do lugar em Geografia se fará uma análise sobre o pensamento de Mota (2006), sobre a teorização do lugar em Geografia.

Para tal esforço será usado o texto dissertativo deste geógrafo intitulado “Contribuições para uma teoria geográfica do lugar”, apresentado para a aquisição do título de mestre em Geografia ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA.

Deste geógrafo buscaremos analisar apenas um trecho de seu quarto capítulo, onde o mesmo discute sobre a teoria geográfica do lugar. Este fragmento foi escolhido pelo fato de se relacionar mais diretamente ao proposto em nossa pesquisa e também por estar de acordo com o que outros geógrafos (citados anteriormente) entendem sobre a produção do lugar pelos indivíduos de uma dada comunidade, e sobre o debate desta categoria na ciência geográfica.

Mota (2006) entende que o lugar expressa o conteúdo histórico das realidades sociais, visto que é nele que os indivíduos e a comunidade em geral agem, atuam e assim se constroem e se produzem como indivíduos e como comunidade, pois é no lugar que o sentimento de pertencimento das pessoas está em evidência e isso é condição de reprodução das estruturas materiais e dos vínculos sociais ligados ao particular, mas também ao geral, pois como já mencionado anteriormente os lugares se completam e se relacionam, pois estão ligados pelas redes.

Assim, mundo e lugar são indissolúveis enquanto totalidades e neles emanam os mais variados conteúdos particulares de cada grupo comunitário, conteúdos tradicionais e modernos no que diz respeito à densidade técnica dos lugares.

As técnicas como objetos do capitalismo buscam interligar cada vez mais os fragmentos singulares à totalidade complexa do globo, por meio da homogeneização dos hábitos e dos costumes dos indivíduos.

É importante salientar que as técnicas percebidas nos lugares estão a serviço do capitalismo, o qual introjeta sua lógica no interior dos lugares, objetivando não o desaparecimento dos mesmos e sim sua reconstrução sob uma nova lógica de produção, consumo e acumulação capitalista baseados na perspectiva do processo de globalização.

Segundo Mota (2006, p. 116):

Por esse motivo, é que a atual fase do capitalismo tem se manifestado através do primado da técnica, transmutada e articulada em meio técnico como veículo da mediação, seja em forma de ação efetiva, seja em forma de discurso da competência, capaz de impor normatizações ao funcionamento dos lugares.

O que o autor está tentando esclarecer é que o sistema capitalista vem aumentando sua força de intervenção nos subespaços mais particulares através dos avanços técnicos em setores como as comunicações e os transportes, os quais estão cada vez mais evoluindo por ocasião da revolução da tecnologia, da ciência e da informação.

Neste contexto o espaço-tempo se torna relativo e conseqüentemente vai se retraindo e os lugares vão permitindo a ação mais materializada do capitalismo em seu interior, ação traduzida em objetos técnicos que são capazes de impor novas temporalidades e normas que se farão presentes nos lugares. Ações que mudarão significativamente o modo de vida dos indivíduos da comunidade influenciarão em suas experiências vividas no lugar.

Quando é permitido, os avanços técnicos tomam conta do vivido dos indivíduos e dá às suas vivências uma nova lógica de funcionalidade que atenda às normatizações destes avanços, funcionalidade diretamente ligada à lógica de acumulação e desigualdades socioespaciais do capitalismo da atualidade.

Neste contexto então, o autor entende que o modo de vida e o modo de produção se materializam nos lugares de forma articulada e dialética, como se fossem faces de um mesmo movimento, o movimento da realização do ser social. Para esclarecer melhor esta unidade orgânica que ele chama de *modus vivendi* e *modus operandi*, Mota (2006, p. 119) faz a seguinte afirmação:

Fundem-se no horizonte da recomposição modo de produção e modo de vida, sem que se percam as especificidades e peculiaridades que regulam cada uma das manifestações. É pelo modo de vida que o modo de produção ganha concretude e cotidianidade, materializando-se nas relações do vivido; inversamente, é pelo modo de produção que o modo de vida ganha finalidade e historicidade, preenche-se de sentido e reproduz a humanidade.

Essa fusão mostra que o capitalismo tem força suficiente para ditar normas e regras de vida para as pessoas que vivem em comunidade nos lugares e essa força além de tudo pode mudar o cotidiano vivido, e posteriormente, os hábitos e os costumes de cada grupo, levando-os a mudar seus relacionamentos com a natureza e com o outro.

Isso se dá por conta da mudança nos conteúdos do cotidiano dos lugares pela força hegemônica de padrões globais implantados pela globalização no modo de vida de cada indivíduo da comunidade.

Essas mudanças na vida das pessoas e nos conteúdos dos lugares levam a uma perda paulatina dos valores e hábitos tradicionais que eram responsáveis pela construção da identidade comunitária vivida e materializada no cotidiano das mesmas.

Segundo o autor, é preciso que o lugar seja pensado levando em conta as mudanças percebidas no mundo, bem como as necessidades mais individuais das comunidades, pois é por meio destas mudanças/objetivações que os indivíduos se realizam como seres sociais, como atores sociais no espaço.

Só assim, pode-se alcançar forças para superar as desigualdades de um sistema que oprime e criar medidas que levem a uma maior solidariedade orgânica entre os grupos comunitários, objetivando o fortalecimento de sua identidade por meio da convivência diária cheia de relações singulares articuladas com a totalidade mundo.

No recorte espacial desta pesquisa pretende-se analisar essas relações diárias de convivência que são responsáveis pela construção da identidade dos indivíduos que formam a comunidade em Cotijuba, relações e interrelações de sujeitos que atuam no espaço mais particular (que são os lugares) envolvidos por lógicas totalizantes que podem influenciar em mudanças no seu *modus vivendi*.

A construção de uma teoria geográfica do lugar envolve a análise e a compreensão das particularidades e das singularidades dos sujeitos - que estão e são do mundo - e de sua ligação com a totalidade. Estudar o lugar é realmente um prazeroso desafio para os geógrafos, pois ele é o fragmento do espaço mais próximo dos agentes produtores do espaço ao longo da história.

1.2 CONCEITO DE COMUNIDADE.

O viver em comunidade é algo que perpassa a história da humanidade (PERUZZO, 2002).

1.2.1 Comunidade segundo os autores clássicos

O conceito de comunidade foi empregado nos séculos XIX e XX para exemplificar todos os tipos de relacionamentos ligados a intimidade, profundidade emocional, engajamento moral e continuidade no tempo.

Partindo deste pressuposto entende-se que o fundamento da comunidade está no homem visto em sua totalidade e não apenas em sua multiplicidade de papéis que este passa a desempenhar em toda sua história.

Este conceito evoluiu e ganhou novos conteúdos interpretativos que vão desde o entendimento de que uma comunidade é apenas uma agregação social ou uma comunidade que interage no ciberespaço.

A comunidade pode ser identificada pelas relações dos corpos que organicamente se relacionam entre si e com o meio através de união afetiva e da convivência entre os indivíduos da comunidade, os quais diariamente realizam atividades diretamente ligadas aos seus hábitos e seus costumes como a vida em família ou em aldeias, sua religiosidade e atividades produtivas.

Uma das obras mais importantes e que pode ser considerada como referência para o debate sobre o conceito de comunidade é a de Ferdinand Tönnies denominada “Comunidade e sociedade”, que busca acima de tudo conceituar, caracterizar e identificar uma comunidade e uma sociedade.

Tönnies (1973) procura em seu trabalho definir cada uma das categorias através do entendimento do que vem a ser a *vontade natural* e a *vontade arbitrária* dos indivíduos partindo da lógica da *interação* entre pessoas dos grupos comunitários.

A vontade natural ou vontade humana estão diretamente ligadas ao mundo da *união*. A união dos indivíduos de um mesmo grupo quando direcionada pela vontade natural pode ser caracterizada como comunidade. Quando orientada por fenômenos racionais, deliberativos, propositivos e normativos é denominada de vontade arbitrária. Assim a união dos homens dirigida predominantemente pela vontade arbitrária é denominada de sociedade.

É importante apresentar essas duas perspectivas, no entanto somente a união direcionada pela vontade natural será mais utilizada neste trabalho, ou seja, a vontade dos homens que os fazem se organizar em **comunidades** (*gemeinschaft*). Já a **sociedade** (*gesellschaft*) será abordada em uma perspectiva mais secundária.

As relações entre os membros de uma dada comunidade apresentam valor por si mesmas, sendo intrínsecas e não dependendo de propósitos exteriores. São relações ligadas à vontade natural ou humana, ou seja, são baseadas no simbólico, no imaginário, são construções que imprimem relações sociais coletivas do grupo.

As relações comunitárias são entendidas pelo autor como sendo toda a vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva, constituídas na necessidade de igualdade e liberdade das vontades estimuladas pelos laços de consangüinidade e afinidade, se caracterizando pela inclinação emocional recíproca, *comum* e *unitária*, pelo consenso e o mútuo conhecimento íntimo (TÖNNIES, 1973, p. 20).

Partindo de tais princípios de convivialidade, Tönnies (1993) classifica três padrões de sociabilidade comunitária. São os *laços de consanguinidade, de coabitação territorial e de afinidade espiritual*, todos interagindo e convergindo para a organização comunitária e para sua construção sócio-espacial.

A *comunidade de sangue* está diretamente ligada ao grau de parentesco encontrado no grupo. Esse padrão é muito percebido nas comunidades, visto que as famílias têm envolvimento matrimonial entre si, às vezes casando primos ou parentes, aumentando o grau de afetividade e identidade encontrado nas comunidades.

Outro padrão é o de *coabitação territorial*, marcado pelo lugar de vivência dos membros do grupo comunitário, ou seja, as relações de vizinhança, relações significativas que envolvem o mundo do cooperativismo, da solidariedade e do sentimento de pertencimento (estes padrões de relações comunitárias se realizam territorialmente através de três núcleos espaciais: a casa, a aldeia, a cidade). As relações de vizinhança são fortes a ponto de organizar o território no que diz respeito às suas normas e ao seu uso como abrigo.

O terceiro padrão apresentado pelo autor está intimamente ligado à *lógica da espiritualidade*, onde as relações de amizade estão mais em evidência, pois se percebe que mesmo com todas as separações determinadas pelos padrões hegemônicos globais os indivíduos estão mais próximos, unidos, marcados por forte relação de companheirismo, seja dentro da família, seja fora dela.

A amizade entre as pessoas que formam o grupo comunitário são determinantes nas interações percebidas nas comunidades, visto que essas pessoas confiam umas nas outras, demonstrando um sentimento de união, de interesses comuns, relações de corpos que constituem as identidades singulares locais.

Essas relações comunitárias são bem diferentes das societárias, pois estas últimas estão mais vinculadas com a existência do Estado, com o espírito humano projetado, baseadas em ordenações normativas, nas legislações, na ciência e na opinião pública, voltadas para uma lógica extra-local, global.

Delineando o conceito de comunidade, Louis Wirth (1973) dá alguns esclarecimentos sobre como este conceito vem evoluindo e sendo usado pelos cientistas sociais, visto que para alguns autores comunidade representa as relações orgânicas que existem no mundo dos animais e das plantas e que se podem encontrar nas relações humanas.

O termo comunidade passou a ser referência da vida grupal, a qual se realiza em uma base territorial, marcada pela distribuição dos homens, desenvolvimento de instituições e atividades no espaço, ou seja, uma vida em conjunto fundada no parentesco e na interdependência econômica, elementos que interagem dentro das comunidades por meio da comunicação entre seus indivíduos e pela apropriação da base territorial por seus corpos. Essa interação dos fenômenos sociais tornou o conceito de comunidade mais significativo.

Para Wirth, (1993, p. 86)

O que tornou o conceito de comunidade cada vez mais significativo para a consideração dos sociólogos é, antes de tudo, atribuível ao seu caráter inclusivo. Ele designa uma série de fenômenos que se estendem desde a divisão do trabalho até a ação coletiva, desde a vida grupal concebida em forma substantiva até os processos psíquicos envolvidos na interação das pessoas. Praticamente, portanto, inclui toda série de interesses sociológicos, desde a base territorial até a ação coletiva desde a ecologia humana até a psicologia social. Em certo sentido, pode se dizer que o conceito “comunidade”, através de suas definições ambíguas e variadas, tem sido o instrumento para chamar à nossa atenção o fato de que todos os fenômenos sociais se estendem por entre esses dois pólos grandemente separados.

O autor quer chamar a atenção para o fato de que vários fenômenos sociais são percebidos dentro da lógica comunitária e que os mesmos são o resultado das relações entre os indivíduos do grupo, os quais realizam trabalho e produção individual ou coletiva o que tem influenciado muito no comportamento e na interação de tais indivíduos.

Também procura ressaltar que toda essa dinâmica de interações acontecem em um espaço territorial definido, nos lugares construídos e reconstruídos diariamente pelas pessoas.

A comunidade vem ao longo do tempo se apresentando como um agrupamento social que ressalta a unidade da vida em comum de um povo ou da espécie humana, no entanto essa vida comum veio sofrendo significativas transformações relacionadas com os avanços tecnológicos da atualidade e por conta disso as relações mais ligadas ao grau de parentesco e solidariedade comunitária irão dar lugar a relações voltadas a interesses divergentes dentro dos grupos comunitários, a exemplo do controle social formal por determinada instituição que atua no interior da comunidade.

Essas instituições surgem nas comunidades e delas são um segmento. Elas não incluem apenas instituições formais como escolas, igrejas, casas de negócios, partidos políticos, bancos, clubes e jornais, mas também envolvem outros fenômenos como as famílias e a vizinhança.

Tais instituições apresentadas têm um papel muito importante, pois atuam em um fragmento do espaço e influenciam na vida das pessoas que compõem a comunidade mudando os papéis realizados historicamente por essas pessoas. “É primariamente nesse aspecto da vida da comunidade que se encontram os interesses do movimento de organização da própria comunidade” (WIRTH, 1973, p. 122).

Buscando entender a comunidade como nível de organização da vida social, Maciver e Page (1973), propõe que tal entendimento perpassa pela análise de que as relações sociais acontecem em sua totalidade dentro das comunidades, ou seja, a vida do indivíduo só pode ser vivida em sua totalidade dentro da comunidade.

Para eles, comunidade:

É o termo que aplicamos a um povoamento de pioneiros, a uma aldeia, uma cidade, uma tribo ou uma nação. Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum, chamamos a esse grupo comunidade (MACIVER; PAGE, 1973, p. 122).

Os autores querem mostrar que os indivíduos de uma comunidade partilham interesses comuns entre si e que estão construindo suas identidades particulares ou coletivas por meio de suas *experiências vividas com grupo*. Para se caracterizar uma comunidade no entendimento desses autores é preciso considerar que ninguém consegue viver sua vida inteira dentro de uma instituição como uma igreja, uma firma ou empresa, pode-se viver parte de suas vidas dentro delas.

No entanto, o que caracteriza uma comunidade é o fato de que a vida de alguém pode ser vivida *inteiramente* dentro dela, dentro de uma tribo, de um bairro ou de uma cidade e nunca dentro de instituições. O princípio básico da comunidade está no fato de que todas as relações sociais de uma pessoa podem ser vividas dentro delas.

Pode-se o sujeito viver dentro de uma metrópole e ainda assim ser membro de uma comunidade menor, onde os interesses se materializam dentro de uma restrita área geográfica ou ainda pode viver em uma aldeia e ainda assim pertencer a uma comunidade maior. A comunidade é, portanto, uma área de vida social assinalada pela coesão social e suas bases são a *localidade* e o *sentimento de comunidade*.

A *localidade* diz respeito à ocupação de determinada área territorial por um grupo humano. Pode ser um grupo nômade ou de ciganos, ambos tem habitação local, mesmo que esta mude

constantemente. Porém, em sua maioria, os grupos são fixos (apresentam um ponto de referência no espaço) e usam o território de acordo com suas necessidades e isso fortalece o laço da solidariedade e identidade territorial.

Mesmo com os avanços das técnicas, esses laços não deixam de existir definitivamente. Enfraquecem, mas suportam a pressão da padronização global por meio da relação existente entre coesão social e área geográfica.

O sentimento de comunidade está intimamente relacionado com a coesão social, identidade grupal e vizinhança. Esses três elementos são condições importantes para que haja realmente uma comunidade, pois dentro de uma comunidade é comum a presença do sentimento de co-participação, ajuda mútua, solidariedade. “Uma comunidade, repetimos, é uma área de vida comum. Tem que haver vida em comum com a noção de que se compartilha tanto de um modo de vida quanto da terra comum” (MACIVER; PAGE, 1973, p. 124).

Na perspectiva *weberiana*, o conceito de comunidade está atrelado a uma relação social quando a atitude na ação social inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo.

Para Weber (1973, p. 140)

A comunidade pode apoiar-se sobre toda espécie de fundamentos, afetivos, emotivos e tradicionais: uma confraria *pneumática*, uma relação erótica, uma relação de piedade, uma comunidade “nacional”, uma tropa unida por sentimento de camaradagem. Esse tipo é expresso com maior adequação pela comunidade familiar. *Grifos do autor*

O conceito de comunidade aqui trabalhado por Weber não destoa dos apresentados por outros autores e sim colabora com os mesmos, pois para ele a comunidade é formada por indivíduos que se relacionam cotidianamente e que apresentam fortes vínculos de afetividade, os quais são bem percebidos no seio da família. Para ele só existe comunidade quando, sobre a base de sentimento, a ação está reciprocamente referida e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo.

1.2.2 Comunidade segundo autores contemporâneos

Os conceitos de comunidade de autores contemporâneos estão baseados nos conceitos propostos pelos clássicos, ou seja, o que temos produzido até então é resultado de pesquisa feita nas obras de autores como os citados anteriormente.

Utilizou-se como foi mencionado na apresentação deste trabalho, alguns trechos do artigo produzido pela professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. O artigo é intitulado *Comunidades em tempos de redes* e foi escrito por Círcia Maria K. Peruzzo, em 2002.

Neste artigo a professora Peruzzo faz uma análise objetivando entender o que caracteriza uma comunidade atualmente e para isso ela busca base teórica nas contribuições de autores clássicos da Sociologia como Florestan Fernandes, Ferdinand Tönnies e Max Weber, os quais deram contribuições importantes para se entender o que é uma comunidade.

O trabalho de Peruzzo (2002) é de grande importância para chegarmos ao entendimento de como o conceito de comunidade veio mudando de acordo com as transformações na sociedade. A autora chama a atenção para o fato de que para algumas pessoas o conceito de comunidade era coisa do passado, no entanto eles são recriados, ressurgem transformados com os avanços tecnológicos. Transformados e não desconsiderados ou apagados, pois segundo a autora as comunidades são criadas e recriadas constantemente e com isso seu conceito também se recria.

Para Peruzzo (2002, p. 2)

O termo comunidade passa a ser utilizado, nos anos recentes, em várias perspectivas e sem rigor conceitual. Tem servido para referenciar qualquer tipo de agregação social, por vezes, servindo mais como termo ou expressão decorativa visando chamar a atenção ou passar um “ar” de atualidade. Tem sido usado na tentativa de explicar fenômenos os mais diversos. Por vezes é empregado como sinônimo de sociedade, organização social, grupos sociais ou sistema social. É também utilizado para designar segmentos sociais como, por exemplo, comunidade universitária, comunidade negra, comunidade religiosa, comunidade de informação, comunidade científica, comunidades dos artistas etc. Usa-se o termo comunidade, ainda, para caracterizar agrupamentos sociais situados em espaços geográficos de proporções limitadas (bairro, vila, lugarejo) e para designar grupos de interesse afins, interconectados na rede mundial de computadores, chamados de “comunidades virtuais”, entre outros. *Grifos da autora*

Peruzzo (2002) chama a atenção para os diversos usos dados ao termo comunidade pelas pessoas, ou instituições que não utilizam rigor científico para tal, visto que o termo é demasiadamente utilizado e é por isso que se chega à conclusão de que hoje em dia este conceito se expandiu.

Essa realidade se deu devido às mudanças vividas na sociedade, as quais estão contribuindo para constituir novas formas de organização social e de sociabilidade e que apontam para a necessidade de se repensar os conceitos de comunidade.

A noção de territorialidade enquanto uma das principais características para se definir uma comunidade, hoje não é suficiente, visto que os padrões homogêneos e globalizantes estão

imprimindo aos lugares novos conteúdos e formas e com isso exigindo novos parâmetros de análise sobre as comunidades.

Dentre as mais variadas definições existentes de comunidade a autora usa uma que entende a comunidade como um grupo de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem em uma determinada área geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum, estão inseridas em uma estrutura social e revelam uma consciência de sua singularidade e identidade distinta como grupo.

Baseada na análise dos clássicos a autora entende que algumas condições básicas devem ser consideradas para que realmente haja uma comunidade de fato:

- a) um processo de vida em comum através de relacionamentos e interação intensos entre os seus membros;
- b) auto-suficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade);
- c) cultura comum;
- d) objetivos comuns;
- e) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros;
- f) consciência de suas singularidades identificativas;
- g) sentimento de pertencimento;
- h) participação ativa de seus membros na vida da comunidade;
- i) lócus territorial específico;
- j) linguagem comum.

Segundo Peruzzo (2002), comunidade não pode ser simplesmente tomada como qualquer coisa, um bairro, um aglomerado, um segmento social. Tem-se que encontrar nestas unidades pelo menos algumas das condições acima relacionadas para que haja a comunidade de fato, do contrário não se terá uma comunidade de acordo com as análises dos estudiosos dos grupos comunitários. Não se deve desprezar a contribuição dos autores clássicos no que tange ao conceito de comunidade, pois os mesmos preservam grande validade nos dias atuais.

Analisando as comunidades de hoje, a autora chega à conclusão que características determinantes do passado como a territorialidade geográfica, sentimento de pertencimento, auto-suficiência comunitária, objetivos comuns e outros foram alterados pelos avanços dos meios de comunicação.

A base territorial é relativa no mundo globalizado e o indivíduo pode se sentir pertencente a um lugar mesmo estando longe dele fisicamente, porém conectado pelas redes de comunicação.

Peruzzo (2002) conclui sua contribuição afirmando que na atualidade uma série de características pode identificar as comunidades, porém nem todas essas características podem ser encontradas em toda e qualquer comunidade, visto que as transformações técnicas imprimem mudanças nos conteúdos territoriais e conseqüentemente no modo de vida dos indivíduos que formam uma comunidade.

As características mais importantes identificadas por Peruzzo (2002, p. 11) são:

- a) Participação: a pessoa participa direta e ativamente da vida da comunidade. É sujeito. Em alguns casos a participação chega a ser exercitada na partilha do poder de decisão;
- b) Sentimento de pertença. É sentir-me membro, parte importante do processo e como tal contribuir para a coesão interna;
- c) Caráter cooperativo e de compromisso;
- d) Confiança, aceitação de princípios e regras comuns e senso de responsabilidade pelo conjunto;
- e) Identidades: não apenas no sentido de “natural e espontaneamente” como está em Tönnies, mas que podem advir de um universo simbólico e/ou ideológico comum ou das condições de existência em comum;
- f) Reconhecer-se como comunidade;
- g) Alguns objetivos e interesses comuns. Na sociedade contemporânea não se identifica uma comunidade em que todos os objetivos de seus membros sejam em comum a todos. Mas, alguns objetivos em comum são passíveis de existir, principalmente aqueles que constituem a razão de ser da comunidade;
- h) Alguns tipos de comunidades são voltados para o bem-estar social e ampliação da cidadania. São portadores de algo em comum: igualdade e justiça social. Há, neste sentido, movimentos em torno da construção de um projeto novo de sociedade;
- i) Interação: através de sistema intenso de comunicação e de troca entre os membros;
- j) Com ou sem lócus territorial específico. Ao mesmo tempo em que existem as comunidades virtuais, persistem aquelas de base territorial.
- k) Possui uma linguagem comum.

Estas características, além de definirem de forma abrangente as comunidades contemporâneas, são condições para que os indivíduos dos grupos comunitários possam se construir como sujeitos que interagem cotidianamente por meio de suas experiências vividas no lugar, essas experiências por sua vez são condição *sine qua non* para o viver em comunidade.

“O viver em comunidade é algo que perpassa a história da humanidade” (PERUZZO, 2002, p. 12).

Com o debate feito até aqui sobre o conceito de lugar em Geografia e o conceito de comunidade em Sociologia, entende-se que já se reuniu elementos para dar início a análise da construção do lugar pela comunidade na ilha de Cotijuba, ou seja, material teórico para ser fundido com a realidade socioespacial local e assim entender como o espaço da ilha foi e está sendo construído pelos indivíduos que pertencem à comunidade e pelos visitantes e trabalhadores que a ela chegam diariamente.

CAPÍTULO 2: BELÉM E SUAS ILHAS: OCUPAÇÃO HISTÓRICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ILHA DE COTIJUBA

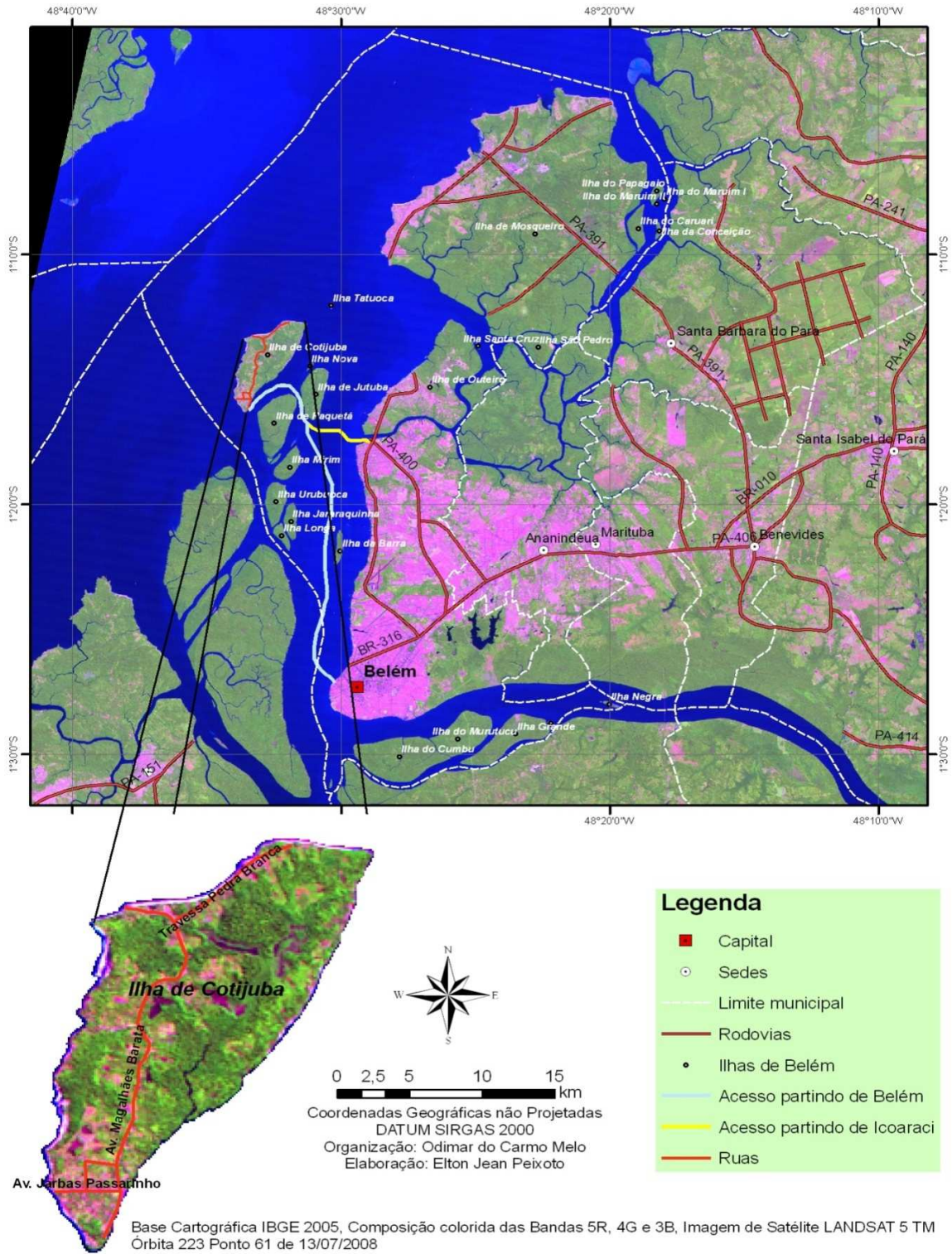
O objetivo deste capítulo é analisar as relações entre Belém e suas ilhas e fazer uma análise histórica e atual da produção do espaço da ilha, considerando os fenômenos geográficos que estão presentes na mesma. Sua elaboração é de grande importância para a dissertação devido nele estar presente os elementos necessários para análise e interpretação do lugar Cotijuba. Dentro desta perspectiva foi realizada uma pesquisa bibliográfica em documentos antigos, jornais das décadas de 1930, 1960 e 1970, trabalhos que tratam da ocupação histórica do espaço e também entrevistas com os moradores mais idosos para obtenção de informações históricas sobre a ilha.

Segundo Castro (2006, p. 15), algumas ilhas próximas das cidades amazônicas estão sofrendo com o rápido processo de desmatamento e de poluição de suas praias e furos em razão do aumento populacional. Devido aos limites municipais e a esse aumento da população na sede, Belém vai apresentar uma expansão demográfica em direção à sua porção insular, o que vai aumentar os fluxos e relações estabelecidas entre estas partes da cidade.

É assim que se dá historicamente o processo de ocupação de algumas ilhas de Belém, especificamente as mais próximas da sede, como é o caso de *Mosqueiro* (sua área territorial é de 212. 546, 7 km² e sua distância da sede é de 32 km em linha reta), *Caratateua/Outeiro* (área: 31. 651, 2 km², distância: 18,80 km em linha reta), *Cotijuba* (área: 15. 952, 9 km², distância: 22 km em linha reta) e ilha do *Combu* (área: 15.057, 2 km², distância 6,30 km em linha reta).

Ressalta-se ainda, a importância da ilha das Onças, a qual segundo Moreira (1966) é a mais importante do ponto de vista paisagístico. Esta ilha está localizada em frente à cidade, situação que facilitou sua ocupação e exploração humana. As ilhas de Belém se tornaram importantes por vários aspectos, dentre os quais destaca-se o geográfico, o econômico e o urbanístico (MOREIRA 1966, p. 70). Observe a Figura 2 a seguir, a qual destaca a Belém insular.

Seria importante acrescentar as análises de Moreira (1966) que as ilhas se tornaram e vão continuar se tornando refúgio demográfico, espaço de lazer, válvula de escape populacional dos centros metropolitanos. No plano histórico algumas destas ilhas serão importantes, pois Tatuoca e Arapiranga foram sede política da Província e quartel general da ofensiva do governo brasileiro contra os revoltosos cabanos e Cotijuba serviu como alojamento da base militar da Brigada Pernambucana, juntamente com a cidade de Vigia de Nazaré (Vigia).



Mapa 2: Belém insular com destaque para Cotijuba

2.1 A UNIÃO IBÉRICA E EXPANSÃO TERRITORIAL EUROPEIA

Em 1580, instalou-se uma crise sucessória em Portugal. Em 1578, o rei Dom Sebastião I morrera na batalha de Alcacer-Quibir, no Marrocos contra os mouros, no norte da África, não deixando herdeiros. Assumira o trono português, como regente, o cardeal Dom Henrique, seu tio-avô, que morreu em 1580. Extinguia-se com ele a dinastia de Aviz.

O período da União Ibérica marcou uma mudança na orientação da política de colonização do Brasil, até então baseada, principalmente, na ocupação da costa do Pau-brasil. A conquista do litoral oriental tornou-se extremamente importante para a metrópole espanhola, como forma de ampliar a cultura canavieira e, também, facilitar a penetração e ocupação do Norte do território.

Seguindo em direção ao norte, sob o comando de Manuel Mascarenhas Homem, colonizadores e colonos empreenderam a conquista do Rio Grande, onde também ocorria uma aliança entre nativos e franceses. No início de 1590, às margens do rio Potengi, Mascarenhas Homem ergueu o forte dos Reis Magos, origem da cidade de Natal e ponto de partida da ocupação da quarta capitania real: Rio Grande.

Com o fim do domínio espanhol, Portugal e Espanha tiveram que estabelecer uma série de acordos diplomáticos para redefinirem os limites dos territórios coloniais de ambos os países. O mais importante deles foi o Tratado de Madri (1750) que definiu o princípio de *uti possidetis* (quem tem a posse, tem o domínio) para resolver as questões fronteiriças entre as duas potências colonizadoras. Antes do fim da União Ibérica em 1640, a conquista do território amazônico já começava a ser efetivada pelos portugueses, os quais fundaram estrategicamente a primeira cidade amazônica, fundação consolidada pela presença dos fortes (poder bélico - força) e das igrejas (poder religioso - controle das ideias). Surgia então um núcleo de povoamento denominado Santa Maria de Belém do Grão-Pará, povoado que foi o embrião do que hoje é a cidade de Belém.

2.1.2 Belém: ocupação territorial e primazia urbana

O processo histórico de ocupação e exploração do espaço regional teve seu início na fundação da cidade de Belém em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, o qual tratou de guarnecer o território ocupado por meio da construção do Forte do Presépio, sob orientação da Coroa Portuguesa.

A fundação de Belém foi motivada pelo seu caráter estratégico, isto é, bem localizada geograficamente em uma península próxima ao rio Guamá e à baía do Guajará, localização

privilegiada de onde se podia controlar a entrada e a saída do vale amazônico. Portugal a fim de consolidar seus domínios tratou de levantar as fortificações e as igrejas bem próximas do núcleo da administração colonial, algo que influenciou muito na história de Belém como centro regional nesta época.

Belém, capital do estado do Pará, localiza-se em plena floresta amazônica, a duzentos quilômetros do mar, na extensa área da foz do rio Amazonas, onde rios e mar formam uma extensa paisagem de água. O município tem hoje aproximadamente 1.424.124 de habitantes (Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2008 - IBGE) e uma área de pouco mais de 500 km², dos quais 34% em área continental e 65% de área insular, constituída de 42 ilhas devidamente reconhecidas pelos órgãos de planejamento municipal.

O tamanho das ilhas vai de poucos metros até os 200 km² da ilha de Mosqueiro, a maior delas. A área urbana inclui a quase totalidade do território continental e a faixa litorânea da ilha de Mosqueiro. No restante, bem como nas demais ilhas predomina a *ruralidade*, sendo que Cotijuba nos últimos anos vem apresentando forte índice de urbanização, tanto da população quanto do território.

O fato de Belém estar localizada na parte alta da península era muito importante para o controle de todo o funcionamento do comércio, da moradia e da defesa. Os espaços destinados para comércio e moradias ficavam localizados em áreas pantanosas/alagáveis, diferente da parte alta da cidade.

Segundo Browder e Goldfrey (2006, p. 152):

A importância histórica de Belém como centro regional era devida à sua posição geográfica privilegiada como uma porta de entrada acessível localizada na entrada da vasta Bacia Amazônica. Em 1616 os portugueses fundaram Nossa Senhora do Grão Pará conhecida popularmente como Belém do Pará, no estuário sul navegável da Ilha do Marajó levando ao principal canal do Rio.

Levando em consideração o exposto acima, entende-se que a cidade se constrói sob uma forte influência das águas e que sua *primazia urbana* se dá no contexto da dinamização de suas principais atividades econômicas e mercantis.

Em meados do século XVIII possuía 30 mil habitantes, chegando, no auge da exploração da borracha a 120 mil em 1900. É deste período a maior parte de sua urbanização, a qual está retratada ainda hoje na paisagem urbana de Belém pelos suntuosos palacetes, edifícios públicos e

parques em estilo europeu. Com o fim do ciclo da borracha a cidade entrou em franca decadência vivendo desde então o estigma da “cidade que já teve”.

2.2 BELÉM NO CONTEXTO DA REDE URBANA AMAZÔNICA

As análises de Roberto Lobato Corrêa sobre a rede urbana na Amazônia servirão de base para o debate sobre a mesma. Será verificado o que pensa este autor e qual o papel de Belém na rede urbana da Amazônia em sua obra “Estudos sobre a rede urbana”.

Segundo Corrêa (2006), para se entender com mais propriedade a rede urbana da Amazônia é imperioso o esforço de se realizar uma periodização, pois a periodização do espaço é a reconstrução do tempo espacial, ou seja, é a colocação dos momentos diferenciados que caracterizam a produção da organização do espaço geográfico.

Essa periodização pode incluir tanto a organização espacial global quanto a organização espacial do lugar, ou seja, cada lugar tem seu próprio tempo espacial. Para a existência de uma rede urbana é preciso no mínimo três condições. A primeira diz respeito à existência de uma economia de mercado com produção negociável por produção do exógeno, ou seja, produzida fora do lugar.

A segunda condição é a existência de pontos *fixos* no território para a realização das relações de produção e comerciais. Os fixos são os objetos técnicos presentes na base territorial, ou seja, a tecnoesfera, a infraestrutura presente no espaço. A terceira condição refere-se à existência de uma articulação entre os núcleos anteriores citados. É preciso que haja uma facilitação da intensificação dos fluxos de produção, comércio e consumo entre tais núcleos, fluidez viabilizada, sobretudo, pela existência dos fixos. Somente mediante estas condições é possível a existência de uma rede urbana.

Corrêa (2006) entende que não se pode analisar a rede urbana da Amazônia sem levar em conta os acontecimentos nacionais ou globais, visto que a mesma vai ganhando forma de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em escala global, e isto acontece desde a ocupação do território pelos europeus.

Para Corrêa (2006, p. 190):

A rede urbana da Amazônia deve ser analisada e compreendida considerando-se a inserção, a cada momento, da região em um contexto externo a ela, seja internacional, nacional ou abrangendo ambos, bem como considerando-se a existência, conflitiva ou não, das cristalizações urbanas resultantes das internacionalizações dessas diversas inserções no mundo externo a ela.

A periodização proposta por este autor segue a lógica dos acontecimentos no território amazônico começando pela fundação de Belém, a expansão territorial por meio da construção de fortes e aldeamento missionário (futuras cidades), a fundação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (final dos anos 70 do século XVIII), o momento da estagnação econômica e urbana, a qual se estende pelos séculos XVIII e XIX, pelo *boom* da borracha, momento da expansão e riqueza urbanas, estagnação da economia do látex que vai desde 1920 até 1960 e finalizando por um momento de intensas mudanças econômicas e urbanas que se iniciaram a partir de 1960 e que perduram até hoje, mudanças diretamente ligadas à nova lógica do capitalismo na região, pautada em projetos desenvolvimentistas planejados e operacionalizados pelo governo militar, capital nacional privado e capital internacional privado. Momento da exploração da nova fronteira do capital: Amazônia.

Alguns pequenos núcleos urbanos surgiram nas margens dos rios e tinham em Belém o ponto central de escoamento do que era extraído da floresta e dos rios. Ocorre o surgimento de uma rede urbana de cidades denominada de rede urbana dendrítica, tendo em Belém sua cidade primaz. Belém vai desenvolver então, com mais propriedade inúmeras funções urbanas em detrimento de núcleos menores, pois ela vai monopolizar os principais fluxos, vai ser o centro na hierarquia político-administrativa, comercial e de serviços. Belém era considerada o topo, o centro. O “nó” da incipiente rede urbana amazônica.

No final do século XVIII e no início do XIX a rede urbana amazônica vai sofrer uma estagnação, ligada à estagnação econômica regional. Dois eventos são considerados como articuladores principais desta situação, eventos de caráter extrarregional. Esses eventos vão afetar a rede urbana regional, pois se verificou neste período a paralisação da expansão agrícola, tanto no vale do rio Tocantins quanto no do rio Negro, importantes áreas produtoras agrícolas. Verificou-se também uma forte diminuição da urbanização da população e do território, ligados à fraca administração pública e à baixa arrecadação de impostos, fatos que comprometeram os serviços urbanos.

Em resumo da análise da periodização da rede urbana na Amazônia, Corrêa (2006, p. 215) entende que:

A rede urbana amazônica funcionava, em realidade, como um conjunto dendriticamente articulado de localizações, cujo papel mais significativo era o de viabilizar a extração de um excedente que, no plano regional, garantia o poder político e econômico de uma elite mercantil localizada em Manaus e, sobretudo, em Belém, e, no plano internacional, viabilizava, através dos baixos preços impostos à borracha, novos empreendimentos industriais de países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha.

2.3 BELÉM E SUAS ILHAS

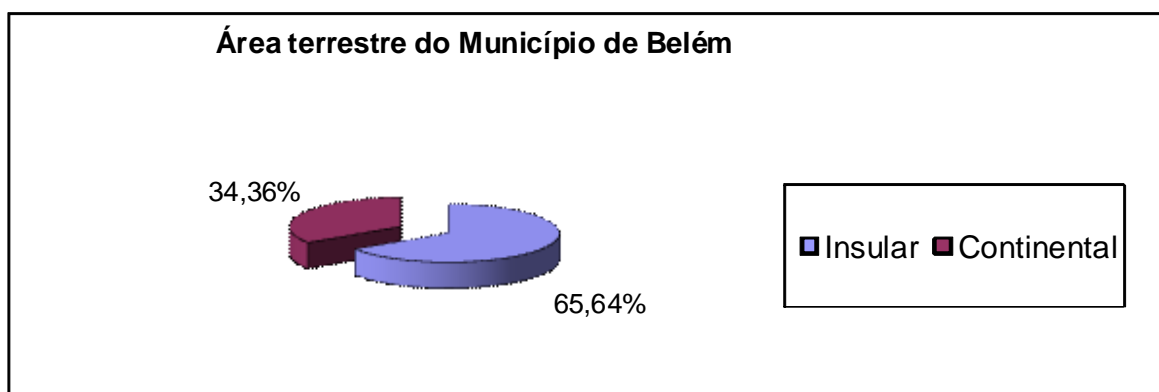
O mundo insular é um símbolo polissêmico, com vários conteúdos e significados que variam de acordo com a história e as sociedades. Mundo em miniatura, centro espiritual primordial, imagem completa e perfeita do cosmos, inferno e paraíso, liberdade e prisão, refúgio e útero materno, eis alguns significados que o homem atribuiu a esse microcosmo (DIEGUES, 1998, p. 13).

Belém está situada às margens da baía do Guajará, num dos braços do rio Amazonas (o rio Pará), próximo à foz do rio Guamá e se encontra nas seguintes coordenadas geográficas 1° 28' 3'' S e 48° 29' 1'' W (BELÉM, 1997). Tem seu sítio urbano construído em terras baixas, as quais são atravessadas por pequenos rios e igarapés e terrenos mais altos onde tal sítio está densamente desenvolvido.

Localizada na entrada da Amazônia, a cidade viveu historicamente de uma economia alimentada pelas riquezas naturais encontradas nos vales de seus rios e de seus afluentes, bem como das ilhas que a rodeiam.

Os inúmeros portos e trapiches encontrados ao longo do sítio urbano de Belém denunciam sua forte ligação com os rios e os igarapés e representam uma experiência singular da dinâmica social, econômica e cultural existente entre Belém e suas áreas rurais, as quais estão localizadas, sobretudo, na Belém insular. O município tem uma área total de 505, 823,1 km² ou 50 582,30 ha. Total das ilhas 33. 203,67 ha e total continental 17.378,63 ha. (BELÉM 1997). Observe o gráfico 2 a seguir.

GRÁFICO 2



Fonte: (SEGEP 1998).

Segundo Moreira (1966, p. 69), nenhuma cidade do Brasil apresenta um número tão grande de ilhas. Essas ilhas são detentoras de significativos ecossistemas, os quais reúnem uma variedade de espécies da fauna e da flora amazônica, além de comportar um contingente populacional que não para de aumentar.

Apesar dessas particularidades, sabe-se ainda pouco sobre as ilhas de Belém, visto que algumas delas não têm denominação dada pelos órgãos oficiais e nem contagem confiável de população, ou seja, poucos estudos foram realizados nestas ilhas. No entanto, outras ilhas são mais conhecidas pela população belenense.

É o caso das ilhas de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro), Cotijuba e Combu. Elas são consideradas áreas alternativas para o crescimento populacional da sede municipal, ou seja, o acelerado processo de crescimento populacional que Belém vem apresentando nas últimas décadas causa grande pressão às áreas verdes do município, as quais vêm sendo apropriadas para fins econômicos e turísticos (a ilha paraíso, ilha refúgio), tais usos dados às áreas verdes trazem como consequência inúmeras mudanças socioambientais, sobretudo, na porção insular de Belém.

De acordo com Quaresma e Pinto (2006, p. 232):

Nesse universo insular, a água é o elo de ligação entre o vasto arquipélago e o continente, permeando a presença de uma biodiversidade característica da região, marcada por uma variedade de ecossistemas em um mesmo local e permitindo retirar destes o sustento das sociedades humanas envolventes, não só da capital Belém, como de núcleos de povoamento presentes em algumas delas. Tais comunidades tinham na pesca e agricultura, suas principais fontes de alimentos, apesar de apresentarem uma aparente homogeneidade, estas ilhas diferem-se entre si, com especificidades próprias.

As ilhas de Belém vêm ao longo do tempo deixando de apresentar estas características citadas pelos autores, pois as mesmas sofrem com forte intervenção antrópica e natural, as quais alteram o cotidiano dos ilhéus. Alteram-se os espaços geográficos, as funções e realidades sociais e simbólicas nas áreas insulares, ou seja, altera-se a *ilheidade* dos indivíduos.

Ilheidade, segundo Diegues (1998), pode ser entendida como as formas de representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade (conceito relacionado ao distanciamento e ao isolamento das ilhas em relação ao continente) que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. Ilheidade diz respeito ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular, ou seja, ilheidade tem uma espécie de função fenomenológica, ligada às dimensões simbólicas dos ilhéus. Ela reforça a noção de pertencimento ao lugar e conseqüentemente influencia na afirmação da identidade dos nativos da ilha.

Na visão de Moreira (1966) as ilhas ao lado do rio Guamá não apresentam tanta importância para Belém, primeiro porque estão localizadas na margem oposta à da cidade. Contudo, destacam-se pelo seu tamanho como é o caso da Ilha do Combu, dos Patos, de São Benedito, do Marinheiro, do Murutucu, de Paulo da Cunha e outras mais.

Belém está composta por três grupos de ilhas. As ilhas que estão na frente de Belém (com destaque para a ilha das Onças, de Cotijuba, do Jutuba, do Paquetá), as que margeiam o lado direito do estuário (destaque para ilha de Caratateua/Outeiro e ilha de Mosqueiro) e as ilhas que estão ao lado do Rio Guamá (destacando-se a ilha do Combú e do Murutucu).

Segundo Castro (2006, p. 29), Belém e outras cidades como Gurupá, Abaetetuba e Macapá formaram-se na relação com o mundo aquático e florestal, com fauna e flora diversas. Tal relato justifica que Belém viveu historicamente uma economia alimentada pelas riquezas naturais dos vales dos rios e de seus afluentes e de numerosas ilhas ali existentes.

Metrópole com aproximadamente 1.424.124⁷ habitantes, a cidade é o retrato do movimento de variados atores sociais. É o lugar onde sujeitos constroem suas trajetórias e vivem suas experiências se relacionando com outros lugares, outras cidades, suas ilhas ou áreas rurais.

Para se ter uma visão quantitativa das ilhas que fazem parte da Belém insular, é importante observar o quadro 1.

⁷ Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2008, segundo os municípios (IBGE, 2008).

QUADRO 1: ilhas do Município de Belém

Nº.	NOME(S) DAS ILHAS	ÁREA (Ha)	
		Anuário	Araújo
01	ilha do Mosqueiro	21.254,67	22.085,00
02	ilha sem nome/ilha das Pombas (Exército)	0,73	8,00
03	ilha sem nome/ilha do Maracujá (Exército)	1,89	2,00
04	ilha do Papagaio (Exército)	84,94	80,00
05	ilha sem nome/ilha do Maruim I (Exército)	2,45	2,00
06	ilha sem nome/ilha do Maruim II (Exército)	3,27	2,50
07	ilha sem nome	0,35	1,00
08	ilha sem nome	1,12	1,00
09	ilha sem nome (não identificada no ISLANDSAT)	...	1,00
10	Ilha Sem nome (identificada nos ISLANDSAT)	0,75	...
11	ilha Canuari	256,95	262,50
12	ilha da Conceição (Exército)	37,40	45,00
13	ilha sem nome	0,53	2,00
14	ilha São Pedro	416,80	424,17
15	ilha de Caratateua, Outeiro ou ilha das Barreiras	3.165,12	3 226,66
16	ilha de Santa Cruz	6,99	20,00
17	Viçosa ⁸	...	
18	ilha de Tatuoca	6,58	10,00
19	ilha de Cotijuba	1595,29	1 602,50
20	ilha sem nome (Não existe na C.N. 62 e nem no ISLANDSAT)	...	10,00
21	Coroinha (FIBGE)/Nova (C.N. 62)	10,87	12,00
22	ilha de Jutuba	507,97	663,33
23	Urubuoca/Paquetá (FIBGE)/Paquetá-açú (C.N. 62)	789,76	715,83
24	ilha sem nome	...	62,50
25	ilha sem nome	7,87	7,00
26	ilha de Patos/Nova (FIBGE)/Mirim (C.N.62)	280,56	285,83
27	Papagaios/Urubuoca (FIBGE)/ Jararaca (C.N. 62)	356,53	391,64
28	Barra/ dos Patos (FIBGE) /Jararaquinha (C.N. 62)	193,70	145,00
29	ilha sem nome	...	22,05
30	ilha sem nome	...	30,00
31	ilha Redonda/Jararaca (FIBGE)/ Longa (C.N. 62)	109,39	85,00
32	ilha do Fortim/ ilha da Barra	105,72	150,00
33	ilha sem nome/ ilha do Cruzador (C.N. 62) (não existe no ISLANDSAT) ⁹	...	3,00
34	ilha sem nome/ ilha do Fortinho (C.N. 62)	0,44	6,00
35	ilha dos Patos	16,06	27,50
36	Sem nome (identificada na ISLANDSAT)
37	ilha de Cintra/Maracujá (FIBGE) ¹⁰	647,67	536,67
38	ilha Marineura/Combú (Exército, FIBGE, C.N. 62)	1505,72	1.505,00
39	ilha Murutura/Murutucu (Exército)	879,83	882,50
40	ilha Paulo da Cunha/Grande (FIBGE)	929,16	896,66
41	ilha Poticarvônia/ilhinha (Exército)	8,85	10,00
42	ilha Negra/Sem nome	14,78	28,33
	Parte das 42 ilhas	33.203,67 (65,64%)	34.252,06 (69,42%)
	Parte do continente	17.378,63 (34,36%)	17.317,24 (33,58%)
	Total do Município de Belém = 51.569,30 ha	50.582,30	51.569,3

Fontes: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, v. 5. 1998. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 1999; Araújo, José Mariano Klautau de. **A Dimensão Insular**. Belém, 1995 (Caligrafias de Belém, v. I).

⁸ Há divergências quanto à sua jurisdição administrativa - uns julgam-na pertencente à Belém e outros à Ananindeua.

⁹ Embora não conste nas imagens de LANDSAT, essa ilha é identificada por uma única árvore, de pequeno porte, cuja terra onde se plantava estava submersa no momento da visita local.

¹⁰ Há divergências quanto à sua jurisdição administrativa - uns julgam-na pertencente à Belém e outros à Acará.

Já a ocupação de suas ilhas se deu por um processo que nos direciona a uma reflexão sobre a sua ocupação e sua sustentabilidade frente aos novos modelos de apropriação capitalista do espaço. Essas ilhas são ao todo um conjunto de 42 sendo as mais importantes a ilha de Mosqueiro, de Caratateua (Outeiro), de Cotijuba e ilha do Combu. Todas apresentam na atualidade transformações diversas no modo de vida de sua população, no meio ambiente e no espaço.

Silva (2001, p. 19)

As ilhas de Belém se caracterizam por possuir peculiaridades naturais que proporcionam singular beleza cênica, sendo de grande relevância a variação de ecossistemas registrados, dentre eles, terra firme, várzea, igapós e mangues, todos com estimado potencial de biodiversidade.

A diversidade biológica encontrada nas ilhas é representada pelo que elas oferecem de vida animal e vegetal. Tal realidade natural é de extrema importância para os moradores de Cotijuba, pois alguns desses indivíduos sobrevivem da coleta, da pesca e da caça. É importante ressaltar que estas áreas denominadas rurais “vêm sendo alvo de planos e ações governamentais, sofrendo brusco processo de transformações em sua estrutura ocupacional, funcional, paisagística e produtiva” (GUERRA, 2007, p. 5).

Alguns estudos demonstram que o município de Belém vem sofrendo intenso processo de ocupação humana nas duas últimas décadas, principalmente em sua porção insular com destaque para as ilhas de Mosqueiro e Caratateua, as duas maiores da Belém insular, as quais estão interligadas ao continente através de pontes.

Para Guerra (2007, p. 7):

As demais ilhas, por condições geográficas e históricas particulares, têm resistido a este processo de ocupação e re-ordenamento espacial e socioeconômico. A ocupação rarefeita e irregular, entretanto, não quer dizer que estes espaços tenham permanecido intocados, mas ao contrário, sofreram e vem sendo submetidos a um processo de exploração e alterações com a implantação de novas culturas ou com o favorecimento da propagação de algumas espécies e o prejuízo de outras. Dada a proximidade da capital e facilidade do transporte fluvial tradicional, a extração de madeira e de frutas típicas atravessam os diversos períodos históricos como atividades presentes no município e região, em que pese um imaginário de natureza intocada.

Segundo o estudo deste autor, as outras ilhas de Belém ainda preservam muitos de seus recursos naturais e aspectos sócio-culturais devido ao acesso dificultado pela posição geográfica das mesmas.

2.4 RECORTE ESPACIAL: A ILHA DE COTIJUBA

Depois de considerar tais informações é importante ressaltar que a ilha vem ao longo do tempo sofrendo intensas transformações, e essas, por sua vez, são o resultado das relações sociais que se estabelecem no lugar e também dos fluxos que são fortemente realizados entre Belém e a mesma.

Segundo Teles (2005, p. 13):

Essa porção insular do município de Belém sofre um intenso reordenamento espacial e humano, devido maior intervenção nas últimas décadas do poder público municipal, através de medidas como: a regularização do transporte hidroviário, obras de infraestrutura e estímulo ao turismo. Dessa forma, ocorre um processo de ocupação mais intenso por parte de turistas e novos moradores na ilha de Cotijuba.

Muitas pessoas procuram a ilha de Cotijuba para desfrutar de suas belezas naturais e dentre estas, podemos destacar o “veranista”, a pessoa que busca as amenidades naturais da ilha e fogem do caos da metrópole, criando neste lugar um refúgio natural e paradisíaco onde a natureza ainda se apresenta pouco transformada. Cotijuba se encaixa no conceito de *ilha ideal* ou *ilha verdadeira*, conceito desenvolvido por Abraham Moles em trabalho de 1982 analisado e discutido por Diegues (1998). Conceito aplicado em ilhas que podem ser visitadas em apenas um dia pelo seu visitante (veranista), devido sua extensão territorial não ser tão grande, ou seja, se chega ao ponto de partida no mesmo dia em que dele se partiu para visitar a ilha ideal. Observa-se na figura o recorte espacial em estudo.



Mapa 3: Extensão territorial da ilha de Cotijuba

Assim como em outras áreas da Amazônia, Cotijuba apresenta um elevado contingente de pessoas que vivem dos recursos da terra e dos rios. No caso de Cotijuba, devido sua proximidade com a sede municipal, seu espaço bucólico vem sendo explorado como atrativo turístico, o que tem produzido efeitos irreversíveis à paisagem natural do lugar e variadas mudanças nos aspectos sociais, os quais atingem na sua maioria a população de agricultores (SILVA, 2003).

Em Cotijuba o impacto antrópico é mais visível na parte sul (Faveira), pois lá estão os principais equipamentos urbanos, a maior parte da população residente e é onde a população visitante se concentra quando estão desfrutando das belezas cênicas encontradas no lugar.

Segundo Guerra et al. (2002), os impactos verificados são vistos a olhos descobertos como o aumento do volume de resíduos sólidos, a intensificação da construção civil, o aumento da atividade comercial, incidentes de violência antes pouco frequentes, a erradicação de plantas nativas e o plantio de novas espécies, entre outros.

Verificou-se também no estudo feito por este autor uma significativa diminuição no espelho das águas interiores¹¹, de 200,25 para 84,06 hectares, principalmente na área do Vai-Quem-Quer. Esta situação está diretamente ligada ao uso do território para fins de ocupação humana, reduzindo a mata ciliar, aumentando o número de novas habitações e, conseqüentemente, o volume de drenagem nos reservatórios de água.

O estudo de Guerra et al. (2002), considerou como antropismo as áreas de intensa atividade humana, o que trouxe como conseqüência direta a exposição de solos, áreas cobertas por construções, construção de estradas, ruas e praças, campos de futebol, campos arados para fins agrícolas e quintais.

Como conclusão constata que os ambientes de forte apelo natural são bombardeados com os novos padrões de consumo, de estética e de costumes, os quais são trazidos na bagagem dos moradores e visitantes de hábitos urbanos.

As peculiaridades naturais de Cotijuba criam no imaginário social uma ideia de busca por aventuras, descanso e lazer, pois o espaço natural desperta a curiosidade e a sensação de viver bem em contato com o meio ambiente.

Para Diegues (1998), atualmente as ilhas vão invadir os meios de comunicação, sendo vistas como espaços do mundo selvagem, lugares paradisíacos perfeitos para novas descobertas, lugar de aventura e lazer tranqüilo, se configuram como símbolos mais claros do exotismo.

¹¹ Lagos e lagoas localizadas próximos as comunidades da Praia da Saudade, comunidade do Centro, do Canivete, do Poção e do Vai-Quem-Quer. Nesta última comunidade os lagos que ficam no entorno do restaurante do sr Marajó e do bar do Barriga diminuíram muito em volume de água, correndo o risco de desaparecerem.

Segundo Diegues (1998, p. 13 e 14):

No Brasil, a crescente tendência à ocupação privada das ilhas, sobretudo quando é feita para a instalação de marinas e hotéis, representa grave perigo aos frágeis ambientes insulares, resultando, na maioria das vezes, na expulsão dos moradores, pescadores e pequenos lavradores. Essa ameaça é tanto mais grave quando pouco se conhece sobre a dinâmica física e sócio-cultural existentes nesses habitats insulares, pois até hoje não existe pesquisa sistemática sobre o tema.

Na ilha de Cotijuba foi construído pelo governo municipal um novo trapiche, porto hidroviário, ou terminal hidroviário¹², em 25 de junho de 2000, denominado Poeta Antônio Tavernard, o qual recebe os fluxos que chegam à ilha, seja de pessoas ou de mercadorias. O porto da PMB substituiu o porto da Faveira (antigo ponto de embarque e desembarque na ilha construído pelos moradores) em quantidade de fluxo e tamanho.

O resultado imediato foi o aumento dos fluxos já existentes em Cotijuba, bem como inúmeras transformações na organização territorial e conseqüentemente na paisagem geográfica do lugar. É o caso da construção de pequenos hotéis e pousadas, objetos construídos para fins turísticos em Cotijuba, objetos que se configuram como infraestrutura razoável para os veranistas.



Fotografia 1: Porto da Faveira em 1989 : Acervo da SECON (Secretaria de Economia do Município de Belém)
Fotografia 2: Terminal hidroviário Poeta Antônio Tavernard construído em 2000 pelo governo municipal
Fonte: Melo (2010)

¹² Terminal hidroviário é uma parte do sistema de transporte que realiza a interface entre dois ou mais modos de transporte ou entre duas diferentes rotas do mesmo modo e no qual se fornecem arranjos espaciais para se facilitar a transferência entre os modos de transporte. Caracteriza-se como um elemento de apoio ao sistema de transporte pela integração do indivíduo com o veículo, devendo constituir-se em um elemento de atração do usuário para o sistema.

Em caráter comparativo, pode-se perceber a diferença de infraestrutura entre os portos apresentados nas fotografias, no entanto é importante ressaltar que com a construção do novo porto os fluxos vão sofrer mudanças quantitativas e qualitativas e tal fato terá repercussão direta na configuração territorial da ilha.

Silva (2001) realizou um estudo em Cotijuba e confirmou as interferências que a expansão urbana e as atividades de veraneio promovem na ilha. Elas geram impactos negativos como a descaracterização da paisagem natural e a degradação sócio-cultural, o que ficou mais forte após o acesso facilitado à ilha por meio da implantação em 1994 da linha fluvial gerenciada pela CTBel.

O estudo analisou os impactos causados pelo veraneio, e em razão da ilha não possuir capacidade para receber e suportar a grande quantidade de população que chega a ela nos finais de semana, feriados e férias escolares. Segundo este estudo ocorreu modificações no modo de vida da população local, que se envolveu em culturas e hábitos diferentes daqueles da *população cabocla*¹³ da ilha.

Esse tipo de população é encontrada no recorte espacial estudado e o modo de vida desenvolvido pela mesma na ilha retrata que Cotijuba apresenta fortes aspectos de ruralidade. Segundo o Plano Diretor Urbano do Município de Belém (PDU) (Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993), no parágrafo 2º, do Art. 152, a ilha de Cotijuba, assim como as outras ilhas de Belém (com exceção de Mosqueiro e Caratateua) são consideradas áreas rurais.

Segundo Martins (2003), em um estudo sobre a ruralidade da ilha de Cotijuba, pode-se afirmar que existem algumas categorias que definem uma área rural. Esse estudo foi baseado nas análises de Solarí (1979), o qual entende que as áreas rurais podem ser caracterizadas a partir da percepção de sete categorias em seu interior: *ocupação, diferença ambiental, tamanho das comunidades, homogeneidade e heterogeneidade, mobilidade, princípio da herança, estratificação e interação social*.

A *ocupação* é o traço principal para caracterizar uma área rural, visto que as outras categorias dependem desta primeira, ou seja, a ocupação e o uso dado ao território são condição para se definir a ruralidade de uma área geográfica. Neste caso pode se afirmar que Cotijuba é uma ilha essencialmente rural, pois as pessoas que habitam o lugar sobrevivem de atividades ligadas essencialmente à terra e ao rio, atividades estas como a agricultura e a pesca.

¹³ Entende-se por população cabocla aquela população mestiça, com intenso relacionamento com a floresta, com os rios, com o solo, e com os símbolos de seu cotidiano. São indivíduos que tem no imaginário sua forma de se situar no mundo (forma esta ameaçada pela modernidade e seu modo de vida racional, performático e homogeneizante).

Outra categoria é a *diferença ambiental*, ou seja, o ambiente de trabalho e de vivência é muito diferente das áreas consideradas urbanas. As ocupações rurais fazem com que o trabalhador se exponha ao sol, à chuva, trabalhe ao ar livre, esteja em contato direto com o natural. Em Cotijuba percebe-se esta realidade retratada no trabalho nas hortas, na pesca ou mesmo na coleta de frutos nos quintais dos moradores, realidade bem diferente do meio urbano.

A categoria *tamanho das comunidades* em Cotijuba está ligada à distância das casas. Na parte Sul, também chamada de Faveira, as casas são mais próximas umas das outras e isso é um aspecto do espaço urbano. Já no centro e nas porções norte, nordeste e leste predominam aspectos do rural.

A *homogeneidade e heterogeneidade* são traços fundamentais para se definir o espaço rural do urbano. As comunidades rurais são mais homogêneas e em Cotijuba este traço de ruralidade se materializa nos aspectos econômicos ou psíquicos, seus comportamentos e produção são similares.



Fotografia 3 e 4: Produção de farinha e residência de Seu Manoel Soares na comunidade do Poção na ilha de Cotijuba
Fonte: Melo (2006)

No aspecto *mobilidade* em Cotijuba, constatou-se que existe pouca ou nenhuma mobilidade, visto que os indivíduos da comunidade não realizam muita movimentação no interior da ilha devido a outro princípio, o da herança. O *princípio da herança* influencia na escolha por parte dos moradores da ilha, no lugar onde os mesmos irão habitar e trabalhar, geralmente esses lugares são os mesmos escolhidos por seus antepassados (pais e avós) para morar em casas simples e trabalhar na roça de subsistência.

No que diz respeito à categoria *estratificação e interação social*, este estudo aponta para ausência de estratificação social na comunidade da ilha e defende a tese de que existe muita aproximação entre os moradores, ou seja, forte interação social.

A conclusão do trabalho de Martins (2003), é que a ilha de Cotijuba apresenta fortes traços que a caracterizam como área rural e que sua comunidade se caracteriza como comunidade rural, pois se observa que as características dos moradores em seu habitat como: as atividades que desempenham, o trabalho desenvolvido com os familiares, os fortes traços familiares e a existência de extensos terrenos, por exemplo, vão ao encontro das categorias analíticas citadas (MARTINS, 2003).



Fotografia 5: Moradia típica em Cotijuba, os filhos ainda moram e trabalham nos mesmos lugares que seus pais
Fotografia 6: Interação social entre ilhéus na feira livre que fica em frente ao antigo trapiche da Faveira
Fonte: Melo (2009)

2.5 FORMAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE COTIJUBA: UM ESFORÇO DE PERIODIZAÇÃO

Cotijuba, sentinela da meiga e gentil Belém. És fonte amiga e bela. Dos sonhos de fazer bem! Se Deus do céu te abençoa, o Brasil te ama e te bendiz. Porque és mãe amada e boa da Juventude infeliz...

Cotijuba, és agasalho. És ensino, és fé, és pão. Oficina de trabalho e a tábua de salvação! És o lar de muitos lares, és gênio que nos conduz, através de áureos sonhares, para um futuro de luz... (Primeira e segunda estrofe do hino de Cotijuba).

A partir das fontes históricas chegou-se à informação de que na ilha de Cotijuba havia funcionando ainda no século XVIII, por volta de 1784, um engenho para embranquecer arroz (*Oryzia sativa*) e este era chamado de Fazendinha. Tal engenho era de propriedade do Capitão Luís Pereira da Cunha, localizando-se próximo ao igarapé do Piri-Açu. Hoje temos apenas as ruínas desse engenho, as quais atraem pesquisadores, estudantes e turistas para a área, no entanto antigamente era espaço da produção e beneficiamento de uma cultura agrícola em Cotijuba.

O engenho da Fazendinha estava entre os nove engenhos existentes no estado do Pará, todos construídos no mesmo período para solucionar a carência de mão-de-obra do Brasil do século XVIII, tecnologia adequada ao meio ambiente.

A integração socioeconômica da ilha de Cotijuba com a cidade de Belém iniciou-se neste período, com a comercialização do arroz beneficiado no engenho Fazendinha. Após sua desativação o local passou a ser habitado por famílias tipicamente caboclas que sobreviviam do extrativismo vegetal, da caça, pesca e agricultura familiar.

2.5.1 De brigada militar no período da cabanagem à Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC)

Cotijuba foi espaço estratégico para fins políticos e militares, pois no início do século XIX, sua localização geográfica permitia proteger Belém de invasores. Assim a ilha participa historicamente de momentos de conflitos armados, quando abrigou tropas militares do governo que combatiam os “rebeldes” cabanos. Serviu juntamente com a cidade de Vigia de Nazaré, como alojamento de base militar da Brigada Pernambucana e ainda abrigou um hospital a serviço do batalhão desta brigada, que era sediado na cidade acima citada.

Sua localização geográfica facilitava o combate aos cabanos que em alguns momentos se escondiam nas ilhas próximas, como Tatuoca (esta ilha abrigou partidários da Corte portuguesa

durante a Revolta dos Cabanos), localizada em frente à Cotijuba e de Caratateua (Outeiro), ilhas que eram ocupadas pelas forças oficiais.

Não se pode afirmar a localização exata do hospital da Brigada Pernambucana, porém há indícios e boatos entre os moradores da comunidade do Poção de que as ruínas do engenho da Fazendinha faziam parte das construções da brigada. Essas são informações que não puderam ser confirmadas, no entanto esta associação entre as ruínas encontradas no local e ocupação militar estão diretamente ligadas ao fato de que as mesmas lembram a engenharia holandesa. Recife foi colonizado pelos holandeses e a brigada militar, segundo a história da ilha era de Pernambuco.

Até 1930 Cotijuba era utilizada para a sinalização náutica, pois na sua porção sul apresenta um farol antigo que servia os navegantes que iam de Belém até o arquipélago do Marajó. No entanto em 1932 o poder governamental se fez mais presente na Ilha por meio do governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1930-1935), coronel do exército e interventor de Getúlio Vargas no Pará no âmbito da Revolução de 1930.

Segundo estudos de Amaral (1992) sobre a história de Cotijuba, a ilha foi comprada pelo desembargador Raimundo Nogueira de Faria de uma viúva conhecida apenas pelo nome de Joana pela quantia de 37.650\$000 (trinta e sete contos, seiscentos e cinquenta mil réis), a compra foi com o objetivo de implantar na ilha um educandário, uma colônia reformatória para menores infratores e abandonados da cidade. Sua meta era preparar os meninos com uma educação técnica profissional.

Segundo as análises de Silva (2003, p. 30):

A ilha de Cotijuba passou a vivenciar numa outra fase transformações espaciais mais intensas. No início do século XX, destacou-se como o período de maior desenvolvimento econômico e social, quando passou a abrigar a Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC); foi comprada pelo Desembargador Raimundo Nogueira de Faria, do juizado de direito da 4ª Vara do Supremo Tribunal de Justiça do Pará, que objetivava a construção de um educandário, uma colônia correcional, para abrigar menores abandonados e delinquentes e reintegrá-los à sociedade. O objetivo da construção do educandário seria justificado pela multiplicação da criminalidade infanto-juvenil em Belém, a partir de 1930, ocasionada pela estagnação econômica após o declínio da borracha.

A ilha de Cotijuba foi escolhida para tal finalidade devido a sua distância em relação à metrópole, a ausência de transporte contínuo e conseqüentemente pelo seu isolamento. Outro fator que contribuiu para que em Cotijuba fosse implantado o reformatório, foi a negação por parte do proprietário da ilha de Arapiranga (Sr Frederico), sobre a venda da mesma para os idealizadores do projeto, visto que a mesma também fazia parte dos planos governamentais para construção da colônia.

Segundo Amaral (1992), considerando as análises do Barão do Marajó¹⁴, as duas referidas ilhas eram mais estratégicas para a construção do reformatório devido sua distância e também das correntes da baía que em sua direção são bem mais violentas que das ilhas mais próximas a Belém, pois as duas ficam próximas à baía do Marajó.

Além disso, de acordo com Amaral (1992, p. 12):

A Ilha do Arapiranga era considerada a mais elevada do arquipélago, ocupando uma boa posição e fazendo frente para a Baía de Marajó sendo encoberta pela Ilha das Onças, o que a “esconde” em parte, de quem a observasse da capital. Tudo indicava que aquela ilha era, além de segura, bastante estratégica para a construção de uma instituição correccional. A ilha de Cotijuba também poderia despertar interesse na medida em que ela é abundante em pedreiras, possui um lago em seu centro capaz de propiciar uma boa relação homem e meio ambiente, tendo um solo útil para o cultivo de qualquer cultura. *Grifos do autor*

A construção da Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC) estava relacionada com os acontecimentos políticos e sociais que ocorriam no Brasil, os quais afetavam o estado do Pará. A CRC foi criada com o objetivo de abrigar, corrigir e recuperar os menores abandonados que viviam na delinquência pelas ruas de Belém, na primeira gestão do interventor de Getúlio Vargas no Pará, o major e posteriormente coronel Magalhães Barata.

Para Magalhães Barata a CRC iria servir de refúgio aos menores abandonados que eram vítimas da inconsequência e maldades de seus pais. Serviria também aos órfãos ou àqueles que não tinham amor nem orientações maternas, os quais eram maltratados quando eram recolhidos pela polícia até os postos policiais.

Foi por volta de 1932 que a construção da CRC começou e sua inauguração foi idealizada pelo interventor e pelo desembargador no ano seguinte. A consagração e divulgação do acontecimento ficaram por conta do jornal O Imparcial, através de notícias sobre a ilha de Cotijuba e sobre a construção da CRC.

Neste contexto, a situação dos menores abandonados e delinquentes na época tenderia a ser amenizada ou escamoteada, visto que a raiz do problema social não seria resolvida pelo governo. Antes da inauguração da CRC, várias viagens foram realizadas por pessoas ilustres da sociedade, imprensa e curiosos que chegaram à ilha para conhecê-la. Assim o objetivo governamental de tornar Cotijuba um foco de atenção naquele momento deu certo.

¹⁴ José Coelho da Gama e Abreu (o Barão do Marajó) nasceu em Belém, em abril de 1832, às vésperas da Cabanagem. Filho de um comerciante português, se formou em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Em 1855 exerceu o cargo de professor do Liceu Paraense, de deputado provincial e de deputado ao Parlamento Nacional. Em 1881 o imperador do Brasil o intitula Barão do Marajó pelos serviços prestados à região.

O Dr. Pedro Leite, em nome do desembargador Nogueira de Faria, vem convidar o IMPARCIAL para tomar parte no passeio à ilha de Cotijuba, que está sendo adaptada a Colônia Correccional dos Menores Abandonados e Delinquentes, e assistir o lançamento da primeira pedra do edifício vae funcionar a escola e o baptismo da canoa “Soldado Epiphanio”...

...O major Magalhães Barata, interventor federal a cuja protecção está entregue esse grande empreendimento de assistência social, irá em pessoa presidir as cerimônias, pretendendo o desembargador Nogueira de Faria vir a esta capital fazer o convite a s. exc. (Jornal O Imparcial, 1933).

As matérias do jornal O Imparcial relacionadas às visitas de pessoas importantes à CRC foram muitas, todas com o intuito de aumentar a popularidade da ilha e dos idealizadores do projeto reformatório, o qual vinha ao encontro das necessidades dos menores abandonados e delinquentes da cidade.

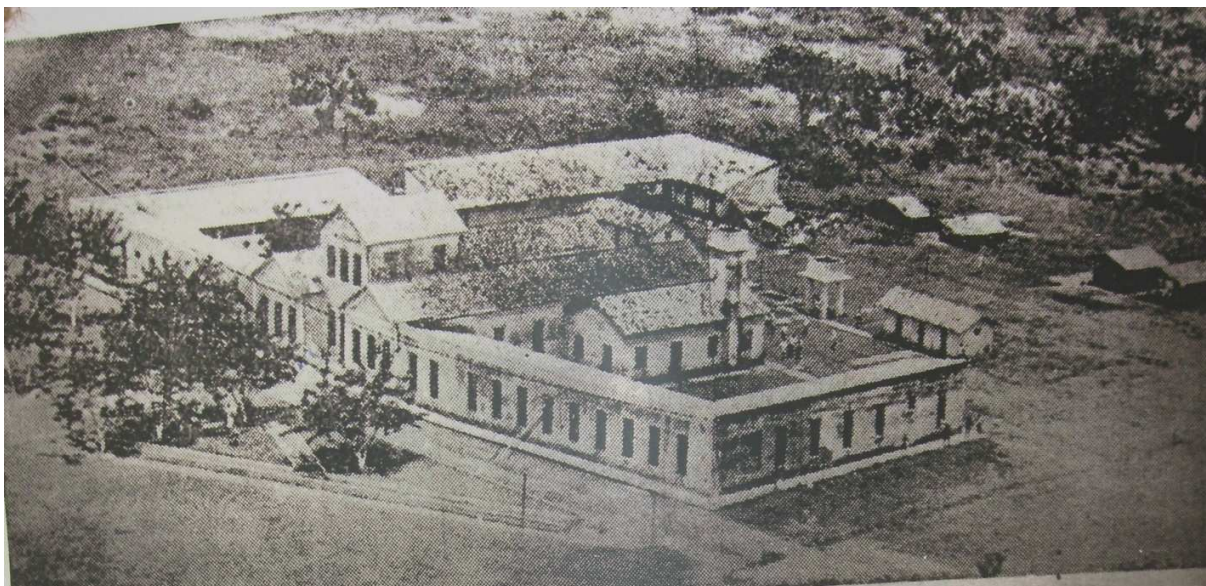
No dia 06 de janeiro de 1933 foi feito, como divulgado pelo jornal, o lançamento da pedra inaugural e o batismo da canoa soldado Epiphanio. Nesta ocasião estavam presentes na ilha o interventor, autoridades militares do estado, do município e da união e representantes da imprensa diária, a exemplo do jornal O Imparcial e outros jornais convidados.

Os moradores da ilha, juntamente com o superintendente responsável pelas obras (o senhor Clarin de Pinheiro), receberam a bordo de um rebocador as autoridades e a imprensa. Após a chegada, os visitantes se deslocaram ao local das obras do edifício da administração da CRC, posteriormente deslocaram-se ao local onde seria construída, paralelamente a colônia, uma escola para os filhos dos moradores da ilha de Cotijuba e ilhas adjacentes (Paquetá, Jutuba e Urubuoca), indicando que com o novo projeto do governo os moradores das ilhas saíam ganhando também.

Logo após ter assumido a Secretaria Geral do Educandário, o desembargador Nogueira de Faria convidou um grupo de 600 estudantes das escolas públicas a visitarem Cotijuba. A visita dos estudantes aconteceu no dia 05 de agosto de 1933, dois meses antes da inauguração oficial da CRC. Esta visita fez parte da estratégia do governo em popularizar a Ilha em todos os segmentos sociais, com o objetivo de justificar a necessidade de se implantar o empreendimento reformador.

Após sequenciais visitas, as obras foram sendo tocadas e o primeiro pavilhão foi levantado e nomeado de Soldado Pantoja em homenagem a um miliciano que morreu no levante do 26º Batalhão de Comando durante a revolução outubrista. Logo em seguida foi construído outro pavilhão, formando um conjunto de dois pavilhões separados por uma área central frontal, onde o primeiro pavilhão abrigava um dormitório, almoxarifado e o alojamento dos inspetores.

O segundo pavilhão serviria de refeitório e copa/cozinha, já a parte central do prédio que era composta de dois pavimentos, onde o primeiro era destinado à portaria e secretaria e o segundo serviria de abrigo aos diretores da CRC. Observe a fotografia 7 da década de 1960 do educandário.



Fotografia 7: Prédio do Educandário Nogueira de Faria pronto para inauguração na década de 1930, com destaque para boa infraestrutura e pouca ocupação humana
Fonte: A Província do Pará (1973)

Havia ainda alguns anexos ao prédio principal, estes por sua vez serviam de casa de banho e sanitários, dentro do prédio se encontrava um eficiente sistema de abastecimento de água composto por duas caixas d'água que eram abastecidas por um poço de água limpa e potável. Além disso, o prédio contava com sistema de esgoto sanitário e caixas de gordura. A CRC tinha neste momento de sua construção a capacidade para abrigar 400 menores infratores.

Para Leite (1996, p. 13):

As instalações eram modernas, equipadas e higiênicas. Em uma ala com instalações simples, mais confortáveis, moravam o Diretor e sua família. Havia ainda um bom refeitório, os dormitórios eram amplos e limpos, com camas de ferro e arrumadores para rede. A manutenção do Reformatório fazia parte dos processos educativos adotados, daí ser praticada em forma de rodízio, pelos educandos, divididos em.

A partir de 1934, eram recolhidos e presos pela polícia todo e qualquer menor de idade que estivesse perambulando pelas ruas da cidade a ponto de cometerem algum ato delinquente, (hoje se diria em situação de risco). Assim que eram recolhidos e presos pela polícia civil eram encaminhados para a central de polícia ou diretamente para a CRC para que lá pudessem aprender

algum ofício que lhes ocupasse a mente em coisas edificantes, ou seja, eram levados á CRC para receberem educação para evitar que se tornassem criminosos já na primeira fase de suas vidas.

Algumas manchetes dos jornais da época mostram tal situação:

“Vae para Cotijuba.

Vindo de Val de Cães com officio do comissário de Polícia Local, foi recolhido preso, hoje (09.06.1934), à Central de Polícia o menor Aurelino Alves de Lima, paraense, branco, de 13 anos, que naquella localidade perambulava sem ocupação. Aurelino vae para a Escola Reformatória de Cotijuba, onde receberá educação, afim de não ingressar tão novo na escola do crime” (O Imparcial 1934).

“Rumo a Colônia Agrícola de Cotijuba.

Para a C.A.C. deve seguir, hoje (15.07.1936), os seguintes menores, que andam pelas nossas ruas sem destino certo: Antonio Mauelly Raymundo da Silva, Arino Manoel Sales, Manoel Demetro, Raymundo Pereira da Cruz, Waldemar Lemos e Raymundo Ferreira Marques” (O Imparcial 1934).

Percebe-se que durante o período de funcionamento da CRC muitos menores foram autoritariamente recolhidos e presos pela polícia e posteriormente enviados à ilha de Cotijuba. Tais menores, segundo os relatos dos jornais, eram levados à CRC simplesmente pelo fato de estarem ociosos nas ruas da cidade. Esta medida autoritária não era questionada pela sociedade visto que a mesma vinha dos escalões governamentais.

2.5.2 Do funcionamento e decadência da CRC à ocupação pós 1970

Eu cheguei pra cá no dia 25 de Setembro de 1943, dez anos após a inauguração do prédio. Vim como aluno do colégio, fui criado na casa do diretor e tinha profissões, tinha carpintaria, marcenaria, alfaiataria, tinha serraria. Tinha vários tipos de profissão para que o aluno se formasse um profissional aqui neste colégio. (Informação verbal).¹⁵



Fotografia 8: visão frontal do CRC: Educandário Nogueira de Faria
Fonte: Guerra (1991)

Fotografia 9: visão do interior da CRC: Educandário Nogueira de Faria
Fonte: Melo (2009)

Ao longo de sua existência a CRC apresentou várias atividades profissionalizantes. Em 1953, já no governo de Zacarias de Assumpção a instituição oferecia aos alunos internos e externos (vindos de outras ilhas próximas como Paquetá, Jutuba e ilha Nova), educação primária, educação física diária, educação agropecuária (com aulas teóricas e práticas), educação moral e cívica e ensino técnico e profissional. Este último era ministrado através de oficinas internas de mecânica, serraria, marcenaria, carpintaria, ferraria, padaria, selaria e outras. As aulas ministradas pelos mestres profissionalizantes sob a orientação do mestre de oficinas o senhor Eduardo Pamplona Barros.

Segundo o Sr Raimundo 8, por ocasião de a CRC oferecer essas vantagens aparentes à sociedade, várias crianças e jovens foram encaminhadas até a ilha por seus pais ou responsáveis para estudo e formação profissional. Após encaminhamentos pela Secretaria de Segurança ou pelas próprias famílias, os jovens eram submetidos a um sistema de regras e disciplinas. Uma nova vida começava para eles, onde um novo ambiente de vivência, novas atividades e relações sociais,

¹⁵ Trecho da entrevista do ex-aluno do Educandário Nogueira de Faria, seu Raimundo dos Santos, o Raimundo 8. Entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em julho de 2009.

novo sistema de regras formais e rígida disciplina planejadas por superiores iriam fazer parte do cotidiano desses jovens delinquentes ou não delinquentes.

A disciplina imposta pelos superiores proibia os jovens de executarem algumas atividades que realizavam fora da CRC: fumar, beber bebidas alcoólicas, brigar com outros jovens internos, sair da Ilha sem a permissão dos tutores.

Os jovens também não podiam reclamar das decisões tomadas pelos superiores, mesmo que os prejudicassem. No entanto, em uma ocasião pontual, quando a comida que estava sendo servida era insuficiente para os internos, os jovens se organizaram e nomearam um aluno (o nº 5 - Benedito) para tentar resolver a questão.

Benedito esperou a visita do Major Magalhães Barata à CRC, e quando este chegou e começou a inspecionar as dependências da CRC, bem como as condições de trato dos jovens, Benedito mostrou seu prato de comida guardado da noite anterior, com a quantidade de comida servida naquela noite. O Major Barata ficou enfurecido com o que viu, pois a quantidade de comida era vergonhosa e logo associou tal fato a maus tratos aos jovens internos.

É importante ressaltar que quando havia inspeção a comida era “especial”, porém neste dia o jovem Benedito mostrou a verdadeira situação a que eles estavam submetidos. O Major Barata chamou a atenção do Dr. Nogueira de Faria em público, o qual disse não saber do que acontecia no interior da instituição reformatória.

Após este episódio Barata exigiu dos dirigentes da CRC que cuidassem melhor dos jovens e se algum deles reclamasse de maus tratos físicos ele ficaria sabendo de algum jeito e tomaria suas providências. Por conta deste acontecimento, Magalhães Barata suspendeu alguns castigos físicos aplicados nos alunos e ainda dispensou funcionários da CRC. Ele começou a visitar a ilha sem avisar. Muitas vezes vinha em embarcações desconhecidas dos dirigentes da instituição com o intuito de surpreender os mesmos.

Alguns alunos chegaram ao posto de inspetor-aluno, os quais eram a ligação entre os alunos e os inspetores chefes. Eles chegavam a esse cargo devido ao seu bom comportamento e sua obediência às normas internas da instituição. Esses alunos já haviam passado por vivências variadas dentro da CRC. Já haviam passado por roçagem, trabalho de campo, algumas oficinas e trabalhos exclusivos para os diretores em suas residências, ou seja, eram experientes e, acima de tudo, de confiança dos diretores.

O inspetor-aluno não tinha que cumprir todas as regras internas da colônia reformatória, visto que o mesmo podia sair sozinho, tinha folga de trabalho, organizava os outros alunos e tinha a confiança do Dr. Nogueira de Faria.

Segundo entrevista dada a Amaral (1992) pelo ex-aluno e antigo morador da ilha Sr Benedito Nascimento Araujo, no dia 10 de janeiro de 1992, o desembargador confiava a esses alunos não só a organização dos outros alunos, mas também a decisão em negócios realizados com comerciantes.

“O Dr. Nogueira de Faria levava em consideração a opinião dos alunos, quando, por exemplo, alguém de fora da Ilha queria comprar madeira, era os alunos que decidiam que tipo de negócio que deveria ser feito, por exemplo: se seria trocado a madeira por boi ou por dinheiro (réis), de onde deveria ser tirada a madeira, tipo de madeira que deveria tirar. Primeiro a madeira ia pra serraria depois para fora da Ilha. Quando um fazendeiro da contra costa, Coronel Rodolfo Chermont, solicitava madeira para fazer barco, recompensava, além do pagamento, com peça de pano para traje, gado de sua fazenda (Informação verbal)¹⁶.

Além de inspetor-aluno, os alunos poderiam alcançar outro grau de confiança, tratava-se do grau de inspetor-chefe. Este por sua vez já era um cargo de funcionário da instituição, o qual acompanhava de perto o cotidiano dos alunos e era próximo dos professores, e instrutores das oficinas.

O senhor Raimundo dos Santos que foi ex-aluno da CRC, alcançou o grau de inspetor-aluno, depois de inspetor-chefe e depois como funcionário (cargo em que se aposentou). Essa trajetória dentro da CRC marcou muito a vida deste senhor, visto que o mesmo viveu durante muito tempo sob as regras e a disciplina da instituição. No entanto, o Sr Raimundo não demonstra rancor, muito pelo contrário sente orgulho de ter sido aluno, inspetor e funcionário da colônia reformatória de Cotijuba, onde recebeu o número 8 como identidade e assim ficou conhecido.

Em entrevista com o Sr Raimundo 8 dentro das ruínas do educandário Nogueira de Faria, podemos sentir a emoção que tomou conta do ancião quando este relatava as suas experiências vividas dentro da instituição e quando lamentava a realidade do prédio, o qual é utilizado como depósito de lixo e como banheiro público de moradores e visitantes.

¹⁶ Trecho de entrevista com o ex- aluno do educandário, Sr Benedito Nascimento Araujo, cedida a Amaral, no dia 10 de janeiro de 1992.

O primeiro nome deste colégio foi Nogueira de Faria, depois Magalhães Barata, depois voltou a ser Nogueira de Faria que foi patrono deste prédio. E eu aprendi para motorista, fui fuguista de caldeira naquele tempo que tinha caldeira, depois agente foi nomeado (*suspiros*)... Depois de motorista eu fui nomeado a inspetor de aluno. Quem me nomeou motorista daqui do colégio foi General Assunção (*referindo-se ao ex-governador Zacarias de Assumpção*) quando era governador do estado e o General Moura Carvalho me nomeou para inspetor de aluno, depois eu fui nomeado pelo General Barata para subdiretor do colégio... (*lagrimas*). *Grifos do autor*. (Informação verbal).¹⁷

O senhor Raimundo 8 se emociona, pois viu aquela instituição em dias prósperos, quando a mesma objetivava a recuperação dos jovens abandonados ou delinquentes de Belém. A CRC ao longo de sua história conseguiu alcançar seus objetivos, porém a mesma durante sua longa trajetória teve vários nomes e diretores. Estes, por sua vez, realizaram feitos positivos e negativos no interior da CRC. No que diz respeito aos feitos positivos é importante lembrar a direção de Lourival Conceição (cunhado do ex-governador Zacarias de Assumpção), por volta de 1952.

Neste período a colônia reformatória recebeu uma significativa reforma em sua estrutura interna realizada pelo governo de Zacarias de Assumpção (1951 a 1956). Tal reforma se traduz na construção de um gabinete dentário que atendia à população local e de ilhas adjacentes, dirigido pelo Dr. Lauro Brandão e de um consultório médico, sala de curativos, enfermaria e instalações sanitárias.

Além dessas novidades outras construções foram realizadas na CRC (Educandário Nogueira de Farias), tais como a reconstrução da casa do diretor, construção da igreja católica de São Francisco de Assis, em setembro de 1952, construção da Praça Assis, construção do parque infantil e do campo de esporte (de vôlei, basquete e futebol), instalação das redes de água, luz (geradores a motor) e esgoto, confecção e recuperação de móveis e de outros materiais da instituição, construção da granja do Educandário, construção de cercas e de portões, construção do aviário, construção de dez casas coloniais para a avicultura, recuperação da canoa Darialva, construção e conservação de estradas.

A reforma da CRC e a chegada de uma infraestrutura mínima trouxeram em seu bojo algumas mudanças na paisagem da ilha, visto que esses novos equipamentos serviram à população local e do entorno, trazendo maior fluxo de pessoas para a área da Vila Nova da Faveira, pessoas que passaram a se beneficiar com os serviços que estão sendo oferecidos pelo Poder Público. É neste momento que Cotijuba passou a ser mais popularizada e sua ocupação e a penetração se

¹⁷ Trecho da entrevista do ex-aluno do Educandário Nogueira de Faria, seu Raimundo dos Santos, o Raimundo 8. Entrevista cedida à Odimar Melo, durante pesquisa de campo em julho de 2009.

deslocou da área da Faveira em direção ao interior da ilha (Centro, Quatro Bocas, Ponta de Baixo, Pedra Branca, Vai-Quem-Quer e Poção).

Embora a mesma tenha sido ocupada fortemente por ocasião do funcionamento da CRC na década de 1930 (durante a intervenção do Major Magalhães Barata), é somente na década de 1950 (no governo de seu maior rival político, o governador Zacarias de Assumpção), que se percebeu um significativo investimento na instituição e na ilha de Cotijuba, pois neste período se faz uma grande reforma na CRC e na casa do diretor Lourival Conceição, e a construção da residência governamental de Zacarias de Assumpção, o qual escolheu a Ponta de Baixo – extremo norte, em frente a baía do Marajó – para construir uma grande casa de veraneio.



Fotografias 10 e 11: Ruínas da residência do governador Zacarias de Assumpção, localizada próximo a um barranco na praia do Vai-Quem-Quer em frente à baía do Marajó

Fonte: Melo (2006)

É importante ressaltar que juntamente com o educandário vieram algumas estruturas urbanas que se consolidaram com a ocupação e com a abertura das vias principais. A avenida Magalhães Barata, que liga a Faveira até a Ponta de Baixo e a rua Jarbas Passarinho, que corta a avenida Magalhães Barata até a praia do Cemitério são as principais vias de circulação de veículos e de pessoas.

Segundo Amaral (1992), esta última rua é muito larga por ser usada no passado como pista de decolagem de pequenas aeronaves e de pouso de pequenos aviões vindos do Marajó. Apesar da mesma nunca ter sido usada para tal finalidade, consta nos registros da Aeronáutica a existência desta pista para os fins citados.

O início da decadência da CRC está diretamente ligado ao governo de Moura Carvalho (1947), quando o desembargador Nogueira de Faria decidiu transferir a responsabilidade do

educandário para o estado. A partir daí não houve mais zelo pelo reformatório por parte desta instituição, fato que trouxe como consequência a queda na qualidade do ensino e da infraestrutura. Tal situação levou a uma grande evasão por parte dos alunos.

A partir deste momento até sua desativação a CRC pertenceu a vários órgãos governamentais, entre eles a Secretaria de Educação e Sistema Penal do Estado e a Secretaria do Interior e Justiça.

No final da década de 1940, Belém estava em plena campanha eleitoral e a grande disputa estava entre Magalhães Barata e seu maior rival político Alexandre Zacarias de Assumpção, sendo que este último se elegeu e tratou de ofuscar todas as obras de seu antecessor, inclusive seus projetos mais significativos, como era o caso da CRC. Durante seu governo, Zacarias de Assumpção fez uma reforma no sistema penitenciário do Pará e implantou em Cotijuba um presídio denominado Instituto de Reeducação Social, o qual recebia criminosos perigosos.

Ainda no governo de Zacarias de Assumpção (1951-1956), foi realizada uma reforma no sistema penitenciário do estado. Em Cotijuba foi criado um presídio localizado no extremo norte, num espaço até hoje denominado Pedra Branca que fica na Ponta de Baixo (na linguagem dos populares). O educandário passou por reformas na década de 1963, e declinava desde o afastamento de seu fundador (Nogueira de Faria).

Após sucessivos governos, o reformatório foi definhando até que no governo do major Alacid da Silva Nunes (1966-1971) o mesmo virou um presídio, uma colônia penal que só foi desativada no governo de Aloísio da Costa Chaves (1975-1978), quando o mesmo construiu, em 1978, a penitenciária Fernando Guilhon, na Vila de Americano.

Em 1961, no governo de Aurélio do Carmo, passaram a funcionar na ilha duas instituições correcionais. A CRC e o Instituto de Recuperação Social (IRS), instituições com objetivos diferentes. O IRS com o objetivo de abrigar e corrigir e a CRC com o objetivo de reeducar menores infratores. Neste período de funcionamento das duas instituições no interior da ilha, muitas modificações foram acontecendo, pois os menores voltavam para suas famílias e novos presos chegavam da capital para o IRS, tornando Cotijuba em um grande depósito de criminosos enquadrados na Lei Penal. Cotijuba neste momento já era conhecida na capital como colônia penal.

Apesar de em 1963 o prédio do educandário (CRC) ter sido reformado, com a construção de novos banheiros e melhoramentos nas oficinas, o seu declínio continuava e se intensificava, visto que no governo de Alacid Nunes (1966/71) só restavam 189 educandos, dos mais de 400 que havia antes.

Foi neste governo que o educandário se transformou em presídio, fato consumado em 1968. Os alunos que restaram da CRC foram transferidos para outras instituições educacionais na capital, como por exemplo, a Escola Salesiana do Trabalho, Instituto Lauro Sodré e Fundação do Bem Estar Social.

Após a transformação em colônia penal, Cotijuba viveu um período de extrema violência entre os presos e os policiais que trabalhavam na mesma, pois o seu diretor, o tenente Raimundo Brasil, destacou para a ilha dois sargentos, um cabo e vinte soldados para atuarem no presídio. Estes por sua vez trataram de implantar no mesmo um regime violento e repressor, onde as torturas e as agressões físicas eram práticas do cotidiano dos detentos. Torturas como pau-de-arara, morcego e cangalha, os presos que tentavam fugir tinham suas cabeças raspadas para identificação de sua periculosidade. Cotijuba, nesta época, foi transformada em um verdadeiro depósito de presos de alta periculosidade, alguns vindos da Divisão de Furtos e Roubos e outros do Presídio São José em Belém.

Após a morte de um detento pelos policiais do presídio em 1970, a direção do mesmo passa para o tenente Teodorico Rodrigues, o qual implantou um novo sistema correcional e administrativo, medidas que contribuíram para diminuir as torturas e amenizaram o terror estabelecido. Com o passar do tempo o destacamento militar foi reduzido, fato que facilitava a fuga de presos e preocupava a população residente, visto que os mesmos se escondiam nas matas e atacavam os moradores da ilha.

Em 17 de fevereiro de 1976, durante a direção de Teodorico Rodrigues ocorreu um motim que quase ceifou a vida deste diretor. Em uma viagem de transferência de presos das divisões policiais até a ilha o diretor foi surpreendido por um ataque enfurecido de presos de justiça.

O ataque foi tão violento que Teodorico teve um de seus pulsos quebrados por pauladas, o mesmo só não morreu porque foi jogado na água por outro preso e resgatado mais tarde por um pescador da ilha de Paquetá e depois encaminhado a Icoaraci para os devidos cuidados médicos.

Houve uma longa caçada policial para recuperar os foragidos que se embrenharam nas matas de Barcarena. A rebelião e a perseguição dos presos repercutiram nas páginas policiais dos jornais da época, sob as seguintes manchetes.

Rebelião na lancha.

...a fúria dos bandidos era tanta que “careca” (Clésio Ramos de Souza) teve a ideia de colocar os pulsos de Theodorico Rodrigues sobre as bordas do barco. Eurípedis José de Moura, o “Goiano”, então de posse de um pedaço de pernamanca, aplicou seguidos golpes nos pulsos do tenente, quase esmagando-os. Houve fraturas expostas, sendo necessário uma operação...

A Província do Pará, Belém, quarta, 17 de fevereiro de 1976.

“Careca” e “Baiano” nas garras da polícia. Era praticamente o final da grande caçada nas matas de Barcarena.

... Careca foi levado para a viatura da Polícia Rodoviária Estadual e quando ia entrar no carro, esboçou uma reação, fazendo o gesto de retirar um revólver quando foi baleado pelo inspetor Koury...

... Logo após a prisão de “Careca”, o pessoal da Polícia Rodoviária Estadual agarrou o marginal José da Silva Amorim, (que é paraibano, mas em Belém ganhou o apelido de “Baiano”), quando tentava se desvencilhar da Polícia, ainda no roçado de milho, no quilômetro 35 da rodovia Barcarena-Abaetetuba...

A Província do Pará, Belém, sábado, 21 de fevereiro de 1976.

Após este episódio, o presídio de Cotijuba (para onde preso nenhum queria ir) foi rigorosamente investigado pelas autoridades governamentais e seu funcionamento foi questionado pela sociedade paraense, visto que neste momento os jornais locais denunciavam as torturas que ainda aconteciam naquele local. Este e outros fatos levaram ao fechamento definitivo do presídio de Cotijuba pelo governador Aluísio Chaves em 1978.

Tal fato é comentado por Leite (1996, p. 18).

Em 1978, na gestão do governador Aluísio Chaves, com a inauguração da penitenciária Fernando Guilhon, foi que ocorreu a desativação da Colônia Penal. Os presos que viviam na Colônia foram liberados, bem como os que já estavam com suas penas cumpridas, sendo que os presos de justiça que ainda não tinham cumprido suas penas retornaram ao Presídio São José e os de correção foram enviados à penitenciária recém inaugurada. Durante este período, em que na Ilha foi acolhido menores delinquentes, presos políticos e criminosos de alta periculosidade, já haviam na Ilha, algumas poucas famílias, que contavam apenas com a pesca, a caça e a agricultura de subsistência.

Durante o seu funcionamento a CRC conseguiu alcançar seus objetivos de reeducar e reintegrar à sociedade os menores que viviam no ócio pelas ruas da capital, enquanto como Colônia Penal transforma a ilha de Cotijuba em um violento depósito de presos perigosos. Hoje Cotijuba tenta apagar de sua história estas lembranças tristes de um período marcado por repressão, dura disciplina, torturas, violência e medo.

No entanto, tal coisa só será possível quando sua história for respeitada pelas autoridades do planejamento e desenvolvimento da cidade a ponto de recuperarem tal história por meio de projetos que mudem a situação de descaso na qual se encontra a ilha e isso poderia começar pela recuperação do prédio do Educandário Nogueira de Faria, o qual tem um significativo valor histórico para os moradores e visitantes de Cotijuba e que se encontra em ruínas. Observe-se o mapa histórico de Cotijuba com seus principais pontos históricos.

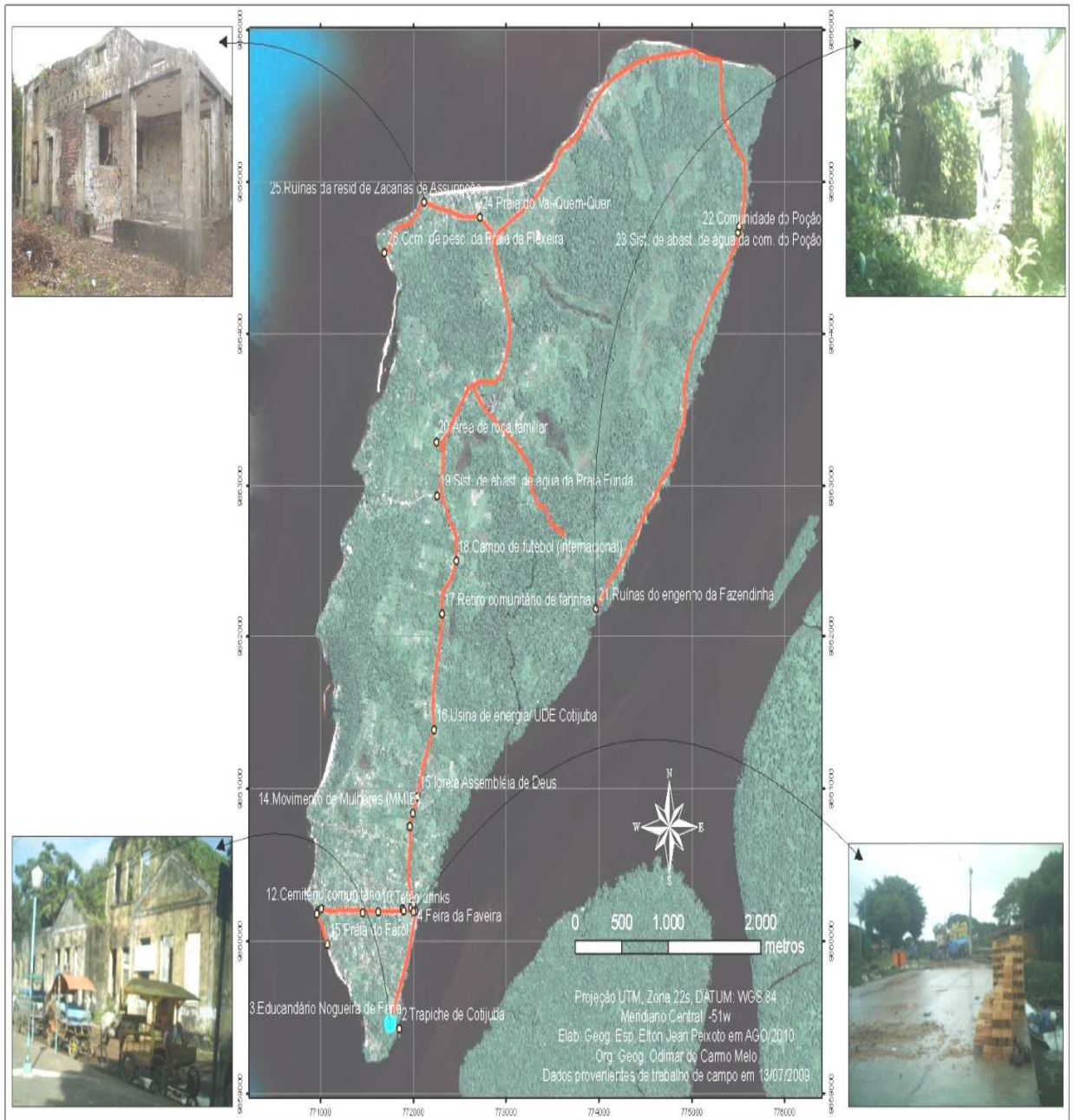


Fotografia 12: Vista frontal do Educandário Nogueira de Farias, quando funcionava como presídio estadual

Fotografia 13: Instrumento de tortura usado para disciplinar os detentos dentro do presídio

Fotografia 14: Luiz Soares, preso morto por espancamento no interior do presídio

Fonte: A Província do Pará, (1972)



Mapa 4: Carta imagem dos pontos históricos da ilha de Cotijuba

CAPÍTULO 3: GÊNERO DE VIDA E USO DO TERRITÓRIO

3.1 USO DO TERRITÓRIO EM COTIJUBA

O *território usado* constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo (SANTOS, 2000).

A ciência geográfica precisa estar atenta para analisar a totalidade da realidade social a partir de sua dinâmica territorial. Este fato se configura como base para se compreender de forma indissociável os objetos e as ações, a partir de um sistema de conceitos. “O território usado, visto como uma totalidade é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS et al. 2000, p 108).

É por conta desta situação que se convêm analisar o espaço geográfico não como sinônimo de território apenas, mas, sobretudo, como território usado, fragmento do espaço que é o resultado do processo histórico e base material e social das ações do homem.

O *território usado* é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. Analisar o território usado é analisar o movimento do todo, da totalidade dos fenômenos que se desenvolvem em determinado espaço, considerando a interação entre sujeitos, objetos e ações.

Segundo Santos et al. (2000, p. 104):

A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de *espaço banal* obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do *território usado* conduz à ideia de *espaço banal*, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder.

Nenhum fenômeno acontece por acaso e sem ligação com outros fenômenos, seja em aspectos econômicos, sociais, ambientais, espaciais etc. Eles apresentam uma interrelação complexa e podem ser executados por diferentes atores territoriais, seja uma grande firma do circuito superior da economia urbana, seja um simples agricultor, pescador, extrativista ou alguém que visita um lugar objetivando se apropriar temporariamente de seus recursos naturais, ou seja, sejam atores hegemônicos ou hegemonzados.

Os atores hegemônicos entendem o território usado como um recurso, espaço que garantirá a materialização de seus interesses particulares. Suas ações estão cimentadas em um uso corporativo do território.

Neste sentido, o território usado sofrerá uma constante adaptação em seu uso, fato que aprofundará ainda mais a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos destinados a ele.

Esses atores territoriais são distintos e não possuem o mesmo poder de comando fazendo com que o território sofra uma multiplicidade de ações, as quais são resultado da convivência entre atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa relação entre atores territoriais heterogêneos num mesmo território têm-se como o resultado os mais variados arranjos singulares dos lugares, a exemplo dos inúmeros *gêneros de vida* estabelecidos no território. “Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade” (SANTOS et al. 2000, p 108).

3.2 GÊNERO DE VIDA

A noção de gênero de vida é muito rica, visto que abrange a totalidade das atividades dos grupos humanos, as quais são desenvolvidas obedecendo a aspectos culturais cimentados historicamente dentro destes grupos. Hábitos e costumes são elementos materiais (técnicas) e espirituais (ritos) que tradicionalmente garantem ao homem um parcial domínio sobre a natureza.

São técnicas de obtenção de energia, tratamento de água, técnicas de produção de matérias-primas, de utensílios. Somado às técnicas tem-se os costumes e os hábitos vinculados às instituições como família, igreja, estado etc. que asseguram a coesão grupal e consequentemente sua reprodução social.

Os gêneros de vidas são formas ativas de adaptação de um determinado grupo humano ao meio geográfico, a exemplo dos esquimós que habitam áreas quase que perpetuamente geladas, sua cultura adaptou-se às condições geladas do Ártico e dos habitantes do semi-árido do Ceará, os quais conseguiram se adaptar e sobreviver às situações mais adversas para espécie humana, pouca água, solo na sua maioria impróprio ao plantio de algumas espécies e ineficácia de ações governamentais são algumas dessas adversidades.

A expressão gênero de vida aplica-se tanto à conduta individual de um homem, determinada por seu caráter, posição social ou costumes profissionais, quanto aos hábitos de todo um grupo humano. A expressão se aplica às categorias mais extensas de modos de existência humana, na exploração do meio natural, por intermédio da *coleta*, da *pesca*, da caça, da criação de gado, da produção na *agricultura* e na cultura.

O objetivo maior neste momento do trabalho é analisar como o território usado pelos ilhéus no contexto da agricultura, da pesca, do extrativismo e do turismo vem influenciando na alteração de seus gêneros de vida ao longo dos anos. Objetiva-se também entender como território e gênero de vida se amalgamam a ponto de serem elementos indissociáveis e produtos históricos das interrelações comunitárias que se desenvolvem cotidianamente, as quais dão aos lugares singularidades e particularidades associadas a uma lógica exógena.

Para que isso seja alcançado, analisou-se alguns usos dados ao território de Cotijuba, a exemplo da agricultura de subsistência realizada por poucas famílias no centro da ilha, da pesca artesanal desenvolvida por comunidades localizadas mais à costa leste e oeste do lugar, do extrativismo, atividade realizada por inúmeras pessoas no interior da ilha, as quais têm em seus quintais ou no entorno de suas residências árvores frutíferas, do turismo realizado pelos veranistas, visitantes que buscam em Cotijuba a ilha paraíso, a ilha refúgio, a ilha ideal (DIEGUES, 1998).

Estas atividades realizadas constantemente em Cotijuba por seus moradores e visitantes se materializam em usos de seu território, ou seja, fazem da ilha um território usado por esses atores territoriais que influenciados pela busca do lazer/prazer ou da sobrevivência constroem o espaço dia-a-dia, constroem o seu lugar.

3.3 AGRICULTURA FAMILIAR

Neste momento do trabalho analisa-se a dinâmica da agricultura familiar de subsistência realizada em Cotijuba, ressaltando a insuficiência de políticas e projetos públicos direcionados à ilha, com o intuito de fomentar o desenvolvimento local a partir do incentivo à prática agrícola. Também se pretende abordar sobre a relação produtor/atravesador, a qual é extremamente desvantajosa para a comunidade produtora.

A comunidade é um grupo de pessoas que se relacionam ente si e com o meio de forma diferenciada no seio de uma sociedade local ou global. Esse grupo é formado por indivíduos que priorizam os mesmos valores, hábitos e modos de vida. Neste sentido entende-se que as

comunidades são variadas e que elas quando fundidas dão conta de um todo social significativamente heterogêneo e complexo (HELLER, 2000 Apud MOTA, 2007).

Retomou-se esse conceito sobre comunidade para mostrar que os princípios acima observados podem ser usados para se entender o vivido na comunidade de Cotijuba, pois na ilha se percebe que os indivíduos buscam maior integração entre si por meio das relações sociais e econômicas realizadas no cotidiano, tais como a de compra e venda na feira, e praias, nas conversas nas esquinas ou nas frentes de suas casas ou em família e na organização social feita em associações comunitárias de *produtores agrícolas* ou de barqueiros.

Dentre as dinâmicas produtivas percebidas no dia-a-dia das pessoas, pode-se exemplificar a *atividade agrícola de subsistência*, a qual é responsável pela relação de parceria, amizade e solidariedade entre as famílias produtoras de hortaliças.

É possível perceber forte envolvimento dos membros das famílias na organização da atividade agrícola. Seja no plantio, no trato, na colheita, no escoamento ou ainda no comércio dos produtos da roça na feira de Cotijuba (localizada em frente ao posto de saúde no antigo porto da Faveira), ou nas feiras de Icoaraci e Belém.

Os produtores agrícolas apenas produzem para sua subsistência, no entanto, o excedente da produção é comercializado e o dinheiro arrecadado com tal atividade é investido em compras de produtos que os agricultores não produzem tais como eletroeletrônicos, produtos de higiene, roupas e sapatos.

A história da agricultura familiar em Cotijuba se confunde com a execução do projeto de Magalhães Barata, quando este resolveu trazer para a ilha os menores delinquentes de Belém. No Educandário Nogueira de Faria esses menores aprendiam várias profissões, dentre elas a de agricultores. Segundo o Sr Raimundo 8, a execução das aulas de práticas agrícolas ficava por conta das famílias japonesas que fugiram da 2ª Guerra Mundial e se refugiaram na ilha.

Outro fato explica que potencial agrícola de Cotijuba são as ruínas de um moinho de branqueamento de arroz, localizado a oeste da ilha, provavelmente construído pelos holandeses por volta de 1784. Ainda existem controvérsias entre os estudiosos sobre a participação dos holandeses na construção do moinho em Cotijuba. Porém se existem as ruínas é bem provável que a atividade também existiu há tempos atrás e perdura até hoje. Ainda se poderia destacar o fato do solo da ilha ser favorável para o plantio de várias espécies de hortaliças.

Segundo Lima (2004, p. 83):

Durante a década de 50, famílias japonesas já tinham se instalado na Ilha, passando a desenvolver a agricultura, mais especificamente a cultura de pimenta do reino. No final de 1951 foi fundada a Cooperativa Mista de Cotijuba Ltda, entre lavradores brasileiros e japoneses, que tinham o objetivo de fornecer legumes, farinha de mandioca, ovos e aves para Belém. No início da década de 70, a Ilha foi transformada numa colônia agrícola, onde os presos considerados menos perigosos ganharam lotes para plantar e viver livremente, inclusive levando suas famílias para residirem com eles.

Considerando o exposto acima pode-se perceber que a atividade agrícola foi historicamente fator de ocupação do território e base para o abastecimento interno e externo. Foi por meio desta produção que varias famílias se fixaram aos lotes doados pelo governo e se reproduziram socialmente. Anteriormente a atividade agrícola foi a mais importante entre todas desenvolvidas pelos ilhéus de Cotijuba, hoje poucos produzem, pois a tradição que impulsionava as famílias vem perdendo força perante os novos modelos de produção e de consumo impostos pelo exógeno, os quais alteram os gêneros de vida rural encontrados no seio da comunidade.

Antigamente as roças se concentravam na área de entorno do educandário, atualmente elas estão espalhadas em partes variadas da ilha, porém é na área central do território que elas se fazem mais presentes, visto que nas áreas mais ao sul e ao norte da ilha essa atividade é fraca. Ao sul as famílias estão mais ligadas às atividades econômicas relacionadas com a logística do terminal hidroviário ou com atividades ligadas ao turismo nas praias do Farol, do Amor, do Cemitério e da Saudade, com a venda de lanches e refeições, bem como venda de camarão, protetor solar, bronzeador, chapéu, óculos etc.

Ao norte, além da lógica das praias envolverem mais o cotidiano da comunidade, o solo é arenoso (areia para construção) o que não oferece o devido desempenho das culturas plantadas, exceto a mandioca. O apoio governamental é insuficiente quando era repassado, pois segundo os agricultores hoje não se dispõe de nenhum apoio, nem para subsidiar os meios de produção mais simples como adubo e defensivos agrícolas.

O que nós necessita hoje todo mundo sabe, eu acredito que eu vou falar pelos produtores da ilha de Cotijuba. Eu acredito que hoje pra gente produzir mais tem que ter o adubo, entendeu? A parte do adubo que é a parte mais dificultosa para o produtor aqui de Cotijuba, porque o agricultor de Cotijuba ele passa por várias dificuldades aqui, inclusive a dificuldade também do transporte, porque o adubo ele encarece muito pra chegar aqui, entendeu? Ele vai encarecer muito, então, eu acredito se tivesse um apoio do adubo era o importante, era o fator mais principal era o adubo, porque o transporte agente consegue, mas o adubo já é mais difícil (Informação verbal)¹⁸.

¹⁸ José Augusto Reis da Silva é agricultor tradicional em Cotijuba. Entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em junho de 2010.

Não se pode deixar de destacar que existe uma logística presente no processo de produção e escoamento dos produtos agrícolas para as áreas mais distantes. Neste momento é importante a participação das embarcações, as quais servem de transporte dos produtores e de seus produtos até os pontos de venda que ficam nas feiras livres de Icoaraci e de Belém, e isso contribui muito para que o espaço se reconstrua cotidianamente nestas áreas.

Os pontos de venda são o Ver-o-Peso, entrocamento, feira da 8 de Maio em Icoaraci, e aqui mermo em Icoaraci, próximo ao trapiche de Icoaraci, agora pra levar, a gente leva através de barco, entendeu? É através de barco, os colega ai que tem o barco, ente freta, pago o frete e eles leva pra gente (Informação verbal)¹⁹.

O transporte fluvial garante até hoje a chegada de produtos da horta e do extrativismo de Cotijuba até os pontos de venda, e o dinheiro arrecadado com as vendas é reutilizado na lavoura e na manutenção dos produtores. Para referendar o que se diz, deve-se observar o que ressaltam Carvalho e Guerra (2003) sobre a atividade agrícola e de extrativismo realizados em Cotijuba por sua comunidade.

A atividade Agro-extrativa contribui com 25% do valor da receita bruta dos habitantes da Ilha. Estes valores são apenas de atividades monetarizadas, sem considerar toda a produção para o autoconsumo que confere uma qualidade de vida diferenciada a esta população. Além destas existem ainda produtores de hortaliças que vendem seus produtos na ilha, no Ver-o-Peso ou em Icoaraci (GUERRA; CARVALHO, 2003, p. 206).

Partindo do que disseram os autores entende-se que parte do que é produzido na agricultura pela comunidade é consumido pelos mesmos em casa, fato que lhes dá certa qualidade de alimentação, e conseqüentemente de vida, além de ajudar na formação de uma renda, a qual é utilizada pela comunidade para aquisição de bens e serviços inexistentes ou quase inexistentes em Cotijuba.

As famílias agricultoras possuem pequenos lotes de terra, sem título definitivo, onde desenvolvem a produção policultora de espécies com técnicas tradicionais de limpeza do terreno (feita por meio de queimadas o que compromete a fertilidade do solo e a produtividade agrícola), de uso de ferramentas obsoletas e uso do solo precário.

As espécies mais plantadas em Cotijuba são o couve (*Brassica oleracea, var*), o carirú (*Amaranthus virides*), o cheiro-verde (*Coriandrum sativum*), o alface (*Lactuca sativa*), feijão verde (*Vigna sinensis*) e a macaxeira (*Manioc sculenta*).

Em conversa com o agricultor Raimundo Nonato, percebeu-se que esses produtores, em sua maioria, ainda se conformam com a situação de abandono na qual se encontram e não buscam

¹⁹ José Augusto Reis da Silva é agricultor tradicional em Cotijuba. Entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em junho de 2010.

fazer parcerias ou mesmo questionar a *superficial* ação estatal em sua produção. Quando se pergunta o valor do produzido nas roças é que se tem a visão de que os agricultores não têm noção dos valores de seus produtos depois que passam pela mão dos atravessadores, pois vendem as hortaliças a um preço muito baixo em relação ao praticado fora da ilha.

Ele informou que um maço de couve (com aproximadamente 10 folhas) sai da horta por 0,30 e às vezes 0,40 centavos de real, pois cada produtor produz o suficiente para que a oferta deste produto seja grande na ilha. Esses produtores que enfrentam as insalubridades do trabalho agrícola têm o seu trabalho desconsiderado ou desvalorizado pelos atravessadores, os quais não se preocupam com o custo financeiro ou força de trabalho investido na produção, porém lucram com a venda super faturada desses produtos nas feiras de Icoaraci ou centro de Belém. Um maço de couve nas feiras ou supermercados da metrópole não custam menos que R\$ 1,00 (por uma quantidade menor que 10 folhas).

Na entrevista com o agricultor José Augusto as informações não foram diferentes. Segundo o mesmo:

Vareia, os preço vareia né? Já chegamo a vender a couve até de 1 real né? chegamo a vender, mas hoje tá 20 centavo, 15 centavo o maço. Vareia os preço da couve, da cebolinha. Chegamo a vender ela até de 50 centavo, hoje ela ta dando 90, 80 centavo, 1 real, entendeu? Ai a verdura ela não tem preço fixo né? Ela não tem preço fixo, o feijão verde ta em média de 5 reais hoje, mas tem vez que ele dá até 1 real também né? (preço fora da Ilha) O maxixe, a tela de 20 quilo, ta dando agora 20 reais. O maxixe é um período curto de produção, por isso é mais caro, a couve não, o período dela é 6 meses e o maxixe não chega a 2 meses, a partir que a gente planta ele até o final da vida dele ele vai dá um mês e meio, viu? Um mês e meio. Esse é o preço que a verdura sai daqui pro ponto de venda, sai daqui pro atravessador, aí se a gente tamo vendendo esse valor pra ele, ele ganha ai uns 30% em cima desse valor ai, no mínimo, mas eu acredito que ganha 50% tranquilo, entendeu? Não tem trabalho nenhum, só de pegar da gente e fazer o manejo lá né? Agora tem também a nossa feira ali que a gente já vende direto pro consumidor, gente vende direto pro consumidor. Isso em grande quantidade a gente somo obrigado a vender pro atravessador, entendeu? Mas em pouca quantidade como nós tem a feira de sábado lá como tu sabe né?(feira organizada próximo ao trapiche de Cotijuba), lá a gente já vende direto pro consumidor, vende por que é pouco né? E nós tem esse ponto nos sábado. *Grifos do autor* (Informação verbal)²⁰.

Essa mesma situação se enquadra também para o cheiro verde, a mandioca e os outros produtos da roça. No entanto, os produtores se conformam, pois é melhor vender barato do que perder o produto e não vender e assim ficar sem dinheiro para suas demandas mais básicas.

Quando se perguntou ao agricultor José Augusto Reis da Silva, sobre a eliminação dos atravessadores no processo de venda o mesmo respondeu que:

²⁰ José Augusto Reis da Silva, agricultor tradicional em Cotijuba. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em junho de 2010.

É meio difícil, como eu te falei, se nós tivesse um ponto pra gente vender a nossa mercadoria diretamente pro consumidor seria muito bom né? seria muito bom, mas infelizmente, nós vem lutando ai anos e não conseguimos isso ai, não conseguimos. A saída seria via associação (*referindo-se à Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba-APIC*), uma organização, sem isso nós somos obrigado a vender pro atravessador né? nós num tem nem apoio técnico, nem financeiro. O produtor aqui ele trabalha porque tem que trabalhar mermo né? mas, que não tem apoio de, de governo nenhum, prefeito, governadora, ninguém, porque nós samo do ramo nós tem que trabalhar. Muito que eu falo é 1000 maço de couve, a gente não consegue vender tudo pro consumidor, aí agente somo obrigado a meter na mão do atravessador né? Porque mermo nós tem que vir embora, vender essa mercadoria lá e voltar pra casa, nós somos obrigado porque mermo nós não tem um ponto lá pra vender. Se nós tivesse um ponto no Ver-o-peso, na 8 de Maio, ai já seria diferente a história, a gente já ia lá, organizava os produtor aqui, já ia lá e já vendia direto pro consumidor. *Grifos do autor* (Informação verbal)²¹.

Se neste sistema agrícola fossem desenvolvidos projetos de cooperação entre produtores e instituições governamentais e não governamentais é bem provável que haveria uma melhor aquisição de renda e conseqüentemente melhoria nos padrões de vida da comunidade. Porém, durante as visitas realizadas, pouco se ouviu falar de projetos desta natureza, e muito de que as famílias da ilha não são prioridades nas políticas agrícolas implementadas no estado do Pará.

Tal afirmação se dá pelo fato de que as regiões do Sul e Sudeste do Pará recebem mais projetos agropecuários que as ilhas de Belém. Esse fato está diretamente ligado às prioridades voltadas principalmente à agricultura e à pecuária de exportação em detrimento da produção familiar de subsistência, mesmo sendo esta última responsável pelo abastecimento interno.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) a agricultura familiar de países como o Brasil se configura como agricultura periférica, visto que se caracterizam pelo autoconsumo e por apresentar baixa renda entre os seus produtores. O Estado é importante articulador na elaboração de políticas e projetos que gerem desenvolvimento por meio da agricultura familiar e pela mitigação desta realidade. No entanto, existem áreas que tem prioridades, e não é o caso da Belém insular.

Segundo Veiga, Oliveira e Bentes (2007), no Sul e Sudeste do Pará o poder público tem dado significativo apoio aos produtores rurais por meio de incentivos creditícios oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tal intervenção governamental fortaleceu as associações de produtores rurais destas regiões paraenses (aumentaram de 17 para 212 associações locais de agricultores em um curto período de tempo). Quando a comunidade se organiza em associações e cooperativas e fixa

²¹ José Augusto Reis da Silva, agricultor tradicional em Cotijuba. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em junho de 2010.

parceria com instituições do governo e não governamentais ocorre a geração de desenvolvimento local para os membros da comunidade, e isso também pode ser realizado via produção agrícola de subsistência.

Para Brose (2000, p. 58):

O desenvolvimento local, baseado na agricultura familiar, depende fundamentalmente da intervenção estatal, regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas. Se deixada à própria sorte frente às forças de mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção.

A partir da afirmação de Brose (2000), pode-se entender que é papel do poder público elaborar estratégias que possibilitem o desenvolvimento local via agricultura familiar. No entanto, em Cotijuba tais medidas governamentais estão pouco presentes, pois o que se vê é a comunidade desprovida de incentivos creditícios, apoio técnico e de infraestrutura de produção e escoamento dos gêneros agrícolas produzidos.

O agricultor José Augusto ressalta que em Cotijuba:

Antes a agricultura, era melhor de que hoje, antes agente tinha muito apoio do governo, hoje ela tá um pouco baixa, porque hoje nós não tem apoio do governo, nós trabalha por conta própria e com nossas força entendeu? E trabalhar na agricultura hoje é dificultoso, muito dificultoso, devido muitos problemas que nós tamo enfrentando. O problema maior é a falta de apoio que nós num temo, e o outro problema é a produção que também o preço é muito baixo, entendeu? É muito baixo. Antigamente nós tinha aqui uma faixa de 100% de produtores, entendeu? Tinha 100%, hoje nós tem 20% entendeu? Um bucado se empregaro, um bucado se empregaro, e tão em outra atividade, um bucado em outra atividade, uns vive do turismo, entendeu? Hoje tem 20% de produtor, viu? E mais desse 20% que tem hoje ainda tão produzindo pouco mais tão produzindo, entendeu? Tão produzindo (Informação Verbal)²².

Na perspectiva de Urani et al. (2006), o desenvolvimento local é uma estratégia que valoriza a dimensão local e/ou de proximidade que se afirma cada vez mais, nos quatro cantos do mundo, como alternativa viável para a reconstituição dos vínculos produtivos entre agentes, comunidades e instituições de governo.

Pereira, Farias e Santos (2000), após análise do Diagnóstico do Plano Diretor da Ilha, ressaltam que em 1994 foi implantado o *Projeto de fomento a produção agrícola na ilha de Cotijuba*, através da SECON, que consistia em “montagem da infraestrutura de produção em três

²² José Augusto Reis da Silva, agricultor tradicional em Cotijuba. Entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em junho de 2010.

áreas ou módulos, que envolvem poço artesiano, conjunto de motor-bomba e caixa d'água, a fim de viabilizar a produção agrícola durante o ano todo sem depender somente de períodos de mais ou menos chuvas, como ocorria antes dessa nova tecnologia” (BELÉM, 1997, p. 16).

A autora cita também mais dois projetos fomentados e subsidiados pela PMB e gerenciados pela SECON, projetos direcionados para gerar emprego e renda para a população que habita na ilha. Trata-se do projeto de incentivo ao desenvolvimento econômico denominado de *Agricultura de quintais*, de 1998. Eram produzidos viveiros com 400 mudas frutíferas e florestais e sua produção era destinada à população local ou para venda.

Outro projeto implantado foi o do *Pato regional*, também da PMB com auxílio técnico da SECON, onde era doado um casal de patos às famílias, que eram subsidiadas com alimentação para a criação e assessoria técnica da Secretaria.

Nota-se a partir daí que a atuação do poder público não é totalmente inexistente, pois de acordo com os autores alguns projetos foram pensados e executados pelo poder público em Cotijuba durante a década de 1990. No entanto, a sucessão de governos põe a perder os avanços dos governos anteriores, com o objetivo de criar novos laços territoriais e políticos no lugar a partir do planejamento de novos projetos, novas ações que desvie a atenção da população do que foi realizado anteriormente. Esses projetos citados acabaram assim que terminaram as gestões municipais que os planejaram e executaram na ilha de Cotijuba.

No entanto, o que era produzido pelas famílias era vendido na ilha em festivais como o Festival do pato regional, uma festa em que se vendiam pratos típicos servindo o pato como iguaria principal. Isso gerou renda para as famílias participantes do projeto, porém hoje o mesmo não existe mais, pois o poder governamental se ausentou mais uma vez das demandas sociais e econômicas da população de Cotijuba, e não é a toa que novas atividades informais cresceram na ilha.

O projeto *Pato regional* teve seu último festival em setembro de 2000 (III Festival do Pato Regional) já na gestão municipal do Prefeito Edmilson Rodrigues do Partido dos Trabalhadores. A partir desta data nenhum tipo de produção foi incentivada a ponto de se realizar festivais. Isso mostra que o poder público atua de forma superficial na geração do desenvolvimento local na Belém insular. Segundo o Sr. Otoniel Pereira, um dos moradores mais antigos de Cotijuba, tal fato se deu devido à insatisfação do prefeito da época com os resultados políticos desfavoráveis à sua candidatura, ou seja, o mesmo foi pouco votado na ilha e por isso deixou-a no esquecimento, sem perspectivas de projetos ou políticas públicas.

No entanto, não se pode esquecer da construção do Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard, o qual foi inaugurado meses antes do III Festival do Pato Regional, fato que facilitou o acesso de visitantes para o consumo dentro da ilha e para servir até hoje de eixo de ligação no sistema de transporte de Cotijuba. Isso torna a informação dos moradores contraditória, porém não totalmente evasiva de verdade.

Dentro deste contexto entende-se que o desenvolvimento local é uma focalizada no local e que se configura como uma proposta de desenvolvimento que liga esferas diferentes de ação e produção como as comunidades locais, as instituições do Estado, e organizações não governamentais. Esta parceria deve ser desenvolvida eliminando os conflitos entre planejadores e produtores, do contrário a parceria corre risco de não dar certo.

O Sr. José Augusto, quando indagado sobre a relação estabelecida anteriormente com os técnicos da SECON, no momento da execução de projetos de produção agrícola da década de 1990, respondeu que os técnicos obrigavam a produzir e o que eles orientassem, não dando autonomia produtiva aos agricultores.

Na visão de José Augusto:

O projeto que foi feito pra gente aqui, eles obrigaro nós produzir, isso aí que eu te falei, couve, cariru, maxixe, quiabo e na verdade a gente tinha outras ideia né? Plantar mamão, talvez criar um peixe, se eles entregasse o dinheiro diretamente na mão do produtor, talvez hoje até tivesse produtor que tivesse alguma coisa né? mas nós fumo obrigado por eles, e eu não sei nem onde se encontra agora, entendeu? Isso aconteceu na fase do governo do Hélio Gueiros olha, já tá fazendo uns 15 anos que o Hélio Gueiros fez aquele projeto né Caito? (*pergunta feita ao produtor rural que estava ao lado*), foi em 94 eu acho. É foi em 94 isso aí sim. Taí o Caíto que produziu muito e também ficou abandonado aí, entendeu? Ficou abandonado muita produção. Era três barco pra levar essa produção daqui, três barco. Perdemo muito, olha o Caíto perdeu chero verde, alface. Fala aqui rapa o que foi que tu perdeu? - *perguntou seu José Augusto- O agricultor Caíto se aproximou e informou o que perdeu de produção.* “eu perdi chero verde, alface, qual foi o outro..? Foi mais chero verde e alface mermo” (Informação verbal)²³.

Até hoje nós tamo no prejuízo, porque ninguém cubriu o prejuízo, eu ainda to devendo o banco ainda (*gargalhadas*), mas não foi deste projeto aí não, foi de outro projeto, de outro financiamento, que nós tiramos, entendeu? (Informação verbal)²⁴. *Grifos nossos.*

Segundo os entrevistados o apoio técnico governamental foi imposto e insuficiente. Imposto porque tirou a autonomia produtiva dos agricultores e insuficiente porque com grande esforço os agricultores chegaram a produzir muitas hortaliças e por conta da não articulação dos técnicos com os mercados consumidores externos toda a produção foi perdida, “foi tudo perdido

²³ Agricultor popularmente conhecido por Caíto. Intervenção feita durante a entrevista de seu José Augusto em junho de 2009.

²⁴ José Augusto Reis da Silva, agricultor tradicional em Cotijuba. Entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em junho de 2010.

na horta”. Após um silêncio e gestos com a cabeça de negativo perguntou-se sobre qual era a sensação em ver a produção se perdendo dentro da horta?

Rapá o que tu acha? O produtor perdendo a produção dele, de vez de vender, já que não tem venda boa. Ora! Disanima, disanima o produtor, com certeza disanima. Sabe o que nós fizemo nessa situação? Rapá nós num fizemo nada não, estragu mermo lá na horta (*outras gargalhadas*). (Informação verbal)²⁵. *Grifos nossos*.

É interessante o bom humor com que se encontravam os informantes, mesmo lembrando-se de situações adversas onde perderam suas produções, ainda davam boas gargalhadas de tudo que havia acontecido na década de 1990, especialmente em 1994, durante o governo de Hélio Gueiros.

Mediante tal situação, o agricultor conhecido com Baixote pede pra falar durante a entrevista com seu irmão José Augusto e explica como estava sua plantação no momento do abandono pelos técnicos do poder público e da perda da produção.

Respirou fundo e disse:

Agora eu vou falar, rapá era um monte de canteiro, umas lera grande, uns 50 canteiro cheio de chero verde, rapá sem sacanagem, era uns chero dessa altura muito bonito, verde, verde, verde (*gesticula*), aí chuva né? Agente se metia em cima dos canteiros, ficava lá em baixo do plástico olhando o chêro, olhava assim, olha o tamanho! Mas num valia a pena tirar pra vender que o preço tava muito baxo, centavos. Eu prifiri dexa tudo lá na horta mermo, mas dava pena de vê. (Informação verbal)²⁶. *Grifos nossos*.

O Sr. José Augusto continua o desabafo:

Olha o papai uma vez, lá, lá. O Caíto trabalhava nesse projeto aqui no centro e o Baxote cum o papai trabalhava lá no nosso terreno, lá atrás do Marco lá (*Marco é outro produtor rural da ilha*). O Baxote tinha uma bicicleta zerada muleque! O papai semeou um chêro lá bacana né? O papai semeou um chêro lá, ai o Baxote butô uma bicicleta no canteiro de chêro do papai (*propôs uma troca*).

“O senhor quer essa bicicleta nesse canteiro de chêro ai?”

Papai com um olhão desse tamanho (*gesticula e risos*), não num sei o quê... rapá, se eu te digo...A bicicleta, se o papai tivesse pego, o Baxote tinha dançado (*gargalhadas*), o preço do chêro nessa época ficô tão baxo que o Baxote... i num dava nem pra comprar uma jansa da bicicleta. (*gargalhadas*), inda mais que ele cubriu de folha por cima né? tu olhava debaxo e o bicho tava bunito, chega tava verde muleque. “lhe dou essa bicicleta ai nesse canteiro de chêro” (*repetindo a fala de seu Baixote*). Que nada, o chêro nessa época tava uma faixa de 20 centavo eu acho...tu já penso tu tirá chêro verde, que chêro verde ele ixigi trabalho, todo dia. Olha eu vim de lá da horta indagora, que o motor da bomba d’água ta quebrado, daqui pras 11 horas eu vu molhar lá de novo, eu to carregando água no trator, eu tu molhando cum regador, porque a bomba ta quebrada. 11 horas já são e eu

²⁵ José Augusto Reis da Silva, agricultor tradicional em Cotijuba. Entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em junho de 2010.

²⁶ José Augusto Reis da Silva, agricultor tradicional em Cotijuba. Entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo, em junho de 2010.

to quase pra ir molhar de novo o chêro, eu tenho que carregar água no trator pra molhar, entendeu? (Informação verbal) ²⁷. *Grifos nossos*.

As dificuldades dos produtores agrícolas da ilha de Cotijuba são inúmeras, tanto hoje, quanto antigamente, porém a boa vontade de trabalhar a terra e dela tirar o sustento seu e o de sua família impulsiona esses trabalhadores do campo a continuarem com suas tarefas diárias em seus canteiros de couve, cheiro-verde, maxixe (*Cucumis anguria*), cariru, feijão e outros.

Seria interessante se fossem somados os esforços e a criatividade dos trabalhadores de Cotijuba com as políticas e projetos agrícolas do poder público. Quem sabe assim haveria um salto qualitativo nas condições de renda e de vida dos ilhéus, os quais já vem há muito tempo perdendo, não somente as esperanças de melhorias, mas acima de tudo, seu gênero de vida ligado ao trabalho na terra.

Esse desenvolvimento poderá existir em Cotijuba se tão somente para lá fossem pensadas e executadas políticas e projetos que viabilizem a produção e a circulação dos produtos da comunidade, seja essa produção ligada à pesca, ao extrativismo, ao turismo e especificamente à agricultura familiar de subsistência, pois ainda é quase que imperceptível a presença do Estado em suas três esferas no interior da Ilha. É importante ressaltar que em outras áreas do Brasil e do Pará o desenvolvimento local foi alcançado pela organização de Arranjos Produtivos Locais (APL). Para Costa (2003), os APL de forma mais genérica, podem ser entendidos, enquanto um grupo de agentes “orquestrados”, por um grau de institucionalização, explícito ou implícito ao aglomerado, que busca como finalidade, harmonia, interação e cooperação, não esquecendo que estes elementos interagem num ambiente competitivo.

Além disso, sem correr o risco de redundância, é de bom alvitre destacar que o termo se refere à concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, não importando o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta pertencer ao setor primário, secundário ou, até mesmo, terciário, variando, desde estruturas artesanais, com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as firmas e produtos com elevado conteúdo tecnológico.

²⁷ José Augusto Reis da Silva. Agricultor tradicional em Cotijuba. Entrevista cedida a Odimar Melo, durante pesquisa de campo em junho de 2010.

Se os APL forem entendidos como medidas conjuntas e articuladas da produção em vários setores da economia, pode-se também entender que na ilha de Cotijuba o poder público e a comunidade deveriam pensar estratégias de organização e gestão da produção agrícola com o objetivo de se constituir neste espaço um arranjo produtivo local (ou arranjos produtivos locais), que articule todas as famílias agricultoras em caráter cooperativo para um possível crescimento conjunto das mesmas, crescimento na produção e geração de emprego e renda e conseqüentemente melhoria nos padrões e na qualidade de vida dos ilhéus.



Fotografia 15: Irrigação manual em canteiro suspenso de cheiro verde na propriedade de seu José Augusto, no centro da ilha

Fotografia 16: Canteiro suspenso com pequenas mudas de cheiro verde destaque para cobertura de plástico usada para evitar erosão pluvial nos canteiros

Fonte: Melo (2010)

A produção é realizada com técnicas tradicionais desde o plantio, o escoamento até o consumo, realizada por pessoas simples que estão desprovidas de apoio técnico, de informações referentes às espécies vegetais e solo, de ferramentas tecnicamente melhores, de fertilizantes, inseticidas, pesticidas e fungicidas. No entanto, pessoas que gostam e se identificam com o trabalho na roça, homens e mulheres, diariamente se relacionam com a natureza e entre si, perpetuando as particularidades do homem amazônico, construindo-se como agentes territoriais e produzindo o seu espaço mais particular: o lugar.

3.4 PESCA ARTESANAL

Pra pescar? Pra fazer ela? Bom, eu ponho a rede na água e vou embora em cima dela, a maré que vai me levando e aí quando eu estou assim com uma hora de rede n'água que eu vou puxá ela pra vê o que é que tem se já tem algum peixe avortado nela que é pra tirar da malhadeira pra buscar a linha. (Informação verbal)²⁸.

Na região em estudo, a atividade pesqueira é bastante diferente da de outras regiões do país, tanto pela variedade de espécies encontradas, como pela quantidade de pescado capturado, e pela tradição e dependência das populações amazônicas tradicionais da atividade pesqueira, tanto em áreas de costa, quanto nas águas interiores, em rios, lagos e igarapés.

É no estuário, espaço de encontro das águas do oceano com as águas dos rios e igarapés e na planície amazônica, que os rios têm mais volume, nestes pontos acontece intensa atividade pesqueira. Essa atividade desenvolve-se historicamente na região, especificamente no território paraense por conta da existência de um significativo potencial pesqueiro nos rios, lagos e costas próximas.

O estado do Pará possui ainda em seu sistema hidrológico e territórios de produção pesqueira, aproximadamente 98.292 km² de águas interiores; 70.000 km² de plataforma continental; 67.972 km² de áreas oceânicas e 562 km de costa. Detém, portanto, um dos maiores volumes de recursos hídricos e de ictiofauna do país. Isso confere ao território paraense alternativas de exploração dos recursos pesqueiros, tanto em alto-mar como em águas costeiras, estuarinas, fluvio-marítimas, fluviais e lacustres.

Segundo estudos desenvolvidos por Isaac (2006), a pesca realizada no Pará pode ser dividida em três modalidades principais considerando suas características socioeconômicas e o tipo de pesca específica:

- a) *A pesca tradicional de subsistência* é uma atividade permanente e complementar a outras atividades principalmente a agricultura, caracterizando alguns grupos como agricultores pescadores, cuja produção restringe-se, quase que exclusivamente, ao consumo próprio. É executada com uso de embarcações simples e aparelhos de pesca produzida pelos próprios pescadores, o que dá a estes “utensílios”, assim como à pesca, um caráter tradicional.

²⁸ Nilton Costa Gomes Miranda (o Bico), pescador artesanal. Trecho de entrevista concedida a Odimar Melo em junho de 2010.

Eu pratico a pesca, primeiro eu pego a isca né? Pra ir pescar o outro peixe que é pra pegar peixe grande que é o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) e a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*) e eu tenho malhadeira pra pegar esse tipo de peixe que é a sarda e a pratiqueira (*Mugil curema*), que é pra por pra pegar o peixe grande que é o filhote e a dourada e tenho também minhas linhas de mão aqui pra pescar também outros peixe miudinhos. E o matapi que é pra pegar o camarão (*Macrobrachium jelskii*), pra servi também de isca, todo isso ai servi de isca pra pegar o outro peixe porque rede grossa eu não tenho, eu trabalho só com espinhel que é o anzol, o anzol a malhadeira, que é essa uma que pega a isca e mais o matapi inclusive eu tinha rede pra pegar os outros peixes, mas acabou e agora to lutando pra consegui outra nova e o peixe aqui na região ele não é assim um peixe que dê muito ele é pouco, a produção aqui na beirada é pouco, não dá pra quase nada, pra gente matar um filhote grande passa até um mês pra matar um peixe de 60, 70 kilos, a gente mata assim miudinho pra 5, 6 kilos assim a gente mata quase toda semana, mas tirando disso ai é meio problemático aqui a pesca, só mesmo o consumo, só mesmo pro desenvolvimento da família a pesca aqui na ilha. (Informação verbal)²⁹.
Grifos nossos.

Segundo o depoimento acima a modalidade de pesca artesanal realizada pelo pescador Nilton “Bico” na ilha de Cotijuba é de caráter tradicional, já que a mesma é a base de alimentação de sua família, apresenta técnicas rudimentares de pesca, pouca produção e pouca variedade de pescado.

- b) *A pesca artesanal de caráter comercial*, apresenta variações sazonais e é praticada por pescadores de dedicação quase ou parcialmente exclusiva cuja produção destina-se, em grande parte, à comercialização nas cidades da região. O pescado capturado é transportado para centros urbanos, onde ocorre a comercialização;

Pesco ai no rio grande mesmo, na área ali pra frente do Vai-Quem-Quer, ilha de Tatuoca. Sabe onde é o Tatuoca? Pois é, é pra lá que eu vô, às vezes eu saio daqui uma hora, meia noite, dez horas da noite, só venho chegar no outro dia pra fazer a noite toda fora, o dia as vez fora, é assim que eu faço. Parte do que eu pesco eu vendo nos restaurantes aqui mesmo na ilha ou em Icoaraci (Informação verbal)³⁰.

Além da pesca realizada pela maioria dos pescadores de Cotijuba ser de caráter tradicional de subsistência, ela pode ser também classificada como pesca artesanal de caráter comercial, visto que os pescadores da ilha além de se alimentarem do pescado vendem grande parte do mesmo em bares e restaurantes localizados em Cotijuba, em Icoaraci e em Belém.

²⁹ Nilton Costa Gomes Miranda (o Bico), pescador artesanal. Trecho de entrevista concedida a Odimar Melo em junho de 2010.

³⁰ Pescador artesanal. Nilton Costa Gomes Miranda (o bico). Trecho de entrevista concedida a Odimar Melo em junho de 2010.

- c) A *pesca empresarial/industrial* emprega barcos de maior potência e autonomia financeira, atuando no estuário e no litoral amazônico, dirigindo a captura para espécies alvo de maior valor no mercado com fins de exportação (ISAAC, 2006).

Essa modalidade não é encontrada junto à comunidade, devido à ausência de capitais, tecnologia de equipamentos de pesca e barcos mais resistentes, potentes e modernos.

Em uma escala menor, a pesca artesanal desenvolveu-se no litoral norte e no estuário amazônico por uma grande quantidade de barcos de madeira, canoas, botes e até mesmo de forma manual nas praias por meio de currais, apresentando diversidade em tamanho, capacidade, espécies-alvo e rendimentos econômicos para os diferentes pescadores locais (BATISTA; ISAAC; VIANA, 2004 Apud GUEDES, 2009).



Fotografia 17: Pescaria artesanal em curral para o sustento da família na comunidade do Poção, curral pertencente ao Sr. Manoel Souza, o “Delegado”
Fonte: Melo (2010)

O Sr. Nilton, da Praia Funda, usa esses instrumentos para realizar sua pescaria em Cotijuba, no entanto ressalta que seus instrumentos são alvo de ladrões, ou seja, vez por outra tem seus instrumentos de pesca roubados, e vendidos em outras ilhas. Essa é, segundo ele, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores de Cotijuba.

Rapá, a maior dificuldade é quando robu a gente, ontem me robaram, a gente fica quebrado é ai é que tá o negócio, si a gente marca bobeira, fica quebrado, quando tá tudo bem, a pescaria tá boa. Quando a gente marca é que robu a gente. Robu material, levu meu espinhel, levu a rede, e o que levaram mais importante meu dessa vez foi minha linha, que levaro quase todinha que eu coloquei na água, por isso que hoje eu não fui pescar ta tudo parado, agora é batalhar pra arranja dinheiro e comprar tudo de novo. Mas ta tudo bem eu trabalho também com curral, na pesca da dorada, tenho um curral logo ali, até arrumar dinheiro vou ficar pescando só no curral (Informação verbal)³¹.

³¹ Nilton Costa Gomes Miranda (o Bico), pescador artesanal. Trecho de entrevista concedida a Odimar Melo em junho de 2010.

Outras famílias espalhadas em áreas específicas de Cotijuba realizam a pesca artesanal, como é o caso das famílias da comunidade da Pedra Branca e do Poção. O Sr. Nilton é pescador da comunidade da Praia Funda e vizinho do Sr. Lourival que pesca junto com seus filhos homens em frente à Praia da Flexeira, há décadas. Quando a pesca está fraca em Cotijuba, tanto o Sr. Nilton quanto o Sr. Lourival vão pescar em outras áreas, na contra costa do Marajó, onde segundo eles a pescaria é mais abundante. Pescam várias espécies de peixes em meados de julho.

Agora eu tô aqui né? meio tariano, agora pelo mês de julho em diante eu vou embora pegar um barco de pesca que eu quero ir pra fora também, e quando falha o peixe lá fora eu venho pra bera, pego minha canoa ai saiu nela e ai quando enfraquece muito eu puxo ela e pego um barco de outras pessoas e vou mi embora, inclusive pra ir pra contra costa do Marajó pro outro lado do oceano. Lá tem tudo pra lá, pesco dorada, pescada (*Plagioscon spp*), piramutaba, tudo, tudo. Tem, pescada amarela (*Sciaena amazônica*), gurijuba (*Aspitor parkeri*), chego a trazer uma faixa de 2 tonelada, conforme quando ta dando bem, uma tonelada, as vez cinco tonelada, conforme a gente chega lá si tiver dando bem peixe a gente traz bem, mas quando ta pouco as vezes a gente não traz. Nós leva gelo dentro do barco pra congelar o peixe e rede, na faixa de duas mil faixa de rede a gente leva, ai passa dezoito dias, quinze dias, até 25 dias chega a passar lá na contra costa do Marajó. (Informação verbal)³². *Grifos nossos*.

A pesca artesanal, uma das atividades de sobrevivência desenvolvidas historicamente pelos ilhéus de Cotijuba, está localizada principalmente nas áreas de praias, com destaque para as praias Funda, Flexeira, Pedra Branca e Poção. A dinâmica que envolve esta pesca envolve pessoas que apresentam gênero de vida ligado às águas da ilha. No entanto, essas pessoas também realizam outras atividades que lhes garantem a identidade territorial amazônica, marcada por forte relação entre homem amazônico e recursos naturais.

É importante ressaltar que em meio à dinâmica pesqueira, hábitos e costumes são preservados, seja o de captura, trato ou mesmo o de consumir o pescado, logo gêneros de vida, símbolos e identidades também são mantidos. Cabe lembrar também que nesta pesca existem pessoas envolvidas, pessoas que nasceram e foram criadas e reproduzem suas famílias na ilha. São ilhéus que se relacionam entre si e com a natureza, por meio de experiências vividas no dia-a-dia, as quais que consolidam os grupos comunitários e influenciam na produção sócio-espacial dentro de Cotijuba.

³² Nilton Costa Gomes Miranda (o Bico), pescador artesanal. Trecho de entrevista concedida a Odimar Melo em junho de 2010.



Fotografia 18: O Sr.Nilton Bico preparando a linha com espinhel para pesca do filhote

Foto 19: Rede malhadeira exposta em quintal de pescador na Praia da Flexeira

Foto 20: Espinhel pronto com anzóis grandes para a pesca do filhote e outros peixes grandes

Fonte : Melo (2010)

3.5 AGROEXTRATIVISMO

Aqui na ilha de Cotijuba eu pegava taperebá, manga, caju, cupuaçu e muruci, o resto eu comprava em Icoaraci, como a goiaba. Estou há 43 anos nesta atividade, faz dois meses que parei de vender fruta, polpa e verdura. Eu criei 8 filhos com essa viração. Meus filhos são a Ester, o Nelson, depois a Dinéia, Dorcas, Hernandes, Edilma, Elielson e a Elenice, que é a ultima. Mora na ilha a Dorcas, o Hernandes, a Edilma e a Elenice. Criei todos meus filhos com muito sacrifício, mas tão aí tudo adulto e com filhos (Informação verbal) ³³.

O agroextrativismo, diferente dos outros usos, não está delimitado em áreas específicas no interior da ilha, mas em quase toda a extensão territorial de Cotijuba a atividade extrativa é percebida, no entanto poucos moradores realizam a venda do que é coletado em feiras ou em residências do continente como dona Ilda Oliveira realizava.

Neste momento da pesquisa analisa-se como esta extrativista de coleta realiza a atividade extrativa na ilha. No entanto, uma reflexão se faz necessária antes de tal análise, é a reflexão que foi levantada por Guerra (2007) em trabalho ligado ao extrativismo vegetal em Cotijuba.

Segundo Homma (1993) Apud Guerra (2007), duas modalidades de extrativismo foram identificadas ao longo do esforço de se classificar tal prática. Uma é caracterizada por aniquilamento ou depredação e outra pela coleta dos produtos. A primeira modalidade pode ser exemplificada pela exploração madeireira, pela extração de essência de vegetais, extração de

³³ Dona Ilda Oliveira do Carmo, moradora há 50 anos em Cotijuba. Trecho da entrevista concedida a Odimar Melo em junho de 2010.

palmito do açaí, pela caça de animais silvestres e pela pesca indiscriminada de variadas espécies e pela exploração mineral.

A segunda modalidade de exploração, também conhecida como extrativismo de coleta, é exemplificada pela extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e pela castanha-do-pará (*Bertolothia excelsa*), do bacuri (*Platonia insignis*) e outras espécies.

Em Cotijuba existe uma grande dificuldade para se diferenciar as modalidades extrativistas realizadas por seus moradores, devido às alterações na vegetação original ao longo da história de ocupação da ilha e dos usos dados ao território.

Para Guerra (2007, p. 21):

A dificuldade classificatória para o que ocorre em Cotijuba é que a ilha já foi desmatada e replantada, constituindo-se hoje de vegetação secundária espontânea ou plantada, manejada de maneira predatória, no caso das madeiras, de forma mais branda, no caso das fruteiras nativas, e em regime de cultivo agrícola regular, como no caso de fruteiras domesticadas e hortaliças. Esta mescla de atividades nos leva à opção pelo conceito de agroextrativismo, que abrange todas as modalidades contempladas neste leque acima, seja de agricultura intensiva como o cultivo de hortaliças, seja do extrativismo mais primário, com a derrubada das árvores para a fabricação de estacas e mourões, móveis, casas e embarcações.

Ao longo das visitas e da revisão da literatura, percebeu-se que em Cotijuba a melhor classificação seria a de território de agroextrativismo, devido à existência de uma combinação de atividades, tanto extrativa, quanto de plantio de frutas e hortaliças.

Na ilha o extrativismo realizado com mais intensidade é o vegetal e o mineral, sendo o extrativismo vegetal caracterizado pela retirada da cobertura vegetal para fins variados ou pela coleta de frutas silvestres, as quais estão espalhadas ao longo do território da Ilha. Os casos mais frequentes são os que envolvem os açazais, que em sua maioria, estão localizados próximo às casas ou em lugares onde estas existiram, indicando uma proximidade entre o homem e esta cultura considerada nativa e de exploração associada ao extrativismo. É importante ressaltar que outras espécies são coletadas obedecendo à mesma lógica de relação entre o homem e a natureza, a exemplo do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), do bacuri, do muruci (*Byrsonina SP*), taperebá, tucumã (*Astrocaryum tucumã*), dentre outros.

Em Cotijuba, pode-se considerar ainda como atividades extrativas a exploração de areia para a construção civil, a derrubada de árvores para a fabricação de estacas ou para a construção civil e a coleta de alguns produtos florestais ainda existentes na ilha (GUERRA, 2007). Durante as caminhadas no período de pesquisa de campo observou-se várias carroças tracionadas por búfalos carregadas com pedra ou areia para construção, material retirado na ilha por moradores.

Segundo informantes locais a retirada de pedras acontece no centro da ilha e a retirada de areia e feita próximo à Rua das Quatro Bocas, na área do “Canivete” e na parte norte da ilha, especificamente no Vai-Quem-Quer e na Pedra Branca devido tais áreas apresentarem terrenos arenosos.

Ressalta-se que este tipo de extrativismo é proibido segundo o Plano Diretor de Cotijuba em seu artigo 111, o qual reforça que qualquer exploração mineral dentro da ilha deve obedecer aos critérios técnicos do zoneamento econômico ecológico para se gerenciar e organizar esta exploração com a finalidade de se eliminar danos ambientais ao ecossistema.

No artigo 124 temos o seguinte texto:

A exploração dos recursos minerais será objeto de licença ambiental, devendo ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório (RIMA), sem prejuízo da aplicação da legislação federal pertinente, ficando seu responsável obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica determinada pelo órgão ambiental competente (BELÉM, 1997).

A partir da leitura e análise deste texto, entende-se que a retirada de pedra e areia para construção de casas, bares, muros e comércio é ilegal e agressiva ao meio ambiente. No entanto, percebe-se também que esta lei é parcialmente desconhecida por alguns moradores, especialmente os que realizam a atividade e é por isso que a praticam sem responsabilidade ambiental.

Apesar de forte extração mineral em Cotijuba o mais significativo extrativismo ainda tem sido a eliminação de árvores para a construção de moradias, na parte sul e na costa oeste da ilha.

Segundo Guerra (2007, p. 28):

Habitantes engajados nas associações de moradores e de produtores manifestaram preocupações com a intensidade do uso de motosserras em toda a Ilha. De fato, em várias visitas pôde-se constatar a ação do mecanismo para abertura de novas áreas, para abater árvores de valor comercial ou para a eliminação de plantas e construção de moradias ou comércios. No período de verão esta atividade se intensifica com a derrubada e corte sistemático de árvores para transformação e venda, com a ameaça de extinção de espécies madeiras e frutíferas.

A preocupação está ligada ao temor dos moradores pela intensificação da retirada da cobertura vegetal, fato este que já causou um desequilíbrio no ecossistema da ilha, visto que em 2006 os moradores sofreram ataques de morcegos hematófagos devido à exploração vegetal em Cotijuba, ou seja, se retirou durante vários anos as árvores da floresta onde esses animais têm seu habitat natural.

Esta modalidade de extrativismo em Cotijuba também é proibida pelo Plano Diretor da Ilha em seu artigo 120, o qual traz o seguinte texto:

As áreas e a vegetação de preservação permanente somente poderão ser utilizadas mediante licença especial, apresentação e aprovação do estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ao meio ambiente (RIMA), no caso de obras públicas ou de interesse social comprovado, bem como para as atividades economicamente caracterizadas, a critério do Órgão Municipal competente, podendo ser, neste último caso, exigida sua alteração se as condições técnicas o permitirem (BELÉM, 1997).

E mais, no Art.115 do Plano Diretor da Ilha de Cotijuba:

Consideram-se de preservação permanente as áreas e vegetações significativas:

- I- Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água;
- II- Das margens das lagoas e lagos;
- III- Nascentes permanentes ou temporárias, incluindo os olhos d'água, seja qual for sua situação topográfica;
- IV- Das encostas ou partes destas;
- V- Dos manguezais, em toda sua extensão;
- VI- Das águas estuarinas que ficam sob regimes de marés;
- VII- Da orla da Ilha;
- VIII- Do entorno dos mananciais;
- IX- Ao longo das praias. (BELÉM, 1997).

Nessas áreas é proibida a retirada da cobertura vegetal, segundo a legislação proposta. No entanto, a mesma não é cumprida não somente pela falta de conhecimento dos ilhéus, mas acima de tudo por ser uma proposta em sua essência e não um fato, ou seja, o Plano Diretor de Cotijuba nunca foi aprovado pelos vereadores de Belém, fato que compromete a qualidade de vida dos seus moradores.

Segundo o estudo de Guerra (2007), houve uma substituição gradativa da vegetação nativa como angelim (*Andira cuyabensis*), ipê (*Tabebuia sp*), bacuri, pequiá (*Caryocar villosum*), tucumã, bacaba (*Oenocarpus circumtextus*) e uxi (*Uxi umbrosissima*) por plantas exóticas de reconhecido valor, estético, alimentar e comercial como amendoeiras (*Amygdalus communis*), laranjeiras (*Citrus sinensis*), coqueiros (*Coccus nucifera*), mangueiras (*Mangifera indica*), aceroleiras (*Malpighia emarginata*), cajueiros (*Anacardium occidentale*), taperebazeiros (*Spondias lutea*) e jaqueiras (*Artocarpus integra*).

Estas últimas espécies são frutíferas e oferecem frutas que são coletadas pelos ilhéus e vendidas na feira de Cotijuba e em alguns casos na feira de Icoaraci e no Ver-o-Peso. Dona Ilda Oliveira coletava essas frutas encontradas na ilha e delas retirava sua polpa para fazer “chope” (suco de fruta congelado em sacos plásticos) ou para vender em Icoaraci a seus clientes de décadas.

Eu pegava taperabá, manga, caju, cupuaçu e muruci, o resto eu comprava em Icoaraci, como a goiaba. Eu saía de manhã para adquirir as frutas, tirava de tarde, aí no outro dia levava pra Icoaraci, botava na geladeira pra levar pra Icoaraci, levanto 4 e 40 da

madrugada, pra me ajeitar pra mim vender. Estou há 43 anos nesta atividade, faz dois meses que parei de vender fruta, polpa e verdura. Eu saía no barco grande e voltava no de 1 hora, quando não tinha barco grande eu vinha de pô-pô-pô, ouvindo xaveco de um e de outro. Mas valia a pena, porque eu tinha uns clientes bom, lá da Casa Pena (*casa de materiais de construção em Icoaraci*), trabalhei com eles 43 anos, com o pessoal da casa Pena, e mais um senhor, lá adiante da Tecimodas (*loja de tecidos e confecções localizada em Icoaraci*). Eu vendia mais cupuaçu e taperebá, o preço era de R\$10,00 pra baixo, a polpa de taperebá, R\$ 7,00 reais, a de cupuaçu, R\$10,00 reais.

Eu consegui umas coisas com meu trabalho, uma geladeira, um liquidificador, televisão e muita dor nas costas e nas pernas, problemas de saúde, porque eu carregava um isopor com 70 chopes (*suco de fruta congelada no saquinho*), muito problemas eu arrumei com meu trabalho, vender chope a pé todo dia no Vai-Quem-Quer e voltar e ainda pegar o barco pra Icoaraci, trabalhar de novo a tarde e depois voltar pra Mosqueiro tudo no mesmo dia, não é pra quem quer mano. (Informação verbal)³⁴. *Grifos nossos*.

O fato de dona Ilda realizar esta atividade durante 43 anos deu a ela alguns ganhos materiais, porém trouxe em sua velhice problemas de saúde, os quais fizeram com que ela buscasse morar mais perto dos equipamentos urbanos, especificamente perto do posto de saúde, do terminal hidroviário, do comércio, da geração de energia, da água encanada e do cemitério, este último é onde dona Ilda pretende descansar, pois não pensa em se mudar de Cotijuba nunca, demonstrando a topofilia que ressalta Tuan (1980).

Quando interrogada sobre uma possível saída de Cotijuba para morar em outro lugar a informante respondeu:

Quero nada, daqui só pra debaixo da terra, mas aqui mermo, porque eu gosto muito daqui, cheguei aqui com 16 anos me agradei muito em morar aqui em Cotijuba agora já to perto de tudo, morava lá nos confins (*referindo-se a área central da Ilha*) e já gostava, imagina morando perto das coisas? Tô aqui quase dentro do barco e isso pra mim é melhor, porque já tem os problemas das pernas e das costas e ai não posso andar muito, tenho tonteira, muita dor de cabeça, essas coisa da velhice. Eu gosto de morar aqui porque tudo é perto, tudo é fácil pra mim, já ta sendo difícil por causa dos problemas que eu sinto, como é que eu vou pra mais longe, mais quando!? Pode aparecer uma pessoa me oferecendo mil reais por hora pra eu sair de Cotijuba, eu não saiu, saiu nada, quero ficar aqui mermo rapá to no final da vida, só Jesus comigo, por isso agradeço muito a Deus se não fosse ele eu não tava nem contando história aqui. To falando, tenho sofrido muito, só Jesus. Penei muito agora to no céu como diz o papai, já sofri muito, já trabalhei muito, de 7 anos pra cá é o tempo todo trabalhando, já to morando perto do barco, perto do cemitério, perto do posto médico, quando to com dor eu caminho pro posto, tu é doido muleque?! Vou me arrastando pro posto médico, to morando bem agora, to perto do cemitério se eu morrer chego logo lá (*gargalhadas*). (Informação verbal)³⁵. *Grifos nossos*.

Além da proximidade de sua residência em relação aos equipamentos urbanos de Cotijuba, dona Ilda gosta de morar na ilha devido ter sido criada juntamente com seus irmãos neste local.

³⁴ Dona Ilda Oliveira do Carmo, moradora há 50 anos em Cotijuba. Trecho da entrevista concedida a Odimar Melo em junho de 2010.

³⁵ Dona Ilda Oliveira do Carmo, moradora há 50 anos em Cotijuba. Trecho da entrevista concedida a Odimar Melo em junho de 2010.

Ao longo dessa criação seus familiares constituíram raízes fortes, ou seja, sentimento de pertencimento e conseqüentemente apego, afetividade pelo lugar.

Sem dúvida esse apego e esse amor pelo lugar (topofilia) fizeram com que ela sempre tivesse contato com a ilha, mesmo morando alguns anos em outros lugares. É assim por meio de relações entre indivíduos de uma mesma família ou grupos de amigos e vizinhança que o espaço é socialmente construído. É construído a partir do território usado (SANTOS, et al. 2000).

O agroextrativismo em Cotijuba é uma atividade diária muito importante na vida dos ilhéus, devido oferecer possibilidades de sobrevivência e de integração grupal. Ao longo de sua existência esta atividade produz relações e interações que são carregadas de simbolismo e identidade amazônica. Tais elementos se multiplicam historicamente perpetuando a reprodução social e espacial dentro da ilha de Cotijuba.



Fotografia 21: Transporte de tração animal carregado com areia para construção na av. Magalhães Barata
Fonte: Melo (2010)

Fotografia 22: Fruta coletada em Cotijuba e comercializada na feira em frente ao trapiche de Icoaraci
Fonte: Guerra (2001)

3.6 ATIVIDADE TURÍSTICA

A visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do natural, do primitivo e do único. Ela se torna cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado, como espaço de liberdade, de prazer, de aventura para o homem moderno alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial (DIEGUES, 1998).

Analisar o território de Cotijuba para fins turísticos é o objetivo deste momento do trabalho e tal esforço será iniciado pela análise da obra de Diegues (1998), o qual entende que as ilhas

espalhadas pelo globo são alvo da fuga humana dos grandes centros metropolitanos, onde as relações estão cada vez mais individuais e artificiais, onde o tempo é muito veloz, tempo da cidade. Os turistas buscam nas ilhas o bucolismo, os recursos da natureza e o tempo da natureza, ou seja, o tempo lento.

É neste contexto que a mídia moderna e as empresas de turismo vão desvendar e vender as ilhas, sobretudo as tropicais, para grupos de pessoas que buscam o último pedaço do paraíso perdido, um espaço mais reservado, mais selvagem e intocado pela ação humana. Foi assim que a atividade turística se inseriu nas ilhas e na vida dos ilhéus e trouxe consigo mudanças drásticas tanto ao meio ambiente, quanto ao gênero de vida dos grupos humanos que habitam, trabalham, e se reproduzem socialmente no território insular.

Segundo Diegues (1998, p. 112):

As mudanças causadas pelo turismo sobre muitos ambientes insulares têm sido drásticas, não somente sobre o ambiente físico, mas também nas formas tradicionais de vida. As dificuldades em se manter as atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca, em vista da concorrência da grande pesca e a agricultura, associadas à melhoria dos meios de comunicação, aceleraram o êxodo de grande parte dos ilhéus, a venda de suas propriedades e a introdução de novas atividades associadas ao turismo. Em algumas ilhas há uma rejeição aos turistas como pessoas que podem ameaçar a organização social dos ilhéus, ao passo que em outras os ilhéus esperam essa *nova estação*, como meio de sobrevivência. *Grifos nossos*.

No caso específico da ilha de Cotijuba, os moradores não apresentam aversão aos turistas, muito pelo contrário aguardam pelos mesmos durante os períodos de férias e feriados prolongados para realizarem alguma atividade complementar de renda, tanto no trabalho em bares, restaurantes e pousadas, como na venda formal e informal de produtos ligados ao turismo ou até mesmo na venda de hortifrutigranjeiros de suas propriedades aos visitantes.

É importante lembrar que a atividade turística veio se intensificando em Cotijuba a partir de 1994, quando a Prefeitura de Belém implantou uma linha complementar à linha já existente dos barqueiros da antiga ABIC, hoje COOPERBIC. Com essa ação do poder público Cotijuba foi desvendada e vendida à população que foge do caos urbano de Belém, população de baixo e médio poder aquisitivo, as quais não foram selecionadas pelas empresas que atuam no negócio do turismo no Pará.

Após uma análise na proposta de turismo para o Estado do Pará, se percebeu que nem a Empresa de Turismo do Estado do Pará (PARATUR) e nem a Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR) inseriram Cotijuba na rota turística desenvolvidas por elas. Este fato foi comprovado durante o último Fórum Social Mundial (FSM) realizado em 2009 em nossa capital,

quando os órgãos públicos acima citados não apresentaram nenhuma proposta de rota turística para que os visitantes que estavam em Belém chegassem a Cotijuba. Isso mostra que a ilha não está inserida nos planos e projetos públicos de turismo. Isso frustra toda uma população insular que tem esta atividade como fonte de renda complementar ou renda única.

O Plano Diretor aponta o turismo como atividade geradora de renda para a população local. É nessa atividade que se encontra uma oportunidade para ganhar um dinheiro extra para ajudar na renda da família. A verdade é que o turismo em Cotijuba ainda não foi inserido nas estratégias de exploração turística das agências públicas e privadas que tratam de tal atividade. Se isso aconteceu foi de forma muito insignificante, pois não se percebe na ilha os fixos ou fluxos dessas agências. No entanto, o poder público municipal vem paliativamente explorando o potencial turístico da ilha, ora estabelecendo o transporte fluvial popular, ora “organizando” os serviços aos veranistas.

Segundo Pereira, Farias e Santos (2002, p. 22):

A base econômica de Cotijuba é o comércio voltado para a atividade turística. A ilha dispõe de vários bares e restaurantes, onde a maior concentração está nas praias do Farol e do Vai-Quem-Quer. A atividade turística da ilha possibilitou uma diversificação na economia, pois gerou outras fontes de renda, para seus moradores, como a abertura de pousadas, porém ainda não são suficientes para a grande demanda de turistas.

Percebe-se então que a atividade turística em Cotijuba influencia muito na economia local, a qual é uma economia bem variada, porém, insipiente, pois movimentada baixas cifras em comparação com outras atividades econômicas realizadas na metrópole. Percebe-se que parte significativa da dinâmica econômica presente no lugar estudado é fruto da participação da sua população no turismo de massa praticado na ilha.

Vários governos passaram pelo poder estadual e municipal e pouco se fez no que diz respeito a projetos e programas que fomentassem o turismo na ilha. Pouco se pensou em propostas articuladas entre poder público e *comunidade local*³⁶ na perspectiva de se explorar melhor o potencial turístico de Cotijuba. Tais governos priorizaram sempre áreas mais visíveis dentro da metrópole, com o intuito de causar forte impacto visual com finalidades eleitoreiras.

Não existe uma política pública de turismo específica para a ilha de Cotijuba, existem apenas intervenções paliativas voltadas para geração de infraestrutura básica e de apoio superficial

³⁶ Comunidade local é um grupo de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica, dentro ou fora de áreas protegidas e que estão nessas por muito tempo, compartilham frequentemente dos mesmos objetivos comuns, das mesmas demandas sociais e dos recursos locais básicos. Grupo de pessoas que buscam um bem coletivo a partir das melhorias da qualidade de vida e garantia de futuro dos indivíduos.

a comunidade residente, no entanto são ações pálidas que não trazem consistência na geração de renda via turismo sustentável.

A Belemtur foi instituída em 1988, com o fim de planejar, gerenciar e fomentar a atividade turística em Belém em parceria com instituições públicas e privadas, visando a implementação de políticas de turismo que gerassem emprego e renda, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, foi durante o governo de Hélio Gueiros e posteriormente a partir de 1997, na gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues que esta instituição começou a pensar em incluir as ilhas e suas populações na esteira do turismo de massa ou alternativo³⁷, através da implantação de projetos e infraestrutura básica, mas que foram importantes para este segmento.

Em 1998, a Prefeitura de Belém inaugurou o terminal fluvial turístico na Praça Princesa Isabel, objetivando centralizar as saídas das embarcações que passeiam pela orla e pelas ilhas de Belém. Depois disso, criou em parceria também com a Belemtur o projeto Trilha Ecológica “Olhos d’Águas”, na ilha de Mosqueiro.

Cotijuba só viria a ser contemplada em 2000 quando a SECON e a Belemtur implantaram um curso de atendimento ao turismo, visando em 2001 implantar um terminal hidroviário que iria se chamar Poeta Antônio Tavernard. Tais fatos realmente aconteceram e permanece somente o terminal, pois o curso não capacitou de forma eficaz os ilhéus para trabalharem na atividade turística.

O município de Belém tem um Plano Municipal de Turismo, no entanto o mesmo não contempla apenas a ilha de Cotijuba e sim toda a Belém insular, com vistas em implantar o turismo ecológico ou *ecoturismo*³⁸ nas mesmas por conta do potencial natural e cultural encontrado em cada uma delas (rios, praias, lagos, trilhas e igarapés, história, ocupação humana, organização social etc.). O ecoturismo é um segmento do turismo que usa de forma sustentável esses recursos encontrados no lugar onde se insere, buscando conservar os mesmos para as futuras gerações.

É de suma importância que as ações ligadas ao turismo de massa ou alternativo sejam planejadas entre atores territoriais do exógeno e do endógeno, ou seja, por instituições governamentais e privadas e pela comunidade que tem vivência acumulada no lugar. Tal fato se faz importante, pois o turismo assim como qualquer outra atividade econômica produz fixos e

³⁷ Turismo de massa é a modalidade que busca fomentar boa infraestrutura, buscando baratear os preços dos serviços e permitir que grande volume de pessoas viagem. Essa infraestrutura se traduz em equipamentos como terminais de transporte, hospedagem, serviços de saúde, sistema bancário etc. Turismo alternativo é aquele que apresenta infraestrutura pontual em poucas áreas e explora o espaço natural visando valorizar seus ecossistemas, pouco influenciando em mudanças sociais e ambientais onde é implantado.

³⁸ Segundo as diretrizes para uma política nacional de ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente de 1994, ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

fluxos, objetos e ações no espaço. Deste modo produz o espaço em sua essência, e essa produção não pode ser realizada de forma irregular, impensada, não organizada.

Vários objetos técnicos surgirão no território utilizado para fins de turismo, uns com grau elevado de técnica outros nem tanto, mas surgirão ligados a essa atividade, a qual movimentará capital e pessoas por todo o mundo. São rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, terminais hidroviários, pequenos trapiches, ou seja, sistemas de transportes onde os objetos de transportes podem ser aviões, trens, carros, locomotivas ou mesmo charretes, bondinhos, mototáxis, barcos e outros. O que se mostra importante é que esses fluxos e objetos dão ao espaço uma dinâmica nova, novas formas, novas funções e conteúdos. Nova paisagem ligada à lógica do turismo.

O Plano municipal de Turismo tem como meta promover o desenvolvimento do ecoturismo visando gerar emprego e renda para as comunidades locais envolvidas. Tal fato se dá dentro da proposta de preservação dos recursos naturais e culturais existentes no território, por meio de conscientização e educação ambiental. Este plano tende a promover o lazer no município por meio da instalação de infraestrutura de boa qualidade que possibilite a intensificação dos fluxos de turistas dentro do território planejado.

As fontes bibliográficas consultadas durante a produção do texto dissertativo apontam para a não aprovação do Plano até os dias atuais. Isso compromete a geração do desenvolvimento local nas ilhas que tem no turismo uma válvula de escape para sua sobrevivência, a qual está ameaçada pela superficial atuação de governos nas políticas de turismo. Esse o caso da ilha de Cotijuba que mesmo com grande potencial turístico, traduzidos em 20 km de praias, (12 praias ao todo), 5 lagos, 6 igarapés, as ruínas do educandário Nogueira de Faria, as ruínas da residência do ex-governador Zacarias de Assumpção, as ruínas do engenho da Fazendinha e a igreja de São Francisco de Assis ainda está de fora das intervenções estaduais e municipais no âmbito do turismo na Belém insular.

Gomes (2001, p. 43) ressalta que:

A falta de planejamento para a implantação da atividade turística em Cotijuba contribuiu para a ocorrência de impactos negativos nos diversos espaços existentes na Ilha, sendo mais visível no meio físico, com o acúmulo de lixo, ocupação desordenada das praias, desmatamento acelerado, rede de esgoto diretamente em “céu aberto”, destruição das vias de acesso devido à inadequação dos veículos utilizados para o transporte de turistas e o mais alarmante, a intensa extração de areia e pedras das praias. Dentro do espaço sócio-econômico é percebido o crescimento desordenado do comércio, em virtude do aumento do fluxo de turistas, e também o aumento de um grande exército de reserva, e com isso o agravamento da marginalidade e da prostituição.

Talvez essa realidade desfavorável para a ilha e seus habitantes pudesse ser amenizada se a proposta de aprovação do Plano Diretor da Ilha de Cotijuba fosse novamente analisada e votada na Câmara dos Vereadores de Belém e endossada pelo Prefeito que estivesse no poder. Com isso possivelmente se diminuísse os índices de violência, uso de drogas, gravidez precoce, prostituição, contaminação dos mananciais, poluição sonora, da água, do solo, entre outros, pois com a execução deste Plano Diretor a proposta de turismo desenvolvida seria a do ecoturismo em sua totalidade.

O que se encontra hoje em Cotijuba é a prática do turismo de massa, a qual influenciou muito nas transformações sócio-espaciais da ilha. No aspecto social influenciou, pois as pessoas que habitam a ilha hoje já estão com seus gêneros de vida alterados ou amalgamados com outros gêneros, com o predomínio do gênero de vida urbano em detrimento do gênero de vida rural.

Segundo Farias (2006, p. 34 e 35):

A ilha de Cotijuba antes do advento da atividade turística moldava seu espaço geográfico com base no setor primário da economia, sobretudo, na agricultura familiar, no extrativismo vegetal e na pesca. A produção do espaço em Cotijuba ocorria de forma lenta, pois a própria reprodução social dependia da conservação dos seus recursos naturais. Já com o desenvolvimento da prática turística, agora predominante, quase sua totalidade de seu espaço vai passar por uma rápida transformação. As novas formas espaciais criadas com o turismo (pousadas, restaurantes, bares, comércio informal, terminal) vão dar uma nova configuração espacial a Cotijuba.

Essas transformações espaciais estão localizadas, sobretudo, em seu núcleo urbano (o qual apresenta forte crescimento desordenado) que fica na área da Vila Nova da Faveira e nas proximidades de suas praias mais frequentadas pelos veranistas, áreas onde estão concentrados os principais equipamentos urbanos e a maioria da população residente.

Os reflexos destas transformações atingiram o espaço da produção, quando da substituição de várias atividades produtivas tradicionais por atividades ligadas ao turismo, a exemplo da agricultura familiar e da pesca artesanal. No espaço da circulação as transformações são evidentes nos portos existentes, sendo o porto da Faveira o mais antigo, porém menos importante que o Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard que é mais novo. Houve também forte especulação imobiliária dentro da ilha por ocasião dos fluxos do turismo, pois as construções turísticas, ou seja, as construções de equipamentos de infraestrutura turística, assim como a construção de objetos públicos e privados para prestação de serviços requerem terreno e isso aumentou a especulação imobiliária no local.

No entanto, o que tem chamado a atenção é a construção de casas de veraneio, ou seja, segundas residências edificadas para o desfruto de seus proprietários nos finais de semana, feriados, ou férias escolares. São residências de moderno padrão arquitetônico e de engenharia e casas populares, modestas, residências de população com pouco poder aquisitivo. São fortes expressões de uma realidade exógena à da ilha, visto que as casas dos ilhéus se diferenciam muito das casas dos forasteiros.



Fotografia 23: Moradia típica em Cotijuba, localizada na av. Magalhães Barata próximo à comunidade “Quatro Bocas”

Fotografia 24: Casa de veraneio, segunda residência de morador externo localizada em frente à Praia Funda
Fonte: Melo (2010)

Gomes (2001) ressalta que além dessa ocupação por agentes do externo, o que gerou forte especulação imobiliária, houve também a apropriação da cultura, dos hábitos, do ambiente natural e da força de trabalho dos ilhéus por parte dos forasteiros, especificamente os que detêm maior poder econômico, pois os mesmos irão explorar homens, mulheres e crianças em suas luxuosas residências ou em trabalhos em suas propriedades.

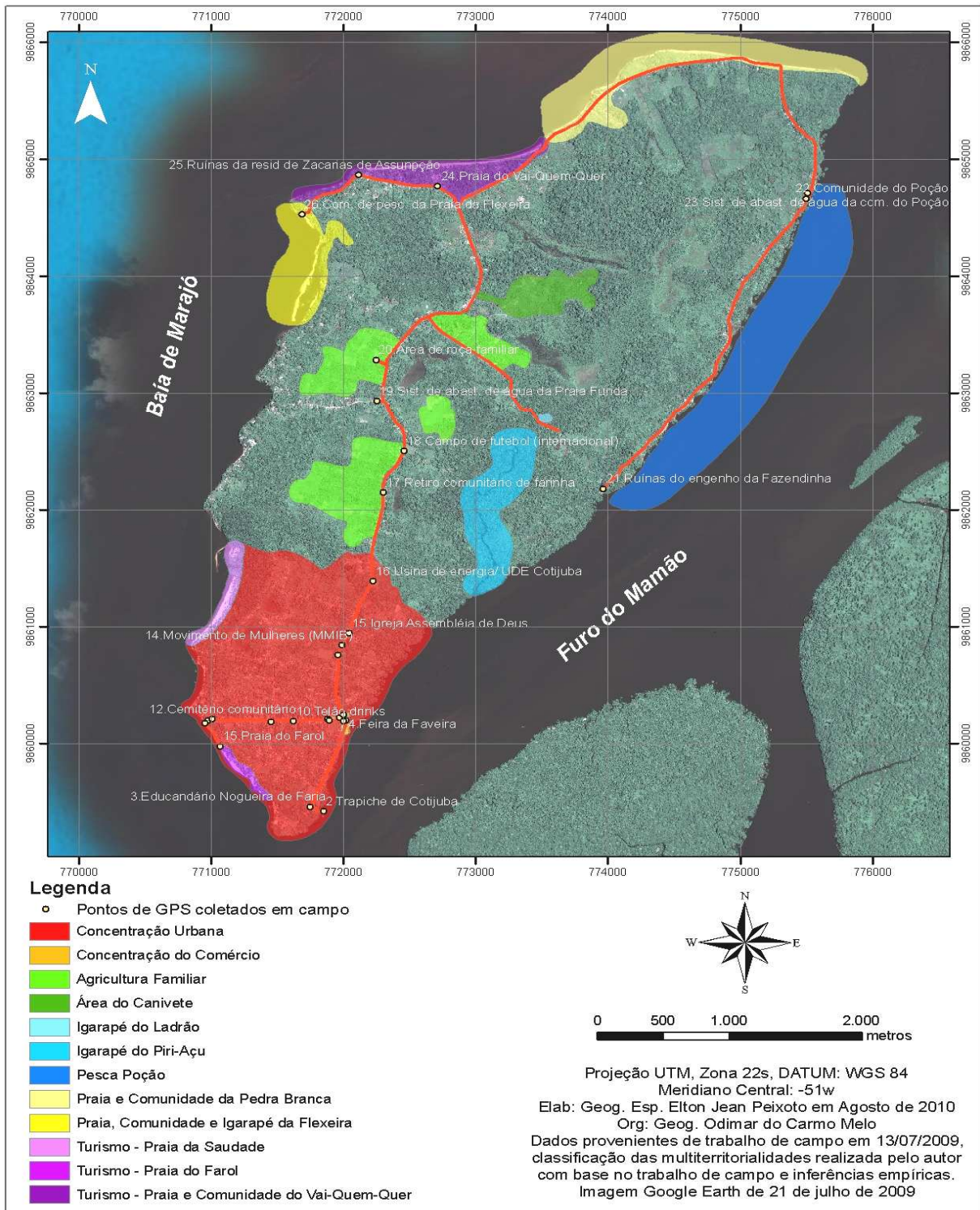
Para Gomes (2001, p. 42):

O aumento do fluxo turístico levou também a uma procura intensa por terrenos que pudessem ser utilizados para o estabelecimento de moradias de veraneio, gerando com isso uma especulação imobiliária e alguns empregos para o morador local, tornando-se “caseiro” ou simplesmente empregado doméstico. Este fato é muito observado nas praias da Saudade e Funda. E não para por aí, pois em quase toda a extensão da Ilha observamos várias placas de vendas de terrenos de pessoas que apostam no turismo como uma forma de fazer especulação imobiliária.

Os principais territórios usados para a prática do turismo são as praias do Farol, da Saudade e do Vai-Quem-Quer. No entanto, outras praias atualmente têm sido frequentadas por veranistas mais reservados que buscam o máximo de privacidade e contato com os recursos naturais. Essas praias, se não forem utilizadas hoje segundo a proposta do ecoturismo, amanhã elas cumprirão o mesmo destino das praias mais frequentadas e mais transformadas, tanto do ponto de vista socioambiental quanto do ponto de vista espacial.

Para que os problemas encontrados nestas praias mais procuradas não se repitam em outras mais isoladas, é de fundamental importância que se faça uma aliança entre atores territoriais públicos, privados e locais, com o objetivo de se construir em conjunto de propostas de políticas de turismo que realmente sejam socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas.

Durante a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo, pôde-se constatar que na ilha de Cotijuba existem vários territórios usados de forma diferente, de acordo com a necessidade e o gênero de vida dos atores territoriais que os utilizam. Essa multiterritorialidade é o resultado mais visível de que os indivíduos da comunidade da ilha estão em constantes atividades que reforçam a relação entre homem x natureza, seja no trabalho na roça, no comércio, nas praias, coletando frutos em seus quintais, em suas atividades religiosas, no vai-e-vém do terminal hidroviário, nas feiras etc. Ao longo dessas vivências e experiências diárias os ilhéus se tornam agentes produtores do espaço. O mapa mostra os territórios usados pelos ilhéus e foi produzido a partir das observações e informações obtidas ao longo da pesquisa de campo.



Mapa 5: Uso do território na ilha de Cotijuba

CAPÍTULO 4: ATORES SOCIAIS, AÇÕES COLETIVAS E INFRAESTRUTURA NA ILHA

Em Cotijuba podemos encontrar diversos espaços diferenciados: o da pesca, na orla da ilha; o da agricultura, na parte mais central; o do comércio, próximo ao antigo trapiche; espaço onde também encontramos a delegacia, o posto de saúde, a igreja e as escolas. São pequenos territórios onde existem diversas comunidades, que a cada dia que passa recebe gente nova em busca de lazer, do reencontro com a natureza (SANTANA, 2002).

Neste capítulo do trabalho pretende-se analisar as relações estabelecidas entre a população de Cotijuba e Belém, sem esquecer-se de considerar o turismo, o transporte, os serviços e as relações institucionais (PMB), o abastecimento etc. É também objetivo analisar as mudanças no modo de vida dos indivíduos da comunidade, por ocasião de forte ligação entre ilha e metrópole. Ao longo deste capítulo se tratará de mostrar a forma de organização atual da ilha, descrever a comunidade e sua atuação no território, levando em consideração o uso dado ao mesmo, bem como as atividades econômicas realizadas por ela (comunidade).

Descrever a infraestrutura existente (vias, abastecimento de água, energia elétrica, trapiches, postos de saúde e policial, escolas, rádio, telefonia etc.) e a organização do trabalho no interior da ilha (famílias) na pesca, na agricultura, no extrativismo, na organização comunitária, a exemplo da organização dos barqueiros e das mulheres, bem como os serviços prestados no local, também é meta deste momento da pesquisa. O mesmo se julga importante, pois vai analisar os fenômenos geográficos de Cotijuba sob a luz de observação empírica no recorte de estudo. Para a elaboração deste capítulo foram feitas novas leituras, sobretudo de trabalhos recentes sobre a temática, bem como foram feitas entrevistas com agentes territoriais. Ao longo da pesquisa de campo foi feito o registro fotográfico da realidade da ilha de Cotijuba e posteriormente algumas fotos foram selecionadas e inseridas no corpo do texto dissertativo.

4.1 AÇÕES COLETIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM COTIJUBA

O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento (PEIXOTO, 2009, p. 78).

No presente momento da pesquisa buscar-se-á analisar sobre a importância das ações coletivas como estratégia significativa na busca da geração do desenvolvimento dentro de um determinado lugar, no caso, a ilha de Cotijuba.

Para que tal esforço alcance seu objetivo será feito o resgate de conceitos importantes como o de ações coletivas, desenvolvimento econômico e desenvolvimento territorial.

Ações coletivas são estratégias de geração de desenvolvimento que envolvem vários atores, instituições ou organizações que atuam em um determinado território. Entre esses atores destaca-se a atuação de organizações locais (associações, sindicatos, cooperativas e organizações não governamentais), governo (em suas três esferas de poder) e a iniciativa privada.

A parceria desenvolvida por esses agentes territoriais é de fundamental importância para geração do desenvolvimento territorial, via ações coletivas. Tais ações estão historicamente mudando a realidade territorial por conta de eficiência e efetividade como são aplicadas, ou seja, a eficiência e a efetividade estão na construção e a operacionalização de projetos coletivos, construídos após longos debates, onde várias opiniões são colocadas nos foros de discussão.

Essa realidade ajuda a aumentar a participação popular nas tomadas de decisões, fato que tem fortalecido a democracia e conseqüentemente contribuído para a melhor aplicabilidade do capital em políticas públicas e projetos sociais. A gestão territorial é bem mais ampla quando se estabelece a parceria entre atores locais e esfera pública.

“A parceria se apresenta como um dos pilares essenciais para a efetividade de políticas públicas e de modelos de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado” (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008, p. 209).

Na opinião dos autores:

É utópico acreditar que as ações coletivas podem ocorrer sem conflitos, disputa de poder e em perfeita sinergia entre os atores sociais envolvidos. Então, para as ações coletivas por meio da parceria alcançarem resultados positivos em nível local, um componente fundamental a ser estabelecido é o da conciliação de interesses. Assim, em uma parceria cujo princípio fundamental é o da inclusão social dos historicamente excluídos, os atores sociais devem colocar suas diferenças de lado e definir claramente os objetivos a serem alcançados pela relação estabelecida (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008, p. 220).

A parceria estabelecida entre os atores territoriais, mesmo que apresente conflitos de opiniões, diferenças de objetivos ou prioridades, é o caminho mais viável no momento para que no lugar das ações planejadas e executadas o desenvolvimento aconteça de forma eficaz e eficiente e assim melhore as vidas das pessoas. No entanto, é preciso deixar de lado tais oposições e caminhar juntos com unidade de pensamento para se chegar aos objetivos traçados no planejamento.

Para Vasconcellos e Vasconcellos (2008), somente a parceria entre atores locais e governo promove o empoderamento dos grupos sociais historicamente excluídos e ressaltam que o grande

desafio da parceria atualmente é construir uma relação parceira em situações onde os interesses dos atores sociais são diferentes, ou seja, se os interesses não forem os mesmos entre os atores no território, possivelmente não se terá *desenvolvimento econômico*.

O conceito de desenvolvimento econômico que será trabalhado neste momento é o proposto por Luiz Carlos Bresser Pereira em seu texto sobre o conceito histórico de desenvolvimento econômico, preparado para o curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas, versão de 2 de março de 2006.

Este autor entende que:

O desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado *per capita* porque envolvendo maior conhecimento. É o aumento dos salários causado direta ou indiretamente por esse aumento da produtividade e essa concentração da população de um estado-nação nas atividades de maior valor adicionado (PEREIRA, 2006, p. 9).

Para este autor só se chega ao desenvolvimento econômico se existirem fortes mudanças no modo de vida dos indivíduos de uma sociedade, seja no aspecto financeiro, tecnológico, ou social.

A noção de desenvolvimento econômico é mais abrangente que a de crescimento econômico, pois o crescimento dá a noção de quantidade e o desenvolvimento dá a noção de qualidade. Neste sentido, se percebemos mudanças qualitativas no padrão de vida dos indivíduos é certo que aí se gerou o desenvolvimento econômico e não o crescimento econômico.

O desenvolvimento econômico ou a melhoria dos padrões de vida é um dos quatro grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais modernas, ao lado da segurança, da liberdade, e da justiça social.

É importante lembrar que para que haja desenvolvimento é essencial que haja também um aumento crescente na renda por habitante, ou da produtividade. Logo não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam. O desenvolvimento está, sobretudo, relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais para a reprodução do novo sistema capitalista: o Estado e os mercados.

Segundo Pereira (2006, p. 6):

Para que haja desenvolvimento econômico a experiência histórica ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem pública ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei.

Com base no exposto acima, pode-se atribuir às parcerias entre Estado e atores locais a geração do desenvolvimento econômico, pois ao primeiro cabe o papel de regulador e gerador de possibilidades de desenvolvimento e ao segundo o papel de gerenciadores, fiscalizadores da aplicação correta dos recursos financeiros dispensados para as políticas públicas pensadas em parceria.

Em resumo o desenvolvimento econômico é a melhoria nas condições de vida das pessoas, seja na renda per capita, na segurança, liberdade e na justiça social. Realidade que só poderá se efetivar dependendo do nível de envolvimento e articulação entre os atores territoriais de um determinado espaço. Essas ações articuladas entre atores territoriais diferentes, se partirem do conhecimento e experiência de vida das comunidades locais poderão gerar o *desenvolvimento territorial*.

Analisar o desenvolvimento territorial perpassa por entender que o termo territorial está diretamente ligado ao *território usado*, ou seja, está relacionado a lugares, pessoas, sistemas sociais e naturais, processos econômicos e políticos, diferentes dinâmicas. Foram os países desenvolvidos que primeiramente implementaram o desenvolvimento territorial como uma estratégia de desenvolvimento.

Hoje, por ocasião das evoluções e modernizações tecnológicas ligadas à economia mundial, as políticas de desenvolvimento territorial surgem como um debate a ser aprofundado tanto nas economias desenvolvidas quanto nas economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

Neste contexto, as políticas de desenvolvimento territorial vão além da preocupação das instituições e atores territoriais com o combate à pobreza e às desigualdades sociais. Abrangem acima de tudo, um desenvolvimento mais completo que contemple outros pontos da vida das pessoas, ou seja, considera importante o desenvolvimento sociocultural, a segurança alimentar e ambiental. O aumento dos níveis de vida de forma mais profunda.

Assim, é preciso perceber e aceitar a importância e o envolvimento de atores sociais³⁹ que atuam na escala local, pois se deve considerar o lugar como espaço efetivo da construção dos processos e políticas de desenvolvimento, ou seja, no território vários atores se relacionam de forma heterogênea, fato que dá ao mesmo configurações diferentes, representações simbólicas e identidades variadas.

É importante considerar a *multiterritorialidade* (possibilidade de superposição de vários territórios em uma mesma base geográfica) como resultado das interações desenvolvidas pelos atores locais em seu cotidiano. As *multiterritorialidades*, após analisadas e apreendidas pelos planejadores territoriais podem servir de aliadas na eficiência e eficácia das ações coletivas que posteriormente serão aplicadas no lugar.

Existe algo que é muito importante e deve ser levado em consideração quando se pensa na noção de desenvolvimento territorial, é o envolvimento e a articulação entre as iniciativas dos atores locais e a ação dos poder público em suas esferas nacional estadual e municipal.

Neste sentido, entende-se que a geração do desenvolvimento territorial é algo processual⁴⁰, planejado que depende da parceria entre atores que almejam melhoria na qualidade de vida das pessoas do recorte espacial em questão, ou seja, chega-se ao entendimento de que o desenvolvimento territorial não pode ser simplesmente decretado, imposto por nenhum agente ou instituição.

Em resumo, uma política de desenvolvimento territorial vai além da preocupação ao combate à pobreza e às desigualdades sociais. Ela pressupõe uma constante articulação entre os múltiplos atores territoriais e conseqüentemente um processo contínuo de aprendizagem coletiva.

Segundo Peixoto (2009), o desenvolvimento territorial no Pará é marcado por vários *entraves*, ou seja, por caminhos e descaminhos que nos levam a refletir sobre a essência dos programas e projetos territoriais de desenvolvimento, sua implementação e seu funcionamento.

Para Peixoto (2009), o desenvolvimento territorial pode se tornar uma realidade se envolver o estado e os agentes locais, pois cabe ao primeiro um papel fundamental na promoção do desenvolvimento, e o planejamento territorial é uma atribuição desta instituição, a qual vem buscando realizar seu planejamento de políticas públicas, projetos e programas governamentais

³⁹ A eficiência e eficácia do desenvolvimento territorial dependem da interação social, depende da capacidade dos atores territoriais envolvidos em promover interações e relações dinâmicas, bem como valorizar os conhecimentos e as tradições dos indivíduos da comunidade.

⁴⁰ O desenvolvimento territorial é um processo que se constrói com o aprendizado. Uma aprendizagem baseada na organização e que se realiza pela interação entre atores, interação que forma significativas redes sociais e cria novos sistemas de inovação e geração de renda.

tendo como base física o território. Os entraves apontados por Peixoto (2009) estão ligados à concepção *do conceito de território, ao discurso e a prática dos programas e projetos e aos conflitos entre os atores* territoriais envolvidos no planejamento.

Analisando a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), Peixoto (2009) entendeu que o Estado usa várias concepções pouco fundamentadas de território o que influencia na desarticulação entre as políticas territoriais, só existindo alguma territorialidade ou espacialidade em poucos programas. No entanto, não há uma reflexão mais detalhada sobre o conceito de território o que vai repercutir em uma gestão territorial fragmentada.

Território é uma palavra que apresenta variados sentidos. Dentre eles representa uma determinada área geográfica de vivência de etnias ou grupos sociais específicos que se afirmam nesta área por forte influência do simbolismo e sentimento de afetividade e pertencimento/identidade territorial. Podem ser territórios de camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas, terras de agricultores ribeirinhos, águas de pescadores artesanais.

Territórios de usos múltiplos construídos historicamente e que se traduzem em espaço de identidade, direitos e resistências. São múltiplas *territorialidades* que alguns casos não são considerados em sua plenitude, tornando os projetos, programas e políticas governamentais parcialmente contraditórias e em alguns pontos excludentes. “Além da falta de um conceito unificador de tantas concepções territoriais, a fragmentação do setor público é problema crônico. Aliás, a falta de um conceito unificador é um aspecto dessa desarticulação” (PEIXOTO, 2009, p. 69).

Para exemplificar que é grande a distância entre o discurso e a prática das políticas territoriais, Peixoto (2009) analisa o Plano BR-163 Sustentável, plano vinculado ao Programa Amazônia Sustentável (PAS), o qual está ligado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Dentre os objetivos do Plano BR-163 estão o de prevenir conflitos fundiários, assim como a violência no campo, evitar o deslocamento de produtores familiares e populações tradicionais de seus territórios e finalizando objetiva valorizar a diversidade sócio-cultural, econômica, e ambiental nos territórios.

Os objetivos do Plano BR-163 são bem definidos e articulados com a nova lógica da modernização desenvolvimentista para a Amazônia no século XXI. No entanto, o Estado tem dificuldades em fazê-lo andar, visto que a burocracia no centro do Plano é fruto de diversos interesses ambientalistas e desenvolvimentistas, os quais buscam garantir seus interesses particulares e contraditórios.

A rodovia BR-163 é palco central de conflitos de interesses, pois está localizada na porção denominada de “Arco do Povoamento Adensado”. Ela representa importante estrutura de circulação para os pecuaristas e sojeiros do norte de Mato Grosso e oeste do Pará (especialmente os grandes produtores da agricultura sojeira de Santarém), além de se configurar como um duto que canaliza capitais e novos fluxos de pessoas e mercadorias.

O interesse no Plano também parte de pessoas ligadas aos movimentos sociais envolvidos com a questão da terra (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRI, Comissão Pastoral da Terra – CPT e etc.) Esses agentes territoriais buscam a implementação de programas e projetos que lhes proporcionarão o sustento e a reprodução no território em questão.

Os projetos almejados por essa população estão ligados a novas modalidades de assentamento, dentre os quais podemos destacar os Projetos de Assentamento Florestal (PAF), os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), a implementação e execução de tais projetos deve estar integrada às ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e de uma série de programas federais e municipais norteados pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, o qual deve articular ações federais e estaduais.

Por conta dos interesses diferentes desses agentes territoriais a área de fronteira imediata à BR-163 é palco de diversos conflitos agrários e os adversários do Plano BR-163 Sustentável buscam constantemente promover situações conflitantes que acabam travando o andamento do mesmo.

Segundo Peixoto (2009, p. 74):

A rodovia é uma reivindicação de sojeiros, pecuaristas e madeireiros do Mato Grosso e do Pará que a querem pavimentada para facilitar o escoamento da produção. A operacionalização do Plano deveria representar uma espécie de contrapartida do Governo Federal às populações moradoras ao longo da rodovia, que demandam melhores condições de vida e sofrem com problemas de grilagem de terras, desmatamentos, queimadas e outras violências típicas de uma realidade de fronteira. No entanto está parado o Plano que, desde 2004, mobilizou consideráveis energias do governo e da sociedade civil.

E mais:

Os entraves do Plano Br-163 Sustentável, cuja a execução interessa às populações indígenas, à agricultura familiar, e à conservação dos recursos naturais, podem ser diretamente atribuídos a problemas administrativos e à crônica fragmentação do setor público, quando sua operacionalização demanda uma ampla, eficiente e inusitada integração de órgãos governamentais.

O significado deste conceito (território) se constrói em contraposição a realidades como o desmatamento, queimadas, misérias, violência e trabalho escravo, produzidas a partir da lógica capitalista na fronteira dos recursos naturais. Compreende, sobretudo, usos diferentes daqueles pelos quais se verifica a expansão da fronteira, como por exemplo, a atividade pecuarista, siderurgia e lavoura sojeira, as quais vão reduzindo o espaço de floresta nativa e produzindo uma área desmatada sem precedentes, causando um forte impacto nos ecossistemas naturais da fronteira.

Problemas administrativos e a burocracia do setor público estão retardando a definitiva execução do Plano BR- 163 Sustentável, o qual é visto como tábua de salvação para agentes territoriais que atuam em sua área de entorno, principalmente aos agentes ligados ao território por meio de uma história de vida arraigada na identidade e simbologia territorial. “O que permite a um lugar ser chamado de território está ligado a projetos de construção e afirmação de identidades” (PEIXOTO, 2009, p. 86).

4.2 PODER PÚBLICO E PRIVADO: INFRAESTRUTURA E RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

Como consta nos relatórios oficiais do poder público, e é claro a leitura do percebido na paisagem, evidencia-se que na ilha a infraestrutura é insuficiente e isso tem contribuído para que a mesma apresente várias demandas de produção, circulação, consumo, serviços básicos de atendimento à população local, saneamento básico e outros. No entanto, o que se tem de infraestrutura mínima está concentrada na Faveira, local onde estão as insalubres atividades comerciais e a prestação de serviços públicos e particulares. É na área da Faveira que se percebe uma maior concentração populacional.

As atuações do poder público e privado em Cotijuba estão materializadas em ações ligadas à geração e distribuição de energia elétrica, à distribuição de água encanada, à coleta e transporte do lixo para Belém, aos serviços de saúde, segurança e educação, ao comércio e ao transporte fluvial e terrestre.

Neste momento do trabalho se fará uma descrição e posterior análise das ações do poder público e privado em Cotijuba caracterizadas na infraestrutura do lugar, levando em consideração a influencia da infraestrutura existente na nova configuração territorial da ilha. As ações do poder público são executadas pelo governo estadual, municipal e federal (este atua com o repasse de

ajuda financeira as famílias por meio do projeto Bolsa Família). É importante frisar que a atuação do governo federal não abrange a infraestrutura do lugar.

Como consta nos relatórios oficiais do poder público, e na leitura do percebido na paisagem, entende-se que na ilha a infraestrutura é precária, insuficiente o que tem contribuído para que a mesma apresente vários problemas ligados à produção, circulação, consumo, serviços de atendimento à população local, saneamento básico, dentre outros.

Não se pode esquecer que apesar de poucos equipamentos urbanos e infraestruturais, os fluxos na ilha estão aumentando, pois mesmo insuficiente, a infraestrutura encontrada hoje em Cotijuba é responsável pela atração de turistas que chegam de Belém, de outras cidades do Brasil e até mesmo de outros países.

Alguns desses turistas já se tornaram moradores, por conta das belezas naturais e do bucolismo encontrado por eles no lugar. Muitos chegaram antes de 1994, outros chegaram pós-década de 2000, e segundo informações dadas pelos mesmos não pensam em voltar de onde vieram.

Essas pessoas se encantaram com a ilha e não pretendem voltar para seus lugares, visto que agora se sentem pertencentes ao novo lugar, mais bonito, tranquilo e que nele podem sobreviver. Trata-se do lugar Cotijuba.

Pereira, Farias e Santos (2000, p. 44) afirmou que a carência de infraestrutura da ilha se materializa no fornecimento de energia elétrica, ao abastecimento de água potável, na coleta de lixo pouco organizada, na limpeza pública irregular das vias, a ausência de um sistema adequado de esgoto. Esses são alguns problemas a serem superados.

Essa problemática em infraestrutura começou ser modificada com a instalação, em julho de 2004, de uma usina termoelétrica, a qual funciona por meio da queima de óleo diesel e tem por objetivo fornecer energia para toda a ilha, desde a Faveira (sul da ilha) até a Pedra Branca (nordeste da ilha).

Antes da chegada da *usina a energia gerada era de geradores a diesel*. Essa energia era socializada entre alguns moradores sendo que os que não possuíam os geradores pagavam mensalmente pelo uso da energia fornecida, quando nem o gerador era presente (isso nas residências das famílias principalmente do “Centro”- *área que fica no centro do território de Cotijuba* - e da Pedra Branca) essas famílias usavam as lamparinas a querosene ou os lampiões a gás butano ou querosene, os quais eram apagados por volta das 19 horas da noite, momento de descanso/repouso de um cotidiano nas hortas, na pesca ou na produção de farinha.

No início de sua implantação em junho de 2004, a usina de energia contava com motores Scania e geradores Weg que produziam apenas 200 kW de energia; em junho de 2007 essa produção aumentou para 240 kW apenas. Em 2007 e 2008 novos motores Scania e geradores Weg/Caterpillar são inseridos na produção e assim houve um aumento no número de motores e geradores e conseqüentemente na geração de energia que pula de 240 kW para 540 kW produzidos e bem distribuídos em uma rede de distribuição que alcança quase que 100% das casas existentes em Cotijuba.

Segundo informações obtidas junto à empresa Rede Celpa, a rede elétrica se divide em rede primária que conta com 23,69 km de extensão e outra secundária com a extensão de 39, 50 km, conta com 55 transformadores de energia, 842 postes e 22 chaves. Abastece de energia 2133 unidades consumidoras. Esses dados físicos e quantitativos sevem para que tenhamos base de quantos domicílios receptores da energia da Rede Celpa existem em Cotijuba e de como a paisagem e a vida local mudou e vem mudando, pois essa energia gerada influencia significativamente no número de moradores e visitantes na ilha.

É claro que esse não é o número real dos domicílios existentes em Cotijuba, visto que o espaço é dinâmico, passível de mudanças e que os dados apresentados neste trabalho são de 2008. Dados mais recentes não foram liberados pela administração da referida empresa.

Segundo informações de maio de 2006 da Fundação Nacional da Saúde (FNS) e do Programa Família Saudável (PFS), o número de imóveis em Cotijuba é de 3.435 e o de habitantes/residentes é de aproximadamente 8.587 pessoas⁴¹.

Em geral, pode-se afirmar que a energia elétrica produzida na usina e distribuída pela Rede Celpa trouxe significativas mudanças no gênero de vida desta população, mudanças positivas como o uso de geladeiras para conservação e resfriamento, congelamento de bebidas e alimentos perecíveis como carnes, frutas e verduras, uso de máquinas de lavar, ventiladores, liquidificadores, televisão, computadores, telefonia e outros utensílios domésticos que antes não se faziam presentes na residência dos moradores. Para alguns moradores a energia é algo muito positivo, pois trouxe consigo o conforto da modernidade.

Segundo o agricultor e comerciante Messias Oliveira do Carmo, 57 anos e que mora há 49 anos na ilha:

⁴¹ Segundo a FNS, somente em dezembro de 2010 será realizado novo levantamento populacional em Cotijuba e a metodologia usada para se chegar aos dados de 2006 foi um cálculo envolvendo o número de imóveis 3.435 x 2,5 (média do IBGE) que resulta na quantidade de habitantes aproximadamente: 8.587 habitantes (Informações cedidas pelo agente Paulo de Tarso, da FNS).

A energia mudou muito em relação a antigamente, mais porque o tempo que a gente trabalhava em comércio aqui, hoje eu não tô trabalhando, mas trabalhei muito, então tinha uma dificuldade muito grande, só o nosso comércio por causa da energia, que trabalhava com grupo gerador, aliás, a gente trabalhava com dois motores, dava muito problema, era muito difícil o transporte de óleo, porque às vezes o barco não vinha trazer, o barco com óleo, as nossas máquinas e a gente trabalhava com carne, quer dizer, na hora que a gente botava a carne no Prosdócimo faltava óleo, quebrava uma peça do motor, trazia uma dificuldade muito grande pro comércio. Então hoje eu acho que melhorou bastante por causa dessa energia com todas as falhas que tem, melhorou muito porque o comércio evolui bastante hoje. O comércio era muito atrasado aqui no tempo que era sem energia, eu trabalhei aqui, era tão difícil porque a gente vendia quarta de café, a gente vendia como é que é quarta de açúcar, quarta de arroz, quarta de feijão, era poucas pessoas que vinham pra Ilha. Hoje não, o comércio tá vendendo de quilo, vendendo atacado, eu nunca vendi atacado aqui antes da energia, eu só vendia em quilo, em quarta, era o feijão, assim que eu vendia, então depois da energia melhorou bastante nesta parte aí o comércio evoluiu demais, hoje tá muito bom (Informação verbal)⁴².

Para outros ela trouxe problemas, pois segundo eles com a chegada da infraestrutura de energia à ilha o índice de violência aumentou, visto que as festas de finais de semana atraíram muita gente de Belém, Icoaraci e ilhas adjacentes e no final das festas ocorrem as brigas entre grupos rivais, onde muitas pessoas saem feridas e algumas vezes mortas. Apesar das brigas nos finais de semana, os policiais de Cotijuba afirmam que o índice de violência ainda é baixo.

Outro aspecto percebido pelos moradores foi a atração de um maior número de pessoas que chegavam à ilha em busca de descanso, lazer, segurança e conforto, ou seja, em busca da comodidade que a energia elétrica pode oferecer.



Fotografia 25: Vista frontal da usina de geração de energia termo-diesel em Cotijuba

Fotografia 26: Agência e depósito de equipamentos da Rede Celpa localizada na Faveira, realiza o atendimento ao público e armazena os equipamentos de manutenção da rede elétrica

Fonte: Melo (2010)

⁴² Messias Oliveira do Carmo é agricultor e comerciante na ilha. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo em junho de 2010.

Os moradores de Cotijuba atribuem à energia elétrica as melhorias em suas vidas, pois foi somente após a chegada da mesma que mais informações chegavam via televisão, as famílias conseguiram conservar melhor os alimentos e as bebidas, podiam lavar suas roupas com menor esforço físico e também ter energia nas lâmpadas de dentro de casa e dos postes de iluminação da concessionária de energia (a Rede Celpa).

O fornecimento de energia ainda pode melhorar, tanto em aspectos quantitativos como qualitativos, visto que existe um projeto em estudo pela Rede Celpa, o qual pretende instalar cabos submarinos para levar energia a toda a ilha, pois algumas casas ainda estão no tempo das lamparinas que geram energia a partir do querosene ou ainda tem energia a base de gás butano (no lampião). Esse projeto ainda não saiu do papel por conta de seu alto custo de investimento.



Fotografia 27: Residência I de dona Benedita do Carmo (dona Bené), destaque para geladeira no interior de sua cozinha

Foto 28: Residência II de dona Benedita do Carmo, destaque para máquina de lavar na área de quintal da casa

Fonte: Melo (2010)

Durante pesquisa de campo entrevistou-se o Sr. Raimundo dos Santos, popularmente chamado de seu Raimundo 8, o qual relatou que Cotijuba melhorou muito depois da chegada da energia em 2004. Segundo ele:

De uns 15 anos pra cá foi que Cotijuba melhorou, começou a receber gente. Melhorou muito mais ainda quando colocaro a usina de luz, aí melhorou muito, aí cresceu mesmo sabe? Até porque certas pessoas importantes da sociedade, umas assistentes social vieram aqui comigo, se a gente achava bom que viesse luz pro Cotijuba. Eu disse por que razão a senhora pergunta isso. A luz não é um progresso? E ela responde que sim, mas afirmou que quando vem à luz vem outros problema anti-social, vem pra fazer alguma coisa errada. Eu disse, olhe doutora eu conheci Belém no escuro. Pedreira... A Pedro Miranda, eu vou te falar, tudo no escuro, poste de madeira aqui o outro lá na frente, e o que é hoje a Pedro Miranda? Não civilizou, talvez seja uma das melhores avenidas que tem por ali né?

então melhorou muito com a energia, povoou eu gostei, porque era meio deserto mesmo, mas povoou ficou bom e hoje em dia agente vê um movimento muito grande na ilha. O que agente não via no passado tá vendo hoje, e isso não incomoda a gente na ilha, a gente até se alegra, porque Cotijuba melhorou muito de uns tempo prá cá (Informação verbal)⁴³.

Do ponto de vista qualitativo a geração de energia em Cotijuba poderá experimentar uma experiência ecologicamente correta, pois o Programa pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA/UFPA) busca alternativas de geração de energia alternativa a partir da captura de energia solar e eólica, projetos desenvolvidos pelo curso de engenharia elétrica do Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas (UFPA/GEDAE). As placas de captura de energia solar estão localizadas na comunidade do Poção e contam com a ajuda de kits de baterias que duram de 6 a 12 horas. No caso da energia eólica, ainda não foi instalado nenhum projeto com este caráter na ilha, no entanto já foram implantados com sucesso em outras áreas no interior do Pará.

Se tais propostas de geração de energia forem executadas a população da ilha de Cotijuba terá mais acesso à energia e conseqüentemente terá sua vida melhorada em alguns aspectos, no entanto segundo alguns moradores isso pode ser negativo devido ao aumento populacional que a existência de energia pode causar. Com o aumento populacional, novas transformações se farão presentes na paisagem do lugar.

O *saneamento* é outro problema que já dura muito tempo em várias ilhas de Belém, porém, em Cotijuba essa problemática é muito expressiva visto que a ineficiência de políticas públicas faz com que a Ilha permaneça com essa problemática.

Não se construiu ainda um sistema de esgoto básico, pois até o esgoto sanitário é lançado diretamente nas praias ou nos cursos naturais de água, comprometendo o uso dos mesmos e diminuindo a qualidade de vida de moradores ou visitantes que chegam à Ilha. A maioria dos moradores não possui fossas biológicas e usam a “fossa negra”, cavando buracos nos quintais ao fundo de suas propriedades.

Esse tipo de fossa prejudica os próprios moradores, pois contaminam os lençóis freáticos no subsolo (dependendo da distância entre a fossa e o lençol), os quais fornecem água via poços perfurados nos quintais dos moradores.

Pereira et al. (2000, p. 45) em sua pesquisa sobre a temática aponta para uma possível solução pensada pelo programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA/UFPA), o qual

⁴³ Raimundo dos Santos, o Raimundo 8 é ex-aluno do educandário e antigo morador da ilha. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo em julho de 2009.

desenvolve junto às comunidades carentes das ilhas de Belém um trabalho que busca amenizar os problemas de saneamento básico, por meio do uso das fossas sépticas, as quais têm um leito de secagem, onde um tanque recebe os dejetos humanos formando um lodo que é descarregado para um filtro anaeróbico, que depois de tratado é encaminhado para um lugar seguro ecologicamente.

Este tipo de sistema tem se mostrado muito eficaz e pode ser utilizado pelos moradores da ilha devido a sua adequação às características naturais da mesma, no entanto ainda é muito comum em toda a extensão da ilha de Cotijuba o uso de fossas sem o devido cuidado ecológico, pois a falta de informações e de recursos financeiros levam ao descaso com que são tratados os lençóis freáticos encontrados em Cotijuba.

Geralmente o espaço sanitário está muito próximo também da cozinha das casas, o que pode contribuir para diminuição da higiene e da qualidade de vida, pois os alimentos são tratados em jiraus localizados nas cozinhas. Carne, peixe, camarão, frutas, verduras e legumes são lavados e preparados neste ambiente com pouca higiene.

As ruas de Cotijuba não são asfaltadas e nem contam com sistema de drenagem tecnicamente eficaz. As vias mais importantes são a avenida Magalhães Barata que corta a ilha de norte a sul e a avenida Jarbas Passarinho, onde estão localizadas a maioria das residências e casas comerciais, bem como as casas de show, as igrejas, as sedes de movimentos comunitários etc. Tais vias não estão pavimentadas o que causa a produção de poeira em período de pouca chuva e de buracos em períodos de chuvas.

Segundo Gomes (2001, p. 23):

O saneamento básico não existe. Os dejetos são lançados diretamente nas praias ou nos cursos naturais d'água, comprometendo a qualidade das águas dos poços e a balneabilidade das praias. Em alguns locais da ilha, o lixo é enterrado. Há porém, uma viatura da Prefeitura que faz o percurso somente onde o trator pode passar coletando todas as segundas feiras. Uma das reivindicações dos moradores é que essa viatura passe todos os dias durante o período de férias, quando o acúmulo de lixo é maior. O número de visitantes dobra durante este período e torna-se difícil para os moradores se desfazerem do lixo acumulado durante os dias da mesma.

O referido autor tem razão ao mencionar que a produção de lixo está diretamente ligada ao número de visitantes e moradores na ilha e este aumento também tem ligação com a geração e distribuição de energia elétrica. Eis aí uma justificativa pautada por alguns moradores de que a energia não traz somente desenvolvimento, traz problemas também. No entanto, deve-se ressaltar que esses problemas também podem ser amenizados pelo uso da energia em sua essência.

Atualmente a coleta de lixo melhorou, visto que agora ela é realizada durante a semana, ou seja, segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira de todas as semanas, o lixo é coletado pela administração local ligada à Prefeitura de Belém. A administração local disponibilizou contêineres, os quais estão posicionados nas esquinas das ruas menores com as principais (avenida Magalhães Barata a avenida Jarbas Passarinho).

A coleta é realizada pelos funcionários da Prefeitura em um pequeno trator de dois cilindros, o qual conta com uma carroceria média onde os contêineres ficam organizados para serem levados até o porto da Faveira para posterior transporte até Icoaraci e depois até o lixão do Aurá localizado na cidade de Ananindeua na Região Metropolitana de Belém.

Não se pode arriscar ainda em dizer que este sistema de coleta solucionou o problema de coleta de lixo em Cotijuba, pois a coleta é realizada sem critérios técnico-ecológicos confiáveis e algumas pessoas desinformadas do perigo das emissões de gás carbônico a atmosfera e da contaminação de lençóis freáticos queimam seu lixo ou enterram em seus quintais.

Algumas tentativas de desenvolver um projeto sério de destino, seleção e reutilização do lixo foram pensadas pelo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) em parceria com o poder público e privado, porém tal iniciativa não teve sucesso devido a falta de apoio financeiro e carência de capital social.

O *abastecimento de água* em Cotijuba se configura como um dos mais sérios problemas de infraestrutura, pois os sistemas disponíveis não atendem eficazmente às demandas das comunidades locais. Tais sistemas estão distribuídos da seguinte maneira:

Um sistema abastece a comunidade da Faveira e está localizado na rua Jarbas Passarinho; outro está localizado na entrada da Praia Funda, outro na comunidade do Poção. Mesmo com esses sistemas, falta água na ilha, seja pelo não funcionamento dos sistemas ou pelo funcionamento precário dos mesmos, ou ainda pelo excesso de população residente, de veraneio (férias escolares) e dos finais de semana. Informações técnicas coletadas junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB) sobre os sistemas de abastecimento de água encontrados em Cotijuba nos permitem avaliá-los como insuficientes para o abastecimento local.

O sistema localizado na avenida Jarbas Passarinho s/n, próximo à passagem Osório é o sistema da Vila de Cotijuba, ou seja, é denominado de *Unidade Vila* e está na área da Faveira. Conta com um poço tubular de 24 metros de profundidade tendo seu início de operação no ano de 1994, ano da instalação da linha fluvial oficial da Prefeitura de Belém.

O segundo sistema, denominado de *Unidade Praia Funda* está localizado na Rua principal da Praia Funda, s/n, na esquina da Av. Magalhães Barata em frente ao comércio de Guilherme Bahia, popularmente conhecido como Sr. Jacaré. Consta de poço tubular de 40 m de profundidade e entrou em operação em 1999.

O terceiro sistema de abastecimento é denominado de *Unidade Poção*, e está localizado na rua do Poção, próximo à Praia do Poção. Sua captação de água é realizada por meio de um poço tubular de 20 m de profundidade, e contém uma rede de distribuição pelo método chafariz público, contendo 5 torneiras instaladas paralelas em um módulo de alvenaria revestidos em lajotas. Este sistema conta com a energia gerada a partir da captação de raios solares, por meio de 20 placas de silício instaladas em módulos de painéis de alumínio - é a energia solar fotovoltaica. O início de sua operação data de 1999.

O quarto sistema de abastecimento é denominado de *Unidade Pedra Branca*, e está localizado na rua da Pedra Branca, próximo à Praia da Pedra Branca em Cotijuba. Sua captação de água é realizada por meio de um poço tubular de 20 m de profundidade, e contém um sistema de distribuição semelhante ao do Poção. Também conta com a energia gerada a partir da captação de raios solares, por meio de 20 placas de silício, e o início de sua operação foi em 1999.

Segundo o documento sobre os sistemas de abastecimento de água de Cotijuba, percebe-se que os sistemas do Poção e da Pedra Branca possuem as mesmas especificidades técnicas. No entanto, o do Poção ainda funciona com grandes dificuldades e o da Pedra Branca foi desativado totalmente, devido à ineficiência do poder público municipal no que diz respeito à manutenção do sistema. O sistema do Poção não abastece sua comunidade como deveria devido à altura da caixa d'água que compromete a distribuição por gravidade. Segundo Guerra (2003, p. 211) o sistema da localidade do Poção tem sido utilizado normalmente enquanto o de Pedra Branca foi desativado em consequência do nível de ferro presente na água, tornando sua utilização inviável para o consumo.

O que é interessante ressaltar é que no Poção a comunidade não recebe água encanada em suas casas, tendo que se deslocar até a caixa d'água com seus barris ou baldes para coletar a água que necessitam para o dia-a-dia. Assim, entende-se que a insuficiente infraestrutura está diretamente ligada à precária atuação do poder público em Cotijuba.



Fotografia 29: Sistema de abastecimento de água do Poção em 2004 com sua infraestrutura completa. Atualmente as células de silício foram retiradas não se sabe afirmar se pela UFPA ou por vândalos

Fotografia 30: Jirau da residência de dona Benedita do Carmo, dona Bené, com destaque para proximidade entre o espaço sanitário com o jirau, onde acontece a manipulação de alimentos

Fonte: Melo (2010)

Mesmo sabendo que a questão da água apresenta variados problemas a população de Cotijuba julga seus sistemas de abastecimento de água razoáveis, ou seja, como fatores favoráveis e positivos no melhoramento da vida cotidiana dos ilhéus, pois segundo o depoimento de Sr. Messias Oliveira:

A água trouxe um benefício muito grande pra nós por que antigamente não era todos que tinha poço aqui na ilha né? Então tinha vizinho que cedia água prá alguém e uma dificuldade grande de carregar em balde, em lata, hoje melhorou bastante né? Porque nós já tem água encanada, não tá cem por cento, mas já melhorou bastante principalmente na parte que a gente trabalhava de comércio, a gente trabalhava com máquina de açai pegando água muito distante, hoje já melhorou porque tá chegando água na torneira né? Não tá diretamente por que tem aquelas falhas né? É interior aqui né? Sempre tem aquelas falhas, mas assim mesmo já melhorou muito a ilha com a chegada da água (Informação verbal)⁴⁴.

Na área da *saúde* a população de Cotijuba e das ilhas adjacentes contam com o apoio do governo municipal, visto que o mesmo implantou e mantém uma unidade municipal de saúde localizada na área da Faveira, a qual atende os moradores de Cotijuba e das ilhas próximas, como Jutuba e Paquetá. O serviço de saúde municipal é completado pelo projeto do governo denominado de Programa Família Saudável, programa que busca via atuações de prevenção melhorar a vida dos moradores da ilha.

⁴⁴ Messias Oliveira do Carmo é agricultor e comerciante na ilha. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo em junho de 2010.

A atuação do Programa Família Saudável está diretamente ligada à prevenção de doenças como dengue, malária e outras, sendo que tal atuação é realizada com o apoio e parceria do poder público federal através da Fundação Nacional da Saúde (FNS), a qual recebe informações deste programa e planeja atuações de combate, principalmente da malária.

A sede da FNS está localizada na av. Magalhães Barata e a do Programa Família Saudável na av. Jarbas Passarinho. A atuação do Programa Família Saudável abrange quase que 100% da ilha sem falar na atuação em outras ilhas como Urubuoca, Jutuba e Paquetá. Neste sentido, o poder público se faz presente na área de saúde, visto que o atendimento na unidade de saúde é garantido aos moradores, é um atendimento de casos de baixa complexidade, ou seja, os casos mais graves e complexos são encaminhados para a unidade de saúde em Icoaraci ou para os hospitais em Belém, dependendo do caso.

A saúde na ilha de Cotijuba já foi muito mais precária no passado, contando apenas com um posto de saúde localizado dentro do Educandário Nogueira de Faria, o qual atendia tanto os alunos e funcionários, quanto a população local. Por conta do aumento da demanda por atendimento de saúde os técnicos e diretores do educandário incentivaram a população local a reivindicarem do poder público municipal uma unidade de saúde local, a qual hoje se faz presente na paisagem da ilha.

Segundo relato de antigos moradores, a questão de saúde em Cotijuba já foi muito difícil. Em entrevista cedida a Costa (2003), uma moradora antiga retrata a realidade da saúde local.

...A saúde era uma coisa muito triste. Quando se adoecia aqui, tinha que se deslocar para lá. E aí, ela, a diretora, em cima, ofício, ofício, ofício... E graças a Deus, fundaram um mini hospitalzinho, pronto socorro que hoje é uma beleza! E era as pessoa daqui que trabalhavam lá. Tinha parteira, tinha enfermeira. Elas fizeram um cursinho, né? E quando elas não podiam, aí, igual como eles fazem agora, né? Só que na época nós não tinha ambulância como tem agora, não tinha ambulância, como tem agora, não tinha paciente, né? Na época, não! Na época o doente era carregado na rede. A gente tinha muita dificuldade na saúde! Muita dificuldade mesmo! Hoje não, hoje melhorou muito. Na época a dificuldade era muito grande! Uma vez adoeci aqui, aí meu marido fretou um barco pra me levar. Me levaram na rede... Maré seca... E foram daqui lá em baixo empurrando o barquinho e eu, com sacrifício, quase morta! Então era muito difícil...

Esta é uma entrevista cedida a Nelson Costa, em 2003, por uma antiga moradora da ilha de Cotijuba, quando o mesmo realizou um trabalho intitulado “Ensino e memória da escolarização da ilha de Cotijuba: um estudo histórico da trajetória da Escola XV de Agosto”. Esta escola hoje se chama Escola Estadual Marta da Conceição.

Ao longo da pesquisa de campo se entrevistou a senhora Hilda Oliveira do Carmo, de 66 anos de idade e que mora em Cotijuba há 50 anos. Perguntou-se a ela sobre a saúde em Cotijuba e sua resposta foi:

Penei muito, era muito sacrifício que a gente fazia ali naquele Piri (igarapé que dá aceso ao centro da ilha), dentro de lama, para viajar com o papai 3 horas da manhã pra viajar pra Icoaraci, penei muito, mas Deus tá comigo. Penei muito, agora tô no céu como diz o papai, já sofri muito, já trabalhei muito, de 7 anos pra cá é o tempo todo trabalhando, já tô morando perto do barco, perto do cemitério, perto do posto médico, quando tô com dor eu caminho pro posto, tu é doido muleque! vou me arrastando pro posto médico, tô morando bem agora, to perto do cemitério seu morrer chego logo lá (*risadas*). Antes era mais difícil, morar no centro, perto do Piri, acordar de madrugada para viajar com sacrifício, lá no centro não tinha nada, olha o sacrifício. Quantas vezes o papai pegava os meus filhos e trazia de barco pelo Piri pra chegar aqui na Faveira onde tinha as coisas. Quando não conseguia atendimento aqui o papai levava pra Icoaraci pro Raimundinho (*farmacêutico de Icoaraci*) atender, por isso que eu vendi a casa de lá. Agora moro perto de tudo. Agora nós tamos no céu. (Informação verbal)⁴⁵. *Grifos nossos*.

Por meio do que está relatado nas entrevistas, entende-se que hoje em dia, apesar dos atropelos e dificuldades enfrentados pela saúde em Cotijuba, as coisas já melhoraram muito e isso tem contribuído para a melhoria das condições de vida dos moradores e visitantes da ilha.

O atendimento na unidade municipal se resume em consultas médicas, urgência e emergência, assistência social, transporte de enfermos dentro e fora da ilha e outros. Ainda falta muito para que se tenha um atendimento de qualidade na área de saúde em Cotijuba. No entanto, em comparação com outras ilhas de Belém no que tange a saúde pública, Cotijuba talvez só perde para as ilhas de Mosqueiro e de Outeiro.



Fotografia 31: Unidade municipal de saúde de Cotijuba, localizada na área da Faveira e próximo ao porto da Faveira
 Fotografia 32: Ambulância do SAMU denominada de Ambulanca fica de prontidão próximo ao terminal hidroviário para o atendimento emergencial dos moradores ou visitantes de Cotijuba
 Fonte: Melo (2010)

⁴⁵ Hilda do Carmo é agroextrativista na ilha. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo em junho de 2010.

A *educação pública* é um dos serviços oferecidos pelo poder público municipal e estadual. Não se percebeu nesta pesquisa de campo nenhum estabelecimento privado de educação em Cotijuba, seja em nível fundamental, médio ou superior, e sim observou-se escolas públicas que oferecem ensino fundamental e médio. O ensino fundamental é oferecido pelo poder público municipal em algumas unidades de ensino vinculadas à Fundação Eidorfe Moreira (Escola Bosque), a qual conta com uma unidade na Faveira e outras três espalhadas pela ilha, sendo uma na comunidade da Praia Funda, outra na comunidade da Praia da Flexeira e outra na comunidade do Poção.

O ensino médio é oferecido pela Escola Estadual Marta da Conceição, com sede na área da Vila da Faveira, precisamente no início da avenida Jarbas Passarinho e com anexos no centro (Escola Estadual Anexo Tiradentes) localizado na avenida Magalhães Barata e anexo Pedra Branca (Escola Estadual Anexo Pedra Branca) localizado na comunidade da Pedra Branca.

Segundo o estudo de Costa (2003), em 1994, o índice de analfabetismo em Cotijuba era de aproximadamente 90%, incluindo adultos e crianças. Contudo, tal realidade já foi superada, pois mesmo com dificuldades as escolas estão desde 2000 apresentando um número cada vez maior de matriculados e o índice de analfabetos conseqüentemente têm diminuído.

É importante ressaltar que na década de 1930, Cotijuba não contava ainda com sistema educacional que beneficiasse os moradores. Somente com a implantação do Educandário Nogueira de Faria, o qual buscava educar os menores abandonados e delinqüentes de Belém, essa situação se tornou amena, pois os moradores buscaram mediante o poder público uma unidade educacional, visto que o ensino do educandário estava voltado para o menor infrator e não para o restante da comunidade local. Quando o educandário foi desativado e em seu lugar surgiu a Colônia Reformatória de Cotijuba, em 1968, esta demanda se tornou ainda mais urgente. É neste contexto então, que vai ser inaugurada em agosto de 1969 a Escola XV de Agosto, cujo mérito desta conquista é dado pelos moradores antigos à professora Mariana dos Anjos Silva.

A Escola XV de Agosto teve um papel fundamental para o desenvolvimento da ilha, visto que esta instituição dedicou-se ao ensino formal voltado diretamente à população de Cotijuba, no período de 1969 a 1986, dando possibilidade para o exercício da cidadania de forma consciente para seus alunos, propondo mudanças políticas, sociais e culturais e porque não dizer espaciais. Hoje esta escola chama-se Marta da Conceição, e é a mais importante escola de formação existente na Ilha, a qual ajuda crianças, jovens e adultos em suas formações.



Fotografia 33: Unidade educacional da Faveira, vinculada a Fundação Eidorfe Moreira (Escola Bosque)

Fotografia 34: Escola Estadual Marta da Conceição, principal unidade educacional de Cotijuba

Fonte: Melo (2010)

O *comércio* em Cotijuba já foi muito escasso contanto apenas com algumas pequenas casas comerciais que não ofereciam produtos variados e modernos. Hoje por sua vez, este comércio se encontra mais completo com a presença de casas comerciais de médio e grande porte, as quais oferecem mercadorias de todo tipo e procedência. As casas comerciais da ilha tiveram sua pujança e declínio diretamente relacionados com o crescimento populacional, com a chegada da energia e com o serviço de transporte oferecido, principalmente o serviço dos “bondinhos”⁴⁶, os quais cortam a ilha no sentido sul-norte, ou seja, se deslocam de seu ponto de partida que é o porto Antônio Tavernard até a Praia do Vai-Quem-Quer, ponto final da linha dos “bondinhos”.

O crescimento populacional, o qual está ligado à oficialização da linha fluvial em 1994, a geração e distribuição de energia elétrica em 2004, a infraestrutura e as belezas naturais presentes serviram de trampolim para o crescimento de algumas casas comerciais, visto que estas são bastante frequentadas pelos moradores e visitantes, fato que garante a rotatividade das mercadorias e conseqüentemente da lucratividade dos comerciantes.

A chegada da energia elétrica contribuiu para que estas casas comerciais crescessem e que novas surgissem, pois é através dela que as mercadorias perecíveis e as que são vendidas geladas têm sua rotatividade garantida. O peixe, a carne, os frios, as bebidas, o leite e derivados podem ser melhor acondicionados quando depositados em geladeiras ou em freezers.

Contribuiu também para que os estabelecimentos comerciais ficassem mais tempo funcionando, pois antigamente bastava anoitecer para o comércio fechar, resistindo somente os

⁴⁶ Bondinho foi o nome dado pelos moradores e veranistas ao transporte coletivo terrestre oferecido por alguns moradores da ilha. São na verdade pequenos tratores de 3 ou 4 cilindros que puxam uma carroceria de aproximadamente 10 m, espaço onde vão os passageiros sentados ou em pé. Esse transporte não é oferecido pela PMB, sendo somente gerenciado pela mesma. Hoje a passagem no bondinho custa R\$ 3,00.

comerciantes que tinham outra fonte de energia, geradores a motor diesel, geralmente caro, fato que inviabilizava sua compra pelo pequeno comerciante.

Olha no tempo que eu trabalhava no comércio, era pouco comércio que tinha, mas acontecia também que o movimento, a freguesia era muito pouca, era muito carente aqui de freguês, hoje tem muito comércio e a freguesia tá muito grande. Naquele tempo pra mim vender café, açúcar, feijão, arroz eu vendia de quarta, hoje não vende, porque aumentou, hoje vende atacado que dizer, então eu acho que o comércio hoje já tá praticamente, noventa por cento melhor de que era, melhorou muito com a chegada da energia (Informação verbal)⁴⁷.

O serviço dos “bondinhos” contribuiu de forma positiva e negativa para alguns comerciantes que trabalham em Cotijuba, pois para alguns serviu de transporte para as mercadorias que chegavam de Icoaraci ou de Belém, as quais iam abastecer o comércio local. A contribuição negativa foi principalmente para os comerciantes da área central da Ilha, pois o “bondinho” não tem paradas oficiais para os passageiros, ou seja, a maioria dos passageiros sobe no “bondinho” no porto Antônio Tavernard e só vai descer no ponto final que é a Praia do Vai-Quem-Quer, passando sem parar pelo centro da Ilha onde algumas casas comerciais estão localizadas.

Antigamente, sem a presença dos “bondinhos” o visitante fazia o percurso do trapiche principal até o Vai-Quem-Quer a pé, observando a paisagem, exposto ao sol e fadado ao cansaço, fatos que o obrigavam a dar uma parada nas casas comerciais do centro para comprar refrigerante, cervejas, biscoito ou mesmo alimento para o período que iam ficar na ilha.

Com a chegada dos “bondinhos” o comércio no centro começou a decair e hoje os comerciantes ainda não fecharam suas portas porque próximo de suas casas comerciais existem comunidades que consomem, mesmo que em pequenas quantidades, suas mercadorias. Sendo assim, o comércio em Cotijuba encontra-se fortemente articulado na Vila Nova da Faveira e na Praia do Vai-Quem-Quer.

Como mencionado anteriormente, o comércio em Cotijuba está distribuído em três pontos, na Vila Nova da Faveira, no Centro e no Vai-Quem-Quer. Tal distribuição geográfica do comércio perdura desde os primórdios da ocupação da ilha pelos moradores e pelos visitantes.

Algumas dessas casas comerciais não existem mais e outras estão passando por graves problemas de circulação das mercadorias, enquanto outras conseguiram superar as dificuldades e aproveitaram o potencial turístico de Cotijuba para aumentar suas vendas e sua lucratividade

⁴⁷ Messias Oliveira do Carmo é agricultor e comerciante. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo em junho de 2010.

Estas casas comerciais vendiam e vendem gêneros alimentícios variados, querosene, adubos, bebidas alcoólicas e refrigerantes, além de algumas ferramentas para a prática da agricultura e da pesca. As casas comerciais mais conhecidas e frequentadas pelos ilhéus, antes da chegada dos novos objetos à ilha, eram o comércio popular do Sr. Raimundo Alcântara, chamado de Puruca, da dona Creozolina do Carmo, a “Dona” ou dona Braba, casa comercial que não existe mais e do Sr. Guilherme Bahia, conhecido como Jacaré.

Casa Alcântara é o nome do comércio do Sr. Puruca, localizada na área da Faveira, estabelecimento mais sortido de mercadorias devido ao grande fluxo de venda do mesmo, pois está localizado próximo ao antigo trapiche da Faveira, onde a maioria dos barcos de Cotijuba e de ilhas adjacentes paravam e param para realizar sua dinâmica fluvial de mercadorias e passageiros.

Pode-se ainda ressaltar a importância desta casa comercial devido a sua localização geográfica próxima ao furo do Mamão, travessia obrigatória de ilhéus de outras ilhas como Jutuba e Paquetá para chegarem a Cotijuba em busca de mercadorias e serviços. Ao chegarem à ilha de Cotijuba, os moradores das ilhas do entorno paravam no comércio do Sr. Puruca para prosear, tomar cachaça, fumar tabaco e comprar os gêneros de primeira necessidade, além de bebidas e ferramentas que necessitavam.

O comércio da “Dona Braba” estava localizado na área central da ilha, próximo ao caminho que dá acesso ao igarapé do Piri-Açu (principal eixo de escoamento de mercadorias e pessoas do centro da ilha até a inauguração do terminal Antônio Tavernard). Este estabelecimento comercial funcionou até meados da década de 1980, quando os filhos dos proprietários constituíram família e foram morar em suas próprias casas dentro da ilha ou em Icoaraci.

É importante ressaltar o fato de que além de comercializar a casa servia de armazém de produtos para suprir a família de 8 filhos e vários netos. Atualmente outras residências foram levantadas no local onde era a casa comercial da “Dona Braba”, ficando somente na lembrança os bons momentos de convivência em família de um tempo que não volta mais. Sinto saudades!

O comércio do Sr. Jacaré está localizado na área central de Cotijuba. No entanto, a concorrência com grandes comerciantes fizeram com que seu proprietário não investisse mais como fazia em épocas passadas. O Sr. Jacaré só não parou de trabalhar em seu comércio, pois o mesmo se encontra na entrada da estrada de chão que leva à Praia Funda, onde residem várias famílias e estas garantem a permanência de sua casa comercial.

Segundo a agricultora, comerciante e esposa do Sr. Jacaré, dona Avelina de Souza Bahia, 69 anos, que mora há 33 anos em Cotijuba, o comércio no centro da ilha encontra-se muito fraco, quase acabando.

Aqui pra nós já diminuiu muito a freguesia né? Porque agora tem tanta gente vendendo né? Tanto vendedorzinho por aí, aí um atrapalha o outro e o comércio grande lá fora né? (referindo-se ao comércio da Vila Nova da Faveira), tudo que tem nisso aqui a gente busca lá fora, tudo isso aí que tu tá vendo, isso aí tudo é pra nossa dispesa já, a gente vende esse chope (suco de fruta no saquinho) aqui, que é pra num ficar só olhando pro tempo. Como tu vê isso aí não é uma taberna né? (apontou para seu pequeno comércio), isso ai já é só uma dispesa, a gente abri isso aí, vende um bombonzinho pra cá, vende uns ovinhos pra li pro vizinho, mas comércio mermo não é mais, num se diz mais comércio, comércio é uma coisa que, que é surtido, tem de tudo né? Isso sim se chama comércio, isso aqui pra mim não é mais comércio, só uma vendinha só pra interá o salário. É, na verdade eu acho que nunca nós fumo um comerciante, nós tivemos sempre essa, essa vendazinha pra ajudar nos outros ganhos que nós tinha né? Porque nós trabalhava mermo era na horta. Na horta nós plantava couve, feijão, nós tinha cariru, essas coisinhas assim, pimenta, tudo isso a gente plantava, mas como caiu essa venda também né? Esses produtos de horta né? Olha, bem poucas pessoas já trabalham aqui na horta né? Só trabalha o José, o pessoal do Lapalma, o Augusto, o Sandro lá no “Canivete” é os que trabalho ainda mais na horta, nós num trabalhamo mais, vivemos do salário do governo e dessa vendinha aí (Informação verbal)⁴⁸.

Atualmente vários tipos de casas comerciais fazem parte da paisagem de Cotijuba, são casas de tamanhos variados e de varejo e atacado. É importante ressaltar a presença do comércio informal que predomina nas áreas mais visitadas pelos turistas, os quais são abordados por ilhéus ou ambulantes de Belém, pessoas que buscam vender vários produtos aos turistas, sejam alimentos, bebidas ou artesanato. Essa prática é mais frequente nas áreas de praias e no trapiche.

Esta prática de comercialização é realizada geralmente por pessoas que residem em Cotijuba, em Icoaraci ou Belém, as quais estão desempregadas e para completar sua renda mensal partem para informalidade, que se coloca com tábua de salvação para estes pais e mães de família que buscam todos os dias, nos feriados prolongados ou nas férias escolares vender seus produtos de baixo valor agregado e pouca modernização tecnológica.

Modernização neste caso é sinônimo de inovação vinda de um período anterior, elas repercutem nos aspectos econômicos, sociais, políticos e morais e constituem um verdadeiro sistema.

Para Santos (2008, p. 35 e 37):

As modernizações atuais, criações do sistema tecnológico, são comandadas pela força da grande indústria, representada essencialmente pelas firmas multinacionais e seus suportes, tais como as formas modernas de difusão de informações...

⁴⁸ Avelina Bahia, esposa do Sr. Guilherme Bahia (Jacaré) é ex- agricultora e atualmente é comerciante na ilha. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo em junho de 2010.

Essas modernizações atuais nos países do Terceiro Mundo só criam um número limitado de empregos, visto que as indústrias instaladas são de alto coeficiente de capital...

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com renda muito elevada, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e àqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las.

As modernizações tecnológicas são responsáveis pela criação de dois circuitos na economia urbana dos países subdesenvolvidos, denominados de *circuito superior* e *circuito inferior*. O circuito superior é caracterizado por atividades modernas, tanto em tecnologia quanto em organização, visto que o mesmo é constituído por instituições complexas e fortemente articuladas com o contexto global, a exemplo dos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores, ou seja, grandes firmas, alta tecnologia, complexa organização e uso de capital intensivo.

As atividades deste circuito manipulam grandes volumes de mercadorias e capitais, seus preços são geralmente fixos, oferecem longos prazos, alcançam alta lucratividade, apresentam forte articulação com o estado e tendem a controlar a economia por inteiro.

Já o circuito inferior pode ser caracterizado pelo uso intensivo do trabalho, pouca produtividade tanto na produção industrial quanto no comércio, utilizam capitais reduzidos e dispensa uma organização burocrática, o emprego neste circuito é raramente permanente, sua remuneração é baixa, com alta frequência de trabalho familiar ou autônomo, predomínio de preços baixos com possibilidades de pechinchar, os prazos dados são curtos, a acumulação de capitais não é a principal meta deste circuito, visto que o mais importante é a sobrevivência das pessoas ou da família.

No circuito inferior a publicidade é realizada diretamente com o consumidor, ou seja, existe um contato direto entre fornecedor e consumidor, e os custos fixos são baixos nesta modalidade. Não conta com o apoio do Estado, e muitas vezes é perseguido pelo mesmo (no caso de vendedores ambulantes), não busca controlar a economia por inteiro e sim tende a ser controlado, subordinado, dependente. “Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e suas relações com o conjunto da economia urbana” (SANTOS, 2008, p. 45).

A carga mais densa das modernizações tecnológicas é sustentada pela classe menos favorecida no sistema capitalista, ou seja, os pobres. Pessoas que estão abaixo das escalas de salários e que estão sem emprego, pagam um preço muito mais elevado pelo custo social de

projetos desenvolvimentistas do Estado. Assim se forma um exército de reserva de desempregados, o qual funciona como condição geral da produção capitalista.

A diferença fundamentalmente entre as atividades dos dois circuitos da economia urbana está nas diferenças de tecnologia e de organização. No entanto, não se pode analisá-los de forma isolada, pois os mesmos se completam, ou seja, as atividades desenvolvidas no interior destes dois circuitos estão intimamente articuladas, vinculadas, ou seja, são complementares.

Percebeu-se durante pesquisa de campo que o comércio em Cotijuba está composto por estabelecimentos de pequeno e médio porte, não predominando espaços de produção e de comercialização mais complexos e sim espaço de circulação de mercadorias produzidas fora do lugar, ou seja, no ambiente exógeno. O comércio varejista e atacadista é ainda pouco complexo no que diz respeito aos índices de tecnologia e organização, portanto de modernizações.

Verificou-se também que o comércio informal, realizado por ambulantes no porto novo, nas embarcações ou nas praias pode ser atribuído ao número reduzido de empregos criados neste momento do sistema capitalista, a pouca qualificação profissional, a falta de informações e ao desemprego estrutural. Pode-se então, classificar o comércio em Cotijuba como uma pequena mostra do circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos citadas por Santos (2008).



Fotografia 35: Mercadinho e panificadora Ponto Certo, com ambientes climatizados na avenida Magalhães Barata, na Faveira

Fotografia 36: Pequeno comércio do Sr. Guilherme Bahia (o Jacaré), localizado na avenida Magalhães Barata, esquina com a rua da Praia Funda

Fonte: Melo (2010)

Percebe-se pela sequência das fotografias apresentadas neste momento do trabalho que o comércio local está concentrado na Vila Nova da Faveira ou simplesmente na Faveira, pois é nesta área que se encontra o porto Poeta Antônio Tavernard, as ruínas do Educandário Nogueira de Faria, a feira livre da ilha, o ponto de embarque e desembarque de charretes e bondinhos, a igreja de São Francisco de Assis, a delegacia, o posto de saúde, e a escola estadual (Marta da Conceição) e municipal (Unidade da Faveira, vinculada a Escola Bosque Eidorfe Moreira).

Não se pode esquecer que existem diferenças entre as casas comerciais, umas mais diversificadas e mais abastadas de mercadorias que outras, como é o caso do pequeno comércio de dona Avelina e do Sr. Guilherme Bahia (Jacaré) no centro da ilha, que segundo os seus proprietários não passa de uma pequena vendinha que supre o consumo da família e de alguns poucos vizinhos do entorno. Diferente dos mercadinhos, depósitos, mini box, panificadora e outros localizados na Vila Nova da Faveira, os quais são bem melhor equipados e abastecidos de mercadorias.

Com essa concentração de equipamentos urbanos no território da Faveira era de se esperar que o comércio e as residências de moradores e veranistas da ilha de Cotijuba se concentrassem também nesta área mais dinâmica do lugar. É importante ressaltar que esta concentração e o conseqüente crescimento do comércio local estão vinculados à intensificação dos fluxos de pessoas e de mercadorias que Cotijuba vem historicamente recebendo desde a inauguração do Educandário Nogueira de Faria até os dias atuais, marcados por uma nova infraestrutura voltada para os moradores e visitantes, a qual tem contribuído para a nova organização territorial encontrada na ilha.

Os fluxos se intensificam ano a ano por ocasião do sistema de transporte existente na Ilha, com destaque para o serviço de transporte fluvial e terrestre oferecidos pelo poder público e pelos cooperados da Cooperativa dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba (COOPERBIC), bem como pelos moradores que são proprietários dos “bondinhos”, das motos e das charretes.

4.3 O SISTEMA DE TRANSPORTE REALIZADO EM COTIJUBA

O *sistema de transporte* da ilha é heterogêneo, com destaque para o fluvial que é usado tanto para chegar quanto para sair ou ainda para circular pelos igarapés em seu interior (como é o caso da comunidade do Piri-Açu).

Outros meios de transportes que foram percebidos na ilha são a bicicleta, as charretes, o bondinho e atualmente as motocicletas. Todos fazem o transporte de mercadorias e passageiros, principalmente dos veranistas, pois parte da comunidade local ainda faz parte de seu percurso diário a pé.

Alguns desses meios de transporte predominam em Cotijuba, se opondo à lei nº 7768, de 02.10.1995, que proíbe a livre circulação dos veículos automotivos, exceto tratores agrícolas e ambulâncias. Percebe-se que essa lei não está sendo cumprida em sua totalidade, pois veículos como motos e carros de empresas particulares e em alguns casos de moradores e visitantes, circulam livremente para executar seus serviços ou as conveniências de seus proprietários, trazendo maior poluição sonora e riscos de atropelamento às pessoas na ilha. No entanto, tal situação se torna em parte necessária para o bom funcionamento e manutenção da rede de distribuição de energia, atendimento médico, coleta de lixo, abastecimento interno e para o deslocamento de moradores no interior da mesma.

O *transporte fluvial* em Cotijuba é a principal modalidade de existente. Responsável pela ligação entre a ilha e o continente, influencia diretamente na intensificação da ocupação humana, na dinâmica econômica, nas transformações da paisagem, nos hábitos e costumes dos ilhéus, na cultura local e na lógica ambiental. Esse tipo de transporte desempenha importante papel no desenvolvimento e na integração da Região Amazônica, além de promover harmonia entre os seres humanos, entre a humanidade e os recursos naturais, ao atender a diversidade cultural, promover a emancipação social e econômica, bem como preservar a identidade e estimular a criação de novas redes, as de socialização.

Patrício (2007, p. 4) entende que:

O setor de transporte fluvial desempenha papel importante e essencial para o desenvolvimento, tanto no sentido de contribuir para a capacidade de uma região em participar da economia global, quanto no bem estar das comunidades e de seus povos, o que significa proporcionar oportunidade nas condições de autonomia e cidadania, liberdade, solidariedade e vida em comunidade.

No cenário descrito pelo autor os rios são importantes vias de acesso, pois os mesmos possibilitam o surgimento de atividades econômicas ligadas a produção, circulação e consumo entre as pessoas da comunidade e o continente. É palco de vivências diárias que denunciam aspectos comunitários singulares, símbolos e identidade territorial.

Coloca em evidência a *tríade homem, barco, rio*, sendo que o barco é o equipamento de transporte, o rio é caminho deslizante que invade o interior da floresta e que compõe o cotidiano

dos indivíduos interferindo na produção do lugar, produção de bens e na experiência vivida das pessoas, ele integra e completa perfeitamente a relação entre o espaço e o tempo específicos da região. O homem, por sua vez, é o agente principal, o sujeito atuante nessa lógica espaço/temporal de produção do lugar.

Para se chegar até a ilha de Cotijuba é preciso atravessar um trecho da baía do Guajará, que liga Icoaraci a Cotijuba. A travessia dura 45 minutos quando realizada pelos barcos da COOPERBIC e de 45 a 50 minutos quando realizada pelo barco subsidiado pela PMB aos residentes e visitantes que precisam deste serviço.

O ponto de partida é o trapiche de Icoaraci, o qual favorece a integração entre Cotijuba e Icoaraci. É neste trapiche que todos os barqueiros da COOPERBIC aportam para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. É no trapiche de Icoaraci que a fiscalização da CTBel e da própria COOPERBIC é realizada diariamente para controlar, orientar e oferecer segurança aos usuários e prestadores do serviço do transporte fluvial no trecho Icoaraci-Cotijuba-Icoaraci.

Serviço que ainda deixa a desejar visto que vários problemas são detectados ao longo das viagens, como a falta de segurança, retratada na condição física/estrutural de algumas embarcações; a demora das viagens por ocasião de um motor obsoleto para realização do transporte; significativa poluição sonora nos trapiches e principalmente no interior das embarcações; poluição das águas pelo derramamento de óleo; descarte de lixo ao longo das viagens e emissão de monóxido de carbono para a atmosfera; número reduzido de coletes salva vidas e outros equipamentos para este fim e; em alguns casos o trato dispensado pela tripulação de algumas embarcações aos usuários do serviço, marcado por grosserias, falta de informações e atendimento precário.

“Há pouco conforto nos barcos. O motor, por ficar no centro das embarcações, causa o desconforto do barulho. São poucos os barcos que possuem banheiros, lavatórios e água para beber. Dependendo das condições de maré e da capacidade dos barcos, a viagem pode durar até 1 hora, no entanto, há pilotos que conseguem fazer o percurso em 40 minutos” (SILVA, 2001, p. 41).

Se faz importante lembrar que em outubro de 1994 a CTBel/PMB implantou uma linha fluvial com viagens regulares pela manhã e tarde garantindo melhores condições de conforto e segurança para os usuários. Isso fez com que o fluxo de turistas aumentasse e conseqüentemente as mudanças nos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos da ilha também.

Esse *evento* é de fundamental importância para a construção do lugar, pois é por meio dele que a ilha recebe novos padrões de consumo, hábitos, vivências e valores até então externos ao lugar, e isso tem repercussão direta nas interrelações sociais e na configuração espacial do vivido da população.

O barco que está realizando esta travessia, oferecido pela PMB é o B/M LADY LIRIA, o qual conta com quatro tripulantes e tem capacidade de transportar de 350 a 400 pessoas, e pertence à empresa rodo fluvial Banach Navegação (BANAV). O preço da passagem custa o preço de uma passagem de ônibus urbano, ou seja, R\$ 1,85 nos dias de semana. Aos sábados, domingos e feriados o preço dobra e chega a custar R\$ 3,70, sendo que estudantes podem pagar meia passagem e os idosos, os policiais, os portadores de necessidades especiais e menores de seis anos têm direito a uma passagem de isenção, o que lhes garante a gratuidade.

O horário de viagens do barco da PMB, popularmente chamado de “navio” é de segunda a sábado, domingos e feriados e acontecem da seguinte maneira: saída de Cotijuba às 6h da manhã, chegando às 6h 50 min em Icoaraci e partindo novamente para Cotijuba às 9h da manhã, chegando à Cotijuba às 9h 50 min, posteriormente retorna de Cotijuba à Icoaraci às 17h, chegando à Icoaraci às 17h 50 min e depois retorna novamente de Icoaraci à Cotijuba às 18h 30 min para “dormir” em Cotijuba. No outro dia acontece tudo de novo e nos domingos e feriados pequenas alterações são feitas nestes horários para garantir mais acesso aos veranistas e residentes ao serviço do transporte fluvial.

Segundo informações de Edvan Coutinho, chefe de Departamento do Transporte Aquaviário (CDTH/CTBEL) a companhia realizou há alguns anos atrás um estudo de demanda de passageiros nas embarcações que estão sob sua tutela na linha Icoaraci-Cotijuba-Icoaraci, e concluiu que temos um fluxo de passageiros na média diária de 2.200 durante a semana e aos finais de semana, este número dobra para 4.400 entre turistas e moradores da ilha; no mês de julho, a estatística é cerca de quase 100.000 passageiros que visitam a ilha de Cotijuba.

Não foi constatada a veracidade desta informação, visto que a mudança de funcionários de cargos de confiança dentro da companhia é muito constante, fato que comprometeu a checagem e posterior confirmação ou refutação desta informação, pois vários documentos oficiais foram “perdidos” durante a troca de pessoal nas chefias.

Os barqueiros da COOPERBIC obedecem outra dinâmica, pois não podem sair e chegar ao mesmo horário que o barco da PMB, visto que existe um acordo de respeito aos horários dos mesmos. Os barcos da COOPERBIC, popularmente chamados de pô-pô-pôs realizam a travessia

diariamente obedecendo a uma escala de tempo entre uma embarcação e outra, uma hora de tempo pra ser preciso.

“Durante o mês de julho, o fluxo de passageiros aumenta consideravelmente e os horários não seguem uma padronização, visto que a demanda é grande e os barcos não conseguem atender os horários determinados. Nota-se que a cada 15 minutos uma embarcação deixava o trapiche de Icoaraci em direção a Cotijuba” (SILVA, 2001, p. 42).

Quando o fluxo de passageiros é muito constante (principalmente em feriados prolongados ou férias escolares), a ordem é garantir a demanda de transporte dos passageiros e assim os barcos saem sempre que estão com sua lotação completa, ou seja, “encheu, saiu”.

Em visita e observação ao fluxo de passageiros no trapiche de Icoaraci e no porto Antônio Tavernard durante o mês de julho de 2010, constatou-se que no trapiche de Icoaraci a quantidade de veranistas só vem aumentando e que o tempo de espera dos barcos é de aproximadamente 10 minutos, só o tempo de completar a lotação para partir em direção a Cotijuba. No entanto, esse ritmo não é constante, ele dura entre 6 horas e 10 horas pela manhã e pela tarde de 15 às 17 horas.

No porto de Cotijuba o fluxo é um pouco diferente, pois existem poucas pessoas para se transportar em direção a Icoaraci, o transporte é somente de pessoas que vem trabalhar, comprar ou resolver algum problema em Icoaraci ou Belém, visto que o retorno do fluxo maior de passageiros fica para o final das férias escolares.

Neste contexto, Cotijuba no mês de julho recebe uma quantidade expressiva de visitantes e perde os mesmos somente no final das férias. É importante ressaltar que existem pessoas que ficam todo o período de férias escolares na ilha e que outras buscam a mesma somente nos finais de semana do período das férias, isso implica na incerteza da quantidade de pessoas que frequentam Cotijuba no mês de julho, ou seja, o entra e sai de pessoas é tão constante que, segundo a administração local, um quantitativo exato é impossível.

A COOPERBIC cobra R\$ 3,00 por passagem, as cargas tem um preço negociável entre o transportador e o dono da mesma, preço que varia de acordo com o tamanho da carga, as bicicletas são levadas na parte de cima (torda) dos barcos e custa R\$ 3,00 o seu transporte. Idosos, PNE, policiais, e crianças menores de seis anos não pagam passagem e a meia passagem dos estudantes não é aceita, diferente do barco da PMB que aceita meia. A COOPERBIC também cobra o preço de uma passagem normal se o passageiro quiser levar sua bicicleta.

A capacidade de passageiros dos pô-pô-pôs varia de acordo com o tamanho dos mesmos, com embarcações que transportam de 25 a 50 ou até mesmo 100 passageiros, todos com coletes salva vidas.

A segurança nestes transportes menores não é totalmente garantida, pois quando a capitania dos portos não está presente no trapiche de Icoaraci ou de Cotijuba, os barqueiros da COOPERBIC ultrapassam a quantidade permitida de passageiros. É relevante observar que isso acontece sem o consentimento da cooperativa, a qual luta para melhorar o transporte fluvial na ilha.

É importante ressaltar ainda que mais de 90% das embarcações que se dirigem a Cotijuba, transportando pessoas e mercadorias, aportam no terminal hidroviário Poeta Antônio Tavernard, considerado um dos mais modernos e bem aparelhados da Belém insular, com uma infraestrutura de barracas montadas para venda de bilhetes de passagem, comidas e lanches.

A localização deste terminal foi pensada levando em consideração a preservação da memória cultural do lugar, visto que está localizado em frente as ruínas do Educandário Nogueira de Faria, símbolo de um momento histórico singular do lugar. Os outros 10% das embarcações aportam em trapiches isolados no interior da ilha, como o trapiche da comunidade do Piri-Açu e o trapiche da comunidade do Poção, localizado em frente ao furo do Mamão.

Os terminais hidroviários têm a responsabilidade de promover maior eficiência nos sistemas de transportes através da integração dos seus subsistemas e melhor organização do sistema de operação das linhas de transportes existentes no lugar, ou seja, proporcionar melhor atendimento às necessidades de transporte dos passageiros.

O terminal de Cotijuba é considerado pela literatura oficial como um terminal hidroviário urbano, pois está localizado dentro da área metropolitana de Belém e visa atender aos transportes urbanos. Os usuários deste tipo de terminal geralmente se caracterizam pela ausência de bagagens, volume de bagagens reduzido, pouca permanência na área do terminal e grande parte deles realizam viagens pendulares de frequência diária.

Dentre as atribuições de um terminal hidroviário, destaca-se as que estão ligadas a sua operacionalização e localização, traduzidas na maior facilidade de embarque e desembarque de cargas e passageiros, na transferência de um modo de transporte para outro, oferecimento dos serviços necessários ao atendimento dos passageiros, administração e gerenciamento do sistema de transporte no terminal, oferecimento de conforto e segurança aos usuários. Além disso, o terminal possibilita uma circulação adequada de passageiros e veículos, serve como ponto de

referência ao usuário, dar maior eficiência ao sistema de transporte e aumenta a mobilidade dos indivíduos, assim com atrai maior número de usuários para o transporte oferecido.

O terminal hidroviário Poeta Antônio Tavernard se enquadra nestas especificações e por conta disso influencia significativamente para o aumento do fluxo de pessoas e de mercadorias dentro da ilha, fato que tem contribuído historicamente com as mudanças sociais, econômicas e ambientais e com as transformações espaciais percebidas ao longo de sua área territorial, visto que a ocupação do espaço da ilha também está ligada a sua vocação turística, a qual só pode ser desfrutada pelos agentes externos se houver uma ligação ilha/continente.

Em 1999, especificamente nos meses de março e abril, a CTBel realizou uma pesquisa no transporte fluvial e constatou que os motivos das viagens no trecho Icoaraci-Cotijuba-Icoaraci estão ligados a trabalho, estudo, lazer, família, saúde, sendo que o motivo maior é por ocasião da busca pelo lazer, no sentido Icoaraci-Cotijuba. No sentido contrário, o motivo maior das viagens é por trabalho em Icoaraci ou em Belém.

O barco torna-se a única via de transporte e de integração com o continente e as demais ilhas da região. Seu uso torna-se importante para o deslocamento de estudantes que estudam na escola bosque do Outeiro, assim como é o veículo responsável pelo abastecimento de mercadorias em Cotijuba, além de escoar toda produção agrícola para Icoaraci e Belém (SILVA, 2001, p. 45).

Neste contexto, o transporte fluvial e o terminal hidroviário exercem papel fundamental na dinâmica do transporte fluvial e terrestre em Cotijuba, do contrário, o potencial turístico não seria aproveitado e as transformações socioespaciais no lugar demorariam mais tempo para acontecer.

Relembrando a *tríade homem, barco, rio*, destaca-se o dia-a-dia de trabalho dos homens que usam os rios com seus barcos para prestar o serviço de transporte fluvial e perpetuar a identidade cabocla amazônica, por meio dos simbolismos, signos, vivências cotidianas e experiências acumuladas historicamente por esses homens do rio e da floresta.

No trecho fluvial Icoaraci-Cotijuba-Icoaraci esses homens são denominados de barqueiros e a maioria está vinculada a um movimento social de caráter cooperativista denominado de COOPERBIC.

O barco é para o seu proprietário sua segunda casa, mas é acima de tudo seu meio de produção social, seu bem de uso. É seu instrumento e ferramenta de trabalho que possibilita a garantia de extrair sua renda para a manutenção de sua família e pode se caracterizar em última análise uma mercadoria de troca. O abastecimento da ilha, assim como a manutenção de sua rotina administrativa depende em parte do transporte fluvial, basicamente do transporte fluvial autônomo. Os barqueiros enquanto grupo social, fazem parte da sociedade de Cotijuba e são os atores centrais desta análise (SILVA, 2001, p. 49).

Os barqueiros são um grupo social específico de Cotijuba, responsável pela integração na região das ilhas e destas com o continente, pela manutenção da comunicação social, transporte de passageiros, abastecimento e escoamento de produtos e mercadorias, além de incentivar a reprodução social no lugar.

Eles respondem por grande parte da renda que circula em Cotijuba, a qual é fruto de seu trabalho como barqueiro, pois o transporte fluvial realizado por seus barcos é o único meio de integração entre a ilha de Cotijuba e o continente. A comunidade local reconhece a importância desse grupo social e de sua cooperativa, no entanto as lideranças comunitárias reclamam algumas melhorias que poderiam ser implementadas no transporte fluvial existente em Cotijuba. As reclamações apontadas pelas lideranças locais foram:

- 1- Os barqueiros não aceitam meia passagem dos estudantes;
- 2- São irregulares quanto aos horários de saída e não cumprem horários estabelecidos;
- 3- Não aceitam transportar idosos sem o prévio pagamento de passagem;
- 4- Cobram pela bagagem transportada, geralmente alimentos, bebidas e produtos agrícolas;
- 5- O tratamento dos barqueiros para com os passageiros não é muito cordial, faltam-lhes conduta e boa apresentação para com os usuários;
- 6- Os barcos não estão equipados com motor de arranque, que possa retirá-los de uma situação de pane, podendo ficar à deriva;
- 7- Os equipamentos de segurança são precários e poucos barcos possuem o visto da Capitania dos Portos para operar;
- 8- A manutenção dos barcos é precária, não dando muita segurança e nem conforto para quem utiliza como meio de transporte alternativo;
- 9- Não fiscalização adequada por parte dos órgãos competentes;
- 10- Os barqueiros não participam das reuniões marcadas pelas lideranças comunitárias para se discutir a melhoria na atividade de transporte fluvial alternativo
- 11- Há pessoas não habilitadas manobrando os barcos, o que pode colocar em risco a vida dos passageiros.

Essas reclamações foram apontadas em uma reunião que foi realizada em 23 de abril de 2001 às 10h no bar Nativas, situado na avenida Jarbas Passarinho, reunião que contou com a presença de várias lideranças de Cotijuba e de ilhas adjacentes. No entanto, segundo o senhor Moisés, morador, comerciante e fundador da Associação dos Barqueiros e Moradores da Ilha de

Cotijuba, a diretoria da COOPERBIC não se fez presente (seu diretor na época era o Sr Salustiano Alves Reis), o que comprometeu, segundo ele, a existência da mesma e sua regulamentação.

Hoje a COOPERBIC é dirigida pelo mesmo diretor de 2001, no entanto, segundo o Sr. Elianai Torres Barros, essas reclamações foram analisadas e na medida do possível atendidas pela nova diretoria em vigor da qual é vice-presidente. Os barqueiros, por sua vez, reclamam da atuação precária do poder público no que diz respeito a incentivo a atividade turística na Ilha, atividade mais importante em sua dinâmica cotidiana. Para eles a Prefeitura de Belém e a administração local, não investem em infraestrutura e nem em um calendário de festas culturais que impulse o turismo na ilha.

Segundo esses atores com a formulação de políticas sociais que estimulem o turismo em Cotijuba, o poder público possibilitaria a manutenção da atividade de transporte fluvial realizada pelos barqueiros e ainda possibilitaria o crescimento econômico, melhorias nas condições do transporte fluvial e beneficiaria a comunidade local. Essas conquistas estão sendo perseguidas pela nova diretoria da COOPERBIC, a qual busca também o fortalecimento e o crescimento interno de seus cooperados.

A COOPERBIC foi regulamentada pela Lei nº 5.764/71, que norteia todas as cooperativas existentes em todo território nacional e está segmentada como uma Cooperativa de Trabalho, visto que atua com trabalhadores ligados ao transporte de passageiros, segundo a Organização das Cooperativas do Estado do Pará (OCEPA).

Os barqueiros possuem uma importância social, econômica e cultural para a ilha de Cotijuba, em função de exercerem uma atividade econômica que gera renda e possibilita fomentar o comércio local, impulsionando um crescimento econômico local. Socialmente, são responsáveis pela integração entre o continente e a região das ilhas, o que fortalece os laços culturais na região. Há um forte laço de patriarcalismo na atividade dos barqueiros, visto que é o homem quem conduz a embarcação, dirige os negócios da família e é responsável pela reprodução social. Desde cedo o pai condiciona o filho a trabalhar na embarcação, para futuramente administrá-la. É normal se ver os jovens no comando do timão do barco, pois é na prática que começam a operar a atividade (SILVA, 2001, p. 59).

Os barcos que estão realizando a travessia no trecho Icoaraci-Cotijuba-Icoaraci no ano de 2010, cooperados na COOPERBIC e sua lotação estão discriminados no quadro 2:

Quadro 2: Barcos cooperados da COOPERBIC e suas capacidades de passageiros		
Nº	NOME DA EMBARCAÇÃO B/M: BARCO À MOTOR	CAPACIDADE DE PASSAGEIROS
01	APOSTOLO PAULO	60
02	BOM JESUS	60
03	COMANDANTE CABRAL	70
04	COMANDANTE ZECA DO CAPIM	100
05	COMNDANTE TEIXEIRA	77
06	CONTACTO	60
07	CORAÇÃO DO MAR	50
08	CRUZADOR	60
09	DIVINO	60
10	DOMINIK I	100
11	DOMINIK II	80
12	EL NIÑO	60
13	EXPRESSO BRASILEIRO	50
14	JATO	40
15	LIRAZINHA	50
16	LIRAZINHO	60
17	MAGINCO V	60
18	OLIVEIRA LIMA	70
19	PASTORA RAQUEL III	50
20	PASTORA RAQUEL IV	155
21	PODER DIVINO	50
22	RAQUELZINHA	60
23	SADRAK	50
24	SALMO 23	46
25	SOUZA NUNES	100
26	VITÓRIA	77

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações obtidas junto a COOPERBIC, pesquisa de campo de julho de 2010.

Além dos barcos discriminados acima, outros não cooperados realizavam a travessia, devido ao grande fluxo de pessoas em direção a Cotijuba. No entanto, a COOPERBIC não criou conflito com os proprietários dessas embarcações não cooperadas, visando o bom atendimento da demanda. Esses barcos que não estão cooperados hoje já foram cooperados anteriormente, ou seja, a lista com os barcos que estão na COOPERBIC muda constantemente, de acordo com a entrada e saída de cooperados.

Observou-se que em julho de 2010 os barcos da PMB, assim como os da COOPERBIC, não tinham como obedecer aos horários de saída do trapiche de Icoaraci nem do terminal em Cotijuba, devido à intensificação constante do fluxo de passageiros.

É indiscutível que esses atores territoriais tenham papel expressivo na sociedade, na economia, na cultura e na reprodução sócio-espacial da ilha e essa responsabilidade ou função vai passando de pai para filho ao longo do tempo.

É de fundamental importância ressaltar que os mesmos atores dão a devida manutenção as suas embarcações, suas famílias e sua sobrevivência com a renda arrecadada na atividade fluvial e que a mesma é condição significativa para a produção do lugar, quando este é analisado na perspectiva da produção social do espaço. Neste caso, destaca-se a análise de Carlos (1996, p. 31) que diz que:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade.



Fotografia 37: Barcos da PMB Lady Liria e Antonia Queen na realização do transporte fluvial em Cotijuba

Fotografia 38: Passageiros no terminal Antônio Tavernard, no ato da chegada dos barqueiros da COOPERBIC a Cotijuba

Fonte: Melo (2010)

O sistema de transporte em Cotijuba conta também com a presença de outros atores territoriais e outras modalidades de transporte alternativo, como é o caso dos bondinhos, das charretes e dos moto táxis.

Os *bondinhos* fazem parte do sistema de transporte de Cotijuba na modalidade transporte alternativo interno. Trata-se de um transporte montado por um trator acoplado de uma carroceria que transporta os passageiros e as mercadorias. O tamanho e a quantidade de passageiros e carga são diferentes entre os bondinhos.

O trajeto percorrido é do porto Antônio Tavernard até a praia do Vai-Quem-Quer, também ocorreram viagens, que se prolongaram, até a comunidade da Pedra Branca e do Poção, ocorrendo um acréscimo na quilometragem prevista para a viagem, porém não estão bem definidas quanto a sua programação e quando ocorrem, depende de acordo feito entre passageiros e condutores.

São máquinas que apresentam forte desgaste, devido às condições climáticas e a falta de pavimentação adequada, para o deslocamento dos bondinhos. Os buracos encontrados ao longo do trajeto provocam uma frequência bastante alta de quebra da caixa de marcha e do rolamento, bem como o desgaste dos pneus dos vagões.

Observou-se que os operadores dos bondinhos colocam dois assentos disponíveis para as gratuidades por vagão, e que é cobrado o frete de móveis, materiais de construção e mudança e produtos agrícolas. Sendo pago o valor da passagem por cada peça ou mercadoria.

Foi observado também durante a pesquisa de campo que o número de idosos residentes na ilha que utilizam os bondinhos diariamente e no final de cada mês é bastante elevado, em decorrência da necessidade de locomoção dentro da Ilha e do recebimento da aposentadoria geralmente acessada nos bancos de Icoaraci ou de Belém

Os bondinhos configuram-se como transporte interno de extrema importância para visitantes e moradores de Cotijuba, pois o mesmo garante o abastecimento interno, o escoamento da produção de hortaliças e frutas, dá ao turista acesso às praias mais longínquas, faz a integração interna, o deslocamento de moradores em busca de serviços de saúde, telefonia, educação, etc.

Antes da existência dos bondinhos, os moradores e os veranistas realizavam o trajeto em direção a suas casas e às praias a pé ou de bicicleta, o que lhes exigia grande esforço físico. Alguns moradores reclamam da atuação dos bondes na ilha, pois entendem que os mesmos são os responsáveis pelo estrago que é feito nas estradas, ou seja, pelos buracos e poças de lama que se formam por ocasião das chuvas intensas.

O principal trajeto realizado é do porto de Cotijuba até a Praia do Vai-Quem-Quer, o qual mede 7,40 km e dura aproximadamente 25 minutos, sem contar com os imprevistos. Os proprietários dos bondes são o Sr. Antônio da Silva, popularmente chamado de Marajó, que tem dois bondinhos de 3 cilindros cada, com capacidade para 75 passageiros, cuja fabricação é de 1977 e 1980. O Sr. Begot tem um bondinho de 3 cilindros, carrega 70 passageiros em um carro fabricado em 1997. Dona Lídia é proprietária de um 3 cilindros com capacidade para 55 passageiros, fabricado em 1999. O Sr. Fernando Ferraz possui um carro com 4 cilindros e carrega 75 pessoas, sua fabricação foi em 1993 e finalizando temos Sr. Fernando Santos com seu 3 cilindros que carrega 60 pessoas fabricado em 1977.

Estes bondinhos estão amparados pelo artigo 155 do Plano Diretor da Ilha de Cotijuba, o qual libera a circulação de transporte automotor leve, não poluente, tipo trenzinho tracionado por trator, em função das longas distâncias a percorrer. Contudo, estão fora do proposto pelo mesmo plano diretor uma vez que estes não oferecem o padrão de conforto e de segurança adequado a moradores e visitantes.

As *charretes* são também outro tipo de transporte alternativo que circulam em Cotijuba. No entanto, a quantidade de passageiros, a velocidade e tração são bem diferentes. As charretes, transportes tradicionais, que existem por conta do apelo turístico e bucólico da ilha, são movimentadas por tração animal e chegam a uma velocidade de 10 km/h, ou seja, vão bem devagar, no trote dos equinos, para que o visitante possa desfrutar das belezas naturais contidas no lugar.

Esse tipo de transporte foi regulamentado pela Lei 8.168, de 04 de outubro de 2002, no município de Belém (durante o governo de Edmilson Rodrigues), embora tenha sido criado no governo de Hélio Gueiros. Em Cotijuba as charretes somam com outras modalidades de transporte no serviço de deslocamento de passageiros, e não costumam carregar cargas além das bagagens dos usuários. Fazem um trajeto menos complexo e longo, devido o cuidado que os proprietários têm que dispensar aos equinos que puxam a mesma.

Seu ponto de partida é o terminal hidroviário Antônio Tavernard em direção às praias do Farol, da Saudade e do Vai-Quem-Quer. Dificilmente fazem o trajeto até a Praia da Flexeira, da Pedra Branca ou do Poção, devido à longa distância e o difícil acesso para os animais. Esta modalidade está prevista no Plano Diretor da Ilha de Cotijuba como transporte coletivo interno que deve oferecer segurança e conforto para seus usuários, amparada pelo artigo 155 que prevê esse tipo de transporte por ocasião do caráter ecológico e do potencial turístico da ilha.

Segunda a Lei 8.168, fica proibida a condução das charretes por menores de dezoito anos, é proibido o tráfego de charretes sem o devido emplacamento, a utilização de animais feridos ou doentes, bem como fêmeas prenhas na tração das charretes. Os animais devem estar em perfeitas condições de saúde. Segundo esta lei as charretes poderão circular nos dias úteis e nos sábados, respeitando o horário de oito às doze horas pela manhã e de treze as dezessete durante a tarde. Durante os domingos os animais devem descansar do trabalho de tração.

Esses pontos da lei foram retirados para se fazer uma análise sobre seu descumprimento, visto que o transporte realizado pelos charreteiros não obedecem tal legislação, pois durante pesquisa de campo pôde-se observar que os animais trabalham todos os dias inclusive aos domingos, durante várias horas por dia entrando pela noite. Alguns animais apresentam feridas nas costas e na cara, fêmea prenha tracionando, charretes sem emplacamento e conduzidas por menores de idade.

O cumprimento desta lei é de responsabilidade dos próprios condutores e da CTBel. No entanto, pouca fiscalização é realizada e as irregularidades são frequentes, fato que prejudica os animais e os usuários do transporte em questão. Quando questionados sobre o conhecimento e cumprimento da Lei 8168, alguns charreteiros dizem não conhecer e os que conhecem dizem que as dificuldades financeiras em que se encontram são grande empecilho para o cumprimento da mesma.

Apesar das dificuldades dessa modalidade de transporte interno, deve ser considerada importante, pois está vinculada à logística do terminal hidroviário e serve para garantir o deslocamento de moradores e principalmente visitantes, bem como para a valorização social, histórica e identitária dos habitantes do lugar que desenvolvem esta atividade. Sua existência colabora para o aumento do fluxo de turistas em Cotijuba.

A novidade no sistema de transporte interno em Cotijuba é o transporte alternativo oferecido pelos moradores sobre duas rodas, pelos chamados *mototaxistas*, ou simplesmente *mototáxis*. Esta modalidade de transporte não está prevista no Plano Diretor da Ilha e este plano em seu artigo 156, parágrafo III proíbe o tal transporte baseado na Lei Municipal nº 7.768 de 02 de outubro de 1995.

No entanto, isso não quer dizer que essa alternativa de transporte não seja necessária para complementar a logística do terminal hidroviário, muito pelo contrário, o serviço de moto táxi é tão importante quanto os outros tipos de transporte oferecidos aos moradores e veranistas.

O artigo 152 do mesmo Plano Diretor sugere que o transporte coletivo na ilha deverá proporcionar a elevação da qualidade de serviço, *rompendo com a tendência ao desinteresse pela manutenção da oferta em níveis razoáveis, nas áreas que apresentem demanda reduzida.*

O transporte oferecido pelos mototáxis surge exatamente para fechar essa lacuna deixada pelas outras modalidades de transporte oferecidas, ou seja, onde as charretes e os bondinhos não podem ou não querem ir, as motos vão e vão bem mais rápido. Analisando este contexto, entende-se que existe uma justificativa da existência deste tipo de transporte em Cotijuba, a justificativa do ir aonde ninguém quer ir.

No contexto nacional a questão sobre a regulamentação da profissão de mototáxis enfrenta barreiras, principalmente quando esta modalidade de transporte interfere nos interesses particulares das empresas de ônibus que monopolizam, em algumas capitais, o transporte coletivo urbano.

O senador Expedito Júnior do (PR-RO) denunciou em plenária do Congresso Nacional em julho de 2009 que “representantes das empresas de ônibus urbanos estão percorrendo gabinetes tentando pressionar os congressistas para que não aprovem o projeto do Senado (PLS 203/01) que regulamenta a profissão de mototaxistas e motoboys”. Este senador afirma que a aprovação do projeto irá beneficiar cerca de 3 milhões de trabalhadores. “No Brasil, são 3 milhões de pessoas que vivem disso”. O transporte realizado pelo mototaxistas é uma alternativa urbana à falta de transporte coletivo, ou seja, ônibus urbanos.

Muitas pessoas pelo Brasil buscam nos mototáxis a saída para um problema estrutural que é a falta de ônibus em suas cidades. Os ônibus geralmente passam lotados, não param nas paradas obrigatórias e são perigosos a partir de determinados horários. Isso tem causado insatisfação por parte dos usuários que buscam outras maneiras para se chegar em casa cedo e com segurança.

É importante ressaltar que esta modalidade de transporte é uma alternativa que o trabalhador encontra para fugir do desemprego, os pais de família encontram na atividade refúgio para a falta de dinheiro e dignidade que o desemprego proporciona. Pessoas que perdem seus empregos formais na indústria e no comércio, encontram neste tipo de serviço a solução para amenizar seus problemas.

Para Eliomar José, que é coordenador do Movimento Nacional dos Motociclistas Profissionais (MNMP), tudo começou há cerca de 20 anos no Ceará na cidade de Crateús e em pouco tempo se transformou em opção para combater o desemprego e a falta de transporte coletivo nas cidades do interior.

Existem cidades no Brasil que não têm serviço de ônibus urbano e segundo Eliomar José dos 52 municípios de Rondônia, somente dois, possuem transporte coletivo: Porto Velho, a capital do estado e Ji-Paraná. No Acre somente a capital Rio Branco e Cruzeiro do Sul, dos 22 municípios tem ônibus urbano. No Pará, dos 143 municípios, apenas cinco dispõem de serviço de transporte público por ônibus.

A polêmica que envolve a regulamentação da profissão é a falta de segurança no trânsito de algumas cidades brasileiras, a falta de motovias, imprudência do condutor, a vulnerabilidade de um veículo de duas rodas e o elevado número de internações e óbitos causados por acidentes que envolvem as motocicletas. As exigências que estão estabelecidas no projeto é que o condutor tenha mais de 21 anos, dois anos no mínimo de habilitação, completem cursos especializados e que usem coletes e capacetes com dispositivos retrorrefletivos.

(JORNAL DO SENADO-BRASÍLIA: 29 DE JULHO DE 2009, ANO XV Nº 3.049/224 p. 8 e 9).

Em Belém a situação não é diferente, visto que o atual prefeito Duciomar Costa não assinou o projeto que regulamenta a profissão para este município, sendo que em outros municípios do Pará tal iniciativa já foi tomada por seus gestores públicos em reconhecimento a necessidade de trabalhar com dignidade em suas cidades.

O Projeto está sendo conduzido principalmente pelo vereador Marquinho do PT, o qual tem lutado junto à categoria por essa conquista trabalhista. Por várias vezes os mototaxistas de Belém ocuparam a Câmara dos Vereadores para pressionar os vereadores a assinar o projeto de lei que regulamenta a profissão em Belém, no entanto não foram atendidos de imediato.

Segundo José Ribamar (o “Alemão”), representante dos mototaxistas de Belém, o serviço de mototáxi serve a população pobre de Belém que não é servida de transporte público, ele denuncia que o prefeito não tem visão da utilidade deste serviço, mas vê as empresas de transporte beneficiada com isenção de dívidas com o município.

Em Cotijuba a mesma situação é vivida pelos mototáxis, visto que a ilha pertence a Belém do ponto de vista administrativo, assim sendo, se não tem a regulamentação em Belém, não tem regulamentação em Cotijuba.

Para entender melhor a situação desta modalidade de transporte em Cotijuba, fez-se uma entrevista com o mototaxista Flávio Gomes de Lima de 38 anos de idade, que mora há 7 anos na ilha.

Segundo ele:

O mototáxi começou em Cotijuba em maio de 2007 e ele foi criado devido à deficiência do transporte existente na época, tipo o bondinho e a charrete, o bondinho tinha, tinha não, tem o horário fixo, ele sai 5 horas da manhã pro Vai-Quem-Quer e sai 10 horas da manhã daqui do trapiche pro Vai-Quem-Quer. Fora isso as pessoas ficavam presas não tinha deslocamento, não tinha como ir pro Vai-Quem-Quer ou Praia Funda ou qualquer lugar desses que não fosse de charrete, e a charrete que é uma distância razoável cobrava um preço salgado então a gente vendo essa deficiência resolveu colocar esse tipo de transporte que a pessoa tem mais liberdade de ir e vir a hora que bem entender. Chega na ponte tem moto pra ir embora, tem moto pra vim deixar novamente, e fazendo isso a gente deu liberdade pro turista, liberdade pro morador, não ficar preso a horário, tipo o cara tenha que sair e pegar o bondinho que saia 5 horas da manhã pra voltar ele tinha que voltar só de noite no navio que o bondinho ia ta esperando então ele ficava pra Belém fazendo nada até o tempo dele pegar o bonde e agora não ele vai a hora que quer, vem a hora que quer e chega na casa dele tranquilo (Informação verbal)⁴⁹.

Durante a entrevista ficou esclarecido que a ilha possui em torno de 90 pessoas trabalhando como mototaxistas. No entanto, a lideranças desses trabalhadores estão querendo reduzir esse efetivo, pois entendem que está havendo um crescimento absurdo. Hoje eles buscam reduzir os cadastros, querem habilitar todos os condutores e fazer uma associação com no máximo 70 mototaxistas de responsabilidade trabalhando, pois segundo Flávio, “sempre tem um o outro que não dá pra trabalhar, só tá pra perturbar”.

Quando questionado sobre que tipo de problemas enfrentam dentro da ilha, Flávio respondeu que:

O maior problema que a gente tem é a falta de apoio das lideranças da ilha, do administrador, da Polícia Militar, a própria COOPERBIC ela não dá um apoio pra gente no sentido de não trazer moto de fora aqui pra dentro. Porque tem uma lei municipal que ela só regi aqui “*moto via ilha do Cotijuba só pro morador residenciado*”, pessoa que não é da ilha não pode trazer uma moto pra ficar circulando aqui dentro, então isso aconteci com uma frequência enorme, não tem ninguém pra fiscalizar isso, a polícia militar prende, mas ela não tem como transportar pra Belém novamente, porque ela não tem o apoio de ninguém e fica nessa a batata quente vai pra lá, vai pra cá, vai pra lá, vai pra cá, ninguém segura ela e ela esfria (Informação verbal).⁵⁰ *Grifos nossos*.

Quando se perguntou se os trabalhadores mototaxistas sofrem algum tipo de resistência por parte dos proprietários dos bondinhos ou charretes, a resposta foi à seguinte:

Olha resistência houve, que era de se esperar, porque eles ficaram assustados (está se referindo aos donos de bondinhos e de charretes), uma coisa nova, principalmente o pessoal das charretes achavam que a gente ia extinguir com a charrete, mas a gente pensava o contrário, a gente acha que a charrete são transportes turísticos da ilha ele tem que existir ele não pode deixar de existir, o pessoal de bonde eles só combatiam por combater de pirraça mas eles entendem o lado do pessoal da charrete e hoje em dia ele já

⁴⁹ Flávio Gomes de Lima é mototaxista em Cotijuba. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

⁵⁰ Flávio Gomes de Lima é mototaxista em Cotijuba. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

vê que a gente foi ali pra suprir só uma necessidade, a gente não tá ali pra tirar o espaço de ninguém, a gente só tava vendo uma brecha, um espaço que existia e aí preenchemos esse espaço, mas a gente dá total apoio pra eles no sentido que eles precisarem e eles também não tem essa resistência com a gente, todo mundo se junta e ficou tudo bem, mas tinha uma resistência muito grande da associação dos charreteiros, eles denunciavam a gente pra CTBel diariamente, mas ai foi, foi, foi, todo mundo enxergou que não era o que eles pensavam, ninguém quer que acabe a charrete, é pelo contrário a gente quer que continue só que melhore mais um pouco, melhorando ele é um transporte, ele é um transporte turístico da ilha sempre vai chamar atenção e sempre vai tê gente pra andar, a gente não vai tomar o espaço de ninguém e com isso somos amigos só não o pessoal de bonde até hoje eles são meio truculentos eles fazem alguma coisa no meio da rua sempre prejudica a gente, ultrapassagem errada, não deixa a gente passar, esse tipo de coisa que motorista de ônibus faz em Belém, eles fazem igualzinho aqui, mas também no final da linha todo mundo si fala, é uma coisa assim no meio da rua, no meio da rua quando chega no final da linha todo mundo tá de bem de novo entendeu como é? E aí ficam todo mundo amigo, no inicio tevi resistência, mas depois sanado e ficou tudo bem (Informação verbal)

⁵¹

As análises sobre o sistema de transporte oferecido em Cotijuba serviram de reflexão sobre os usos dados ao território por seus moradores e como a comunidade local está se organizando social e politicamente e como as atividades e interrelações cotidianas desta comunidade podem ser entendidas como condição fundamental para a construção do espaço na ilha. A construção do lugar, a qual traz como resultado imediato mudanças significativas na paisagem do lugar, é, por sua vez, resultado destas interrelações entre ilhéus, movimentos comunitários e as instituições públicas e privadas que atuam no lugar.



Fotografia 39: Serviço de transporte realizado pelos bondinhos destaque para lotação na Praia do Vai-Quem-Quer

Fotografia 40: Transporte realizado pelos mototaxistas próximo ao Terminal Hidroviário de Cotijuba

Fonte: Melo (2010)

⁵¹ Flávio Gomes de Lima é mototaxista em Cotijuba. Trecho da entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

4.4 MOVIMENTOS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO LOCAL E MUDANÇAS NO GÊNERO DE VIDA DOS ILHÉUS: UMA ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES DO MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM (MMIB)

“A nossa força, a nossa união, e a nossa fé nos trouxe até aqui. Com pessoas alegres, dispostas, e que acreditam que é a união do nosso trabalho e do nosso conhecimento que nos levarão a dar passos seguros rumo ao nosso sucesso e realizações”.
(Adriana Gomes, coordenadora administrativa do MMIB).

Os movimentos sociais populares, que se constituíram desde os anos 1970 no interior do regime militar, tiveram sua consolidação como agentes de identidade própria e com capacidade de articulação para, através de diversas formas de participação, poder influenciar em pontos específicos a definição de políticas sociais. A democratização é assumida por estes movimentos como condição imprescindível para a melhoria de suas condições de vida, na medida em que o instrumento que lhes pode garantir a sua capacidade de pressão é sua experiência de organização e de participação.

Para os movimentos sociais, diz Habermas (1997, p. 109), é questão de vida ou morte a possibilidade de encontrar formas solidárias de organização e esferas públicas que permitam esgotar e radicalizar direitos e estruturas comunicacionais existentes. Segundo Habermas (1997), os atores da sociedade civil podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de consequências, quando tomam consciência de situações de crise. Habermas defende que a sociedade civil, por meio das esferas públicas e das reivindicações trazidas à tona pelos movimentos sociais, é capaz de introduzir no sistema político discussões sobre os problemas existentes na sociedade como um todo.

“Um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns elementos da sociedade mais ampla” (COHEN, 1980, Apud SILVA, 2001).

Ou ainda:

Os movimentos sociais podem ser considerados como estabelecimentos coletivos para estabelecer nova ordem de vida. Têm eles início em uma condição de inquietação e derivam seu poder de motivação na insatisfação diante da forma corrente de vida, de um lado, e dos desejos e esperanças de um novo esquema ou sistema de viver do outro lado (LEE, 1962, Apud SILVA, 2001, p. 34).

Os movimentos sociais de Cotijuba surgiram de um grupo organizado da coletividade que faz parte da comunidade local. Vários movimentos sociais atuam no lugar, dentre eles a Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba (AMICIA), a Grupo de Mulheres da Associação

dos Produtores da Ilha de Cotijuba (GMAPIC), a Cooperativa dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba (COOPERBIC) e o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), este último é o movimento social mais atuante dentro de Cotijuba, já se tornou referência para as esferas públicas e privadas que atuam com políticas e ações de desenvolvimento territorial na ilha.

Ao longo do tempo a principal pauta de reivindicações dos movimentos sociais atuantes em Cotijuba era o melhoramento do serviço de transporte fluvial oferecido pelos barqueiros da COOPERBIC, do transporte terrestre interno, oferecido através de bondinhos e charretes e posteriormente políticas públicas ligadas principalmente à agricultura e ao turismo.

Atualmente esses movimentos estão desgastados, perderam força perante o poder público e privado. No entanto, a história de fundação, as lutas e conquistas dos mesmos deram suporte para fundação de novos movimentos, como é o caso do MMIB. Este, de agora em diante, será nosso objeto de estudo neste momento do trabalho, devido suas ações coletivas em vários aspectos dentro da comunidade, seja no aspecto econômico, no cultural, no ambiental e no social, atuação que por sua vez, garante a reprodução sócio-espacial, o desenvolvimento local e consequentemente a construção do lugar pelos ilhéus de Cotijuba.

O *desenvolvimento local* para Urani et al. (2006), é uma estratégia de desenvolvimento que valoriza a dimensão local e/ou de proximidade que se afirma cada vez mais, nos quatro cantos do mundo, como alternativa viável para a reconstituição dos vínculos produtivos entre agentes, comunidades e instituições de governo.

Na perspectiva da agricultura familiar, o desenvolvimento local depende fundamentalmente da intervenção estatal, regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas. Se deixada à própria sorte frente às forças de mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção.

Segundo Adriana Maria Gomes de Lima, que é a atual coordenadora administrativa do MMIB e mora há 18 anos na ilha, poucos movimentos sociais conseguiram resistir ao tempo, à falta de *capital social*⁵², à falta de apoio do poder público e privado, e acima de tudo de organização interna.

⁵² O conceito de capital social é compreendido como as conexões sociais que os atores sociais estabelecem, O capital social pode ser possuído tanto pelo indivíduo quanto pelo grupo, levando em conta as relações de reciprocidade e confiança entre os indivíduos do grupo. Tem dois aspectos, o individual e o coletivo e é considerado um incentivo para formação de ações coletivas e parcerias entre o público e o privado e também como uma construção da parceria interorganizacional (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008, p. 212 e 213).

O MMIB resiste até hoje, porque aprendeu junto aos outros movimentos e associações como evitar o desgaste administrativo e a falta de apoio em geral, dos governos, da iniciativa privada das pessoas da comunidade, muito pelo contrário, aprendeu onde buscar tais apoios e a crescer aproveitando o potencial natural de Cotijuba, bem como o trabalho e criatividade de seus moradores.

Segundo Adriana Gomes, o movimento iniciou com um grupo de mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba, a APIC. Esse grupo basicamente fazia doces de frutas tropicais pra comercializar e era a forma de manter o grupo unido e de receber informações sobre associativismo e movimentos sociais.

O grupo de mulheres da APIC tinha o apoio da SECON, e a SECON materializava esse apoio por meio de projetos que visavam à alfabetização de adultos, além das mulheres do grupo, havia muita gente voluntária dentro do mesmo que começou a ajudar esse pequeno grupo de mulheres. Uma das pessoas que ajudava era a senhora Domingas Caldas que participava do Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), o qual era o antigo Grupo de Mulheres do Bengui, bairro da periferia de Belém. Esse grupo foi muito importante para movimento de mulheres da APIC, juntamente com a FASE e o Fórum de Mulheres que funciona dentro da FASE.

Esses grupos foram de suma importância para o desenvolvimento do MMIB enquanto movimento social, pois com o intuito de buscar o conhecimento sobre como funcionava o grupo de mulheres do estado, introduziram as mulheres da APIC nas questões e debates referentes ao Fórum de Mulheres da FASE⁵³.

Em 1999 uma das mulheres deste grupo da APIC assumiu a presidência da mesma e o pequeno grupo de mulheres no projeto “Comunidade Solidária” do Governo Fernando Henrique, participaram de dois cursos durante um ano, um dos cursos era o de fabricação de papel reciclado e o outro era de produção de instrumentos musicais com material da floresta.

Então durante um ano o grupo agregou 50 jovens e depois que acabaram os projetos do Governo Federal, alguns membros deste grupo ainda ficaram na Associação. No entanto, situações burocráticas e o endividamento com o BASA bloqueou o CNPJ da Associação, trazendo dificuldades para se desenvolver projetos e abrir conta corrente em nome da associação.

Neste contexto, o grupo formado resolveu sair da APIC e criar outro movimento que possibilitasse melhorias na qualidade de vida dos ilhéus.

⁵³FASE: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional. ONG que atua em questões ligadas ao meio ambiente e à sociedade amazônica.

E aí a gente tomou uma resolução, desses 50 jovens muitos ficaram dentro do movimento, dentro do grupo, e aí a gente resolveu montar uma Associação própria, nossa mesmo e sair da Associação dos Produtores, e aí agente passou ainda depois de 1999, 2000, acho que 2001 só planejando, porque essas coisas demoram, e começamos a ir atrás das secretarias e das universidades e o nosso objetivo era procurar alternativa de renda, já que aqui tinha o caso das hortaliças e o açaí e aí não tinha mais nada né?

A gente procurava uma alternativa pras mulheres trabalharem, pra manter o grupo unido, com um objetivo, foi quando apareceu o pessoal da UFRA aqui junto com o pessoal da Natura. A Natura estava procurando comunidades pra plantar a priprioca, e aí eles já tinham encontrado duas comunidades e como a gente andava muito com o pessoal da UFRA aí o pessoal achou uma boa oportunidade de trazer eles pra cá pra vê se a gente deslanchava algum projeto, aí agente juntou 11 famílias na época e conversou com o pessoal da Natura pra ouvir a proposta deles (Informação verbal)⁵⁴.

Com esse primeiro contato entre a comunidade e a empresa surgiu a ideia de fortalecer o grupo de mulheres e de criar o MMIB. Foi feita uma reunião dentro do grupo pra decidir se eles iam trabalhar com a empresa, e assim tomaram a decisão de tentar a parceria, devido falta de alternativas, de ajuda do governo, e de outro projeto de geração de desenvolvimento.

A Natura não fechou apenas a comercialização da priprioca, fechou também com as mulheres o desenvolvimento da instituição, ou seja, apoiou as mesmas na compra de sua atual sede, no melhoramento da estrutura burocrática, trouxe variados cursos para desenvolver a associação e seu pessoal.

As mulheres do movimento tinham em mente que poderia dar certo ou não a parceria com a Natura, e isso fez com que elas procurassem novas alternativas de renda, ou seja, fecharam com a Natura, mas procuraram outras fontes. Tal iniciativa foi importante para as mulheres, pois hoje elas contam com vários parceiros na geração do desenvolvimento local em Cotijuba.

Isso foi muito legal porque a gente foi conseguindo várias outras coisas, tanto que hoje, o movimento trabalha com outras empresas além da Natura, na coleta e comercialização de sementes, a gente tem parcerias com institutos, com ONGs, a gente desenvolve, trabalhos até mesmo com o poder público que é uma coisa muito mais fina, muito mais difícil com o poder público do que com as outras organizações. Então hoje a priprioca, o plantio da priprioca continua sendo um projeto forte no movimento, mas não é o único, então se a priprioca chegar a acabar, se o pessoal não quiser mais comprar o perfume, agente continua caminhar do mesmo jeito, hoje, no dia de hoje, agora nesse momento eu posso dizer que a gente está iniciando um processo de trabalho junto com o SEBRAE de fomento nesse trabalho da Biojoia e do papel que a gente está desenvolvendo (Informação verbal)⁵⁵.

Hoje o movimento, devido à infraestrutura que dispõe, está preparado para aumentar seu leque de atuações junto à comunidade de Cotijuba, em projetos de cunho cultural e social, em parceria com o IDEA 2010 (Associação Internacional de Drama, Teatro e Educação), um projeto da Associação Brasileira de Arte Educadores (ABRA), que estão apoiando o movimento de

⁵⁴ Adriana Gomes é coordenadora do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

⁵⁵ Adriana Gomes é coordenadora do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

mulheres, através do programa *Cine mais cultura*, que foi conseguido com uma parceria junto a Escola Bosque Eidorfe Moreira, o qual busca realizar mostras de filmes para a comunidade, tanto filmes nacionais e internacionais, quanto filmes que possam ser produzidos dentro da própria comunidade.

O foco principal do MMIB era a geração de renda e autonomia para as mulheres. Hoje esse foco já aumentou, e possui um leque de perspectivas futuras que o movimento está buscando para essas mulheres que participam dele, através de parceria com ONG, empresas, Estado etc.

Quando isso acontece em uma determinada comunidade, entende-se que está se gerando o desenvolvimento local, pois este ultrapassa a perspectiva da renda, é mais do que isso, além da renda tem a liberdade de expressão, são ganhos sociais, são avanços culturais, são avanços na área do conhecimento, isso tudo é desenvolvimento local,

Esse é o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém, o qual atende 5 ilhas e que está desenvolvendo vários projetos junto as comunidades das ilhas de Jutuba, Paquetá, Nova, Tatuoca e Cotijuba, além trabalhar em parceria com outros atores nas ilhas de Outeiro, Arapiranga e Urubuoca.

Os outros parceiros do MMIB, além da Natura são: o SEBRAE, a BERACA⁵⁶, o Instituto Peabiru⁵⁷, a UNIPOP⁵⁸, a UFPA e o Museu Goeldi. Esses parceiros ativos atuam com o MMIB em projetos de geração de renda junto à comunidade de Cotijuba.

Junto com o Peabiru a empresa de telefonia OI, desenvolveu um projeto de filmagem e fotografia denominada *Projeto Guia-Me Belém*, no qual os jovens associados ou não ao MMIB foram aprendendo a produzir fotografia, filmagem e edição de vídeo. Partindo deste aprendizado a coordenação do MMIB sugeriu aos jovens que filmassem a ilha, especificamente os modos de produção existentes, o folclore local, os aspectos da cultura ribeirinha e dos ilhéus, bem como a rica história do lugar.

O movimento hoje já conseguiu produzir pequenos filmes que relatam os aspectos citados acima. Um deles foi um documentário com o Sr. Francisco Lazaro de Oliveira, chamado pelos ilhéus de seu Dinai, que é idoso de 96 anos e que mora em Cotijuba há 89 anos. Descendente de índios de Itacoatiara no Amazonas, ele é ex-agricultor e o poeta oficial da ilha.

⁵⁶ Indústria brasileira que atua também no exterior iniciou suas operações em 1956. Oferece ingredientes, produtos e serviços a diversos mercados a exemplo do de nutrição animal, do farmacêutico, de cosméticos, de fragrâncias e de biotecnologia.

⁵⁷ O Instituto Peabiru é uma organização da sociedade civil que atua junto à biodiversidade amazônica.

⁵⁸ Instituto Universidade Popular, instituição que reúne jovens para apresentação teatral explorando os problemas em Cotijuba.

Produziram outro documentário com Sr. Raimundos dos Santos, popularmente conhecido como Raimundo 8, o qual tem 80 anos e chegou a ilha em 1943 e desde então mora em Cotijuba. É uma pessoa muito amigável e que trabalhou no Educandário Nogueira de Faria durante seu funcionamento.

O MMIB desenvolve um projeto em parceria com o Ecomuseu denominado *Projeto Flores Tropicais*, que está em vias de reformulação por parte de seus idealizadores. O projeto Flores Tropicais, começou com um programa do Governo Federal, denominado *Meu Primeiro Emprego*, o qual envolveu durante um ano os jovens ligados ao MMIB. Neste projeto era realizada a plantação de flores tropicais, mas após um ano acabou, “projetos de governo sempre acabam, acaba o governo, acaba o projeto”. Segundo Adriana Gomes. No entanto, ficaram as plantas na área do projeto e a coordenação do MMIB decidiu dividir essas mesmas entre as mulheres que queriam continuar plantando. Foi neste contexto que se firmou a parceria com o Ecomuseu, o qual, através do professor Roberto Sena, dava assessoria técnica, de como plantar, onde plantar, como produzir mais etc. Com o apoio técnico do Ecomuseu, as mulheres do MMIB plantavam na área do “Canivete”⁵⁹ cinco espécies diferentes de helicônias, plantavam alpínia, bastão do Imperador e xampu.

Além deste projeto tem o de *Biojoias* que é desenvolvido em parceria com o Instituto Peabiru e Mapinguari Designers, esta última uma empresa de designers. Foi um projeto que terminou sua capacitação técnica deixando uma perspectiva concreta de renda para as mulheres que participaram dele e que até hoje produzem as biojóias, as quais são expostas em vários eventos na cidade de Belém e vendidas nestas exposições ou na sede do MMIB em Cotijuba.

Apesar do termino da parceria com o instituto Peabiru, o MMIB ainda continua tendo a assessoria da Mapinguari Designers, principalmente na confecção das embalagens e das biojoias produzidas pelas mulheres do movimento. A matéria-prima das embalagens feitas em papel reciclado é toda da ilha e as sementes usadas na produção das joias têm origem variada, a semente que se encontra na Ilha é apenas a semente de euterpe, açazeiro. Já a semente de cedra, e a cérebro de macaco, são sementes de fora, compradas de terceiros em Belém.

Este projeto do MMIB é um dos mais importantes executados pelo movimento junto às mulheres da comunidade, pois segundo essas mulheres este projeto veio lhes devolver a dignidade, o respeito e acima de tudo aumentar sua auto-estima dentro de suas casas, ou seja, trouxe mais autonomia para elas dentro de seu círculo de convivência, dentro de suas famílias.

⁵⁹ A área do Canivete está localizada ao lado do Lago Grande, próximo a Comunidade do Poção e da Praia do Vai-Quem-Quer, é uma área de pouca moradia e de muita plantação, dentre elas a agricultura de subsistência.

Segundo a coordenadora financeira do MMIB, Daniele de Jesus da Conceição, 30 anos, nascida e criada na ilha de Cotijuba:

Pra mim o projeto Biojoia foi um ponto X, que a partir do momento que eu comecei a fazer o curso em parceria com “Peabiru” eu comecei a vê que eu era capaz de fazer muitas coisas pessoalmente, ter a minha dependência financeira, me enriquecer mentalmente, socialmente e o projeto mudou muito minha vida, pra mim mudou muito a minha vida e a parti daí eu já posso trabalhar pra ganhar minha renda, ter meu dinheiro, não ter que depender de ninguém, ficar só em casa cuidando do marido, dos filhos, aquela vidinha de mulher casada, doméstica. Então a partir daí eu tenho a minha liberdade que eu já saí, fui dá oficina em outros cantos, outros lugares então pra mim mudou muito. Fiz o curso de Biojoia aqui mesmo no MMIB foi a partir da parceria do Instituto Peabiru a gente tivemos oficinas e aprendemos a fazer os colares, adereços da semente, o pessoal aqui da ilha mesmo, semente do najá, tucumã, açaf. O fruto de meu empenho com artesã tem influenciado em mim como pessoa, o aprendizado que eu aprendi, o meu relacionamento que a partir das conversas que a gente vai escutando nos cursos a gente vai melhorando a nossa vida pessoalmente dentro de casa, não só na associação como em casa muito do que a gente aprende aqui a gente já passa a levar pra dentro da casa da gente, já ensina os filhos a reaproveitar as coisas a não jogarem fora a não tocarem fogo então é isso. Sou feliz estando no MMIB, eu não brigo como eu brigava em casa, não, porque aqui é tipo uma terapia, a gente vem de casa estressada, chega aqui no MMIB parece que aqui é outro mundo. Vem uma e conta uma piadinha daqui ai chega outra conta uma piadinha dali, e vamo levando na brincadeira uma com a outra. A gente sai de casa brigada, a gente chega com outro humor, boa conversa, ai eu me sento muito feliz de estar aqui (Informação verbal) ⁶⁰.

Quando se perguntou quantas pessoas trabalham no projeto biojóias? Daniele responde:

Trabalha a Eucicléia, a Solange, a dona Sueli, a dona Lauri, trabalhando fazendo as peças, né? Ai tem o Delso que trabalha com a gente não fazendo peças de artesanato e sim só o trabalho externo, fazendo embalagem e a Adriana que é a nossa chefe maior. Nós somos seis e ainda tem a Laís que nos ajuda muito, trabalhamos em equipe é algo coletivo é terapia principalmente quando a gente chega aqui pra trabalhar, parece que muda, que a gente pode vir emburrada de casa, mas a gente tem que dá o jeito de ficar bem (Informação verbal) ⁶¹.

O MMIB ainda desenvolveu um projeto em parceria com a incubadora da UFPA/ CAAUP, consistia em se prestar auxílio técnico para o enriquecimento orgânico de quintais, ou seja, as mulheres envolvidas no projeto plantavam em seus quintais várias espécies de hortaliças com o intuito de produzir alimentos nos mesmos. No entanto, a coordenação do MMIB juntamente com suas mulheres decidiram eleger uma área e plantar todo mundo nessa mesma área, a área escolhida foi a do “Canivete”, devido ser uma área conhecida por sua fertilidade e sua proximidade em relação às residências da maioria das mulheres.

⁶⁰ Daniele de Jesus da Conceição é coordenadora financeira do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

⁶¹ Daniele de Jesus da Conceição é coordenadora financeira do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

A UFPA/CAAUP auxiliou o MMIB com o repasse de sementes, assessoria técnica, cursos na área de empreendedorismo, de manipulação de alimentos e de agricultura de quintal. As hortaliças produzidas neste projeto são vendidas na *feira de produtos orgânicos*, pois é uma produção que não utiliza produtos químicos, devido à experiência das mulheres em outros projetos que exigem tal cuidado.

A feira de produtos orgânicos foi idealizada em 2009 e é realizada por uma equipe da SECON até os dias de hoje, na Praça Batista Campos em Belém e surgiu para ser um evento anual, no entanto o sucesso da mesma fez com que ela se realize mensalmente, sempre até o dia 05 de cada mês. Seu horário de funcionamento é de 8 às 12h 30 min.

O objetivo principal desta feira é proporcionar um espaço para comercialização de produtos orgânicos aos agricultores familiares da área metropolitana de Belém. Estimular o consumo de produtos orgânicos e ofertar os mesmos diretamente do produtor ao consumidor. As mulheres do MMIB estão inseridas neste contexto como produtoras de orgânicos e sempre que possível estão nos eventos da SECON com sua variedade de verduras cultivadas sem produtos químicos na ilha de Cotijuba.

Segundo as mulheres do MMIB que participam deste projeto da SECON, a venda de sua produção orgânica ajuda muito na renda mensal das mesmas, devido a facilidade de venda e o bom preço que elas podem alcançar no centro da cidade, bem diferente se fossem vendidas dentro da ilha ou nas feiras em Icoaraci. Segundo a engenheira agrônoma Ieda Bentes Rivera (idealizadora e coordenadora da feira), o sucesso das vendas está relacionado à crescente demanda por alimentos saudáveis e a preocupação com o meio ambiente, fatores que mais impulsionam o segmento dos produtos orgânicos.

Ela ressalta que segundo o Ministério da Agricultura, é um mercado em plena expansão e com potencial para chegar ainda mais longe crescendo cerca de 50% ao ano no Brasil, impulsionado pela busca dos consumidores por qualidade de vida.

O alimento orgânico já virou sinônimo de fonte de vida, e não é para menos, visto que os produtos são cultivados de forma totalmente natural ficam livres do contato com adubos químicos e agrotóxicos. Ela conclui dizendo que “o alimento orgânico não é apenas um produto sem defensivos agrícolas, é um conceito de vida”.

Em parceria com a Natura as mulheres do MMIB desenvolvem o projeto de *Plantio de priprioca (Cyperus articulatus) e coleta e comercialização de semente de ucuuba (Myristicaceae)*. No caso da priprioca treze famílias plantam, cultivam e colhem as batatas. Segundo Adriana

Gomes, durante o ano de 2010 as mulheres e os homens do movimento vão plantar 15 toneladas, pretende-se com o aumento do plantio aumentar o número de pessoas envolvidas no projeto da pripioca. “Se a gente aumenta o número de sementes, a gente aumenta o número de famílias, pra mais pessoas serem beneficiadas no projeto”.

Para os ilhéus do projeto Pripioca este é um projeto muito exigente, pois:

Tem gente que pensa que é só plantar, mas com a certificação a gente tem várias exigências dentro dele, tem fiscalizações da empresa, e com isso a gente vai mudando nosso modo de vida né? É a questão da seleção do lixo, a questão da não utilização dos produtos químicos, da não queima, aí é uma coisa lenta pra você tirar da comunidade que está acostumada fazer esse tipo de coisa né? Mas aos poucos a gente tá conseguindo (Informação verbal)⁶².

O outro projeto é o da coleta de sementes de ucuuba, coleta realizada anualmente, onde o que é coletado nas árvores de ucuuba da ilha é diretamente vendido para a Natura, empresa que fornece informações técnicas sobre o beneficiamento das sementes, realizado por ela ou não.

“Esse ano agente teve conhecimento de uma empresa que tira o óleo junto à comunidade, que extrai óleo de uma forma mais proveitosa. Da semente da ucuuba, da andiroba (*Carapa guianensis Aub*), do pracaxi (*Pentaclethra filamentosa*)” (ADRIANA GOMES, 2010).

A coordenação do movimento de mulheres não está interessada em criar uma parceria com esta empresa de fora, pois pensa em fazer o beneficiamento das sementes dentro da comunidade, cumprindo as exigências de mercado, pois entende que com isso agregaria valor a produção e também faria algo interessante que é o resguardo da tradição da coleta de sementes de pracaxi realizada pelas mulheres da ilha.

Na coleta de sementes de pracaxi, as mulheres daqui têm uma tradição de extrair o óleo pra vender né? Se a gente vende toda a semente, de repente a gente poderia acabar com essa tradição de tirar o óleo, se a gente começa a tirar o óleo aqui, a gente facilita o trabalho dessas mulheres e de repente já vende o nosso próprio óleo, e se a empresa quiser, ela compra com esse adicional do valor agregado em cima do produto, e aí a gente não acaba com essa tradição como um todo, acaba de certa forma porque agora é uma máquina que vai tirar, e não vai ter todo aquele conhecimento tradicional, aquela coisa, aquela parte mística..., tipo assim. Não olhar uma pra outra no momento da coleta, não falar neste momento, isso é o que dá aquela vida legal pra comunidade, é o cultural, mas aí seria aquela coisa de não deixar a semente escapar para o externo (Informação verbal)⁶³.

Na parceria estabelecida com Natura as mulheres do MMIB plantam e vendem sementes coletadas pra quem elas quiserem, ou seja, elas não têm contrato de exclusividade com a Natura, a empresa que extrai o óleo da pripioca é que tem um contrato de exclusividade com a Natura, essa

⁶² Adriana Gomes é coordenadora do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

⁶³ Adriana Gomes é coordenadora do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

venda livre deixou as mulheres livres pra fazer o que a gente quiserem. Atualmente elas vendem pirioca para a *Solabia*, empresa francesa, durante o ano de 2010 elas plantarão pirioca para a Solabia que é uma empresa que compra também as sementes de pracaxi das mulheres. Quem indicou a Solabia foi a própria Natura, porque a primeira tem a técnica específica de retirar o óleo do jeito que a última precisa.

Após beneficiamento das sementes de pracaxi os produtos finais são ceramidas, ceras, produtos de hidratação, cosméticos para hidratação etc. Após beneficiamento da batata de pirioca têm-se resultados impressionantes, pois ela é aromática, “é um fixador poderoso”, que pode ser usado em vários perfumes da Natura.

Se tu pegar um “negocinho” de pirioca, o óleo, e joga em algum lugar ele vai passar anos, e aí eles usam a pirioca assim... O óleo é muito caro beneficiado, uma tonelada de pirioca vira um litro de óleo, uma tonelada de pirioca. Então a gente vai fazer 15 toneladas pra fazer 15 litros de óleo se as sementes tiverem todas boas. Uma tonelada pra um litro é por isso que o perfume é tão caro, porque o óleo é muito caro, sai muito pouco óleo da semente. A gente vai visitar a empresa e eles mostram tudo isso. No perfume “Humor” eles têm pirioca (Informação verbal)⁶⁴.

Segundo a coordenação do MMIB, a Natura está preocupada com o futuro do projeto, visto que o perfume “*pirioca*” desta empresa é um dos mais caros em todo seu *mix* de produtos e por conta disso decidiu não deixar o projeto acabar. Assim inserir a pirioca em vários perfumes, em várias essências, visando não abandonar os produtores de Cotijuba, pois se a demanda nos produtos desta empresa for maior, a comunidade não vai parar de produzir.

Futuramente será inaugurado no MMIB um novo projeto em parceria com a UNICEF, denominado de Centro de Inclusão Digital (CID). Será um laboratório de informática que funcionará dentro do movimento para atendimento da comunidade, principalmente para os jovens. O projeto está em andamento e fomentará cursos para os jovens ilhéus. O laboratório de informática existente hoje no MMIB foi conseguido junto ao Instituto Peabiru, este será substituído pelo novo laboratório que será implantado em breve com a parceira com a UNICEF.

Os projetos desenvolvidos pelo MMIB buscam em primeiro plano uma alternativa de geração de renda para as mulheres envolvidas no movimento. No entanto, alguns homens da ilha também fazem parte desta iniciativa. Outra prioridade deste movimento é gerar o desenvolvimento local em sua totalidade para todas as famílias que atuam no movimento. Para que tal fato seja realidade todos se empenham e se dedicam nas atividades dos projetos desenvolvidos, seja no

⁶⁴ Adriana Gomes é coordenadora do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo em junho de 2010.

plântio, no trato, na coleta, no beneficiamento, no escoamento, na exposição ou venda do que é resultado desta iniciativa.

A partir do momento em que o sujeito se integra em grupos sociais e se envolve em atividades diárias de produção, circulação, convívio, experiências e conflitos em qualquer fragmento do espaço, é provável que as interações comunitárias aconteçam e consequentemente tecam uma rede de ações e significados envolvendo os indivíduos da comunidade, os quais a partir daí irão ser atores territoriais de fundamental importância para a produção do lugar. O trabalho diário em atividades coletivas cria nos ilhéus uma identidade territorial capaz de garantir a reprodução sócio-espacial de qualquer lugar. Na ilha de Cotijuba não poderia ser diferente.



Fotografia 41: Projeto de produção de biojóias do MMIB, em parceria com o Instituto Peabiru e Mapinguari Designers

Fotografia 42: Agricultores comemorando a coleta de pripioca. Projeto em parceria com a Natura

Fonte: Melo (2010)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise da realidade social e espacial da ilha de Cotijuba, chegou-se à conclusão de que o entendimento da mesma só foi possível de se realizar devido ao uso de uma corrente metodológica filiada à Geografia Humanística e relacionada com a intuição e subjetividade denominada fenomenologia. Tal corrente, por considerar o sujeito e o objeto como pares dialéticos e indissociáveis, se mostra capaz de ajudar os estudiosos a compreender melhor a realidade estudada.

É importante ressaltar que o presente trabalho não tem a intenção de encerrar os estudos e os debates sobre a categoria lugar, muito menos tem a pretensão de se tornar o último trabalho referente a Cotijuba (o recorte espacial da pesquisa), mas sim trás em seu núcleo uma proposta de análise sobre a realidade da ilha como ela é hoje e é apenas uma contribuição para estudantes de Geografia, para geógrafos e outros profissionais que procuram entender a produção do espaço a partir das experiências vividas dos indivíduos em seu espaço mais particular: o lugar (o objeto de estudo da pesquisa).

A presente pesquisa foi realizada com inúmeras dificuldades, dentre elas a do deslocamento, que apesar da proximidade com Icoaraci (onde reside o autor), ficou em alguns casos impedida, e o excesso de carga horária na rede pública de ensino, onde o mesmo é professor de Geografia e Estudos Amazônicos. Outra dificuldade foi o acesso às informações junto ao poder público e privado, os quais atuam na ilha de forma insatisfatória, segundo alguns moradores. Isso impossibilitou consultas em documentos oficiais que poderiam dar maior respaldo à pesquisa.

Este trabalho serviu muito para o crescimento profissional do autor visto que este foi morador na ilha quando era criança, o que influenciou o mesmo a realizar tal pesquisa, pois entendeu que poucos trabalhos foram realizados dentro da ilha e que o relativo abandono da mesma pelo poder público e privado incomoda moradores, visitantes e pesquisadores. Esta pesquisa apresenta algumas limitações no que tange às análises sobre desmatamento, poluição dos recursos hídricos, religiosidade praticada pelos ilhéus, manifestações culturais como as festas tradicionais, desenvolvimento territorial rural, dentre outros assuntos. São temas relevantes e que precisam ser analisados e esclarecidos em estudos futuros sobre a ilha de Cotijuba.

A revisão bibliográfica, as observações *in locus* e as entrevistas com moradores foram ferramentas fundamentais para obtenção de informações imperiosas para a elaboração do texto dissertativo. Foi por intermédio da contribuição de vários autores praticantes dessa corrente filosófica e metodológica que se chegou-se à conclusão de que a ilha de Cotijuba é considerada

como o *lugar* para a população que lá reside ou visita, pois os mesmos vivem ou se identificam com alguns de seus atributos naturais, simbólicos ou socioeconômicos.

Esse lugar nada mais é do que o resultado de ações e relações realizadas cotidianamente em meio a essa população, que através de suas vivências diárias constroem seu mundo vivido ou “*lugar-mundo-vivido*” (DUARTE, 2006). Vale ressaltar também que no lugar Cotijuba variadas representações se fazem presentes na vivência de seus moradores, seja representações culturais, simbólicas, econômicas, ambientais ou mesmo espaciais e as mesmas se dão no dia-a-dia das ruas, nas feiras, nas esquinas e nos quintais ou nas praias da ilha. Logo entende-se que são essas representações variadas que dão corpo ao espaço, o qual é o palco das relações que os atores ou agentes realizam no vivido para produzir o lugar.

Cotijuba, assim como outras ilhas espalhadas próximo à metrópole, sofre muito com a pouca atuação do poder público, visto que o mesmo não prioriza e ameniza as demandas mais urgentes dos moradores da mesma. Demandas como saneamento básico (rede de coleta e tratamento de esgoto e rede de distribuição de água tratada), atendimento a saúde, políticas de segurança pública, de inserção da população mais jovem no mercado de trabalho, políticas ligadas ao transporte, à energia, à telefonia, ao fomento da produção e ao escoamento de alimentos, dentre outras.

Percebe-se que mesmo com a carência em infraestrutura e sem apoio satisfatório de agentes públicos ou privados a população do lugar Cotijuba não deixa de se organizar e reorganizar no tempo e no espaço, mesmo que isso tenha um custo social e ambiental negativo. A pouca presença do poder público não desmotiva os moradores de Cotijuba, os quais continuam seu cotidiano marcado por trabalho pesado, precarizado pelos novos padrões de consumo impostos pelo global à comunidade local. Trabalho materializado nas atividades da roça, da pesca, do comércio informal ou formal, dos transportes, das praias etc.

É essa resistência popular frente às dificuldades impostas pela natureza, pela falta de infraestrutura e de apoio governamental que impulsiona tais agentes territoriais a se tornarem sujeitos em seu lugar por meio do envolvimento com outros agentes locais e externos em busca de alternativas de desenvolvimento local. Desenvolvimento gerado a partir da elaboração de estratégias de geração de emprego e renda, capacitação de pessoal e consolidação de parcerias entre atores do lugar e o poder público e privado.

São relações que se espriam no cotidiano dos ilhéus, os quais envolvidos no seu mundo mais particular (vivido) e por meio da intersubjetividade e intuição inerente, (re)constroem seu lugar se reconstruindo junto com ele.

Esta pesquisa teve com objetivo analisar como as atividades da comunidade se desenvolvem no âmbito do espaço vivido e do uso dado ao território pelos ilhéus, visando identificar as interrelações sociais desenvolvidas no interior da ilha, com a finalidade principal de entender como elas influenciam na construção e na reconstrução do lugar.

O principal problema que norteou este trabalho foi o de procurar perceber e analisar quais as transformações mais significativas que ocorreram na estrutura e na dinâmica espacial da ilha por ocasião dos fluxos estabelecidos entre a população local e o continente. Procurou-se identificar como o território era e é usado pela população residente e flutuante da ilha e como a comunidade da mesma está organizada social e politicamente. Outra questão importante foi analisar quais as mudanças mais significativas percebidas no lugar resultantes das interrelações entre os ilhéus, os movimentos comunitários e as instituições públicas e privadas que atuam no território da ilha. Com as investigações feitas em trabalhos sobre a temática, com várias inserções dentro da ilha para coleta de informações e com as entrevistas cedidas pelos gentis moradores e visitantes tal objetivo foi alcançado.

Ao final desta longa caminhada, chegou-se a confirmar as hipóteses levantadas antes do início da pesquisa, confirmou-se a hipótese de que Belém e sua porção insular estão separados, tanto por distância física, como política e social. A consulta realizada nos documentos oficiais, quando disponibilizados, confirmou que para os atores planejadores da cidade a Belém insular vem ao longo do tempo sendo relegada a segundo plano, sendo abandonada quase em sua totalidade pelo poder público, ou seja, as gestões municipais têm atribuídos maior importância à parte continental em detrimento das ilhas, especificamente no que tange a serviços básicos de saúde, de educação, de saneamento básico, aos serviços de transporte, ao abastecimento de água e de energia, de comunicação, entre outros.

Confirmou-se que a paisagem da ilha apresenta significativas transformações em vários aspectos, seja no uso do solo, nos hábitos cotidianos, na infraestrutura e na relação entre os indivíduos e a natureza. Estas transformações estão ligadas às relações que a população da ilha estabelece entre si e com a natureza e, sobretudo, com o distrito de Icoaraci ou com Belém.

Foi possível também, após a conclusão da dissertação a confirmação de que no dia-a-dia das famílias da comunidade da Ilha várias atividades econômicas e de subsistência são realizadas,

a exemplo da agricultura familiar, do comércio formal e informal, do extrativismo vegetal e mineral e da pesca artesanal, além dos serviços públicos e privados. Essas atividades somadas com a religiosidade, a identidade e outras manifestações culturais comunitárias são responsáveis também pela produção do lugar em Cotijuba por sua população residente e flutuante.

Foi possível confirmar ainda que é muito importante o papel do sistema de transporte terrestre materializado no transporte fluvial e no transporte alternativo oferecido pelos bondinhos, pelas charretes e pela novíssima modalidade de transporte alternativo na ilha, os mototáxis. Após pesquisa de campo concluiu-se que o transporte fluvial é de grande importância na integração entre continente e ilha, o qual é desenvolvido pelas linhas fluviais da COOPERBIC e da PMB, que fazem o tráfego das pessoas e mercadorias ajudando na intensificação dos fluxos entre a ilha e Belém. Esses fluxos também estão ligados à construção do lugar, pois são realizados por moradores de Cotijuba, visitantes e pessoas que trabalham na Ilha. Assim confirmou-se que as relações estabelecidas entre Cotijuba e Belém contribuem significativamente para a construção do lugar e isso trouxe, tem trazido e ainda vai trazer resultados que repercutem nos aspectos ambientais, culturais, sociais, econômicos e espaciais, gerando mudanças no modo de vida da comunidade, nos hábitos, nos costumes, no padrão de produção e de consumo e em sua qualidade de vida.

Ficou confirmado também que o processo de povoamento e ocupação foi o grande colaborador para a formação sócio-espacial percebida na ilha, pois é por meio do construto histórico que o espaço se configura e (re) configura constantemente. As famílias dos funcionários do educandário, bem como os ex-detentos e dos imigrantes japoneses foram elementos importantes nesta ocupação/povoamento e conseqüentemente na implantação de atividades produtivas como a agricultura familiar de subsistência em Cotijuba.

A comunidade em Cotijuba se organiza em torno de atividades cotidianas e nelas dividem o trabalho entre os membros da família, os quais se empenham em funções distintas e complementares, tais funções podem estar ligadas à caça, à pesca artesanal, ao extrativismo de frutos ou à atividade agrícola.

A organização comunitária ainda é pouco expressiva em Cotijuba e isso tem contribuído negativamente para uma maior mobilização da população em busca de suas demandas mais prioritárias, relacionadas aos serviços públicos, ao comércio, ao transporte, infraestrutura precária ou a dinâmica da produção agrícola familiar de subsistência. Tal fato também foi confirmado ao longo da produção e do encerramento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. J. P. **Registro histórico da ilha de Cotijuba: uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba.** 1992. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.
- BARROS, A. P. F. L. A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa - uma revisão do tema. **Universitas: Arquit. e Comun. Social**, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 23-34, jan./dez. 2008.
- BELÉM, Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. **Distrito Administrativo de Outeiro**, Belém, 2004.
- BELÉM, Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, Companhia de Desenvolvimento Metropolitano e Secretaria de Urbanismo. **Plano diretor da Ilha de Cotijuba**, Belém, 1997.
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BROWDER, J. O; GODFREY, B. J. Centros metropolitanos na Amazônia: cidades regionais e primazia urbana. In: BROWDER, J. O; GODFREY, B. J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2006.
- BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.) **Perspectiva da Geografia.** São Paulo: Difel, 1995.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, E. (Org). **Belém de águas e ilhas.** Belém: CEJUP, 2006.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COSTA, E. J. M da. **Políticas públicas para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em regiões periféricas: um estudo de caso a partir de aglomerações produtivas paraenses.** 2003. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, (2003).
- COSTA, N. T. da. **Ensino e memória da escolarização da ilha de Cotijuba: um estudo histórico da trajetória da escola XV de Agosto.** 2003. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Belém, 2003.
- DAMIANI, A. Luiza. O lugar e a construção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 85 e 165.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DUARTE, M. de B. **Leituras do "lugar-mundo-vivido" e do "lugar território" a partir da intersubjetividade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FERNANDES, F. (Org). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973.

FARIAS, J.A.L de. **Turismo e produção do espaço da ilha de Cotijuba, Belém-Pará**. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

GOMES, E. L. dos S. **Ilha de Cotijuba e experiência de ecoturismo comunitário no estuário amazônico**. 2001. Monografia. (Especialização, Núcleo de altos Estudos Amazônicos), Universidade Federal do Pará, Belém. 2001.

GUEDES, E. B. **Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure – PA**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

GUERRA, G. A. D; CARVALHO, V. R. V. de. Ruralidade na capital do estado do Pará. permanências e mudanças na ilha de Cotijuba. In Aragon, Luis E. (Org.). **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém. UFPA/NAEA, 2003.

GUERRA, G. A. D (Org) **Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da ilha de Cotijuba**. Belém. UNAMA, 2007. (Projeto de Pesquisa).

_____ et al. Transformações recentes na paisagem e na base produtiva da ilha de Cotijuba. Belém, Pará, Brasil. **Movendo ideias**, Belém, v.7, n.11, p.48-55, jun. 2002. HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____ **Des-territorialização e identidade. A rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

ISAAC, V. J. **Reflexões Sobre uma Política de Desenvolvimento da Pesca na Amazônia**, In:

CASTRO, (Org). **Belém das águas e das ilhas**, Belém: CEJUP, 2006.

LEITE, U. P. de O. **Ilha de Cotijuba: de colônia reformatória a pólo turístico de Belém**. Trabalho de conclusão (Graduação em Geografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

LIMA, A. V. **A sustentabilidade rural na ilha de Cotijuba, Belém, Pará.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

MACIVER, R. M; PAGE C. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização de vida social. In: FERNANDES, F. (Org). **Comunidade e sociedade.** São Paulo: Nacional, 1973.

MARTINS, A. K. A. A ruralidade da ilha de Cotijuba: um olhar etnográfico. **Revista Lato & Sensu,** Belém, v. 4, n, 1, p. 35 a 39, outubro de 2003.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica.** Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOTA, G. Entre a comunidade e o lugar: aportes teóricos para um debate. In: ROCHA, G. M et al. (Org). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia.** Belém: NUMA/UFPA, 2008.

_____. **Contribuições para uma teoria geográfica do lugar.** 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PATRÍCIO, J. C. dos S. **O transporte fluvial misto na Amazônia: aspectos socioeconômicos do trecho Belém-Acará.** 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade da Amazônia, Belém, 2007.

PEREIRA, L. C. B. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

PEREIRA, É. B; FARIAS, R. S. S ; SANTOS, S. M dos. **Estudo da estruturação urbana de Cotijuba e contribuições para o desenvolvimento do Ecoturismo na ilha.** 2000. Trabalho de conclusão de Curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo) Centro Tecnológico da Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PERUZZO C. M. K. **Comunicación y movimientos populares.** Porto Alegre: Editora Unisinos, 2002.

PEIXOTO, R. Caminhos e descaminhos do desenvolvimento territorial no Pará. In: TEISSEERENC, P; ROCHA, G. M; MAGALHÃES, S. B. (Orgs.) **Territórios de desenvolvimento e ações públicas.** Belém: NUMA/UFPA, 2009.

QUARESMA, H. D. de A.B ; PINTO, P. M. O turismo insular em Caratateua/Outeiro. In: CASTRO, Edna. (Org). **Belém de águas e ilhas.** Belém: Cejup, 2006.

RIBEIRO, M. A. C. A rede urbana da Amazônia: da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001.

SANTANA, R. M. **Território e gênero de vida de uma população ribeirinha na ilha de Cotijuba-Belém/PA.** Belém. 2002. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Departamento de Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** 2. Ed. 1 reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O espaço do cidadão.** 7ª edição. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2004.

_____. et al. O papel ativo da geografia. Um manifesto. Florianópolis: Laboplan-USP, 2000.

SILVA, L. C. F da. **O transporte fluvial autônomo para a ilha de Cotijuba:** o poder dos barqueiros e o papel político da COOPERBIC. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, Belém, 2001.

SILVA, C. R. da. **Ambiente e qualidade de vida da população cabocla da ilha de Cotijuba, Belém-Pará.** Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Departamento de Geografia, Instituto de Filosofia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

SILVA, L. C. M. Lazer. **Turismo e agricultura na ilha de Cotijuba, Belém, Pará.** *Revista Trilhas*, Belém, v.4, n.2, p. 7-16, dez. 2003.

SOLARI, Aldo. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; QUEDA, Oriovaldo. (Orgs). **Vida rural e mudança social.** 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

TELES, M. E. L. **As transformações na ilha de Cotijuba:** o processo e os impactos da ocupação humana. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Departamento de Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como identidades típicos-ideais. In: FERNANDES, F. (Org). **Comunidade e sociedade.** São Paulo: Nacional, 1973.

TUAN, Y. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) **Perspectiva da Geografia.** São Paulo: Difel, 1995.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

URANI, A, et al. Territórios produtivos e desenvolvimento local: um desafio para o Brasil. In: SILVA, G. ; COCCO, G. (Orgs). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Editora DP & A, 2006.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A.M de A. Ação coletiva, parceria e empoderamento. In: TEISSEERENC, P. et al. (Orgs.) **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia,** Belém: NUMA/UFGA, 2008.

VEIGA, I. ; OLIVEIRA, M. C. de, BENTES, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Sul e Sudeste do Pará. In TONNEAU, J. P ; SABOURIN, E. (Orgs). **Agricultura familiar: Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**, Porto Alegre: UFRGS, 2007.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**. 2 ed. Brasília: Nacional, INL, 1977. P. 40.

WEBER, M. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização**. In: FERNANDES, F. (Org). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973.

WIRTH, L. Delineamentos e problemas da comunidade. In: FERNANDES, F. (Org). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973.

A PROVINCIA DO PARÁ, Jornal. **“Careca” e “Baiano” nas garras da polícia. Era praticamente o final da grande caçada nas matas de Barcarena**. Belém, Sábado, 21 de fevereiro de 1976.

A PROVINCIA DO PARÁ, Jornal. **Rebelião na lancha**. Belém, quarta, 17 de fevereiro de 1976.

O IMPARCIAL, Jornal. **As novas instalações da Colônia Correccional**. (janeiro de 1933) Apud, AMARAL, A. J. P. Registro histórico da ilha de Cotijuba: uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado do curso de Ciências Sociais. Belém, 1992.

O IMPARCIAL, Jornal. **Rumo a Colônia Agrícola de Cotijuba**. (julho de 1936) Apud, AMARAL, A. J. P. Registro histórico da Ilha de Cotijuba: uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado do curso de Ciências Sociais. Belém, 1992.

O IMPARCIAL, Jornal. **Vae para Cotijuba**. (junho de 1934) Apud, AMARAL, A. J. P. Registro histórico da ilha de Cotijuba: uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado do curso de Ciências Sociais. Belém, 1992.

ANEXOS

ENTREVISTA COM PESCADOR ARTESANAL DA COMUNIDADE DA PRAIA FUNDA, NASCIDO E CRIADO NA ILHA

- 1- Fale com é realizada a pesca aqui na comunidade onde o senhor mora.
- 2- O que o senhor e os outros pescadores desta comunidade pescam?
- 3- Onde os pescadores da Praia Funda vendem o pescado?
- 4- Fale um pouco do dia-a-dia dos pescadores desta comunidade na pesca artesanal na costa de Cotijuba.
- 5- Onde essa pesca é realizada especificamente?
- 6- Quais as principais dificuldades do pescador artesanal da ilha de Cotijuba?
- 7- O que é roubado dos pescadores?
- 8- Que tipo de pescado se pesca no igarapé da Flexeira?
- 9- Além do senhor quem mais pesca aqui na comunidade da Praia Funda?
- 10- O que se pesca na contra costa do Marajó?
- 11- Como é realizada a pesca na contra costa do Marajó?
- 12- Apesar dos roubos e das outras dificuldades relacionadas à pesca artesanal, ainda assim dá pra levar a vida com a pesca artesanal em Cotijuba?
- 13- Como é que funciona a pesca por espinhel?
- 14- Qual a isca que os pescadores usam nos anzóis grandes para a pesca do filhote?

ENTREVISTA COM MOTOTAXISTA QUE MORA HÁ 7 ANOS NA ILHA

- 1- Fale sobre o transporte alternativo oferecido pelos mototaxistas aos moradores e visitantes da ilha de Cotijuba.
- 2- Quantas pessoas trabalham com esse tipo transporte na Ilha?
- 3- Quais os critérios de seleção dos futuros associados?
- 4- Vocês fazem parte de algum sindicato?
- 5- Quais os principais problemas de vocês atualmente?
- 6- De quem é a responsabilidade desta situação?
- 7- Quais são os planos para o futuro?
- 8- Vocês sofreram ou sofrem algum tipo de resistência por parte dos proprietários dos bondinhos?
- 9- Existe uma tabela de preços estabelecidos de acordo com a distância percorrida pelo veículo?
- 10- Os usuários questionam os preços cobrados pelos mototáxis?
- 11- Vocês estão acompanhando o debate municipal sobre a legalização da profissão de mototáxi?

ENTREVISTA COM AGRICULTOR E COMERCIANTE QUE MORA HÁ 49 ANOS NA ILHA

- 1- Quais os benefícios que a energia elétrica, a telefonia e a água potável trouxeram para os moradores da ilha de Cotijuba?
- 2- Como era o comércio antes e como ele é hoje?
- 3- Em sua opinião o que está faltando pra melhorar a vida das pessoas em Cotijuba?

ENTREVISTA COM A COORDENADORA FINANCEIRA DO MMIB QUE É NASCIDA E CRIADA NA ILHA DE COTIJUBA

- 1- Fale sobre o projeto que você participa no MMIB e qual a importância dele na sua vida.
- 2- Além de você quantas pessoas trabalham no projeto biojoias?
- 3- Já veio alguém muito importante visitar o projeto de vocês?

ENTREVISTA COM A EXTRATIVISTA VEGETAL QUE MORA NA ILHA DE COTIJUBA HÁ 50 ANOS

- 1- Fale um pouco como é que a senhora realiza sua atividade todos os dias e como ela influencia ou influenciou na sua vida?
- 2- A senhora pensa ou quer sair de Cotijuba?
- 3- O que foi que mudou ou melhorou em Cotijuba durante a senhora morar aqui?
- 4- A senhora conhece mais alguém que faça a mesma coisa que a senhora fazia?

ENTREVISTA COM A AGRICULTORA E COMERCIANTE QUE MORA NA ILHA DE COTIJUBA HÁ 33 ANOS

- 1- Fale um pouco como era antes e como é agora o comércio na ilha de Cotijuba.
- 2- Em sua opinião sua venda já foi um comércio antes?
- 3- Quais eram as casas comerciais existentes antigamente no centro da ilha?
- 4- Porque o comércio no centro é mais fraco hoje?
- 5- Como era que a mercadoria chegava pra vocês aqui na ilha?

ENTREVISTA COM ANTIGO MORADOR E PIONEIRO NO TRANSPORTE FLUVIAL ENTRE ICOARACI E COTIJUBA. MOROU 25 ANOS EM COTIJUBA E HOJE É PESCADOR

- 1- Como era o transporte fluvial no trecho Cotijuba-Icoaraci-Cotijuba em sua época e como ele é hoje?
- 2- Foi o senhor mesmo quem fez os barcos que possuiu?
- 3- Como era a travessia? O que vocês transportavam? Que horas começava a travessia e que horas acabava?
- 4- Como era sua relação com o Sr. Benedito “Brabo”?

ENTREVISTA COM AGRICULTOR QUE MORA NA ILHA DE COTIJUBA HÁ 39 ANOS É NASCIDO E CRIADO NA ILHA

- 1- Fale sobre a agricultura na ilha de Cotijuba como era antes e como ela é agora, citando seus principais problemas.
- 2- O que é produzido pelos 20% de agricultores remanescente e quem são estes agricultores?
- 3- Onde estão concentradas as roças desses agricultores?
- 4- O que está faltando para a produção agrícola da ilha melhorar?
- 5- Como os produtores realizam o escoamento da produção da ilha e quais são os pontos de venda desses produtos?
- 6- Qual a quantidade da sua produção na ilha?

- 7- Qual o preço dos produtos dentro e fora da ilha?
- 8- Vocês já pensaram em eliminar o atravessador?
- 9- Algum produtor já conseguiu vender seus produtos pra supermercados de grande porte?
- 10- Tem algum tipo de projeto do poder público, ligado a agricultura familiar, funcionando na ilha hoje?
- 11- Vocês já enfrentaram algum tipo de problema de financiamento por não terem o título de propriedade da terra?
- 12- O que os técnicos da PMB obrigavam vocês a produzir e o que vocês queriam produzir?
- 13- Você perdeu produção? O que você perdeu?
- 14- Qual a sensação de ver a sua produção se perdendo dentro da horta?

ENTREVISTA COM A COORDENADORA ADMINISTRATIVA DO MOVIMENTO DAS MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM (MMIB) MORA HÁ 18 ANOS NA ILHA

- 1- Fale o que é o projeto MMIB e como ele funciona?
- 2- O que o movimento está fazendo pra tentar ampliar seus benefícios?
- 3- Quais são os maiores desafios do MMIB hoje?
- 4- Quais os outros parceiros do MMIB, além da Natura? Fale sobre eles.